



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- DCH IV- JACOBINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU-
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE



RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MUCAMBO DOS NEGROS:
Identidade étnico-racial no Programa Saúde na Escola - Miguel Calmon-BA

JACOBINA
2020

RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO

**COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MUCAMBO DOS NEGROS:
Identidade étnico-racial no Programa Saúde na Escola - Miguel Calmon-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu – Mestrado Profissional em Educação e Diversidade, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito de obtenção do título de Mestra em Educação e Diversidade.

Área de concentração: Cultura, docência e diversidade

Orientadora: Profa. Dra. Carmélia Aparecida Silva Miranda

JACOBINA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

N244c Nascimento, Rita de Cassia Dias.

Comunidade quilombola de Mucambo dos Negros: identidade étnico-racial no Programa de Saúde na Escola – Miguel Calmon – BA/Rita de Cassia Dias Nascimento – Jacobina, 2020.

228f.il.

Inclui Referências.

Dissertação – (Mestrado Profissional) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de em Educação de Pós-Graduação em Educação e Diversidade - MPED. Campus IV.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Carmélia Aparecida Silva Miranda.

1. Medicina Tradicional – Comunidade quilombola- Mucambo dos Negros. 2. Identidade étnico racial 3. Negros - cuidados médicos. 4. Negros- Programa Saúde na Escola. I. Miranda, Carmélia Aparecida Silva. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. III. Título.

CDD:610

Nome: NASCIMENTO, Rita de Cassia Dias

FOLHA DE APROVAÇÃO
"MUCAMBO DOS NEGROS:IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA EM MIGUEL CALMON-BA."

RITA DE CÁSSIA DIAS NASCIMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade – MPED, em 29 de outubro de 2020, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Educação e Diversidade pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:



Professor(a) Dr.(a) CARMÉLIA APARECIDA S. MIRANDA

UNEB

Doutorado em História

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Professor(a) Dr.(a) IRIS VERENA SANTOS DE OLIVEIRA

UNEB

Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos

Universidade Federal da Bahia

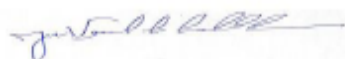


Professor(a) Dr.(a) CLEUMA SUELI SANTOS SUTO

UNEB

Doutorado em Enfermagem

Universidade Federal da Bahia



Professor(a) Dr.(a) JUVENAL DE CARVALHO CONCEIÇÃO

UFRB - UFRB

Doutorado em Programa de Estudos Pós-Graduados em História

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Dedico este trabalho à minha avó paterna, Gerolina, conhecida por Gé (in memoriam), mulher negra, parteira e muito guerreira, que construiu sua família com muito zelo e atenção e ainda ajudou tantos outros, sendo conhecida por muitos por “Mãe Gé”. Muita história teria para me contar neste momento de amadurecimento, aprendizado, reconhecimento e valorização de minha ancestralidade.

AGRADECIMENTOS

Para a concretização desta etapa singular em minha vida, muitos agradecimentos são necessários e com profunda gratidão a cada um que diretamente ou indiretamente me ajudou nesta conquista.

Agradeço:

A Deus, a presença, força e refúgio constante em minha vida. Acredito que nada é por acaso e esta oportunidade, traçada por Ele, trouxe uma profunda ressignificação em minha vida profissional e pessoal.

Aos meus avós (in memoriam), Gerolina, Genivalda, Zezinho e Amâncio, os ensinamentos de vida e força que estão presentes em mim. Hoje consigo reconhecer e valorizar toda esta influência da minha ancestralidade.

Aos meus pais, Estela e João, meus irmãos, João Paulo e Mariana, minha cunhada Fernanda e meus sobrinhos que mesmo morando distantes me enchem de apoio, sendo o meu porto seguro, cercado de carinho e de confiança. Devo muito a vocês, mais uma vez, obrigada!

Aos meus filhos, Luís Gustavo e Augusto, todo o carinho e compreensão, principalmente nos momentos de ausência da mãe. Amores especiais que vejo o quanto criaram autonomia e que me fizeram encontrar forças para continuar minha caminhada.

Ao meu marido e companheiro, Gustavo, que esteve sempre ao meu lado, me apoiando e me encorajando, mesmo nos momentos de ansiedades, correrias, preocupações e ausências. Este apoio foi fundamental para esta conquista!

À minha família (tios, primos) e meus amigos, a compreensão em não podermos estar juntos neste período de necessária dedicação e abdicção. Agradeço o incentivo, vibrações e preces.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em especial aos docentes do Programa de Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED), a oportunidade do mestrado; e em especial aos docentes, as contribuições e ensinamentos nesta trajetória e no acolhimento de uma profissional de Saúde, Enfermeira, reforçando o importante, o objetivo multiprofissional deste Programa de Pós-Graduação.

À minha querida orientadora Profa. Dra. Carmélia Aparecida Silva Miranda, a atenção, compreensão, paciência, estímulo, conhecimentos transmitidos e constante

incentivo, contribuindo, assim, com o meu trabalho e principalmente com minha formação pessoal e profissional.

Aos estimados professores Dra. Ana Lúcia Gomes da Silva, Dra. Juliana Salvadori, Dr. Jerônimo Jorge Cavalcante Silva e Dra. Maria Jose Pinho, Dra. Denise Dias Sousa, Dra. Cleidiana Ramos e Dra. Jaci Bandeira, as contribuições nesta trajetória. Ressalto a disponibilidade, os ensinamentos e a atenção acolhedora dada pelas Profas. Ana Lucia Silva e Juliana Salvadori, sempre procurando contribuir para minha formação. Grata ao Prof. Jerônimo, que me orientou que pesquisa científica se constrói “sem pressa e sem pausa!” Enfim, as contribuições de vocês foram muito importantes na condução metodológica deste trabalho.

Às Professoras, Enfermeiras e Amigas, Laura Emanuella Costa e Cleuma Suto pelo contínuo incentivo, as trocas afetivas, a escuta sensível dos desabafos e todo o suporte emocional e intelectual que me deram. Ressalto ainda a generosidade da querida amiga Cleuma, que se dispôs a acompanhar meu trabalho, ampliando meus conhecimentos e me ajudando a trilhar os caminhos da pesquisa científica.

Às companheiras do mestrado da “Turma das 13 mulheres”. Mulheres fortes e iluminadas que ganhei de presente em minha vida. Gratidão à Adailce de Deus (Dhay), Alberthyvania Castro (Vânia), Antônia Euza Carneiro, Edicarla Sá, Gerlane Lima (Gerly), Juliana Mota, Laís Abreu, Maria Florência Brasileiro (Flor) Nazaré Alves, Vanessa Rodrigues, Vaneza Souza e Quele, a relação próxima que desenvolvemos, as trocas de experiências e todas as inquietudes que atravessamos juntas. Em especial, agradeço à Flor, por sermos da área de Saúde e compartilharmos das angústias mútuas frente a um conhecimento novo e desafiante em nossa formação.

Aos Professores Juvenal Conceição, Iris Verena Oliveira e Cleuma Suto que aceitaram participar nas bancas de Qualificação e de Defesa, trazendo contribuições edificantes e profícuas na evolução da minha pesquisa científica.

Ao Grupo de Pesquisa DIFEBA, a troca de experiências e apoio nos momentos de aprendizado. Agradeço aos alunos egressos, que contribuíram e compartilharam seus saberes principalmente diante das inseguranças nos caminhos da pesquisa científica. Em especial agradeço à egressa Marleide Medeiros, a sua generosidade, atenção e colaboração no planejamento dos meus Ateliês de Pesquisa.

Ao LahAfro, na pessoa da Profa. Ma. Eliana Sacramento, a parceria de sempre e a oportunidade do aprofundamento de discussões nas temáticas étnico-raciais e da

Saúde da População Negra, as quais me ajudaram a conduzir de forma crítica e reflexiva esta pesquisa.

À UNEB/Campus VII – em especial à Profa. Suzana Allice S. Almeida, Prof. Rudval Silva, Profa. Milca Ramaiane da Silva, o apoio dado durante esta trajetória.

Às Profas. Nadirlene Gomes e Nildete Gomes da UFBA, os ensinamentos nos caminhos da escrita científica.

Minha gratidão eterna ao egresso do MPED, Me. Clecion Gomes, o apoio e disponibilidade nas orientações para participar da seleção desta pós-graduação. O agradecimento se estende à egressa Aline Liberato, à Ana Paula Ramacciotti, à Daniela Oliveira Souza, as contribuições para a submissão na Qualificação.

Ao município de Miguel Calmon, na figura do gestor municipal José Ricardo Leal Requião, às Secretárias de Saúde Tarcilia Soares (2017-2019) e Luana Sampaio (2019-2020), à Secretária de Educação, Cristiane Anjos, e à Secretária de Ação Social, Selma Andrade, a sensibilidade, apoio e na pesquisa para a nossa gente.

À Comunidade de Mucambo dos Negros, aos profissionais do PSF Maria Gomes e do Colégio Eng. Francisco Bastos, agradeço sinceramente a confiança e os momentos de aprendizados, contribuindo substancialmente com meu trabalho. Estendo minha gratidão às coordenações das áreas de Educação nas pessoas de Dayane Gomes e Clécia Gomes e da Saúde, Carlos Eduardo Soares.

Aos amigos que me ajudaram na condução da pesquisa, Maria Rerenalva Araújo (Rê), Sivaldo Agostinho (B.A), Issac Lisboa, Presidente da Associação do Mucambo dos Negros. Às amigas Rosane Nunes, Juliana Silva, Silvana e ao companheiro de cultura, Jesser Oliveira. Sem vocês esta pesquisa não seria possível! Obrigada!

A todos/as que contribuíram de forma direta ou indireta e torceram pelo meu crescimento, MUITO OBRIGADA!

*“Viver é afinar
O instrumento
De dentro pra fora, de fora pra dentro
A toda hora, a todo momento
De dentro pra fora, de fora pra dentro”.*

Walter Rosciano Franco

RESUMO

NASCIMENTO, Rita de Cassia dias. Comunidade quilombola de Mucambo dos Negros: Identidade étnico-racial no Programa Saúde na Escola - Miguel Calmon-BA. 2020. (228 f). Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Diversidade) - Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2020.

Esta pesquisa tem como objetivo discutir sobre como os saberes populares de saúde da Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros podem contribuir para as práticas do Programa Saúde na Escola, na perspectiva étnico-racial no município de Miguel Calmon - BA. A referida Comunidade Quilombola pertence ao município de Miguel Calmon, distante a 365 km de Salvador. Observou-se que as comunidades quilombolas – com sua diversidade – trazem em comum vestígios dos valores civilizatórios de matriz afro-brasileira, que estão presentes em seus saberes populares. Percebeu-se que na Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros há um silenciamento das discussões sobre as relações étnico-raciais, coadunadas às ações incipientes e homogeneizadoras dos Poderes Públicos, em âmbito intersetorial – reflexo ainda da estrutura social pautada no “mito da democracia racial” que perpassa a sociedade. Neste vértice, entendemos que a intersetorialidade, sobretudo entre a Educação e a Saúde, é uma estratégia fundamental para fomentar reflexões e movimentações para novos olhares diante desta tácita realidade e suas variantes, a partir do eixo de Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania contemplado nos princípios do Programa Saúde na Escola (PSE). O estudo realizou-se na comunidade com participação de 8 moradores da localidade, 7 professores da Educação Básica e 10 profissionais da saúde. Os arcabouços teóricos se fundamentaram em: Cruz (2015), Fiabani (2007), Hall (2006), Leite (1999), Miranda (2013), Munanga (2012), Nascimento (2016), Moura (2008), Portelli (2000), Sampaio (2011), Silva (2007), Vilaronga (2007) e Werneck (2016). Posteriormente, se expandiu, na etapa de campo, para outros autores, como: Almeida (2019), Goes (2020), Gomes (2019), Kilomba (2019), Lacerda (2018), Lima (2015), Medeiros (2018), Oliveira (2017), Ribeiro (2019) Santos (2018) e Tavares (2018). Tratou-se de uma pesquisa do tipo exploratória, de abordagem qualitativa, de cunho multimetodológico com uso da história oral e da pesquisa ação, pautada na perspectiva epistemológica pós-crítica. Como dispositivos utilizamos as entrevistas semiestruturadas e os Ateliês de Pesquisa, configurados como espaço de formação e autoformação, utilizados também como proposta de intervenção. Os dados engendrados foram sistematizados e analisados através da Análise de Conteúdo de Bardin, aliado ao *software* Iramuteq. A investigação concluiu que os saberes da comunidade e suas interfaces nas questões étnico-raciais possibilitaram uma motivação dos profissionais de ambas as áreas de conhecimentos, na busca de novos aprendizados e reflexões, por meio de Ciclos Formativos, a fim de efetivar as ações do Programa Saúde na Escola, ressignificando suas práxis na perspectiva étnico-racial, no decorrer do ano letivo, aliando o (re)conhecimento dos valores civilizatórios afro-brasileiros à promoção de saúde com reflexões e discussões sobre a temática, podendo oportunizar um impacto na equidade à saúde e bem-estar da população.

Palavras-chave: Identidade Étnico-racial. Medicina Tradicional. Saúde da População Negra. Programa Saúde na Escola.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Rita de Cassia Dias. Quilomba de Mucambo community of african descent: ethnic-racial identity in the the Health at School program - Miguel Calmon-BA 2020. (228 f). Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Diversidade) - Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2020.

This research aims at discussing how the popular health knowledge of the Quilomba de Mucambo community of african descent can contribute in the practices of the Health at School program, from an ethno-racial perspective in the Miguel Calmon-BA town. The Quilomba community belongs to the town of Miguel Calmon, 365 km away from Salvador. It's been observed that the quilombola communities – with their diversity – carry with them vestiges of afro-brazilian societal values, that are present in their popular knowledge. In the referred research it's been noted that there's been a silencing of discussions pertaining ethno-racial relationships in the Quilombola de Mucambo community, brought into line by the incipient and homogenizing actions of the Public Powers across several sectors – a reflex of the social structure ruled by the myth of "racial democracy" that runs through society. At this point, it was understood that intersectorality, especially between Education and Health, is a fundamental strategy to facilitate new thought and looks in the face of this tacit reality and its variants, from the axis of Promotion of Human Rights and Citizenship pursued by the principles of the Health at School Program (PSE). The study was carried in the community and the Engenheiro Francisco M. Bastos School, that works with middle school students, with the participation of 8 citizens of the town, 7 professors of basic education and 10 health professionals. The framework for this theory were based on: Cruz (2015), Fiabani (2007), Hall (2006), Leite (1999), Miranda (2013), Munanga (2012), Nascimento (2016), Moura (2008), Portelli (2000), Sampaio (2011), Silva (2007), Vilaronga (2007) e Werneck (2016). Posteriormente, se expandiu, na etapa de campo, para outros autores, como: Almeida (2019), Goes (2020), Gomes (2019), Kilomba (2019), Lacerda (2018), Lima (2015), Medeiros (2018), Oliveira (2017), Ribeiro (2019) Santos (2018) e Tavares (2018). It was an exploratory research with a qualitative approach, of a multi-methodological nature with the use of Oral History and Action Research, based on a post-critical epistemological perspective. The research used semi structured interviews and the Research Ateliers, configured as a tutoring and self-teaching space, used alongside with an intervention proposal. The data generated was systematized and analyzed through the Bardin Content Analysis alongside the Iramuteq software. The investigation concluded that the Community's interfaces on ethnic and racial issues and its popular knowledge enabled motivation of professionals in both areas of knowledge in the search for new learning and reflections, through Training Cycles, in order to carry out the actions of the Health at School Program, resignifying their praxis from an ethno-racial perspective during the school year, combining the knowledge/acknowledgement of afro-brazilian civilization values to the promotion of health, with reflections and discussions over its themes, being capable of promoting a positive impact in the health and well-being of the population.

Keywords: Ethno-racial Identity. Traditional Medicine. Health of the Black Population. Health at School Program.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de trabalhos encontrados por descritores com a utilização das aspas, sem e com a utilização dos filtros	57
Quadro 2 – Descrição de estudos por ano, nível, título e autoria.....	58
Quadro 3 – Relação de pesquisas por ano e região/instituição	62
Quadro 4 – Dispositivos de Construção de Dados utilizados para cada objetivo específico	84
Quadro 5 – Público, período e metodologia aplicada, Miguel Calmon-BA (2020).....	88
Quadro 6 – Planejamento Sistemático dos Ateliês de Pesquisa	100
Quadro 7 – Variáveis relativas ao perfil dos colaboradores da Educação (N=7), Miguel Calmon-BA (2020).....	105
Quadro 8 – Variáveis relativas ao perfil dos colaboradores da Saúde(N=10), Miguel Calmon-BA (2020).....	106

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Distrito de Mucambo dos Negros no município de Miguel Calmon-BA, em que a Escola Engenheiro Francisco Martins Bastos está situada (local da pesquisa).....	69
Figura 2 – Foto panorâmica do Mucambo dos Negros, Miguel Calmon-BA (2020) ..	70
Figura 3 – Altar em domicílio de morador, Mucambo dos Negros, Miguel Calmon-BA (2019).....	76
Figura 4 – Frente da Capela de Santa Cruz, Mucambo dos Negros, Miguel Calmon-BA (2019)	76
Figura 5 – Altar central da Capela de Santa Cruz com imagens e quadros de santos , Mucambo dos Negros, Miguel Calmon-BA (2019)	77
Figura 6 – Escultura do Boiadeiro localizada em altar lateral da Capela de Santa Cruz, Mucambo dos Negros, Miguel Calmon-BA (2019)	77
Figura 7 – Escultura de São Benedito localizada em altar lateral da Capela de Santa Cruz, Mucambo dos Negros, Miguel Calmon-BA (2019).....	78
Figura 8 – Apresentação do Samba de Roda em evento promovido pela Unidade de Saúde em comemoração do Setembro Amarelo em alusão à Prevenção do Suicídio, Mucambo dos Negros, Miguel Calmon-BA.....	79
Figura 9 – Membro da Banda de Pífano com seus instrumentos.....	79
Figura 10 – Afinação do instrumento na fogueira	80
Figura 11 – Discussão intersetorial no 1º Ateliê de Pesquisa na Secretaria de Educação, Miguel Calmon-BA (2019)	93
Figura 12 – Equipe de colaboradores no 1º Ateliê de Pesquisa na Secretaria de Educação, Miguel Calmon-BA (2019)	94
Figura 13 – Resultados da Escala de Valores com temas sugeridos no 1º Ateliê de Pesquisa, Miguel Calmon-BA (2019)	95
Figura 14 – Tapete dos saberes populares com o uso de plantas medicinais no 1º Ateliê de Pesquisa na Secretaria de Educação, Miguel Calmon-BA (2019)	96
Figura 15 – Momento de observação do “Varal informativo”, 2º Ateliê de Pesquisa realizado na Jornada Pedagógica, Miguel Calmon-BA (2020).....	97
Figura 16 – Momento de diálogos intersetoriais, 2º Ateliê de Pesquisa, realizado na Jornada Pedagógica, Miguel Calmon-BA (2020)	97

Figura 17 – Equipe colaboradora no 2º Ateliê de Pesquisa, realizado na Jornada Pedagógica, Miguel Calmon-BA (2020)	98
Figura 18 – Momento da exibição dos vídeos disparadores, no 3º Ateliê de Pesquisa na Secretaria de Saúde, Miguel Calmon-BA (2020).....	99
Figura 19 – “Tapete literário” com obras sobre a temática étnico-racial, 3º Ateliê de Pesquisa realizado na Secretaria de Saúde, Miguel Calmon-BA (2020)	99
Figura 20 – Nuvem de Palavras sobre os Saberes Populares de Saúde, Mucambo dos Negros, Miguel Calmon-BA (2020).....	107
Figura 21 – Dendograma a partir das narrativas dos profissionais de Educação....	118
Figura 22 – Dendograma a partir das narrativas dos colaboradores da Saúde	132
Figura 23 – Dendograma sobre Saberes Tradicionais de Saúde, 1º Ateliê de Pesquisa, Miguel Calmon-BA (2020)	148
Figura 24 – Análise Fatorial de Correspondência sobre Saúde da População Negra , 2º Ateliê de Pesquisa, Miguel Calmon-BA (2020)	154
Figura 25 – Dendograma sobre Contribuição das manifestações Afro-Brasileiras na promoção da saúde, 3º Ateliê de Pesquisa, Miguel Calmon-BA (2020).....	165

LISTA DE SIGLAS

ACE	Agentes Comunitários de Endemias
ACS	Agentes Comunitários de Saúde
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CEP	Comitê de Ética em Pesquisas
CF/88	Constituição Federal de 1988
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONASS	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
CONEP	Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DIFEBA	Diversidade, Discursos, Formação na Educação Básica e Superior - Grupo de Pesquisa
DOU	Diário Oficial da União
ENGEMINAS	Engenharia de Minérios
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituição de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LAHAFRO	Laboratório de História e Cultura Afro-Brasileira
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MNU	Movimento Negro Unificado
OMS/OPAS	Organização Mundial da Saúde/ Organização Pan-Americana da Saúde
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PICS	Políticas Integrativas e Complementares em Saúde

PMM	Programa Mais Médico
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSE	Programa Saúde na Escola
PSF	Programa Saúde na Família
QGN	Química Geral do Nordeste
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial
SESP	Fundação de Serviço de Saúde Pública
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
QGN	Química Geral do Nordeste
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1	ABRINDO OS CAMINHOS	19
2	UM CAMINHO DE TRILHAS, REFLEXÕES E APRENDIZADOS.....	31
2.1	REFLEXÕES SOBRE OS DIFERENTES CONCEITOS DE IDENTIDADE .	33
2.1.1	Identidade étnico-racial	37
2.2	SABERES POPULARES DE SAÚDE: MEDICINA TRADICIONAL	42
2.3	ENREDANDO OS CAMINHOS DA SAÚDE DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA.....	45
2.4	PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: UMA ALTERNATIVA VIÁVEL PARA A VALORIZAÇÃO E REFLEXÕES SOBRE AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	49
2.5	UMA VIAGEM AOS CAMINHOS ANTERIORMENTE TRILHADOS	55
3	DIREÇÕES DOS CAMINHOS PERCORRIDOS	64
3.1	TIPO DE ESTUDO	65
3.2	CAMINHOS DE SABERES E DESCOBERTAS	68
3.2.1	Caminhos de História, Cultura e Manifestações Culturais	73
3.3	COLABORADORES DO ESTUDO.....	81
3.4	PRINCÍPIOS ÉTICOS	83
3.5	TÉCNICAS E CONSTRUÇÃO DOS DADOS	84
3.6	CAMINHOS VIVENCIADOS NO CAMPO	89
3.6.1	Fase exploratória.....	89
3.6.2	Fase de intervenção	91
3.7	ATELIÊS DE PESQUISA	93
3.8	SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	101
3.9	PRODUTO DA PESQUISA	102
4	ALÇANDO NOVOS CAMINHOS	104
4.1	PERFIL DOS PARTICIPANTES.....	104
4.2	SABERES POPULARES DE SAÚDE DE MATRIZ AFRO-BRASILEIRA ..	107
4.2.1	Saberes Populares da Comunidade de Mucambo dos Negros	108
4.2.2	Aspectos culturais envolvidos nos saberes presentes	112
4.3	EDUCAÇÃO E SAÚDE: PRÁTICAS INTERSETORIAIS NA PERSPECTIVA ÉTNICO-RACIAL.....	117

4.3.1	Compreensão dos Profissionais de Educação acerca da intersetorialidade e das questões étnico-raciais nas suas práticas profissionais	118
4.3.1.1	Categoria 1 – Percepção dos profissionais quanto ao trabalho intersetorial do PSE	119
4.3.1.2	Categoria 2 – Práticas profissionais da educação na perspectiva étnico-raciais	121
4.3.1.3	Categoria 3 – Dificuldades e Potencialidades para promoção de discussões das questões étnico-raciais	130
4.3.2	Profissionais de Saúde: intersetorialidade e questões étnico-raciais	132
4.3.2.1	Categoria 1 – Percepção dos profissionais quanto ao trabalho intersetorial do PSE	133
4.3.2.2	Categoria 2 – Práticas profissionais da saúde na perspectiva étnico-racial	135
4.3.2.3	Categoria 3 – Dificuldades e Potencialidades da Saúde para promoção de discussões das questões étnico-raciais	139
4.4	DESENVOLVIMENTO INTERSETORIAL DOS ATELIÊS DE PESQUISA SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA	145
4.4.1	Ateliê de Pesquisa I	146
4.4.1.1	Categoria 1 – A família e os saberes tradicionais	149
4.4.1.2	Categoria 2 – Intercâmbio cultural na assimilação dos saberes tradicionais	150
4.4.1.3	Categoria 3 – As interfaces entre a medicina tradicional e a medicina convencional	151
4.4.2	Ateliê de Pesquisa II	152
4.4.2.1	Categoria 1 – O exercer da proatividade profissional	155
4.4.2.2	Categoria 2 – Interfaces da Saúde da População Negra	157
4.4.2.3	Categoria 3 – Conhecer como prática de fortalecimento da cultura Afro-brasileira	161
4.4.3	Ateliê de Pesquisa III	164
4.4.3.1	Categoria 1 – Desenvolvimento territorial a partir dos saberes tradicionais	166

4.4.3.2	Categoria 2 – Fortalecimento da Rede Intersectorial	168
4.4.3.3	Categoria 3 – Capilaridades das Ações	170
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
	REFERÊNCIAS	180
	APÊNDICES.....	204
	ANEXO.....	223

1 ABRINDO OS CAMINHOS

O reconhecimento das comunidades enquanto quilombolas no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, representou uma referência importante na visibilidade das diferenças étnicas e culturais. Em vários territórios nacionais destaca-se a presença de milhares de comunidades quilombolas contemporâneas.

O que se percebe em relação às comunidades quilombolas é uma pluralidade cultural, que se configura por uma resistência cultural e diversificada, seja na exploração da pesca, caça e agricultura de subsistência, como também uma presença dos valores civilizatórios de matriz afro-brasileira que se manifestam no seu cotidiano, de forma consciente ou inconscientemente. Muitos desses valores são transmitidos através de gerações e podem ser percebidos na oralidade, na ancestralidade, na religiosidade, na musicalidade, no comunitarismo, na circularidade, na corporeidade, na memória, na ludicidade e na energia vital. Embora estejam, muitas vezes, mesclados por esquecimentos e silenciamentos impostos socialmente pelos padrões homogeneizantes da sociedade (MIRANDA, 2010; MOURA, 1999).

Muitas destas comunidades foram reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares e tantas outras ainda pleiteiam sua certificação. Apesar das lutas constantes pela ampliação dos direitos e cidadania, na sociedade ainda é notória a influência do “mito da democracia racial” que impacta negativamente e mantém desigualdades socioeconômicas, apesar dos esforços hercúleos dos movimentos sociais. Nesta perspectiva, Domingues e Gomes (2013) ressaltam que o conhecimento e conexão entre o passado e o presente são estratégias profícuas de enfrentamento desta realidade, possibilitando a reflexão das questões histórico-raciais no Brasil, da luta pela reafirmação da herança afro-diaspórica e da ampliação dos acessos às Políticas Públicas e seus efeitos no que tange às diversas áreas como a da saúde, da educação, da cidadania e dos direitos humanos.

Alguns estudos têm mostrado que no pós-abolição, para os ex-escravizados e evidentemente os quilombos, apesar da autonomia de sua força de trabalho, não houve um projeto de governo que contemplasse esta parcela da população que enfrentou problemas comuns ao campesinato, potencializados pela baixa renda financeira, ausência de representação política, políticas públicas e de recursos para subsidiar o plantio (FIABANI, 2007). Muitas terras acabavam invadidas e tomadas das

comunidades rurais negras, reverberando, por muito tempo, em conflitos e desgastes pelo reconhecimento da posse de terras coletivas, bem como a dificuldade na garantia dos direitos humanos e cidadania dos moradores destas comunidades.

É imperioso salientar que os quilombos, por contradizer os interesses predominantes, eram reputados a estereótipos pejorativos, definindo-os como uma terra inferior permeada de desonra, ligadas às recriminações, às fugas e aos isolamentos geográficos (ARRUTI, 2008; BRASIL, 2018). Contudo, a concepção dos quilombos passou ao reconhecimento deles como verdadeiros ambientes de resistência, em que a cada momento da história foi ressignificado, mesmo diante das situações de extrema desigualdade, que consolidava a reafirmação da luta pela sobrevivência e de preservação do seu patrimônio histórico e cultural e do meio ambiente. No entanto, atributos depreciativos associados ao termo quilombo ainda estão presentes no senso comum da população e trazem o estereótipo negativo, a respeito de sua importância e simbologia para a afirmação de uma identidade étnico-racial.

Nesta perspectiva, Arruti (2008) assevera que o entendimento de “quilombo” não é hermético e vem, paulatinamente, sendo discutido e ressignificado por parte de historiadores, antropólogos e movimentos sociais. Historicamente apresentava-se uma concepção superficial, além de trazer uma conotação estritamente repressiva e desconhecida do objeto. Contudo, a partir da observação das diversidades culturais dos quilombos e suas trajetórias, projetou-se (assim) um símbolo da resistência negra, seja cultural, enfatizando a persistência ou produção negra no Brasil; seja política, na busca por reflexões sobre as relações sociais e os fatores estruturantes e estruturais da sociedade. A partir dos anos 1970, em meio às discussões suscitadas pelo Movimento Negro Unificado (MNU), há um diálogo para que as comunidades quilombolas sejam reconhecidas e tenham os seus direitos garantidos. Vários estudiosos têm discutido a conceituação de quilombo, a exemplo de Adelmir Fiabiani, Carmélia Miranda, Clóvis Moura, Flávio Gomes, Glória Moura, Ilka Leite, José Maurício Arruti, João Reis e Valdério Silva.

Pesquisadores, como Moura e Reis (1996) ressaltam que em estudos históricos não se contextualiza as questões étnico-raciais e são dissociados da discussão da contemporaneidade, na qual ainda repercute o mito da democracia racial e o desinteresse dos Poderes Públicos quanto à corresponsabilidade nas desigualdades

existentes e expressas pela omissão de direitos, opressão, racismo, violência e iniquidades. Com isso, desponta-se a necessidade de engajamento político intenso para o enfrentamento desta realidade, evidenciando-se a participação de diversos intelectuais que se debruçaram na referida temática, como Abdias Nascimento, Lélia Gonçalves, Beatriz Nascimento, concomitante às discussões do MNU. Neste cenário, Leite (2000), Miranda (2013), Oliveira (2015) e Silva e Oliveira (2017) ressaltaram que as discussões concernentes à problemática sobre educação e racismo ampliaram os questionamentos sobre o reconhecimento da cultura afro-brasileira e das terras quilombolas. Emanando (assim) estudos e lutas direcionadas às relações raciais e ações afirmativas para compensação das injustiças históricas.

Nesta perspectiva, a partir dos anos 1980 foram intensificadas discussões sobre as comunidades negras rurais, consideradas quilombos contemporâneos, caracterizadas por serem habitadas por descendentes escravizados e que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, da cultura de subsistência. A intensa pressão dos movimentos sociais do segmento negro possibilitou a incorporação do artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), na Constituição Federal de 1988, sobre a questão das terras ocupadas por descendentes de pessoas escravizadas, no qual assegurou aos remanescentes das comunidades de quilombos a propriedade das terras, devendo o Estado fornecer os respectivos títulos (BRASIL, 1988; MIRANDA, 2010). Contudo, somente a partir do Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003 foi regulamentado os procedimentos administrativos para a regularização das comunidades quilombolas, enfatizando os critérios tais como trajetória histórica, relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

O Estado, tendo em vista minimizar os prejuízos históricos e a necessidade do fortalecimento da identidade étnico-racial, em discussões com inúmeros movimentos sociais e parceiros como a Fundação Cultural Palmares (FCP)¹, o Ministério da Cultura, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e os Recursos Naturais Renováveis

¹ Primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira: a Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade vinculada ao Ministério da Cidadania. Até o Governo Dilma a FCP estava vinculada ao Ministério da Cultura.

(IBAMA)² e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)³, formulou políticas públicas assentadas em leis, decretos, portarias e programas, cujos eixos trataram do acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, desenvolvimento local (inclusão produtiva e direitos) e cidadania a partir do reconhecimento advindo da Fundação Cultural Palmares (ALMEIDA, 2016; BRASIL, 2014; MPPR, 2018; SEPPIR, 2013).

A partir do reconhecimento, ampliou-se as possibilidades dos membros das comunidades quilombolas terem acesso a programas sociais, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida Rural, do Programa Luz para Todos, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa de Bolsa Permanência, podendo ainda solicitar ao INCRA a titularidade das terras. Os referidos fatores proporcionaram visibilidade às comunidades quilombolas e ratificaram o dever do Estado em garantir políticas públicas voltadas à educação, à moradia, à saúde e à acessibilidade (BRASIL, 2014). A partir desta viabilidade para melhorar o acesso à cidadania negra, a implementação e a consolidação das Políticas Públicas tornam-se imperiosas, frente às desigualdades e iniquidades étnico-raciais ainda existentes no país.

Nesta perspectiva, emerge o interesse no estudo da Comunidade de Mucambo dos Negros, localizada no município de Miguel Calmon na Bahia, distante da sede cerca de 31 km. A partir de 2013 iniciou um processo de reconhecimento para a certificação desta comunidade, consolidada com a publicação no Diário Oficial da União (DOU), em 20 de maio de 2015, sob o processo de número 01420.013308/2013-60 em portaria nº 104/2016. O Mucambo dos Negros, bem como inúmeras comunidades negras rurais distribuídas no país, apresenta uma trajetória histórica singular na qual perpassam relações territoriais, manifestação de valores civilizatórios e busca de consolidação dos seus direitos humanos e da possibilidade da garantia de sua cidadania.

A comunidade de Mucambo dos Negros, segundo narrativas de memória coletiva, foi fundada por negros mucambeiros no final do século XIX (SILVA, 2002), e

² Autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Seus objetivos são a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental, além de assegurar o desenvolvimento econômico, com o uso sustentável dos recursos naturais.

³ Autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

em 1934 elevada à categoria de Distrito, sendo então denominado Itabira. Segundo Barreiros e Barreiros (2016), este topônimo tem origem indígena e em tupi-guarani significa “a pedra que brilha”. A escolha deste nome supõe-se pela influência indígena na região, aliada à exploração de minérios nas serras do Mucambo. Ressalta ainda que em 1944, a partir do Decreto nº 1978 de 01/01/1944, Itabira passa a se chamar Itapura que significa “pedra que emerge”. Os autores asseveram que esta mudança de nome se deu em virtude da necessidade de eliminação da repetição de topônimos de cidades e vilas no país, conforme Decreto-lei nº 5.901 de 21/10/1943, visto que em Minas Gerais já existia uma cidade que correspondia ao nome de Itabira desde 1848.

A Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros teve sua trajetória desde o período escravista, por pessoas escravizadas e seus descendentes que agregaram à sua cultura, aspectos culturais dos indígenas e brancos que provavelmente ali também habitavam (SILVA, 2002). Ao longo do tempo, com expansão do extrativismo mineral e a vinda de novos moradores, a comunidade incorporou novos padrões culturais, repercutindo nos processos de silenciamento quanto às questões étnico-raciais, com relatos de moradores quanto a destruição de diversos objetos, construções e tradições que faziam parte de seu patrimônio histórico-cultural remetidas a esse passado. Com o auxílio da Associação Comunitária local, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁴, foram realizadas ações de sensibilização, (re)conhecimento da história local e registro das memórias orais com a elaboração de um documentário⁵ que subsidiou o seu requerimento para a certificação como Comunidade Quilombola.

No ano de 2013, após 79 anos da emancipação político-administrativa do município de Miguel Calmon, foi solicitada tal certificação junto a Fundação Cultural Palmares, tendo aprovação desta em 2015. Contudo, observa-se que muitos habitantes parecem ainda desconhecer a oficialização do reconhecimento. Na localidade, ações efetivas de políticas públicas governamentais específicas são parcas; e os órgãos não governamentais que poderiam dialogar com a temática

⁴ Comissão criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. Nasceu ligada à Igreja Católica, contudo, logo, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

⁵ Disponível em: www.youtube.com/watch?v=AB65HMpl4S4&t=86s. Acesso em: 20 fev. 2019.

étnico-racial, ainda são indiferentes às abordagens nesta perspectiva. Diante desta conjuntura, a Pastoral da Terra contribuiu como o principal colaborador no fomento da rememoração da história e seu (re)conhecimento, buscando registrar e sensibilizar a comunidade quanto à valorização da autoestima e de seu patrimônio histórico-cultural.

Em outro estudo nesta comunidade, Sampaio (2011) destacou que apesar da população local conhecer que a gênese do povoado se deu a partir da participação de pessoas escravizadas que foram alforriadas ou fugitivas, muitos não associam seus hábitos e costumes contemporâneos às influências da cultura de matriz afro-brasileira. Esta conjuntura é perceptível na ausência de debates e discussões sobre as questões étnico-raciais locais, inclusive no contexto religioso, cultural e de saberes populares de saúde. A situação é agravada pela homogeneização e padronização nas ações públicas governamentais referentes aos setores de Educação, Saúde e Ação Social, em que atuam uniformemente em todo o município, contribuindo desta forma para o distanciamento da população à sua identidade étnico-racial. Portanto, corrobora-se a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre a africanidade e os aspectos históricos, sociais, culturais, para assim contextualizar com a realidade local.

Os setores da Educação e Saúde, nesta dinâmica, mostram-se como importantes ferramentas para esta visibilidade e reflexões acerca da saúde e a construção social. A Escola, sendo o ambiente privilegiado na abordagem das diversidades, é capaz de estimular, promover a autonomia dos cidadãos e as discussões acerca de temas como relações de gênero, étnico-raciais, religiões, uso de drogas e outras questões que possam engendrar a promoção da Saúde. Assim, emerge a viabilidade da efetivação de um modelo de Promoção da Saúde evidenciado pela contextualização das relações humanas, com bases comunitárias e com respeito à rede intersetorial, por meio da efetivação das ações do Programa Saúde na Escola.

A pesquisadora, sendo com a formação acadêmica no campo da saúde e em educação e diversidade, aponta através da intersetorialidade Educação e Saúde, no Programa Saúde na Escola (PSE)⁶, necessidade de (re) conhecer a historicidade dos saberes populares de saúde da comunidade remanescente quilombola de Mucambo

⁶ Programa Saúde na Escola: Política Interministerial (Educação e Saúde) criada em 2007 em que apresenta eixos de ações que visam à promoção, proteção da saúde e promoção de doenças (BRASIL, 2007).

dos Negros. Sugerimos, portanto, que a execução deste estudo contribuirá na ressignificação do PSE sob perspectiva étnico-racial, na sua potencialidade, na formação de cidadãos críticos e conscientes do seu papel social e no fortalecimento da Rede de Atenção por meio de processos formativos e reflexivos quanto à Política Intersetorial. Neste seguimento, torna-se viável, no contexto local, o diálogo acerca da história, da cultura, dos saberes populares locais, como ferramenta para auxiliar o respeito às diversidades, no combate às intolerâncias étnicas, religiosas, aos estigmas e ao racismo estrutural, além de possibilitar a valorização do patrimônio histórico-cultural desta população.

Diante desta conjuntura, partiu-se da seguinte questão orientadora: como o estudo dos saberes populares de saúde de uma comunidade quilombola pode contribuir para as práticas do Programa Saúde na Escola na perspectiva étnico-racial? Então, como objeto de pesquisa foram delineados os saberes populares de saúde como contribuição nas práticas do Programa Saúde na Escola na perspectiva étnico-racial. Nesta perspectiva, o objetivo geral desta pesquisa foi conhecer como os saberes populares de saúde da Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros, município de Miguel Calmon, podem contribuir para as práticas do Programa Saúde na Escola na perspectiva étnico-racial. Diante deste escopo, seguiram-se os seguintes objetivos específicos: conhecer os saberes populares de saúde de matriz afro-brasileira existentes na Comunidade Quilombola; verificar a compreensão dos profissionais acerca das questões étnico-raciais nas suas práxis no PSE. Por fim, o terceiro objetivo buscou desenvolver, intersetorialmente e de forma colaborativa, os Ateliês de Pesquisa sobre relações étnico-raciais e saúde da população negra.

O desenvolvimento da pesquisa foi realizado na comunidade, na qual participaram pessoas que detinham o conhecimento e memórias sobre os saberes populares de saúde. Dando seguimento, na Escola Engenheiro Francisco Martins Bastos, responsável pelo Ensino Fundamental II que assiste em média 80 alunos, participaram 7 profissionais de Educação. Na escolha pela escola, consideramos o nível de formação e faixa etária dos alunos, entendendo a potencialidade de entendimento e reflexão sobre questões étnico-raciais e culturais da população quilombola, além da possibilidade de pulverizar os conhecimentos no seu meio social enquanto agentes multiplicadores.

No tocante à intersectorialidade, participaram do estudo os profissionais que atuam no Programa Saúde da Família (PSF) Maria Gomes, unidade implantada em 2003, composta por médico, enfermeira, técnicas de enfermagem, Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes Comunitários de Endemias (ACE). Equipe considerada “completa” pelos padrões do Ministério da Saúde, haja visto que anteriormente a 2003, a localidade tinha acesso apenas a um posto médico, sem a oferta contínua dos serviços de saúde que são prestados atualmente.

A escolha desta localidade justifica-se pelo fato de que mesmo com o reconhecimento e certificação pela Fundação Cultural Palmares como comunidade quilombola, ainda são incipientes as ações governamentais e as discussões na comunidade e nas instituições quanto à sua especificidade étnico-racial. Conjuntura esta inconcebível, visto que a comunidade possui cadastros em diversas áreas que contribuem para possíveis benefícios e efetivação de políticas voltadas para esta população. Cabe salientar também que a escolha desta temática foi pensada a partir da inexistência de pesquisas, neste lócus, que tratem da intersectorialidade entre Saúde e Educação, e assim, conhecer os saberes populares de saúde existentes na comunidade e contribuir para as práticas profissionais e as ações do Programa Saúde na Escola.

Quanto ao cunho pessoal, a relevância e a justificativa para a pesquisa estão intimamente imbricadas. Considerada socialmente branca e vinda de uma família miscigenada, a pesquisadora tem sua vida marcada pela ancestralidade negra. Principalmente notada pela presença da avó paterna “Gerolina”, mulher negra que por muitos anos realizou o ofício de parteira, com quem teve oportunidade de vivenciar as questões do uso de ervas e plantas medicinais nos chás, a culinária singular e a prática de artesanatos e costuras manuais, durante sua infância. Apesar da implicação pessoal, é importante ressaltar que a autora nunca vivenciou situações de discriminação racial, por ser identificada como uma mulher branca, no contexto da sociedade brasileira atravessada pelo racismo estrutural. Dessa forma, o Mestrado favoreceu o aprofundamento dos estudos e das leituras temáticas, especialmente pela participação assídua no LahAfro⁷. Hoje reflito e começo a ter um olhar diferenciado

⁷ Laboratório de História e Cultura Afro-brasileira e Currículo Mariinha Rodrigues (LAHAFRO), Departamento de Educação (DEDC), campus VII, UNEB, Senhor do Bonfim.

para determinadas conjunturas que antes não eram enxergadas. A partir de então, me fazem valorizar e reconhecer a força das minhas raízes e da minha ancestralidade, levando-me a sentir o dever de empreender uma luta antirracista contra o racismo estrutural ainda vigente na sociedade.

Importante ressaltar que a pesquisadora tendo formação acadêmica como Enfermeira, atuando há 20 anos, trouxe em sua formação inicial, uma visão biomédica, positivista e hegemônica, característica ainda predominante nas universidades. Esta perspectiva também foi observada em grande parte dos profissionais de saúde, atuantes em diversos municípios da região, que apresentam em seu cotidiano o silenciamento das discussões étnico-raciais no contexto da saúde. A escuta de colegas da área de saúde, concomitante as discussões que ocorriam no mestrado contribuíram para elaboração de reflexões sobre outras possibilidades de fazer saúde.

A falta de valorização dos colegas profissionais acerca da temática, fruto de uma lacuna na formação dos profissionais de saúde e educação, trouxe no início uma certa dificuldade na condução deste estudo. Sendo, portanto, reiterado a necessidade e oportunidade de adquirir singulares conhecimentos, podendo fomentar discussões no município de Miguel Calmon. Tais conhecimentos emanados deste estudo também podem contribuir para uma formação complementar dos discentes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), onde atuo como docente há 3 anos, possibilitando o reconhecimento das singularidades emanadas pelo *lócus* e uma qualificação para um olhar holístico sobre as questões étnico-raciais.

No tocante à relevância de cunho acadêmico, esta pesquisa pôde proporcionar novos conhecimentos e novos olhares que contribuirão e somarão na formação profissional dos participantes das áreas de saúde e educação. Esperou-se também que este estudo coadjuvasse como fonte e fomento de novas pesquisas e iniciações científicas que possam engendrar novos saberes e práxis em benefício da sociedade. Em relação à relevância de cunho social, idealizou-se uma maior compreensão sobre as relações étnico-raciais na comunidade e do reconhecimento do patrimônio histórico-cultural local pelos profissionais e comunidade, oportunizando reflexões e o fortalecimento de rede intersetorial reverberando na possibilidade de ampliar a promoção da cidadania e respeito aos direitos humanos da população. Cabe ainda destacar que o vínculo profissional efetivo da pesquisadora no município potencializa

a execução dos produtos advindos da pesquisa engajada deste Mestrado Profissional após o prazo de sua defesa, nos anos subsequentes.

Esta pesquisa tipo exploratória e de abordagem qualitativa, utilizou estratégia multimetodológica com os métodos de história oral, sendo acionada na comunidade, pesquisa, oportunizando escutar narrativas, memórias, dizeres e “não” dizeres em relação aos seus saberes populares no sentido de auxiliar nas discussões étnico-raciais entre profissionais e a comunidade. Também aplicou-se o método da ação, envolvendo profissionais de ambas as áreas de conhecimento visando à formação e à autoformação engendrada durante o caminhar da pesquisa, pautada na perspectiva epistemológica pós-crítica. Para tanto, foram utilizados os dispositivos de entrevistas semiestruturadas e os Ateliês de Pesquisa, justificando-se pelo potencial de formação e autoformação dos participantes e pesquisadora, sendo interessante tanto na construção de dados quanto no processo formativo dos participantes, além de seu caráter não hierarquizado em que todos tem a oportunidade de falar e manifestar suas subjetividades, para além da abordagem das temáticas e sim valorizando a reflexão-ação-reflexão dos envolvidos, revendo sua cosmovisão e seus *modus operandi* nas práticas profissionais.

Os dados elaborados foram sistematizados e analisados mediante Análise de Conteúdo de Bardin (2016), com auxílio do *Software* Iramuteq. Considerou-se como produto, a elaboração da dissertação que servirá como ferramenta para a submissão da proposta de inclusão da temática da presente pesquisa ao Projeto Político Pedagógico Escolar e ao Plano Municipal de Saúde, bem como a realização de Ciclos Formativos de cunho intersetorial acerca das temáticas concernentes às relações étnico-raciais, fortalecendo, portanto, a rede intersetorial de apoio.

Para fundamentar o percurso metodológico, esta pesquisa trouxe como arcabouço diversos teóricos, como John W. Creswell (2014), Suely Ferreira Deslandes e outros autores (2011), Ana Ivenicki e Alberto Gabbay Jean Canen (2016), Poupard (2008) e Robert K. Yin (2016) como direcionamento às discussões metodológicas acerca da pesquisa qualitativa; Marlucy Alves Paraíso e Marlécio Maknamara (2013) e Marcos Garcia Neira (2011) nos esclarecimentos em relação ao paradigma epistemológico pós-crítico; Fábio Iglesias e Solange Alfinito (2006) e José de Queiroz Pinheiro (2013) na fundamentação da escolha da estratégia multimetodológica; Ecleia Bosi (2007), Joutard Philippe (2000), José Carlos Sebe B.

Meihy (2011), Maria Cecília de Souza Minayo (2010), Michael Pollak (1989) e Alessandro Portelli (2017) para aprofundando dos conhecimentos acerca da História Oral; Emerson Elias Merhy (2006), Michel Thiollent (2009) e Picheth (2018) em contribuição ao desenvolvimento da pesquisa ação; e, por fim, o dispositivo de intervenção proposto, o Ateliê de Pesquisa trouxe respaldo de autores como Ana Lúcia Gomes da Silva e Silva (2017, 2020), Maria Roseli Gomes Brito de Sá (2016) e Marleide Alves de Oliveira Medeiros (2018), e o produto na execução dos Ciclos Formativos seguirá os moldes dos Ateliês de Pesquisa enquanto dispositivo potente e pertinente à temática proposta.

É imperioso salientar que o desenvolvimento deste estudo se iniciou após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNEB, ocorrida em 31 de outubro de 2019, sob CAAE: 19650919.4.0000.0057 e parecer de nº 3.672.721, conforme Resolução nº 466/2012 e nº 510/2016. A pesquisa pautou-se nos princípios de autonomia, beneficência, equidade, justiça e a não maleficência por meio do uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para garantia de segurança aos colaboradores e pesquisador.

Esta pesquisa traz em sua Introdução, intitulada como '*Abrindo os caminhos*', a apresentação da temática seguida pela exposição da problemática, a justificativa e motivações para a realização da pesquisa, além das questões norteadoras, os objetivos, a relevância pessoal, profissional, acadêmica e social do estudo e a implicação da pesquisadora nesta trajetória. Posteriormente a este momento, organizou-se três capítulos neste estudo a serem abordados.

No primeiro capítulo, denominado '*Um caminho de trilhas, reflexões e aprendizados*', foram discutidos os referenciais teóricos dos descritores *Identidade étnico-racial, Medicina Tradicional, Saúde da População Negra e Programa Saúde na Escola*, que fundamentam esta pesquisa. Assim, tratamos dos aspectos conceituais, históricos e culturais acerca destas categorias, diante à necessidade desta apresentação para o profícuo entendimento do estudo. Neste momento foi realizada "Uma viagem aos caminhos anteriormente trilhados" em que foi apresentado um levantamento dos trabalhos científicos realizados acerca da temática, a partir da busca em banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Teses e Dissertações (CAPES), com os descritores e suas contribuições para esta pesquisa.

Em seguida no segundo capítulo, intitulado '*Direções dos caminhos percorridos*', foi realizado um diálogo sobre a dinâmica da pesquisa como a escolha e execução do tipo da pesquisa, sua perspectiva epistemológica, sua abordagem, seu método, os dispositivos e instrumentos de coleta e a sistematização e análise dos dados encontrados. Além disso, discorreremos sobre o lócus em "Um caminho e um destino de descobertas e saberes" e sua "História, Cultura e Manifestações Culturais". Ainda neste momento tratamos dos colaboradores do estudo, seus critérios de inclusão e exclusão e os princípios éticos envolvidos. Em sequência, apresentamos as técnicas e dispositivos para a construção dos dados seguidos pelas Vivências no Campo, e a fase exploratória com as entrevistas aos colaboradores e a fase de intervenção com a realização de Ateliês de Pesquisa, executados colaborativamente e intersetorialmente. Sendo posteriormente descritos os critérios para a sistematização e a análise dos dados construídos. Por fim, apresentamos a proposta de Produto da Pesquisa e seus desdobramentos nos dois anos subsequentes do Mestrado Profissional.

No terceiro capítulo, intitulado "*Alçando novos caminhos*", abordamos além do perfil dos colaboradores, os achados e desfechos de cada objetivo específico proposto neste estudo. Para tanto, denominamos os subcapítulos como "Saberes Populares de Saúde de matriz afro-brasileira", "Educação e Saúde: Práticas intersetoriais na perspectiva étnico-racial" e "Desenvolvimento intersetorial dos Ateliês de Pesquisa sobre as relações étnico-raciais". Neste seguimento, discorreremos, ainda, sobre os movimentos e devires de cada objetivo alçado e suas repercussões e conotações.

Por fim nas considerações finais, apresenta o desfecho desta pesquisa no sentido de provocar movimentações e inquietações para a possibilidade de um novo olhar complementar em todas as suas direções. Almejamos que a leitura deste trabalho possa provocar afetações que levem a reflexões e diálogos sobre as práticas profissionais, de cunho intersetorial, no Programa Saúde na Escola na perspectiva étnico-racial, suscitando desafios e incertezas, motivando estudos contínuos que levem à desconstrução, construção e reconstrução de saberes e que estes possam contribuir para a promoção e a ampliação da cidadania e direitos humanos nas diversas comunidades quilombolas existentes. Convido o leitor a percorrer estes caminhos conosco. Sejam bem-vindos!

2 UM CAMINHO DE TRILHAS, REFLEXÕES E APRENDIZADOS

Neste capítulo faremos um diálogo sobre as relações étnico-raciais frente à sua abordagem na Educação e Saúde por meio do Programa Saúde na Escola. Assim, abordaremos a questão da identidade e suas interfaces nas questões étnico-raciais. Nessa perspectiva, ainda serão apresentados os saberes tradicionais de saúde e sua interação com a Saúde da População Negra. Por fim, explanaremos sobre a importância da intersetorialidade entre a Saúde e Educação, de forma prática, no Programa Saúde na Escola à luz das questões étnico-raciais, haja visto ser inegável a participação do povo negro na composição da identidade brasileira. O reconhecimento dessa africanidade, como também a sua contribuição nas diferentes áreas, torna-se necessário para a redução das desigualdades existentes no país. Portanto, a compreensão das questões étnico-raciais possibilita um maior entendimento para possibilitar a integração intersetorial para a busca da plena cidadania deste grupo social vulnerável.

No que tange à área da Educação, existe a possibilidade de discussão das relações étnico-raciais pautadas em legislações específicas associadas ao conhecimento da história e à cultura da população negra. Permitindo, portanto, a socialização racial, construção de atitudes e crenças raciais saudáveis para se alcançar uma visão crítica e uma melhor qualidade de vida.

Por sua vez, no âmbito da Saúde, ela se mostra como uma aliada igualmente substancial em tais discussões, pois, estando alicerçada na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, torna possível a integração dos saberes tradicionais às práticas convencionais de cura, traçando assim, propostas para multiracializar a clínica com vínculo terapêutico, sendo possível conhecer a história do indivíduo e incrementar suas potencialidades.

A junção de tais setores pode se concretizar com o Programa Saúde na Escola (PSE)⁸, por meio do eixo da Promoção da Cidadania e Direitos Humanos. Fortalecendo (assim) a Rede de Atenção, uma vez que esta estratégia de intersetorialidade é um instrumento, criado pelos Ministérios da Saúde e o da Educação, voltados à preservação do patrimônio cultural e buscando desenvolver um

⁸ Programa Saúde na Escola (PSE): Política interministerial (Educação e Saúde) criado em 2007.

valioso papel de formação dos estudantes na (re) construção da sua cidadania e apoio na conquista dos Direitos Humanos.

A compreensão dos saberes tradicionais também pode coadjuvar especificamente com as práticas do Programa Saúde na Escola, na perspectiva étnico-racial na comunidade de Mucambo dos Negros, caracterizando um desafio a ser superado diante do fenômeno da globalização e oportunidades que possibilitaram diferentes influências culturais externas. Portanto, a compreensão acerca da identidade étnico-racial, relacionada ao cotidiano da comunidade, pode promover reflexões tanto para profissionais quanto para a população local.

A construção da identidade étnico-racial se dá por meio de um processo; até que o indivíduo se reconheça e se afirme como negro, ele passa por diversas etapas, pois para chegar a essa afirmação consciente, ele antes tem de passar pelo conhecimento de sua matriz cultural. (SANTOS, 2017, p. 40).

Em sua colocação, Santos (2017) explanou sobre as fases do reconhecimento da matriz afro-brasileira do indivíduo frente à diversidade cultural e às identidades cambiantes. Nesta perspectiva, a Educação se destaca como terreno de cruzamento de culturas e diversidades, o que propicia essa troca de conhecimentos e diversos saberes e práticas culturais, incentivando novas reflexões, atitudes e posicionamentos nesta composição social. Segundo Moreira e Candau (2008, p. 13), "não há educação que não esteja imersa nos processos culturais em que se situa". Portanto, o ambiente educativo requer também um posicionamento contra a opressão, desigualdades e ações politicamente comprometidas, de forma a contribuir para a formação de cidadãos conscientes da própria história e que, conseqüentemente, valorizem seu patrimônio cultural.

Para melhor compreensão do objeto de estudo, aportaremos especificamente nas seguintes categorias: identidade étnico-racial; saberes populares quilombolas, sobretudo aqueles ligados diretamente à cura; saúde da população negra e, por fim, o Programa Saúde na Escola e suas contribuições para a promoção da cidadania e direitos humanos com ênfase nas questões étnico-raciais.

As categorias supracitadas foram significativas no presente estudo, no que tange às relações étnico-raciais no Programa Saúde na Escola. A escolha destas justifica-se frente à necessidade presente e contínua de discutir sobre esta temática

entre os profissionais da Saúde e Educação do Mucambo dos Negros, que muitas vezes não têm a oportunidade em suas práticas profissionais da troca de saberes, sobretudo na perspectiva intersetorial proposta nesta pesquisa. Entende-se que o diálogo com os autores relacionados poderá refletir em um possível olhar mais acurado frente às questões étnico-raciais na práxis profissional da Saúde e da Educação.

Quanto ao conceito de identidade, o desenvolvimento do capítulo terá como alicerce teórico, os escritos de Manuel Castells (1999), Stuart Hall (2006), Tomaz Silva (2010) e Zygmunt Bauman (2005). Sobre identidade étnico-racial, traremos reflexões dos autores Kabengele Munanga (2012), Abdias Nascimento (2016), Ricardo F. Ferreira (2002), Nilma Lino Gomes (2005), Neusa Santos Souza (1983), Silvio Almeida (2019) e Djamila Ribeiro (2019).

No que tange aos saberes populares de matriz afro-brasileira, serão utilizados os trabalhos de Flávio Coelho, Edler (2010), Barbara Oliveira (2007), Kabengele Munanga (2012), Maysa Oliveira Barbosa (2016) e Sharyse Piroupo do Amaral (2011). Em relação à Saúde da População Negra, a escrita será baseada nos trabalhos de Carmélia Miranda (2013), Eliana Sacramento Almeida (2016), Emanuelle Freitas Góes (2020), Dandara Ramos (2020), Ilka Boaventura Leite (2000), Isabel Cristina Fonseca da Cruz (2015), Jenny Rose Smolen e Edna Maria de Araújo (2017), Jurema Werneck (2016), André Faro (2011) e Marcos Manoel Pereira (2011).

E, por fim, será feito um diálogo acerca da evolução da Educação em Saúde no país e a interface do Programa Saúde na Escola, suas repercussões sociais com o fortalecimento da rede intersetorial e potencialidades frente à promoção de cidadania e direitos humanos. Com ênfase à educação e saúde e nas relações étnico-raciais, beberemos da fonte de Maria Cecília Peliccioni (2013), Edymard Mourão Vasconcelos (2015), Neuza Mainard (2013) e Nilma Lopes Gomes (2005), além de manuais e legislações pertinentes ao assunto.

2.1 REFLEXÕES SOBRE OS DIFERENTES CONCEITOS DE IDENTIDADE

A identidade implica em uma gama de características da personalidade do indivíduo. Com certa razão, está associada aos fatores culturais, histórico-sociais e político-econômicos, podendo ser revista e reavaliada em cada momento, tratando-se

de um moto-contínuo. Por isso, debate-se que a identidade se desenvolve de modo paulatino e atravessa diversas relações cambiantes. Neste sentido, a identidade étnico-racial também apresenta essas influências em sua construção e carrega o olhar de um grupo étnico-racial ou dos indivíduos que o compõem e sua relação com o outro.

Um fator que também pode ser considerado, segundo Gomes (2005), é que a idealização desta identidade étnico-racial apresenta não só uma dimensão subjetiva e simbólica, mas também um sentido político. Dessa forma, permite a visibilidade de suas especificidades e singularidades e as diferentes discussões que a sociedade e os atores sociais realizam a respeito dessas relações.

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. (HALL, 2006, p. 13).

Conforme explana Hall (2006), a identidade sofre influência por diversos aspectos culturais que nos tangenciam. As relações étnico-raciais são permeadas por um contexto de etnocentrismo, desigualdades, racismo, intolerância que muitas vezes reverbera na negação de direitos e oportunidades a diversos povos no Brasil. Na perspectiva da população negra e quilombola, essa conjuntura se torna mais evidente quando se analisa a construção da sociedade e como os negros e brancos são tratados no país. Como estamos imersos historicamente nas relações de poder e de dominação política e cultural, percebe-se um silenciamento nessas discussões, perpetuando questões que contribuem para tal desigualdade racial. À luz desta conjuntura, destaca-se a potencialidade da intersetorialidade entre saúde e educação por meio do Programa Saúde na Escola, sob a ótica do eixo de cultura de paz, cidadania e direitos humanos nas reflexões acerca da construção de estratégias e práticas de superação desta discriminação.

A presente pesquisa traz a potencialidade das discussões acerca das questões da identidade étnico-racial que, pela experiência profissional prática da pesquisadora enquanto Enfermeira, atuante na gestão e na assistência da área da Saúde e na docência universitária, percebe ainda debates extremamente incipientes e até ausentes em determinadas situações. Portanto, busca-se a compreensão dos

profissionais acerca da identidade como característica da personalidade do indivíduo, relacionado e influenciado por fatores culturais, histórico-sociais e político-econômicos, e sua determinação visa à convergência dos indivíduos à coletividade. Definindo-se, portanto, a partir dos traços individuais e coletivos mutantes e versáteis, com influência do meio no qual se está inserido na sociedade. Nesta perspectiva, Barbosa (2003, p. 267) afirma que "o conceito de identidade pressupõe uma multiplicidade de facetas em constante ajuste e transformação". Essa compreensão ressalta a potencialidade de promoção de cidadania e direitos humanos a partir da ressignificação da identidade dos indivíduos.

De acordo com Bauman (2005, p. 17),

Tornamo-nos conscientes de que o pertencimento e a identidade não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade [...].

Por não ser estática, a identidade pode ser revista e reavaliada a cada momento. Trata-se, portanto, de um moto-contínuo e, nesta condição, seria equivocado atribuir a ela uma posição rígida, desprovida de possibilidades (BAUMAN, 2005). Sendo assim, é inegável a sua transitoriedade e suas constantes transformações na formação do indivíduo. Destarte, observa-se que a identidade se desenvolve de modo paulatino e não como resultado de heranças estáticas e de tradições herméticas – ideia que se encaixa bem em um ambiente líquido, incessantemente permeado por influências, tornando-as relações frágeis e cambiantes. Dito de outra forma, a sua existência atravessa por processos de mudança, sempre na dependência do contexto cultural e socioeconômico.

Neste contexto, observa-se uma intrínseca relação da identidade com a cultura individual e coletiva dos indivíduos. Laraia (1986) traz que a cultura é estabelecida por sistemas de padrões de comportamentos que auxiliam a adaptação das comunidades humanas às características biológicas. Santos (1994) acrescenta ainda que o contexto cultural se move em duas óticas, sendo uma delas relacionada à existência social de um povo ou nação, além de grupos específicos no interior de uma sociedade; e a outra está relacionada ao conhecimento, crenças e ideias de um povo. Assim, extraíndo-se

a ideia central dos autores supracitados, pode-se afirmar que as culturas humanas também são dinâmicas e passam por processos de transformações contínuos e acumulativos a partir de experiências de gerações anteriores, presentes nos mais variados segmentos seja nas artes, produções econômicas, religião, relações humanas, em suas formas cotidianas de dominação e de solidariedade.

A cultura está imbricada ao entendimento de identidade visto que carrega valores simbólicos e representações que ligam os indivíduos em diferentes aspectos da sociedade, compondo um mesmo sistema com finalidade e propósitos diversos, dependendo das suas experiências. Hall (2006, p. 38) complementa que “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”. Logo, ambas são cambiantes.

A formação da identidade se sujeita à interferência de fatores biológicos, culturais, religiosos, políticos e econômicos, de acordo com a estrutura vigente e interesses hegemônicos. De acordo com Castells (1999, p. 23),

A construção das identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço.

A identidade coletiva e individual se então deixa atravessar por diversos interesses de grupos que buscam estabelecer padrões a partir de inclinações religiosas, políticas e corporativas, sobretudo no âmbito do multiculturalismo⁹. A identidade cultural nacional considera o indivíduo imerso em um determinado grupo que comunga características e hábitos semelhantes. À medida que os sistemas de significação e representação cultural proliferam, surgem inúmeras identidades possíveis, cujo reconhecimento é factível, mesmo que provisoriamente.

⁹ Multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados para o reconhecimento de suas formas culturais (SILVA, 2010).

Diante da dicotomia identidades culturais versus jogo de poder com uma tendência homogeneizadora, há o predomínio das formas culturais disseminadas pela massificação de ideias e costumes concernentes à globalização¹⁰ das culturas hegemônicas. Em vista disso, a identidade cultural e o multiculturalismo trazem o contexto social e o histórico-político relacionados aos saberes culturais individuais e coletivos da sociedade. Moreira e Candau (2008) discorrem acerca do nascimento do multiculturalismo por meio de lutas de grupos excluídos e a importância do reconhecimento das diferenças como uma resistência às tendências homogeneizadora e padronizante. Por sua vez, Hall (2006) e Silva (2010) discutem na perspectiva de convergência da relação entre a diversidade de identidades e o multiculturalismo, em cujo imbricamento repousam raízes dinâmicas e mutáveis que, não sendo puras, estão em elaboração permanente, sob a ótica da hibridização cultural¹¹.

O entendimento acerca da história e cultura de uma sociedade favorece a ampliação de conhecimentos e discussões sobre relações étnico-raciais como forma de possibilitar a promoção da cidadania e direitos humanos pautada nesta perspectiva. A parceria Educação e Saúde, proposta neste estudo, pode contribuir consideravelmente para estimular este debate profícuo e reflexivo acerca dos atributos histórico-culturais das comunidades quilombolas, de forma a contextualizar e estimular as diferentes práticas de valorização de suas memórias, heranças culturais, contribuindo para um desenvolvimento da saúde física, mental e psicossocial da população.

2.1.1 identidade étnico-racial

Na formação do Brasil, o país incorporou na interação de diversos povos, dentre eles os indígenas, os negros e os europeus, uma diversidade de aspectos culturais, religiosos, linguísticos, territoriais, étnico-raciais e sociobiológicos, tanto na

¹⁰ Globalização: Fenômeno presente no mundo com capacidade de difusão de informações, ocasionando a homogeneização e uniformidade a serviço dos atores hegemônicos (SANTOS, 2000).

¹¹ Hibridização cultural abrange uma diversidade de culturas que se interpenetram e se fundem gerando uma nova cultura por meio da interculturalidade sem a hierarquização de valores ou saberes (BHABHA, 1998; CARVALHO, 2018).

esfera dos indivíduos como na sociedade. Munanga (2012, p. 6) diz que "[...] estamos atravessados por outras identidades de classe, sexo, gênero, idade, raça, entre outros, cuja expressão depende do contexto cultural". Portanto, esta diversidade cultural está presente em nossa sociedade. Contudo, perpassada pela construção social, histórica, política e cultural das diferenças e especificidades dos povos que a integram.

Sobre a identidade étnico-racial, Santos (2017, p. 40) comenta como sendo "um sentimento de pertença a uma determinada etnia ou raça". No que tange à identidade étnica negra, esse entendimento sobre raça e etnia passa por diferentes interpretações. Aponta-se uma dimensão e interpretação política em que os movimentos sociais propõem uma reinterpretação da realidade social e racial brasileira. Dessa forma, implica em uma construção do olhar do negro sobre si mesmo, a fim de construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que ainda cultua o embranquecimento e o mito da democracia racial, mesmo que haja um plano político e social atravessado por relações conflituosas, de suposta neutralidade, aumentando as desigualdades e racismo.

Em outras palavras, a concepção de termos como raça vai além da característica biológica do indivíduo, o que conota aspecto de dominação e perpassa a complexidade de relações existentes entre brancos e negros no país, com base na dimensão histórica e cultural do termo diante da desigualdade racial e da naturalização das diferenças. A etnia sobressai como reflexão presente nestas discussões, embora ligada ao pertencimento de um grupo em nossa sociedade, ressalta-se a questão desse grupo, cuja identidade atravessa comunidades de língua, tradições, culturas e história (GOMES, 2005). Portanto, entender o contexto étnico-racial conota compreender que as diferenças não se limitam às questões biológicas e percorre a seara das construções sociais, culturais e políticas de nossa sociedade.

Em relação ao contexto brasileiro, é inegável não reconhecer as influências da população africana na construção histórico-cultural do país. Contudo, sua importância por vezes foi e ainda tem sido, historicamente, silenciada, desprezada e apagada, repercutindo nas desigualdades marcadas por etnocentrismos, racismos e iniquidades.

Esta conjuntura fica evidente para Santos (2018, p. 23), quando assinala:

A sociedade brasileira tem presenciado vários episódios de racismo veiculados amplamente nas mídias, que deixam evidente no imaginário cultural o lugar reservado ao negro e desnudam a realidade na qual estamos imersos, de um povo que reconhece em parte sua negritude e a circunscreve ao samba, ao futebol, às periferias, mas que se espanta e reage com violência quando estes, os negros, ocupam espaços de visibilidade e prestígio social.

Portanto, conota-se que a sociedade brasileira foi organizada pautada no racismo estrutural, na reprodução de práticas racistas por meio de suas conformações econômicas, políticas e jurídicas, em que se criou condições sociais para a discriminação dos grupos racialmente, comprovado a partir dos indicadores socioeconômicos do país (ALMEIDA, 2019).

É gritante no país, as sérias desigualdades socioeconômicas devido a um projeto histórico de exclusão da população negra na sociedade, por vezes com atos legitimados pelo Estado que rechaça o negro na educação, no direito às terras, na justiça econômica e social. Estas condutas governamentais dos poderes públicos trazem uma “suposta neutralidade” que repercute em práticas discriminatórias sistemáticas, que se manifestam por diferentes níveis de isolamento dos negros socialmente, por meio de racismos estruturais e institucionais (GOMES, 2005).

Pode-se afirmar que os tradicionais valores culturais e socioeconômicos da população europeizada se sobrepuseram ao reconhecimento dos valores culturais da população negra, levando ao genocídio silencioso do patrimônio, por obra do preconceito etnocêntrico¹². O silenciamento histórico-cultural da população negra afrodescendente reforçou as desigualdades e iniquidades – seja no terreno dos direitos – que reverberam continuamente, seja no âmbito social e econômico. A democracia racial guarda em seus projetos político-sociais traços de branqueamento, nos quais a sociedade se projeta como branca, ignorando as diferenças e miscigenação, apesar da trajetória de lutas e resistências dos negros (CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2010; NASCIMENTO, 2016; SILVA, 2007).

[...] Uma "democracia" cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituíram detém o poder em todos os níveis políticos – econômicos – sociais: o branco. Os brancos

¹² Etnocentrismo: Considerar as normas e valores da própria sociedade como modelo de avaliação dos demais povos (FERREIRA, 2000; GOMES, 2005).

controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam conceitos, as armas e os valores do país. (NASCIMENTO, 2016, p. 54).

No âmbito específico da saúde, o cenário é igualmente desfavorável. O perfil epidemiológico do negro é lesivo, dadas as dificuldades de acesso aos serviços, direitos e oportunidades, associado aos fatores determinantes de saúde em que esta população encontra maior vulnerabilidade na distribuição distinta de recursos, educação, habitação, justiça e trabalho. Este contexto fica evidente quando se analisa uma maior incidência de enfermidades tais como hipertensão arterial, diabetes, transtornos mentais, muitas vezes devido ao estresse crônico; como também dificuldade de acesso e acolhimento a cuidados frente aos agravos prevalentes; doenças transmissíveis e crônicas, além das vulnerabilidades sociais e econômicas que são evidenciadas num perfil desigual de morbimortalidade de causas externas, a exemplo dos homicídios e demais tipos de violências (FARO; PEREIRA, 2011; SMOLEN; ARAUJO, 2017).

Diante dessa conjuntura desfavorável, cabe conceber que o (re)conhecimento da sua história, suas singularidades e cultura são pilares para a conquista de sua cidadania e direitos. Munanga (2012, p. 10) ressalta que

É preciso resgatar sua história e autenticidade, desconstruindo a memória de uma história negativa que se encontra na historiografia colonial ainda presente em “nosso” imaginário coletivo e reconstruindo uma verdadeira história positiva capaz de resgatar sua plena humanidade e autoestima destruída pela ideologia racista presente na historiografia colonial.

A compreensão e a construção da identidade e discussão sobre a relação étnico-racial atravessam o conhecimento sobre a trajetória negra, suas lutas e resistências e o reconhecimento e a necessidade da sua reparação histórica. Esta identificação do ser negro ocorre em diversas etapas, considerando que para uma afirmação consciente é necessário um conhecimento de sua matriz cultural (KILOMBA, 2019; SANTOS, 2017). Tornam-se, por conseguinte, primordiais as discussões sobre as relações étnico-raciais para a promoção de cidadania e direitos humanos, com ênfase em uma comunidade quilombola, visto que é inegável a influência que a afirmação da identidade tem sobre o modo de ser e viver de uma

população. Os esforços pela efetivação da cidadania e dos direitos humanos estão ligados aos processos de formação identitária, bem como ao sentimento de pertença e desenvolvimento dos indivíduos no seu âmbito social (BRASIL, 2015). Sendo assim, o (re)conhecimento e respeito às diversidades apontam a relevância do aprofundamento acerca das discussões étnico-raciais deste grupo étnico.

A compreensão da cultura e da história dos povos ratifica-se como fator constitutivo da estruturação da identidade étnico-racial da população quilombola. E o seu reconhecimento promove benefícios compensatórios de prejuízos causados historicamente, tais como a valorização das diferenças e singularidades, a restauração da autoestima e a legitimação da cidadania, sobretudo para a resistência às forças hegemônicas e de dominação ideológica (MUNANGA, 2012).

Na perspectiva do (re)conhecimento e da ampliação de informações sobre a participação negra na cultura e na história nacional diante do seu patrimônio cultural, o ambiente escolar emana como um rico campo de constituição social diante das diversidades, mesmo diante das influências hegemônicas que tendem a homogeneizar saberes e culturas, a depender de como a escola se posiciona frente às situações do cotidiano. Embora geralmente haja a propensão ao silenciamento ou neutralidade das diferenças e de discussões acerca de características próprias de grupos e minorias sociais oprimidas, a Educação pode ser um meio factível de ascender a autoestima e ultrapassar estereótipos, possibilitando a equidade e respeito às diversidades (BRASIL, 2015; GOMES, 2002; LOPES, 2002; MOREIRA; CANDAU, 2008; SANTOS, 2017).

A Educação, sendo um terreno fértil para diversas discussões e construções sociais, o papel da intersectorialidade é primordial na formação de redes, haja vista a possibilidade de olhares caleidoscópicos frente a equivalentes situações (MARCONDES et al., 2018). Nesta perspectiva, em 2007, o Estado Brasileiro, pautado na conexão Educação e Saúde, criou uma política interministerial que veio consolidar e reafirmar a relevância da intersectorialidade. Ao integrar Educação e Saúde, possibilitou a abordagem das relações étnico-raciais no eixo de promoção da cidadania e direitos humanos dentre as ações elencadas no PSE. Alicerçado na lógica da redução das adversidades e na socialização dos conhecimentos, ele termina por beneficiar direta e intimamente a história e a cultura afro-brasileiras no país (BRASIL, 2015; BRASIL, 2017). A práxis do PSE, na perspectiva da Política de Saúde Integral

da População Negra, oportuniza a reflexão sobre a identidade e organização social, pautada na justiça, na eliminação do racismo, no respeito e na tolerância, visando à saúde integral com respeito e liberdade de expressão, por meio das discussões acerca da cultura afrodescendente no ambiente escolar.

2.2 SABERES POPULARES DE SAÚDE: MEDICINA TRADICIONAL

O conhecimento da medicina tradicional no país vem baseado numa junção de saberes populares que tiveram em sua elaboração a interação de práticas empíricas, com o uso de recursos naturais, religiosos e espirituais ligados à cultura indígena e africana; caracterizando-se por uma troca contínua de concepções e costumes relacionados ao cotidiano dos indivíduos. Neste aspecto, percebe-se que atualmente ainda é presente as práticas de cura baseadas nos saberes populares (BARBOSA et al., 2016).

Principalmente por meio da oralidade, as práticas e saberes populares de saúde são transmitidas e muitas vezes perpetuadas por gerações. Miranda (2014, p. 110) afirma que “através da história oral, a memória se mostra sobre diferentes aspectos, pois, o narrador busca nas suas lembranças episódios vivenciados”. Seguindo essa ideia, pode-se afirmar que os valores civilizatórios repassados pela ancestralidade por meio da oralidade apresentam uma riqueza histórico-cultural no cotidiano das comunidades remanescentes quilombolas – sobretudo a comunidade em questão pesquisada de Mucambo dos Negros. Sendo assim, a medicina tradicional afro-brasileira é uma das principais vertentes culturais caracterizada pelos saberes, pelas práticas populares e pela busca do equilíbrio espiritual e social do indivíduo, manifestada no cotidiano das comunidades remanescentes de quilombolas, a partir do uso de plantas medicinais em práticas de cura, realizadas por populares, benzedeadas, curadoras e/ou religiosas.

Nesta perspectiva, o presente estudo esboça a riqueza e a dimensão dos valores civilizatórios presentes no cotidiano da Comunidade de Mucambo dos Negros, em que a pesquisadora busca conhecer o uso de práticas e saberes populares de saúde e compreender quais valores permeiam esses costumes existentes ou que já existiram na localidade.

Conforme aponta Gomberg (2011), no cenário das práticas tradicionais de matriz afro-brasileira, a influência religiosa é percebida nas ações de fitoterapia, rituais religiosos, obrigações, banhos e outras ações de cuidado. Estes saberes têm uma estreita relação com a natureza e artifícios sobrenaturais, numa perspectiva integral da assistência. Assim, é seguro afirmar que nestas práticas tradicionais de cura, a saúde é concebida com uma visão integral para o ser humano e não somente para a doença específica, valorizando o indivíduo tanto no aspecto físico quanto nos aspectos espiritual e psicossocial.

No que tange à população quilombola, Oliveira (2007, p. 15) destaca que em “grande parte das comunidades quilombolas do país, há pessoas que tradicionalmente dominam o conhecimento acerca de rezas curadoras e de ervas e remédios concebidos de forma tradicional”. Percebe-se que estes saberes e costumes mantiveram-se perpetuados por gerações, estando presentes no ciclo de vida destas localidades, confirmando que o uso dos saberes populares perpassa o cotidiano dessas pessoas. Na comunidade de Mucambo dos Negros, encontrou-se poucas pessoas que exercem ainda tais práticas; algumas pessoas que praticavam rezas, atualmente já não o fazem com o argumento de mudança de religião. Evidenciou-se em alguns casos, essa influência religiosa significativa em que evitavam exercer tais práticas por receio ou intolerância religiosa, recusando-se até a conversar a respeito.

No Brasil, práticas populares de cura de matriz afro-brasileira sempre estiveram presentes na sociedade. Diante a ocorrência de enfermidades e escassez de serviços de saúde neste período, muitas pessoas, segundo Edler (2010), recorriam a pessoas que detinham um conhecimento empírico acerca de tratamentos à base de ervas, oração, sangrias, exorcismos, fórmulas mágicas, talismã, substâncias de origem animal e mineral, geralmente utilizadas por parteiras, curandeiros, barbeiros e sangradores. Entretanto, seguindo os interesses hegemônicos, essas práticas tradicionais foram silenciadas pela medicina ocidental biomédica, sendo relegada a uma ciência subdesenvolvida, permeada de preconceitos e estigmas, restritas a ambientes domésticos e religiosos vinculados à matriz afro-brasileira (BARBOSA et al., 2016; TEIXEIRA, 2012).

Mas, percebe-se que hoje em dia há uma continuidade de práticas de saberes populares de saúde. Diante desta realidade, se fez necessária a discussão da necessidade da integração dos saberes populares às ações convencionais. Houve,

portanto a legitimação destes saberes por meio do Ministério da Saúde com a implantação e regulamentação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, possibilitando a recuperação cultural de práticas não hegemônicas de cura fundamentadas no olhar holístico do indivíduo.

Tais sistemas e recursos envolvem abordagens que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade. Outros pontos compartilhados pelas diversas abordagens abrangidas nesse campo são a visão ampliada do processo saúde-doença e a promoção global do cuidado humano. (BRASIL, 2015, p. 13).

A melhor maneira de compreender este processo é considerar que as Políticas Integrativas e Complementares oportunizaram a legitimação de manifestações de saberes populares da fitoterapia e medicina tradicional, além de motivar o uso de outras modalidades de cura fora do campo da biomédica. Todavia, não se trata de práticas dispersas e sim do uso de conhecimentos milenares que traduzem um símbolo de resistência e difusão da sua cultura.

Dessa maneira, é pertinente trazer à tona tais discussões e conhecimentos locais para oportunizar um reconhecimento de seu pertencimento frente às influências hegemônicas dos meios midiáticos e da globalização. Uma forte aliada para o fomento de discussão e reflexão destes valores culturais é a intersetorialidade, que possibilita o fortalecimento de uma rede de atenção por meio de políticas públicas, envolvendo a saúde, inter-relacionando com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e educação na aplicabilidade das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tratam do ensinamento da cultura africana, oportunizando por meio do Programa Saúde na Escola a busca da cidadania e direitos humanos.

Em resumo, o (re)conhecimento da história da sabedoria popular de cura na Comunidade de Mucambo dos Negros pode propiciar um reconhecimento dos valores culturais desta localidade e, assim, oportunizar discussões específicas no que tange às relações étnico-raciais, frente aos obstáculos da contemporaneidade na formação de indivíduos reflexivos e ativos, aptos para elevarem a autoestima e reivindicarem plena cidadania.

2.3 ENREDANDO OS CAMINHOS DA SAÚDE DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA

A história da população negra no Brasil é marcada por sofrimentos, separações, abandonos assistenciais, racismo, invisibilidades, inferiorização e estigmatização. Segundo Amaral (2011), no país, o tráfico negreiro de várias nações africanas tornou-se uma atividade bastante rentável para os comerciantes europeus, africanos e brasileiros, visto que a economia brasileira era basicamente sustentada pelos subalternizados advindos da África. Dessa forma, os negros eram capturados e transportados em navios que dispunham de condições insalubres, favorecendo a incidência de agravos e óbitos. Não é exagero afirmar que a situação dos escravizados(as), alusiva às condições laborativas e de vida, eram cruéis e desumanas.

As condições de saúde da população negra eram igualmente deploráveis. Embora houvesse uma multiplicidade de situações e atividades exercidas pelo escravo africano, bem como formas de tratamento recebido por parte dos senhores, os cronistas do período colonial sublinham que os negros que prestavam serviço na terra trabalhavam quase sem descanso, sempre mantidos com muito açoite e, em geral, mal alimentados. (EDLER, 2010, p. 31).

Paralelamente às condições insalubres as quais estavam expostos, os negros eram sujeitos às proibições e restrições em relação a sua cultura, além de permanecerem expostos a castigos físicos e psicológicos. Tais condições impactavam negativamente na saúde desta população, que desprovida de assistência médica acabava doente e suscetível a possíveis óbitos. Diante dessa conjuntura de sofrimento, muitos negros manifestavam sua indignação e resistência por meio de mecanismos tais como fugas, sarcasmos, suicídio e revoltas, a exemplo da Revolta de Malês¹³. Evocando a liberdade almejada, muitas vezes culminavam tais ações na formação de quilombos. Contextos esses que impactavam a economia local e que para a população escravizada, conotava libertação e autoafirmação da condição humana.

¹³ A Revolta dos Malês refere-se ao movimento de 1835 organizado por negros mulçumanos. Tratou-se de um movimento político em que um dos objetivos dos rebeldes era tomar o governo. Eles foram derrotados, contudo, conotou um dos levantes mais importantes de resistência escrava no Brasil (REIS, 2015).

Conforme Miranda (2013), "[...] apesar da chamada abolição da escravatura ter ocorrido no final do século XIX, naquele momento, e posteriormente, não se pensou em políticas públicas para os ex-escravizados". Assim, percebe-se um plano estrutural de organização sociopolítica no país que excluía, por vezes de maneira legitimada, a população negra da sociedade por meio da distribuição desigual, principalmente na educação, saúde, habitação, trabalho e justiça que resultaram em contextos de disparidades étnico-raciais manifestadas pela opressão, racismo, violência, iniquidades e perda de oportunidades desta população.

Face a esta realidade, emanaram estudos e lutas com foco nas relações raciais e nas discussões de ações afirmativas para reparação das injustiças históricas, despontando a necessidade de engajamento político em sua defesa. Discussões concernentes às problemáticas de educação e racismo ampliaram os questionamentos sobre o reconhecimento da cultura afro-brasileira e das terras quilombolas, conforme Leite (2000), Oliveira (2015), Miranda (2013) e Silva e Oliveira (2017), sob a ótica destas discussões, a partir de falas, dentre elas as de Abdias Nascimento, que culminaram na criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em busca da luta pela igualdade racial e melhores condições de vida.

Neste passo, diversas lutas foram empreendidas por este Movimento e dentre elas ressalta-se o reconhecimento das terras ocupadas pelos quilombolas que culminou na incorporação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal do Brasil de 1988 (MIRANDA, 2013). Portanto, as comunidades quilombolas gradativamente foram reconhecidas como espaços habitados por descendentes de pessoas escravizadas, cuja valorização da cultura afro-brasileira se pautava na resistência e na valorização de suas tradições. A inclusão do artigo 68 na Constituição Federal de 1988 previu o reconhecimento da propriedade das terras dos remanescentes quilombolas, complementado pelos artigos 215 e 216 que garantem o seguimento de sua própria cultura.

Em se tratando de quilombo, encontra-se vigente uma concepção de Quilombo que está fundamentada na ação dos movimentos sociais em um contexto de modernidade, são os chamados quilombos contemporâneos.

Quilombos Contemporâneos são comunidades negras rurais habitadas por descendentes de africanos escravizados, que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, de culturas de

subsistência, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo. Os habitantes dessas comunidades valorizam as tradições culturais dos antepassados, religiosas ou não, recriando-as no presente. Possuem uma história comum e têm normas de pertencimento explícitas, com consciência de sua identidade. (MOURA, 2007, on-line).

No que concerne à saúde, as comunidades quilombolas coadunam contextos de iniquidades e barreiras de acesso enfrentadas pela população negra como um todo. Segundo Almeida (2016), nessas comunidades quilombolas destaca-se a ausência de direitos fundamentais, tais como o acesso à água potável, o saneamento básico e acesso aos serviços de saúde. Somente a partir dos anos 1970, com maior intensidade nos anos 1980, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que o Movimento Negro despontou na luta pelos direitos à saúde deste povo, denunciando o extermínio de crianças e esterilização de mulheres negras.

Destaca-se (também) a participação do movimento social em campanhas para introdução do quesito raça/cor nos sistemas de saúde, inclusão da discussão sobre doenças falciforme na elaboração da política de saúde com a inserção de exames de anemia falciforme e hemoglobinopatias no Programa de Triagem Neonatal, além de participar ativamente de eventos em fomento de pesquisas, Comitês Técnicos e Conselho Nacional de Saúde. Como fruto destas atuações e lutas, em 2009 emanou-se a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (MONTEIRO; CRUZ, 2015).

A construção dessa política é resultado da luta histórica pela democratização da saúde encampada pelos movimentos sociais, em especial pelo movimento negro. É, outrossim, fruto da pactuação de compromissos entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a fim de superar situações de vulnerabilidade em saúde que atingem parte significativa da população brasileira. (BRASIL, 2007, p. 9).

Sabemos que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra é envolta da presença constante de movimentos sociais, Representações de Controle Social, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), bem como Secretaria e Política para Mulheres e Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), que juntas almejam incessantemente a garantia dos princípios do SUS com

o devido cumprimento desta Política Pública, imbricada aos preceitos da Organização Mundial da Saúde e Organização Pan Americana da Saúde (OMS/OPAS) em Brasília. Quanto à Saúde Universal:

Saúde universal é garantir que todas as pessoas e comunidades tenham acesso aos serviços de saúde sem qualquer tipo de discriminação e sem sofrerem dificuldades financeiras. Abrange toda a gama de serviços de saúde, incluindo promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos, que devem ser de qualidade, integrais, seguros, eficazes e acessíveis a todos. A saúde universal não é apenas garantir que todos estejam contemplados, mas que todos tenham acesso aos cuidados quando precisam, onde quer que estejam. (OMS/OPAS, 2018, on-line).

Nesta perspectiva, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra desponta como uma potente ferramenta na luta contra as desigualdades étnico-raciais e o racismo institucional, pois, está diretamente relacionada aos determinantes do processo saúde/doença, vislumbrando a adequada equidade na saúde dessa população. Apesar da relevância da aplicabilidade desta política, não há, em sua maioria, a devida formação acadêmica dos profissionais para a sua implementação.

Por sua vez, Cruz (2015) e Werneck (2016) ressaltam que, embora se tenha uma Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, ainda não há artifícios pragmáticos de enfrentamento das barreiras institucionais, decorrentes do racismo, que propiciam efeitos deletérios de modo velado e tênue, haja vista que o racismo, por ser uma condição estrutural histórica, tem a capacidade de atuação simultânea – seja internalizado, seja institucional, porque imbuído de preconceito e discriminação afeta consequentemente a população negra por meio interpessoal ou político-programático.

Apesar de normatizada a Política Nacional Integral de Saúde da População Negra desde 2009, na prática observa-se que a sua implantação e a sua implementação caminham a passos lentos. Na Comunidade Mucambo dos Negros, objeto da presente pesquisa, evidencia-se que ainda não houve a implantação desta política. Tendo conhecimento das políticas públicas municipais e por ser profissional atuante no município há 20 anos, ressalto que inexitem discussões de saúde na perspectiva étnico-racial. Apesar do esforço da equipe de saúde na valorização do uso de plantas medicinais, não se percebe ainda a incorporação de formulações e

práticas da cultura negra no alívio do sofrimento e cura das enfermidades às ações e políticas de saúde da localidade. Infelizmente, essa realidade ainda é similar em vários municípios do país.

Em meio à pandemia da COVID-19 vigente a situação desfavorável da população negra se torna mais evidente, não se perdendo de vista a fragilidade das informações no que tange o critério raça/cor. Contudo, sabe-se que este grupo populacional com sua diversidade experiencia os efeitos mais danosos frente a atual conjuntura – visto que as comorbidades prevalentes dos negros e negras, bem como o histórico de descaso manifestado pelas diversas facetas do racismo estrutural institucionalizado e no cotidiano que incide na vulnerabilidade social e econômica, resultam em ausência de direitos e dificuldade de acesso/ assistência à saúde e reverberam na exacerbação da profunda desigualdade racial e contexto epidemiológico negativo em relação a outros segmentos étnico-raciais da sociedade (ABRASCO, 2020; GOES et al., 2020).

Como se pode notar, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra prima por um sistema livre de iniquidades e propicia inclusão de práticas de saúde afro-brasileiras. Portanto, o reconhecimento histórico-cultural, artístico, técnico, religioso e científico frente às especificidades étnico-raciais no cuidado à saúde contribuem para debelar o racismo, o etnocentrismo, os estereótipos e estigmas, valorizando a identidade que está interligada ao sentimento de pertencimento, autocuidado e proteção, melhorando a qualidade de vida e saúde dessa população.

2.4 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: UMA ALTERNATIVA VIÁVEL PARA A VALORIZAÇÃO E REFLEXÕES SOBRE AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA POPULAÇÃO QUILOMBOLA

Neste subcapítulo tratar-se-á do Programa Saúde na Escola, objeto da presente pesquisa, no contexto da Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros. Fez-se necessário uma abordagem prévia da Educação em Saúde alicerçada nas obras de Edymard Mourão Vasconcelos (2015), Maria Cecília Peliccioni (2013), Marjorie Maciel (2009), Neuza Mainardi (2013), Nilma Lino Gomes (2005), Paulo Freire (1996) e Túlio Martins Figueiredo (2010). Haja vista ser incontestável a

compreensão de que a intersectorialidade entre Educação e Saúde tem uma relevância considerável na formação individual e coletiva das pessoas.

Educar em Saúde oportuniza aos indivíduos intercâmbio de saberes e desenvolvimento de autonomia de ação e consciência crítica dos alunos sobre e a partir da saúde. Sendo o ambiente escolar um espaço privilegiado, rico de diversidades, se conota a possibilidade de reflexões sobre múltiplas temáticas, problematizando discussões acerca de questões de gênero, religião, uso de drogas, relações étnico-raciais e outras questões que contribuam na elaboração da promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos. Corroborando essa amplitude da Educação em Saúde, Salci e colaboradores (2013) ressaltam que:

Educação em Saúde é uma temática complexa em sua exequibilidade, devido às diversas dimensões que a compreendem: política, filosófica, social, religiosa, cultural, além de envolver aspectos práticos e teóricos do indivíduo, grupo, comunidade e sociedade. Além disso, abarca o processo saúde-doença e as duas facetas dessa ação na saúde se fazem necessárias para sua manutenção ou para evitar e/ou retardar a presença de doença, e torna-se essencial para trazer qualidade de vida à pessoa e/ou retardar as complicações do processo de adoecimento.

No Brasil, a interface da Educação e Saúde, incessantemente, esteve atrelada às influências dos padrões de cada momento histórico, sociopolítico e econômico, e cada paradigma emanado trazia consigo, mudanças de práxis dos processos pedagógicos na intersectorialidade (CARVALHO, 2015; MACIEL, 2009). Dessa forma, o século XIX foi marcado pela necessidade de uma concepção de Saúde permeada pela necessidade da busca de melhorias sanitárias, a fim de apetrecer e escoar produções ao mercado agroexportador, portanto voltada para o âmbito econômico, conotando que a Educação em Saúde não era tida como uma prioridade para a sociedade da época.

Em meados do século XIX e início do século XX, o perfil nacional se voltou para o urbanismo e iniciou-se a expansão e interesse escolar por questões relativas à saúde. Contudo, o acesso ao ambiente escolar ainda era restrito às classes sociais dominantes (GUSTAVO; GALIETA, 2017). Carvalho (2015) corrobora afirmando que as práticas educativas em saúde estavam canalizadas para as elites, burguesia e os descendentes da aristocracia, público que tinha acesso à escola. E o direito à

educação não era tido como necessidade de todos os grupos sociais, destacando que a população escravizada não era considerada cidadã, então era excluída deste direito à educação (MAINARDI et al., 2013; STELZER; GONÇALVES, 2016).

Com a instauração do capitalismo industrial, a educação formal expandiu-se e a educação em saúde manifestou-se com o perfil higienista-eugenista através de ações fiscalizadoras e efêmeras, objetivando mudanças comportamentais e adoção de hábitos saudáveis mediante atividades de inspeção de saúde nas escolas, por meio de inculcar novos hábitos de saúde. Gustavo e Galieta (2017) e Carvalho (2015) evidenciam que nesse momento, as ações sanitárias apresentavam aspecto autoritário e por vezes abusivo, principalmente nas camadas populares. O modelo biomédico¹⁴ também emerge com enaltecimento da assistência médica curativa, em âmbito escolar, com ações educativas pontuais e descontextualizadas da rede de saúde, por meio de um modelo de atenção biomédico e reducionista em prejuízo à saúde coletiva (CAVALCANTI et al., 2015; MACIEL, 2009; NASCIMENTO et al., 2020).

Posteriormente, principalmente a partir da I Conferência Internacional sobre Cuidados Primários em Alma-Ata, em 1978, emerge uma proposta que priorizava a atenção primária à saúde, com ênfase nos aspectos condicionantes e determinantes do processo saúde/doença, na contextualização das relações humanas pautadas na comunidade e com relevância à rede intersetorial (ALMA-ATA, 1978; GUSTAVO; GALIETA, 2017; NASCIMENTO et al., 2020). Sendo criadas então comissões mistas intersetoriais, cuja influência de Alma-Ata culminou na implantação de Centros Integrados que atuavam preventivamente e tinham cunho educativo e assistencial, envolvendo as escolas e comunidades da área adstrita nas respectivas unidades de saúde. Contudo, na prática, a responsabilidade recaía para o setor saúde, eximindo a educação desta tarefa.

O fortalecimento da promoção à saúde com a consolidação do avanço na educação em saúde se definiu após a realização da Conferência Internacional da Promoção à Saúde (1986) que gerou a Carta de Otawa que pontuava o alcance da

¹⁴ Modelo biomédico refere-se a uma visão de atenção à saúde pautada em princípios filosóficos que valorizam a eficiência técnica e o conhecimento científico. De enfoque nosocomial, buscam analisar a doença à luz mecanicista, desconsiderando muitas vezes aspectos ambientais e emocionais do indivíduo (LEITE; STRONG, 2006).

qualidade de vida e a VIIIª Conferência Nacional de Saúde que detalhou o conceito de Saúde, definindo-a como decorrente de determinantes e condicionantes a exemplo das condições de moradia, alimentação, emprego, educação, renda, lazer, liberdade, transporte, emprego, acesso a serviços de saúde (MAINARDI et al., 2013; SALCI, et al., 2013).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a saúde foi reconhecida como um direito de todos e dever do estado, integrando-a à Seguridade Social, em conjunto com a Assistência Social e Seguridade Social, o que culminou em 1990 na implantação do SUS, com os princípios da universalidade, da integralidade, da equidade e da participação social. Nesta perspectiva, Gustavo e Galieta (2017) ressaltam a importância da formação do cidadão para a garantia da plena cidadania e dos direitos e destaca a magnitude do papel da educação no âmbito do controle social e na consolidação dos princípios do SUS.

Com o surgimento do movimento de Educação Popular em Saúde, tendo Paulo Freire como seu principal idealizador, a educação e cultura estariam interligadas e contextualizadas com a proposta de impulsionar autonomias individuais e coletivas, movimentos na luta por direitos e valorização dos conhecimentos prévios da pessoa, podendo refletir na expansão do significado dos direitos de cidadania, possibilitando a transformação na vida cotidiana das pessoas. Pautada numa educação libertadora, a proposta da educação popular em saúde ratifica a compreensão ampliada de saúde e a necessidade de uma consciência individual e coletiva nos âmbitos políticos e socioeconômicos para o alcance do impacto na equidade em saúde e bem-estar (LOPES et al., 2017; SEVALHO, 2018).

Portanto, o contexto da intersectorialidade e as ações integradas entre educação e saúde propiciam a valorização e reconhecimento destes fatores determinantes e condicionantes do processo saúde/doença, engendrando, assim, novas abordagens da saúde na escola, elaboradas pelos setores que interagem em prol de metas compartilhadas. O educar em saúde é entendido como o ensinar a partir do tema saúde, mobilizando as práticas diárias a fim de desenvolver a autonomia e capacidades cognitivas dos discentes (GRACIANO et al., 2015; MOHR, 2002; SILVA, 2008).

Os profissionais engajados de ambas as áreas são peças fundamentais para a legitimação desta interface, uma vez que agem como articuladores entre a família,

corpo discente e docente, profissionais de saúde e comunidade. O envolvimento da comunidade escolar e equipe de saúde propicia o intercâmbio de saberes e pode possibilitar uma constituição social profícua na conjuntura atual. Compreende, portanto, práticas com uma visão integral e holística do ser humano, com o fomento à reflexão e discussão dos hábitos, valores, estilos de vida associados ao contexto socioeconômico dos indivíduos a fim de permitir melhor qualidade de vida individual e coletiva (GRACIANO, 2015; NASCIMENTO et al., 2020).

Essas ações de educação em saúde estão asseguradas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, que pontua persistentemente a abordagem da questão intersetorial como tema incluso nos projetos políticos pedagógicos e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Na prática, observa-se um predomínio da abordagem teórica de temas de saúde nas disciplinas de Ciências e Biologia; e a execução das práticas integradoras de promoção à saúde ficam majoritariamente com os profissionais da área de saúde.

Sob a égide da importância e da necessidade da intersectorialidade como agente de promoção à saúde, em 2007 implantou-se o Programa Saúde na Escola, advinda do Decreto Interministerial Saúde e Educação, Lei nº 6.286, com vistas a "contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde" (BRASIL, 2017). Sendo assim, o Programa Saúde na Escola é legitimado por meio da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), cujo objetivo é incrementar ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, corroborando com a responsabilidade de ambos os setores e gestores, entre os quais são firmados compromissos e garantias do envolvimento das unidades de saúde da família e das respectivas unidades escolares das áreas adstritas para a formação de uma consciência crítica e reflexiva por parte dos estudantes e comunidade, favorecendo a intercambialidade e pactuações (CAVALCANTI et al., 2015).

Destaca-se por eixos temáticos que abrangem o combate ao mosquito *Aedes aegypti*, promoção de segurança alimentar, direito sexual/reprodutivo e prevenção DST/AIDS, prevenção às drogas, promoção das práticas corporais, prevenção de violência e acidentes, identificação de doenças, promoção de saúde bucal, verificação vacinal, promoção de saúde ocular e auditiva e a promoção de cultura de paz, cidadania e direitos humanos (BRASIL, 2015; BRASIL, 2018). Em relação às

discussões acerca dos valores pautados na igualdade, equidade e universalidade que são almejados pela maior parte das pessoas, a exemplo da tolerância religiosa, respeito às diversidades, liberdade política, equilíbrio ecológico convergindo no sentimento de respeito à heterogeneidade, o eixo correspondente a tais reflexões denomina-se o de Promoção da Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos.

[...] a 'Promoção de Cultura de Paz e Direitos Humanos' visa atuar na educação para uma sociedade solidária onde o respeito aos direitos humanos e à diversidade se torne concreta na vida de cada cidadão, e que a vida possa ser vivida sem violência. Através dessa, e de outras ações, prevê garantir a todo(a)s o(a)s educando(a)s a oportunidade de fazerem escolhas favoráveis à saúde e serem, portanto, protagonistas do processo de produção da própria saúde, buscando melhoria de sua qualidade de vida. (BRASIL, 2014, p. 2).

Além disso, ainda temos a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 que evidenciam a obrigatoriedade da inserção da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas em seus currículos. Na prática, como bem assegura Santos (2017), de modo geral, as escolas ainda persistem em homogeneizar o ensino aos alunos, restringindo os conhecimentos sobre suas origens, limitando-se aos tratos sociais vigentes. Em se tratando de uma Educação Escolar Quilombola, essa modalidade de ensino fundamenta-se na memória coletiva, marcos civilizatórios, práticas culturais, acervos e repertórios orais. Dessa forma, para atender às desigualdades existentes, seja socioeconômica ou regional, e garantir um ensino de qualidade, é necessária a devida adequação quanto a arquitetura do espaço escolar, transporte, alimentação, além da organização curricular, do projeto político pedagógico que busque expressar as especificidades, bem como a execução da atividade docente, preferencialmente, por professores oriundos de comunidades quilombolas e a garantia da formação de gestores e professores a fim de atender os estudantes destes territórios (BRASIL, 2012).

Na perspectiva étnico-racial, no cenário da Saúde, encontramos a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra que, segundo Monteiro (2015), ainda apresenta dificuldades em sua implementação e superação das desigualdades raciais. Não é exagero afirmar que a Educação e a Saúde têm empreendido ações de forma desalinhada apesar da existência das políticas vigentes em ambas as áreas.

A privação na efetivação de tais políticas reverbera em silenciamentos acerca das questões étnico-raciais que acabam invisibilizando as necessidades específicas dos grupos populacionais, tendo reflexos desfavoráveis na educação, na saúde, no lazer, moradia, segurança e trabalho – condições estas primordiais para a promoção de seus direitos humanos e sua cidadania. Neste sentido, as atividades intersetoriais do PSE, especialmente no que tange o eixo voltado para essa promoção, configuram-se como uma ferramenta importante no espaço de formação de cidadãos conscientes, críticos e reflexivos, engendrando deslocamentos e olhares caleidoscópicos na expansão de tais discussões acerca da Promoção da Cidadania e Direitos Humanos na perspectiva étnico-racial.

A presente pesquisa tem uma aproximação desta concepção teórica no que tange à proposta de formação dos profissionais das áreas da Saúde e Educação de forma intersetorial e coadunado como estratégia para fomentar discussões acerca das perspectivas étnico-raciais. Os teóricos referenciados trazem aproximações que estão em harmonia com a reflexão proposta neste estudo. Assim, percebe-se a possibilidade, a médio prazo, dos conhecimentos elaborados colaborativamente resultarem em ações profícuas que envolvam os saberes tradicionais da população local com a integração entre comunidade e profissionais da saúde e educação, a fim de possibilitar uma promoção de cidadania, cultura de paz e direitos humanos.

2.5 UMA VIAGEM AOS CAMINHOS ANTERIORMENTE TRILHADOS

Neste momento, buscou-se fazer uma revisão de literatura que compreendeu tanto a identificação de produções acadêmicas quanto sua discussão. Desta forma, vislumbrou-se o reconhecimento dos prismas que vêm sendo abordados nos diversos contextos nas respectivas áreas de conhecimento, além de conhecer de que forma e em que condições foram produzidas dissertações de mestrados acadêmicos e profissionais além das teses de doutorado. Para Ferreira (2002), há a possibilidade de identificar possíveis lacunas existentes, enriquecendo o trabalho e dando ao pesquisador uma visão mais abrangente sobre a temática.

Quanto às categorias teóricas que compõem este estudo, tornou-se imperioso conhecer e refletir sobre as pesquisas já existentes, por meio de uma revisão de literatura dos seguintes termos: identidade, medicina tradicional, saúde da população

negra e programa saúde na escola. Buscou-se conhecer as intersecções destas categorias, de modo a identificar os estudos que já foram realizados, as lacunas evidenciadas, bem como construir diálogos para a sua contextualização que foram cruciais às discussões e ao desenvolvimento deste projeto.

Assim, as informações foram coletadas no site Coordenação de Aperfeiçoamento de Teses e Dissertações (CAPES), a partir de pesquisas que se aproximassem do nosso objeto de estudo. Para esta revisão de literatura, empreendeu-se o seguinte questionamento: quais os estudos existentes nas áreas de Ciências Humanas, da Saúde e Multidisciplinar e como discutem a identidade étnico-racial e a medicina tradicional no Programa Saúde na Escola?

Esta pesquisa foi realizada em março de 2019 e optou-se pelos critérios de inclusão de trabalhos provenientes dos programas de doutorado, mestrado e mestrado profissional de todo o país, com foco nas grandes áreas de conhecimento das Ciências Humanas, da Saúde e Multidisciplinar que abordassem a temática da identidade no Programa Saúde na Escola, como também sobre a medicina tradicional como potencializador das discussões sobre identidade étnico-racial na saúde da população negra, tendo um recorte temporal de 2009-2018. Justifica-se a seleção de trabalhos posteriores a 2009 em virtude da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra ter sido implantada neste ano, sendo o ponto de corte, possibilitando a análise nesta perspectiva, frente aos estudos encontrados. Para complementar e restringir os resultados, na busca dos descritores supracitados foram utilizados para os cruzamentos o operador Booleano AND¹⁵ e os termos foram postos com aspas a fim de qualificar a pesquisa e avaliação dos trabalhos.

Apesar do Programa Saúde na Escola ter sido criado em 2007 e a Política de Saúde da População Negra ter sido implantada em 2009, os estudos acerca da identidade étnico-racial na implementação destas políticas ainda são incipientes, sobretudo na área da Saúde. Sendo assim, realizamos buscas na plataforma da CAPES e encontramos os seguintes estudos:

¹⁵ “O operador booleano AND é usado para restringir a pesquisa, fazendo a intersecção dos conjuntos de trabalhos que possuem os termos combinados” (PIZZANI, 2012, p. 61).

Quadro 1 – Relação de trabalhos encontrados por descritores com a utilização das aspas, sem e com a utilização dos filtros

DESCRITORES	CAPES	BUSCA COM FILTRO DE INCLUSÃO	SELECIONADOS
“Identidade”	37.840 Resultados	10.867 Resultados	-----
“Medicina Tradicional”	748	385	-----
“Saúde da População Negra”	70	62	-----
“Programa Saúde na Escola”	192	184	-----
“Identidade” AND “Medicina Tradicional”	18	11	3
“Identidade” AND “Saúde da População Negra”	5	4	2
“Identidade” AND “Programa Saúde na Escola”	6	6	1
“Medicina Tradicional” AND “Saúde da População Negra”	0	0	0
“Medicina Tradicional” AND “Programa Saúde na Escola”	0	0	0
“Saúde da População Negra” AND “Programa Saúde na Escola”	0	0	0
“Identidade” AND “Saúde da População Negra” AND “Programa Saúde na Escola” AND “Medicina Tradicional”	0	0	0
“Identidade” AND “Práticas Tradicionais”	58	27	01
“Identidade” AND “Medicina Popular”	18	05	01
Total	-----	-----	08

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O processo de rastreio, descrito acima, apresentou parcela elevada de resultados no que tange à busca com descritores individuais. Contudo, mesmo com o uso de aspas, estes não se mostraram convergentes ao objetivo proposto. Conseqüentemente foram realizados cruzamentos entre os descritores com o uso do operador booleano AND, em que foi observado uma redução na quantidade de trabalhos encontrados. Após a avaliação dos títulos e resumos, foram selecionados 8

estudos, considerando-se uma confluência com o objeto de estudo e características similares que envolvem a identidade, medicina tradicional na população negra e a intersectorialidade por meio do Programa Saúde na Escola.

Os estudos selecionados abordam a importância da compreensão da temática racial e cultural e suas interfaces nos diversos saberes. Portanto, a pesquisa projetada a partir desta revisão de literatura, aponta a relevância de buscar fomentar novos estudos nas áreas de Educação e Saúde, de caráter intersectorial, conotando a relevância deste tema.

Vejamos a nuance destes trabalhos no quadro a seguir:

Quadro 2 – Descrição de estudos por ano, nível, título e autoria

ANO	NÍVEL	TÍTULO	AUTOR
2014	ME	Práticas de Cura Popular, Uso de Plantas Medicinais e Fitoterapia no Ponto de Cultura “Os Tesouros da Terra” e na Rede Fitovida na Região Serrana – Lumiar/Rio de Janeiro (1970-2010).	PALMIRA MARGARIDA RIBEIRO DA COSTA RIBEIRO
2014	ME	Medicina Popular e Comunidades Rurais da Região da Serra das Almas, Paraná: O Amálgama Cosmo-Mítico-Religioso das Territorialidades Tradicionais.	MAXIMILLIAN FERREIRA CLARINDO
2015	ME	Saúde indígena entre os Pitaguary: identidade étnica, políticas públicas e medicina tradicional.	REBECA MEIRELES BRITO
2016	ME	Educação em Saúde na Comunidade Quilombola de Tijuçu, Senhor do Bonfim – BA.	ELIANA DO SACRAMENTO ALMEIDA
2017	ME	Entre Silêncio e Dizeres: A Construção da Identidade Negra na Educação Infantil.	ANNA CLEA FERREIRA DIAS
2018	ME	Cuidado e Saúde no Terreiro Bandaleongo: Orientando Uma Proposta De Educação Afrocentrada para a Saúde no Município do Juazeiro -BA.	KEITH EMANUELLE MATIAS REGIS
2018	DO	Guardiãs das folhas: mobilização identitária de raizeiras do cerrado e a autorregulação do ofício.	SABRINA SOARES D ALMEIDA
2018	ME	Memórias Resistentes nos Quintais Quilombolas de Pilar do Sul (SP).	GABRIELLA MARQUES LEITE PAIXAO

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

De acordo com a análise dos dados acima, observa-se que os referidos estudos (5) trazem o destaque sobre o termo Identidade. Contudo, em relação à interface específica, saúde, educação e identidade étnico-racial, foram considerados 3 produtos. Observou-se a importância das discussões étnico-raciais como estratégia de fortalecimento de identidade e na formação de cidadãos críticos e reflexivos na busca de uma melhor qualidade de vida, podendo reverberar positivamente nos indicadores sociodemográficos deste grupo populacional. Nesta perspectiva, ressalta-se a pesquisa denominada *Entre Silêncio e Dizeres: A construção da Identidade negra na Educação Infantil* (Mestrado de Ciências em Saúde), da pesquisadora Anna Clea Ferreira Dias, que aponta a possibilidade da inserção da temática étnico-racial na Educação Infantil tendo o Programa Saúde na Escola como uma importante ferramenta. Destaca-se ainda a pesquisa intitulada *Educação em Saúde em população quilombola*, da autora Eliana Sacramento, dissertação do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (UNEB, campus VII), que traz um estudo investigativo sobre as práticas preventivas de saúde em uma comunidade quilombola, e o estudo *Cuidado e Saúde no Terreiro Bandalecongo: Orientando uma Proposta de Educação Afrocentrada para a Saúde no Município do Juazeiro-BA*, que ressalta como a compreensão da concepção de saúde pode subsidiar uma educação afrocentrada. Frisa-se que as duas últimas pesquisas supracitadas derivaram do Mestrado Profissional de Educação e Diversidade, da Universidade do Estado da Bahia, ao qual a presente dissertação está igualmente vinculada. A análise das pesquisas aludidas reflete a vigorosidade da intersectorialidade entre a Saúde e Educação como forma de impulsionar discussões étnico-raciais e seus valores culturais no processo de busca na promoção da cidadania e direitos humanos da população negra.

Na perspectiva dos saberes populares e medicina tradicional, associados à identidade, apontam-se alguns estudos (5) correlatos ao objetivo proposto. Neles, evidencia-se o uso de ervas e plantas medicinais associadas à cultura indígena, quilombolas e rurais, tendo em vista esses povos usarem tais práticas no manuseio da sua saúde. O estudo de Sabrina Soares de Almeida, proveniente de Doutorado em Ciências Sociais, traz a discussão e uma reflexão da mobilização da identidade de raizeiras e a regulação deste ofício. Ainda nesta vertente, destaca-se também o estudo de autoria de Palmira Margarida Ribeiro da Costa, fruto do Mestrado em História das Ciências, que debruça como o conhecimento tradicional/popular e seus

agentes estão inseridos no Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Quanto ao uso da medicina popular nas comunidades rurais, a obra de Maximillian Ferreira Clarindo (Mestrado em Geografia) bem representa e ressalta a visão holística da medicina popular, levando-se em conta as dimensões simbólicas e materiais que constituem este sistema de saberes e práticas tradicionais. Nota-se, também, a importância da pesquisa de Gabriella Marques Leite Paixão (Mestrado em Sustentabilidade em Gestão Ambiental) que discute sobre os conhecimentos tradicionais quilombolas presentes no cotidiano dos quintais, de forma a agregar estes saberes às suas ações sociais. Por fim, a discussão da saúde da população indígena com a relação à medicina tradicional se faz representada na pesquisa de Rebeca Meireles Brito (Mestrado em Sociologia) que analisa a presença e preservação das práticas de cura tradicionais, enquanto registros da identidade indígena. Diante do exposto, observa-se o impulso de pesquisas a partir de 2014, período em que se apresentam estudos sobre medicina popular e práticas de cura popular, com significativos estudos no banco de dados de áreas diversificadas.

Ainda na vertente das comunidades tradicionais, sobre quilombolas, Paixão (2018) pesquisa sobre as memórias resistentes nos quintais, catalogando as práticas e plantas encontradas nos quintais das casas de moradores das comunidades rurais, relacionando-as às matrizes afro-brasileiras de cura. Sendo assim, possibilitou a percepção de que os conhecimentos dos antepassados mesmo ressignificados ainda resistem por gerações. Quanto aos saberes populares de cura acerca de etnias indígenas e comunidades rurais, Almeida (2018), que se debruça sobre o uso de folhas e a mobilização identitária de raizeiras, e nesta mesma vertente, Brito (2015) aponta a discussão da identidade étnica a partir da medicina tradicional, contudo em população indígena. Os estudos de Ribeiro (2014) e Clarindo (2014) tratam sobre o uso de fitoterápicos e práticas de medicina popular ligados às comunidades rurais, abordando também a condução dos trabalhos por benzedeadas e pessoas que detêm o conhecimento do uso de plantas para remédios caseiros.

No contexto da Saúde, cabe destacar os estudos provenientes do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade pesquisados por Sacramento (2016) e Regis (2018), ressaltando a conjuntura da Saúde na população negra quilombola e de Terreiro respectivamente. Sacramento (2016) discorre sobre o estado situacional de saúde no Distrito de Tijuaçu, município de Senhor do Bonfim-BA. Ainda assevera

sobre as condições de saúde da comunidade e propõe ações em educação que valorizem as tradições afro-brasileiras. Em estudo realizado, Regis (2018) mostra a manutenção e resistência das práticas tradicionais de cura em um Terreiro Bandalecongo no município de Juazeiro-BA. Busca possibilitar os espaços de formação e afirmação da história por meio dos saberes e práticas para efetivação da educação afrocentrada. Contudo, em ambas as abordagens se observam as lacunas da associação das práticas da medicina tradicional e saberes populares e da discussão da identidade étnico-racial por meio específico do Programa Saúde na Escola.

Dias (2017), por sua vez, ressalta a possibilidade da inserção racial na Educação Infantil e aponta o Programa Saúde na Escola como um parceiro no alcance do escopo do estudo e construção da identidade racial nas crianças negras. Proposta esta que aponta a perspectiva da intersetorialidade no cenário escolar, pois, favorece a valorização da cultura, combate ao racismo e promove a cultura de paz. Assim, o ponto forte desta autora, que coaduna estreitamente com o presente estudo da dissertação intitulada *Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros: Identidade étnico-racial no Programa Saúde na Escola – Miguel Calmon-BA*, se atribui à assimilação da autora de que o PSE é uma importante ferramenta na promoção de ações para o (re)conhecimento cultural, e que pode contribuir no enaltecimento e consideração das diferenças, acerca da diversidade e igualdade racial, bem como no enfrentamento ao racismo estrutural, preconceito e discriminação, visando a promoção dos direitos humanos e da cidadania.

Diante da análise dos trabalhos selecionados, evidencia-se que os mesmos apresentam singularidades temáticas, mas todos convergem para a necessidade do (re)conhecimento e valorização da cultura local por meio da sensibilização e conscientização com enfoque nas discussões, envolvendo a comunidade nas questões étnico-raciais, contribuindo para uma busca do empoderamento e da conquista da cidadania. Ratifica-se ainda que nos estudos relativos à intersetorialidade, destaca-se a potencialidade intersetorial na formação de cidadãos críticos e reflexivos na busca da promoção da cidadania e direitos humanos destes grupos étnicos.

No que tange à metodologia, a maioria dos trabalhos detalha minuciosamente seus trajetos metodológicos. Contudo, alguns estudos ainda apresentam fragilidades

na explicitação dos dados e resultados alcançados, com ausência de informações pertinentes, tais como paradigmas epistemológicos, tipos de abordagens e instrumentos de análise. É imperioso salientar que embora apresentem essas lacunas em alguns dos trabalhos encontrados, mostram-se de relevância ímpar diante dos poucos estudos existentes, visto que alicerçam e suscitam novas pesquisas acerca das questões étnico-raciais das comunidades tradicionais e sua cultura.

Quanto aos locais e instituições promotoras da elaboração, as produções acadêmicas selecionadas apontam o seguinte delineamento, conforme quadro a seguir.

Quadro 3 – Relação de pesquisas por ano e região/instituição

ANO	QUANTIDADE	NÍVEL/ÁREA	MUNICÍPIO/ESTADO/ INSTITUIÇÃO	REGIÃO
2014	02	- Mestrado em História das Ciências; - Mestrado em Geografia	- <u>Rio de Janeiro/RJ</u> *Fundação Oswaldo Cruz - <u>Paraná/PR</u> *Universidade Estadual de Ponta Grossa	Sudeste Sul
2015	01	- Mestrado em Sociologia	- <u>Ceará/CE</u> *Universidade Estadual do Ceará	Nordeste
2016	01	- Mestrado em Educação e Diversidade	- <u>Jacobina/BA</u> *Universidade do Estado da Bahia	Nordeste
2017	01	- Mestrado em Ciências da Saúde e Biológicas	- <u>Petrolina/PE</u> *Universidade Federal do Vale do São Francisco	Nordeste
2018	03	- Mestrado em Educação e Diversidade - Doutorado em Ciência Social - Mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental	- <u>Jacobina/BA</u> *Universidade Federal do Vale do São Francisco - <u>São Paulo/SP</u> *Universidade de São Paulo - <u>São Paulo/SP</u> *Universidade Federal de São Carlos	Nordeste Sudeste Sudeste

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No presente resultado, evidencia-se a totalidade de pesquisas fomentadas por instituições públicas de ensino superior, conotando, assim, a relevância destas entidades mantidas pelos recursos governamentais na promoção do conhecimento científico no país. Paralelamente sobrepuja uma grande carência em pesquisas que tratem de identidade étnico-racial e suas interfaces no que tange os saberes populares, a saúde da população negra e o programa saúde na escola nos diversos estados e regiões brasileiras. Apesar deste contexto, destaca-se predominância de estudos na região Nordeste, conjuntura que pode ser explicada pela afinidade diante do regionalismo, bem como o fato de a região ter acolhido grande parte da população negra durante a colonização. Salienta-se, ainda, que na maioria dos estudos em que se discute a temática identidade, ressalta-se a perspectiva do (re)conhecimento e valorização da cultura das comunidades.

Sinaliza-se, levando-se em consideração os aspectos desta revisão de literatura, a necessidade de investimentos e fomento de novas pesquisas que tratem das questões étnico-raciais, na promoção de cidadania e direitos humanos, sobretudo no âmbito da intersetorialidade, pautado no Programa Saúde na Escola. Observa-se, ainda, a originalidade e potencialidade da temática proposta. Conclui-se que este levantamento atingiu o objetivo proposto, evidenciando-se o mérito do tema para o desenvolvimento desta pesquisa vinculada ao Mestrado Profissional em Educação e Diversidade, da Universidade do Estado da Bahia.

3 DIREÇÕES DOS CAMINHOS PERCORRIDOS

A intersectorialidade entre a Educação e Saúde e o envolvimento da comunidade neste processo de estudo mostram o relevante papel social dos colaboradores desta pesquisa, diante das diversidades existentes e da ausência de discussões sobre as relações étnico-raciais. A construção do caminho metodológico aconteceu a partir da necessidade em responder ao problema desta pesquisa acerca deste silenciamento das discussões étnico-raciais no Programa Saúde na Escola (Educação e Saúde) que possibilitou uma interligação entre os colaboradores das áreas de Saúde e Educação, assim como a busca das memórias coletivas da Comunidade Quilombola Mucambo dos Negros.

O processo de efetivação da pesquisa exigiu uma trajetória metodológica, escolhas e possibilidades que nos levasse ao que foi pensado sobre a pesquisa, às descobertas, aos atravessamentos do campo, direcionando os passos seguidos. Entendeu-se que a pesquisa é um conjunto de etapas sistemáticas que têm como objetivo responder problemas que lhe são propostos. Segundo Gil (2010), estas fases se desenvolveram mediante o uso de metodologias e técnicas de investigação científica, desde a formulação do problema até o desfecho dos resultados. Portanto, necessitou-se de um planejamento prévio para condução das ações desenvolvidas, visto que a metodologia de um estudo foi o eixo orientador da pesquisa.

Ivenicki e Canen (2016) ressaltam que a metodologia não é neutra, porque o pesquisador é composto de cultura, crenças, histórias de vida, raça, gênero, dentre outros prismas que se relacionam com sua identidade e conseqüentemente com o delineamento da pesquisa. Creswell (2014) destaca que pesquisas qualitativas envolvem aspectos de abstração a partir das características individuais do pesquisador, perpassando pelos pressupostos ontológicos (perspectivas diversas da visão do contexto), epistemológico (aproximação do pesquisador aos participantes e afirmação do conhecimento justificado), axiológico (o papel dos valores pessoais do pesquisador) que instigam a escolha do traçado metodológico a ser usado, além dos vínculos entre as leituras teóricas, e objetivos propostos.

3.1 TIPO DE ESTUDO

A presente pesquisa define-se como de abordagem qualitativa pela flexibilidade dos delineamentos em seu desenvolvimento, com coleta de dados em um cenário natural aos participantes, contando sempre com a maestria de tratar de objetos complexos ou ocultos, furtivos e subjetivos. Buscou-se ainda conhecer e entender os significados que as pessoas atribuem a um determinado problema e a possibilidade de perceber aspectos relevantes, como as opiniões dos participantes e seu contexto, cultura e experiências vivenciadas de forma holística, com múltiplas fontes de evidência e reflexões no trabalho com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, dos valores e das atitudes (CRESWELL, 2014; DESLANDES et al., 2011; IVENICKI; CANEN, 2016; YIN, 2016).

Para tanto, esta investigação contemplou a realidade étnico-racial da comunidade quilombola, conhecida como Mucambo dos Negros e desencadeou a realização de entrevistas e de Ateliês de Pesquisa que buscaram contribuir para as discussões das questões étnico-raciais nas ações do Programa Saúde na Escola, levando-se em consideração o caráter intersetorial do contexto estudado. Por ser vinculada ao Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED), tal pesquisa trouxe uma implicação de natureza aplicada e engajada, incorporando-se ao contexto e às vivências dos profissionais, o que possibilitou o despertar dos colaboradores para a formação de cidadãos reflexivos e críticos a partir de sua práxis profissional. Sendo assim, as metodologias deste estudo foram escolhidas pela possibilidade de conhecer os saberes populares em que se utilizou a história oral e na busca de um processo de formação e autoformação com os participantes e pesquisadora, em que se utilizou o método da pesquisa ação, no sentido de, a partir de novos conhecimentos e subjetividade dos profissionais, levar à comunidade escolar um produto engendrado colaborativamente.

Silva e Sá (2016) ressaltam a responsabilidade destes resultados em provocar uma mudança na conjuntura vivenciada, independente da dimensão desta mudança, havendo uma estreita relação entre os objetivos propostos e o produto advindo da pesquisa. Caracterizou-se como um estudo de cunho exploratório/descritivo nas suas etapas iniciais e trouxe a proposta de desenvolver um diagnóstico situacional da conjuntura local, com a descrição de informações de determinada população,

apontando a inevitabilidade de uma aproximação com o objeto de pesquisa, com a finalidade de desenvolver e elucidar conceitos e ideias (GIL, 2008; 2010).

Tratou-se, então, de uma investigação alicerçada na perspectiva epistemológica pós-crítica, cuja teoria se pautou na concepção da cultura imbricada no ambiente escolar, em que as fronteiras entre o conhecimento acadêmico e o cotidiano encontram-se tênues, evidenciando espaços além da escola com potencial produção de sentidos e significados (PARAÍSO; MAKNAMARA, 2013).

A confluência do presente estudo no contexto escolar compreende que a perspectiva pós-crítica aponta a identificação das diferenças e enfatiza o respeito, tolerância e convivência harmoniosa entre as culturas, embora estejam implicadas relações de poder, evidenciadas historicamente. Neira (2011) ressalta que a teoria pós-crítica não alvitra alternativas de mudanças comportamentais alicerçadas em princípios tidos como “certos”, contudo problematiza a cultura e a singularidade engendradas na vivência individual e coletiva do cenário escolar. Nesta perspectiva, os alicerces principais serão os teóricos como Dagmar Estermann Meyer (2012), Marcos Neira (2011), Marlécio Maknamara (2013) e Marlucy Paraíso (2013).

Diante da perspectiva epistemológica pós-crítica em que se direcionou a pesquisa, seguiu-se a constituição dos passos de modo coerente aos conceitos e proposições determinados. O delineamento envolveu o planejamento das ações com a previsão dos métodos, dispositivos, análise e interpretação dos dados (GIL, 2008), que foram utilizados a fim de responder os objetivos propostos e responder à questão de pesquisa. Para auxiliar na construção, sistematização e análise dos dados, frente aos objetivos traçados nesta pesquisa, foi determinada uma estratégia multimetodológica, contemplando a história oral e a pesquisa ação. Esta concepção, segundo Iglesias e Alfinito (2006, p. 139), “parte do princípio de que não existe um método específico que seja mais apropriado”. A opção multimetodológica em pesquisa é observada em áreas como saúde e educação, possibilitando uma maior reflexão diante da complexidade dos objetivos traçados.

Assim, considerando a possibilidade de múltiplas metodologias, na presente pesquisa, o uso de mais de uma técnica de coleta e de análise de dados foi indicada. Recursos estes, presentes em estudos de multidimensionalidade da maioria dos fenômenos de interesse para pesquisa social, assim como nos que enfatizam a existência de suas pluridisciplinaridades (PINHEIRO et al., 2013). A predileção pela

estratégia multimetodológica justifica-se pela singularidade de cada objetivo proposto, uma vez que envolveu (separadamente) a comunidade na fase exploratória e diagnóstica e a participação colaborativa de profissionais de Saúde e Educação no desenvolvimento nas fases exploratória e interventiva. O uso desta estratégia multimetodológica se fundamenta à luz de Fábio Iglesias (2006), Solange Alfinito (2006), José de Queiroz Pinheiro (2013), Tadeu Mattos Farias (2013), July Yukie Abe-Lima (2013) e Jomoran-Ellis (2013), os quais apontam as contribuições do uso.

Acerca dos métodos, utilizou-se a princípio a história oral, no decorrer da etapa empírica, com a participação de pessoas da comunidade detentoras das informações sobre os saberes tradicionais de cura. Na fase colaborativa de intervenção, realizou-se a pesquisa ação, que envolveu os profissionais de Educação e Saúde com ênfase na relevância do contexto e da produção de saberes de âmbito intersetorial para a aplicação na práxis profissional de ambas as áreas de conhecimento.

A história oral, Portelli (1997, p. 15) aduz ser uma ciência e arte do indivíduo que diante dos padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos busca conhecer o cerne da experiência e memória dos indivíduos por meio de conversas com pessoas, sendo utilizada como referencial metodológico. No âmbito da pesquisa qualitativa, promove descobertas e reflexões do passado, envolvendo a experiência pessoal dos colaboradores ao contexto vivenciado, ressignificando a partir do momento presente, sendo a memória um elemento constitutivo da identidade e a entrevista como ponto central das análises (JOUTARD, 2000; MEIHY, 2011; MINAYO, 2010; POLLAK, 1989). Neste sentido, ainda, Meihy (2007) destaca que a história oral tem o papel de refletir sobre a sociedade atual, privilegiando a história do tempo presente, pautado em informações dos sujeitos sociais inseridos no contexto vivenciado. Assim, assentando-se em preceitos de Alessandro Portelli (2017), José Carlos Sebe Bom Meihy (2007), Michael Pollak (1989) e Philippe Joutard (2000).

A história oral além de fornecer informações significativas, no campo se permite o contato com o entrevistado, a troca de olhares, a empatia e a humanização de percepções. Definido como uma arte da escuta e das relações evidenciado no diálogo, na memória, na oralidade. Podendo ser classificada em três gêneros que são a história oral de vida que valoriza o indivíduo, a história oral temática que tem o caráter social onde não há versões únicas, buscando esclarecimentos de situações conflitantes, polêmicas e contraditórias de um assunto definido e a tradição oral que propõe uma

descrição meticulosa do cotidiano com ênfase nos detalhes de sua cultura (MEIHY, 2007; PORTELLI, 2017).

A metodologia da história oral é capaz de conduzir e sistematizar a busca de respostas às questões de pesquisa, indicando o caminho constitutivo e operacional da pesquisa (ICHIKAWA; SANTOS, 2003; MEIHY, 2011). A história oral emana a força de dar visibilidade aos “esquecidos”, iletrados, excluídos, grupos de minorias¹⁶, do ponto de vista social, tais como negros, mulheres, LGBT, enfim diversas populações específicas. Meihy (2007, p. 28) ressalta que na história oral há uma perspectiva da valorização da diversidade social com a intensificação do caráter democrático e inclusivo da sociedade, de forma que cada indivíduo seja o ator e possa fazer e compor a história por meio da oralidade.

É através do oral que se pode aprender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador quanto o universo racional. (JOUTARD, 2000, p. 34).

Em se tratando de história oral temática, opção do presente estudo, esta modalidade apontou a existência de um tema central. As entrevistas semiestruturadas tornaram-se peça fundamental para adquirir novos detalhes, a partir de história oral híbrida com uso de outras fontes complementares, a exemplo das documentais por meio de narrativas, imagens, escritas.

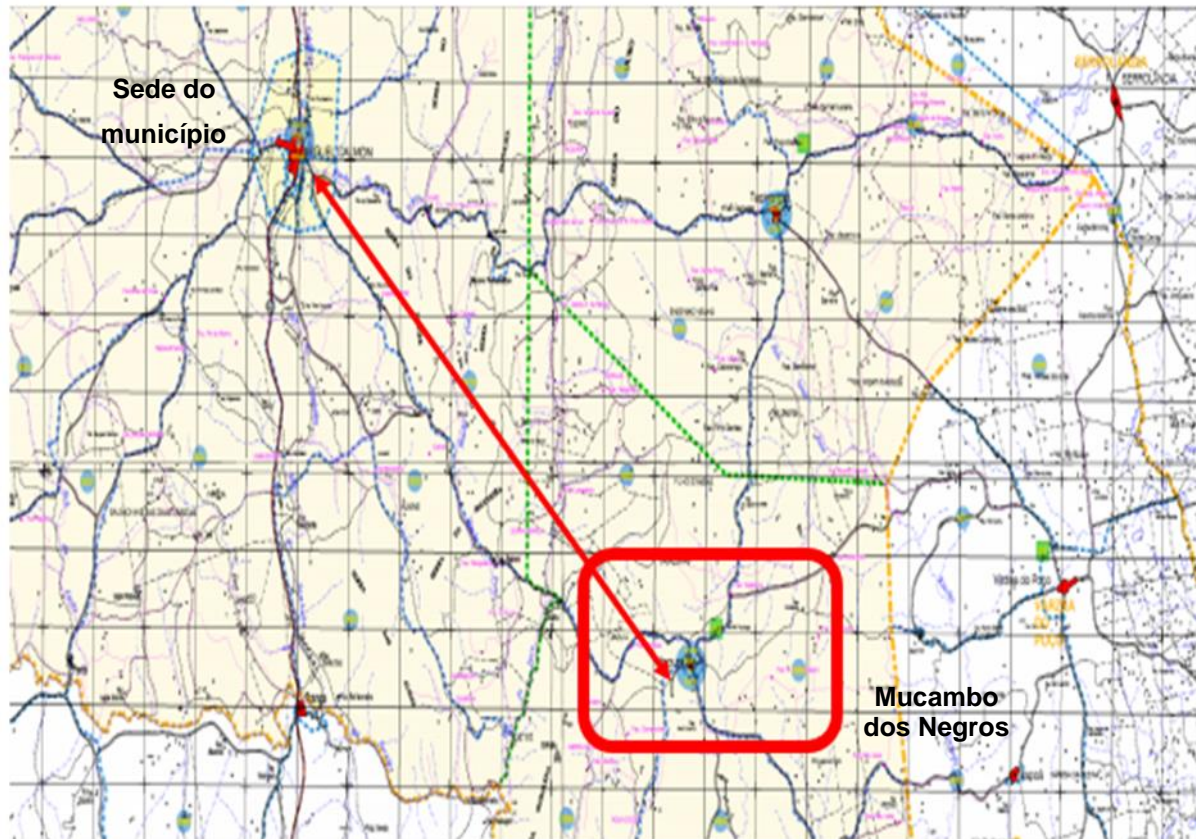
3.2 CAMINHOS DE SABERES E DESCOBERTAS

A presente pesquisa se desenvolveu no município de Miguel Calmon-BA, situado no Piemonte da Chapada Diamantina que apresenta limite territorial com os municípios de Jacobina, Serrolândia, Várzea do Poço, Morro do Chapéu, Várzea Nova e Piritiba; possui uma extensão territorial de 1.599,672 km² com uma densidade demográfica de 16,88 hab/km²; situado a 544 metros de altitude, de Miguel Calmon tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 11° 25' 37" Sul, Longitude: 40°

¹⁶ Minorias do ponto de vista social, segundo Baylão (2001), abrigam aqueles grupos socialmente oprimidos em uma relação existente de uma sociedade de classes.

35' 39" Oeste. A população calmonense, estimada em 26.159 habitantes para o ano de 2018, apresentou no último censo de 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,58 que se encontra abaixo do índice do estado da Bahia, ocupando o 221º lugar (ATLASBRASIL, 2013; IBGE, 2018).

Figura 1 – Localização do Distrito de Mucambo dos Negros no município de Miguel Calmon-BA, em que a Escola Engenheiro Francisco Martins Bastos está situada (local da pesquisa)



Fonte: Mapa Índice do Brasil (IBGE, 2019).

A Comunidade de Mucambo dos Negros, escolhida como lócus da pesquisa, trata-se de um Distrito situado na zona rural do município de Miguel Calmon, conhecido como Itapura. Reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como uma comunidade quilombola, está situada a 31 km da sede do município e abrange uma ampla extensão de perímetro rural com diversas áreas de difícil acesso, devido ao seu relevo e da distância entre a Sede e o Distrito, acabando assim por isolar geograficamente parte dessa região e conseqüentemente a população, comprometendo a acessibilidade aos serviços de saúde e das redes de atenção.

Figura 2 – Foto panorâmica do Mucambo dos Negros, Miguel Calmon-BA (2020)



Foto: Sivaldo Agostinho (2020).

Esta comunidade por mais de 60 anos teve como economia principal, o extrativismo mineral, com a exploração de barita e bário por diversas empresas, e a última mineradora foi a Química Geral do Nordeste (QGN). A priorização desta atividade econômica resultou no declínio da atividade agrícola de subsistência na localidade. A partir do ano de 2015, depois da extinção da atividade mineradora, grande parte da população local ficou sem uma fonte de renda fixa, o que culminou numa situação de vulnerabilidade econômica e social para a população, levando muitos indivíduos ao êxodo rural em busca de novas oportunidades de sobrevivência.

Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população do Mucambo dos Negros e região adjacente apresentava uma população de 1722 habitantes e atualmente, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde do Município, essa população atinge os 970 habitantes, sendo 465 composta por homens e 505 mulheres. Com o êxodo rural desta população, muitos foram para a sede do município enquanto outros foram para outras cidades a exemplo

da capital do estado e municípios circunvizinhos. No que tange o critério raça/cor, o IBGE (2010) apontava que 85% da população se autodeclara preto/pardo e no momento presente, pautado nos dados municipais por meio de cadastros dos Agentes Comunitários de Saúde, apresenta um percentual de 90,4% em relação à população autodeclarada branca com 9,3%.

A maior parte da população, residente no Distrito, dispõe de energia elétrica e água encanada, contudo a água ainda não é tratada, sendo utilizado pelos moradores, o tratamento doméstico por meio de filtração/cloração para consumo humano. Em relação ao lixo, na zona urbana do Distrito ocorre a coleta domiciliar, contudo nas áreas rurais ainda prevalece a incineração, o enterro do lixo produzido e o esgoto a céu aberto¹⁷. Essas características sociodemográficas podem impactar na qualidade de vida e saúde da população em questão.

No que tange à Educação, a região do Mucambo dos Negros possui 5 (cinco) escolas municipais, contemplando desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental II. Em relação à Unidade Escolar escolhida para desenvolver este estudo, o Colégio Engenheiro Francisco Martins Bastos foi fundado no dia 08 de março de 1988 com a finalidade de atender à comunidade em nível ginásial, hoje o Fundamental II. A implantação desta Unidade Escolar, em parceria público-privada, foi motivada pela ausência de acesso às séries ginásiais na localidade, bem como a dificuldade de transporte e estadia da população na sede do município, o que poderia comprometer a permanência dos alunos em idade escolar. O nome da escola foi escolhido pelo Diretor da empresa mineradora na época, ENGEMINAS, o Dr. Haroldo Brasileiro que homenageou o Engenheiro Francisco Martins Bastos, fundador da Empresa de Petróleo Ipiranga, a quem tinha grande admiração pela sua trajetória de vida.

Em relação à Saúde, há muitos anos, parte da população era atendida em um Posto de Saúde, custeado pelo poder público, em que profissionais de nível médio e superior prestavam atendimentos esporádicos. Os funcionários da mineradora tinham a cobertura de uma assistência à saúde por Planos de Saúde além de serviços médicos realizados na própria empresa. Posteriormente, em 2003, foi implantada a

¹⁷ Dados da Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade de Saúde da Família (Maria Gomes de Oliveira) com ampliação da estrutura física e oferta de serviços à população.

Esta Unidade de Saúde situada no Mucambo, devido à extensa distância da sede do município e o acesso por estrada vicinal de terra com períodos de dificuldade de tráfego, sobretudo em períodos chuvosos, contribuía para uma dificuldade frequente de fixação de profissionais de nível superior, dentre eles médicos, enfermeiros e dentistas, levando muitas vezes à descontinuidade de muitos serviços de saúde prestados na localidade. Com o advento do Programa Mais Médicos e com a realização de processos seletivos e concursos no município, esta situação foi ajustada satisfatoriamente.

A Unidade Básica de Saúde da Família Maria Gomes de Oliveira, nome escolhido pela comunidade para homenagear uma parteira já falecida e muito reconhecida na localidade pelos serviços prestados de forma voluntária, é considerada, atualmente, a porta de entrada dos serviços convencionais de saúde nos quais abrange a sede do Distrito e localidades circunvizinhas. Conta com atendimentos médicos, de enfermagem e odontológicos por meio de programas de Atenção Materno-Infantil, Puericultura, Hipertensão e Diabetes, Saúde Mental, Imunização, Educação em Saúde, Acompanhamento Nutricional, Saúde Sexual e Reprodutiva. Disponibiliza ainda o serviço de acompanhamento domiciliar pelos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agente de Combate às Endemias. Contemplando também o fornecimento de medicamentos pela Farmácia Básica localizada no interior da unidade e a realização de atividades extramuros como em ações do Programa Saúde na Escola e na vacinação domiciliar, durante as campanhas e mobilizações determinadas.

A Unidade Básica de Saúde funciona durante a semana em período integral e atendimentos noturnos esporádicos. Diante desta melhoria de acesso ao serviço de saúde e a tratamentos medicamentosos, as práticas de saberes populares de cura que outrora eram utilizadas prioritariamente e passadas por gerações, segundo informações registradas em sistema municipal pelos Agentes Comunitários de Saúde, não se configura mais como a principal alternativa de tratamento à saúde desta população. No sentido de agregar os saberes populares ainda utilizados na localidade, a atual equipe de profissionais que atuam nesta unidade, vem desenvolvendo um horto com o cultivo de ervas e folhas medicinais, por meio do funcionamento de uma

Farmácia Viva, situada na própria unidade e construída com a parceria da própria comunidade, procurando com esta iniciativa coadunar as práticas populares de cura aos modelos convencionais de assistência à saúde local.

No que tange o perfil de morbidade, segundo informações dos ACS, as doenças prevalentes no Mucambo dos Negros apontam para prevalência de hipertensão, de diabetes e dos problemas psicossociais como alcoolismo, prostituição infantil, fruto do contexto socioeconômico que demandam ações intersetoriais contínuas realizadas pelas Secretarias Municipais da gestão pública, compostas por áreas da Saúde, da Educação, da Ação Social e da Administração. Apesar da presença de ações constantes por parte da gestão, observa-se que ainda são incipientes discussões e investimentos no que tange à singularidade da localidade, por ser uma comunidade reconhecidamente quilombola.

A despeito da intersetorialidade entre as áreas de Saúde e Educação, materializada pelo PSE, suas atividades tiveram início em 2013, sendo realizadas ações pontuais nas escolas, pautadas na verificação de situação vacinal e antropométrica, testes oftalmológicos e aplicação de flúor, mas, sem vinculação à Política de Saúde Integral da População Negra e à valorização histórico-cultural desta comunidade, inexistindo atividades contundentes e contínuas acerca da temática.

No que tange à história e cultura desta localidade, trazem uma riqueza de informações e traços culturais que permitem o reconhecimento da população, enquanto comunidade quilombola que apresenta manifestações e valores civilizatórios no seu cotidiano. História que precisa ser conhecida e reconhecida por toda a população calmonense, a fim de valorizar e respeitar a singularidade deste local.

3.2.1 Caminhos de História, Cultura e Manifestações Culturais

O Mucambo¹⁸ dos Negros, segundo Sampaio (2011), traz na sua gênese de sua história a participação de diversos povos (negros, possivelmente indígenas e brancos) e o traço marcante na localidade foi a presença da cultura negra. Com o

¹⁸ A grafia Mucambo em vez de Mocambo, segundo moradores, atribui-se a questão a uma variação linguística em que a escrita correspondeu ao fonema “U”. Caracterizada por ser uma comunidade rural, o vocábulo passou por esta variação regional.

passar dos anos, devido à imigração causada pelo extrativismo mineral no local e a chegada de pessoas de diversas etnias, houve a miscigenação da população que, aliada às questões de influência de poderes hegemônicos disseminados por meios de comunicação e da globalização, reverberaram em um silenciamento do seu patrimônio cultural. Desse modo, quando houve o processo de certificação junto à Fundação Cultural Palmares (FCP), a Comunidade teve uma certa dificuldade para pleitear tal reconhecimento devido ao silenciamento das discussões e de registros materiais acerca das questões étnico-raciais na comunidade, necessitando de intervenções da Associação do Mucambo em parceria com a Comissão Pastoral da Terra, com a estratégia de História Oral que na oportunidade registrou ricas narrativas dos moradores que se encontram no documentário específico intitulado *MOCAMBO*¹⁹, que auxiliaram na autenticação e no reconhecimento da comunidade, publicada sob a Portaria nº 19 de 30 de janeiro de 2015 em Diário Oficial da União do mesmo ano.

As manifestações culturais e religiosas também foram marcadas na memória coletiva desta comunidade. Nos dias atuais ainda se encontram narrativas a respeito das tradições religiosas e manifestações culturais praticadas pelos ancestrais desta população. Os traços culturais marcantes da presença afro-brasileira em seu território podem ser observados em seu cotidiano, seus costumes, sua culinária, seus utensílios domésticos e em algumas crenças religiosas e culturais que persistem no dia a dia de seus moradores. Os valores civilizatórios agregados às suas rotinas são perceptíveis no que tange à oralidade, muito acentuada nos relatos da população; na ancestralidade; na ludicidade; nas memórias; na circularidade, sobretudo na religiosidade. Dentre as crenças religiosas, a devoção de Santa Cruz, a realização de carurus em devoção a São Cosme e Damião e a Festa de São Roque – São Roque é considerado o padroeiro da localidade, escolhido devido ao acometimento de uma doença na comunidade –, que compõe o calendário de festividades dessa comunidade, sendo festejado em 16 de agosto de cada ano. Quanto à Festa de Santa Cruz, apesar de não persistir na atualidade, sempre é rememorada e reverenciada pela comunidade, como a devoção marcante deste local e que influenciou na atual festa de São Roque.

¹⁹ Disponível em: www.youtube.com/watch?v=AB65HMpl4S4&t=98s.

A Festa da Santa Cruz acontecia anualmente entre os meses de abril e maio. Segundo a memória coletiva da comunidade, sua trajetória permeia algumas contradições, tendo relatos de que sua origem se deu após a aparição de Nossa Senhora para um filho do dono da Fazenda Corredor, conhecido como Jacob, durante uma caçada, levando a construção de uma Cruz e de uma Igreja no local da aparição, iniciando assim a devoção à Santa Cruz (SILVA, 2002). Há relatos, também, que o culto à Santa Cruz teria iniciado com a informação sobre a Abolição da Escravatura, se tornando uma comemoração e agradecimentos por meio desta devoção. Independentemente de como se originou, a Festa de Santa Cruz, apesar de não ser mais cultuada, ainda está muito presente na memória coletiva dos seus habitantes que descrevem com detalhes sobre como acontecia esta festa.

No Brasil, a Festa de Santa Cruz está presente em muitas cidades, a exemplo do Quilombo de Cafundó, município de Salto de Pirapora, interior de São Paulo. Que ao longo do tempo conseguiu manter valores de matriz afro-brasileira, evidenciado sobretudo pela língua de origem bantu, até então ainda presente na comunidade (VOGT; FRY, 2013). Segundo Guedes e Matos (2017), a tradição da Festa de Santa Cruz no Quilombo de Cafundó é uma tradição secular que ocorre anualmente no mês de maio em devoção à Nossa Senhora, São Benedito e Santa Cruz. Caracterizando, assim, uma história de resistência cultural, como muitas festas que acontecem nos vários territórios do Brasil.

É imperioso salientar que através das narrativas, percebe-se que há uma religiosidade muito forte entres os quilombolas do Mucambo de Negros, que se expressa nas diferentes religiões, seja nas Igrejas Católicas ou nas crenças evangélicas.

Figura 3 – Altar em domicílio de morador, Mucambo dos Negros, Miguel Calmon-BA (2019)



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Na Figura 3 acima, observa-se a presença de santos e imagens, tanto de crença católica quanto de matriz afro-brasileira, a exemplo de imagens de Cosme e Damião, de Iemanjá, de Santa Bárbara e de São Benedito, encontrada em cômodos de algumas casas. Alguns moradores relataram que tinham a tradição de fazer “caruru” em homenagem a Cosme e Damião e na Capela da Santa Cruz.

Figura 4 – Frente da Capela de Santa Cruz, Mucambo dos Negros, Miguel Calmon-BA (2019)



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Figura 5 – Altar central da Capela de Santa Cruz com imagens e quadros de santos, Mucambo dos Negros, Miguel Calmon-BA (2019)



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Figura 6 – Escultura do Boiadeiro localizada em altar lateral da Capela de Santa Cruz, Mucambo dos Negros, Miguel Calmon-BA (2019)



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Figura 7 – Escultura de São Benedito localizada em altar lateral da Capela de Santa Cruz, Mucambo dos Negros, Miguel Calmon-BA (2019)



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Nas Figuras 4, 5, 6 e 7 visualizam-se a Capela de Santa Cruz, remetendo à manutenção da tradição entre os moradores de levarem imagens de santos, quadros ou esculturas, pertencentes aos familiares já falecidos até a Capela da Divina Santa Cruz. Os moradores argumentaram que esta tradição se dá pela necessidade de eximir os familiares das “obrigações” com os santos, no que tange às rezas, oferecimento de flores e de velas e de festejos, haja visto terem a crença de que o familiar que ficar de posse do santo deverá assumir esta responsabilidade. Além da devoção religiosa aos santos da Igreja Católica e de imagens do panteão afro-brasileiro, na comunidade há também apresentações do Samba de Roda que é composto por mulheres majoritariamente idosas que tentam manter esta tradição na comunidade.

Figura 8 – Apresentação do Samba de Roda em evento promovido pela Unidade de Saúde em comemoração do Setembro Amarelo em alusão à Prevenção do Suicídio, Mucambo dos Negros, Miguel Calmon-BA



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

No que tange à musicalidade, constatou-se a presença do Samba de Chula e a Banda de Pífano que ainda utilizam instrumentos musicais artesanais, confeccionados com couros de animais, com manuseio bem peculiar destes artefatos, a exemplo da afinação do instrumento no calor do fogo.

Figura 9 – Membro da Banda de Pífano com seus instrumentos



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

As apresentações destes grupos podem ser assistidas em eventos promovidos na própria localidade ou em outros locais mediante os convites, divulgando e difundindo a sua cultura e sua tradição com suas manifestações alegres e descontraídas.

Figura 101 – Afinação do instrumento na fogueira



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Segundo Bosi (2007), a memória é uma conquista e objeto de poder; o conhecimento da história de um povo por meio da constituição das memórias individuais e coletivas evidenciadas pela ancestralidade, memória e religiosidade, que transparecem nos relatos abaixo.

Meu avô era benzedor, minha mãe também era benzedora, quando sentíamos alguma coisa tomávamos não era remédio, não tínhamos condições, éramos muito fracos, então era chá, chá de mastruz, erva cidreira, para dor de barriga e para verme, chá de capim santo também. (C.5).

A população rezava, batia a banda de pífano que eles tocavam e festejavam aquele dia. Na última noite, o último dia da festa da Santa Cruz, pegavam uma cruz daqui e levavam lá na Santa Cruz em cima na Serra, uma devoção que eles tinham. Gostavam da dança folclórica, gostavam de samba e o pífano. (C.6).

A rememoração contribui para o conhecimento e o (re)conhecimento da trajetória da Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros que através das narrativas dos quilombolas juntam-se retalhos sobre a história local, as tradições e as vivências cotidianas. Cabe salientar que comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros já foi objeto de algumas pesquisas que tiveram como temática o âmbito geográfico, histórico, cultural, religioso e administrativo. Assim, evidenciando a potencialidade histórico-cultural deste local, podendo trazer benesses e melhoria de

qualidade de vida para sua população. Autores como Vilaronga e Carvalho (2007) e Sampaio (2011) debruçaram-se sobre a trajetória de Mucambo dos Negros. Retomo, portanto, esses escritos e amplio a presente pesquisa que busca identificar como os saberes tradicionais podem potencializar as ações do Programa Saúde na Escola na perspectiva étnico-racial e assim possibilitar o fortalecimento da promoção de cidadania e direitos humanos da população.

Sob esta ótica, definiu-se a realização da pesquisa na Escola Engenheiro Francisco Martins Bastos, responsável pelo Ensino Fundamental II. A escolha se deu a partir de diálogos com a Secretaria Municipal de Educação que percebeu a relevância da discussão de questões étnico-raciais na promoção de cidadania e direitos humanos no contexto escolar, uma vez que há a possibilidade de processo formativo e autoformativo para a comunidade escolar, no que tange desde os discentes até os profissionais docentes. Segundo informações do Projeto Político Pedagógico (PPP)²⁰, a supracitada escola apresenta registro de seu quadro de funcionários composto pela equipe gestora (Diretora, Coordenadora Pedagógica e Secretária) e oito docentes. Contudo, em seu conteúdo ratifica-se a lacuna diante da ausência de um planejamento específico de ações voltadas para as questões étnico-raciais da comunidade.

3.3 COLABORADORES DO ESTUDO

Quanto aos colaboradores do atual estudo, foram compostos – para o alcance do primeiro objetivo – por pessoas da comunidade que conhecem sobre a história e as práticas tradicionais. O critério de inclusão foi a escolha de pessoas acima de 40 anos que desenvolvem atualmente as práticas de cura; pessoas que tenham um conhecimento sobre a história local; pessoas iminentemente da localidade que tenham graus de parentesco com pessoas detentoras de tais conhecimentos. O recorte de idade relaciona-se com a possibilidade dessas pessoas terem convivido com parentes, ou conhecidos detentores desses saberes, e/ou que tenham aprendido com ancestrais e pratiquem os saberes ensinados. Ressalta-se que estas pessoas

²⁰ Documento específico da Escola Engenheiro Francisco Bastos fornecido pela diretora.

têm como prática discursiva a oralidade. Os critérios de exclusão foram pessoas imigrantes e que não detêm o conhecimento sobre a temática proposta.

As pessoas da comunidade foram escolhidas mediante os critérios de inclusão e o uso da técnica nomeada “bola de neve”, que bem se encaixa com esta pesquisa de abordagem qualitativa. Para Vinuto (2014), esta técnica utiliza cadeias como referências, indicada para estudar grupos difíceis de serem estudados, ou quando não se tem o número de pessoas a serem entrevistadas. O autor reitera que o uso de informantes-chaves é primordial para a indicação de novos contatos com o perfil desejado a partir de sua rede de relacionamentos e assim sucessivamente. Portanto, conforme a saturação e repetição das fontes e informações, a estratégia é finalizada para posterior sistematização e análise dos dados obtidos. As entrevistas semiestruturadas realizadas com este público foram gravadas e filmadas, mediante autorização no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

No que tange o estudo das ações intersetoriais no PSE, sobre as questões étnico-raciais na promoção de cidadania e direitos humanos, participaram os colaboradores sendo os Profissionais da Saúde (integrantes da Equipe Saúde da Família) e os Profissionais da Educação (docentes), cujo critério de inclusão foi a atuação atual nas respectivas áreas, sendo integrante do quadro referente ao quadro de profissionais do PSF Maria Gomes e do Colégio Engenheiro Francisco Bastos. Por sua vez, os profissionais que eventualmente estiveram de licença ou férias no período da aplicação das intervenções e que não aceitaram participar da presente pesquisa foram excluídos. Aos participantes aptos à pesquisa, foram aplicadas as técnicas de coleta de dados da entrevista semiestruturada e dos Ateliês de Pesquisa que serviram tanto para construção de dados quanto para intervenção como estratégia formativa e colaborativa de elaboração de conhecimentos.

Quanto à identificação dos participantes, buscando garantir o sigilo dos participantes, foram nominados por letras correlatas aos seus grupos específicos. Dito isto, os colaboradores da comunidade foram identificados de C1 a C8. Os profissionais de Educação foram assinalados de E1 a E7 e os profissionais de Saúde mencionados com S1 a S10. Cabe ressaltar que nos 2º e 3º Ateliês de Pesquisa contou-se com a presença de participantes extras, compostos pela Coordenação Pedagógica, que identificamos como EE (Educação Extra).

3.4 PRINCÍPIOS ÉTICOS

Este estudo visou atender aos preceitos estabelecidos na Resolução nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que regulamenta normas e diretrizes para o desenvolvimento de pesquisa envolvendo seres humanos. Foi disponibilizado aos colaboradores o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICES E, F) em duas vias, procedendo a leitura conjunta do termo e subsequente autorização, via assinatura. O termo utilizado para a comunidade foi adaptado e elaborado priorizando-se uma linguagem clara e acessível ao entendimento dos colaboradores, incluindo dados de identificação das responsáveis pela pesquisa, objetivos, justificativa, local de realização, possíveis riscos e benefícios. Destacando-se, a garantia do sigilo quanto a identidade, a privacidade e proteção das imagens, além de pautar-se no cumprimento dos princípios de autonomia, beneficência, equidade, justiça e não maleficência dos participantes deste estudo (BRASIL, 2012; 2016).

Ainda, conforme Resolução nº 466/12 e nº 510/16, utilizou-se os dispositivos de entrevistas semiestruturadas e os Ateliês de Pesquisa nos quais foi solicitada a permissão para a gravação de entrevista, reprodução e divulgação de imagens, sons e dos dados elaborados, bem como divulgação em revistas e eventos científicos. Asseguraremos que as informações obtidas serão para uso exclusivo do estudo e ficarão arquivadas por um período de 5 anos. É sabido que toda pesquisa envolvendo seres humanos conduz riscos de dimensões variadas, especificamente nesta pesquisa em que estão relacionados riscos mínimos acerca de possíveis desconfortos e/ou constrangimentos causados pelo conteúdo da entrevista ou situação advinda dos Ateliês de Pesquisa. Para minimizar tais riscos, os participantes foram convidados a participar, informados dos riscos, sobretudo em relação a algum possível desconforto psicológico, moral, intelectual, social, espiritual ou cultural durante o processo da pesquisa e que eles teriam concessão de tempo para refletir sobre a sua participação e autonomia para desistir de participar da pesquisa e que sua decisão seria aceita e não traria quaisquer prejuízos, oferecendo-lhe o suporte necessário.

A aplicação dos dispositivos de construção de dados, elencados no quadro 4, somente foi utilizada após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNEB, ocorrida em 31 de outubro de 2019, sob CAAE:19650919.4.0000.0057 e parecer de

nº 3.672.721. Na coleta dos dados buscou-se, nas entrevistas, preservar a privacidade do colaborador, proporcionando um ambiente acolhedor e privativo, tentando criar um vínculo de confiança entre pesquisadora e colaboradores. As entrevistas e Ateliês de Pesquisa foram realizados seguindo o roteiro do Apêndice C, em que foram gravados em áudio e vídeo, após autorização prévia dos colaboradores, e transcritos cuidadosamente, buscando-se sempre na produção do texto dissertativo a preservação da identidade dos colaboradores. Na ocorrência de algum dano proveniente deste estudo, foi ratificada aos colaboradores a intenção da devida reparação pelos responsáveis pela pesquisa com assistência integral a eventuais danos materiais e imateriais, conforme o caso identificado e enquanto se fizer necessário.

3.5 TÉCNICAS E CONSTRUÇÃO DOS DADOS

Decidiu-se, partindo da necessidade de atender os objetivos propostos para responder à pergunta de pesquisa, utilizar múltiplos instrumentos de coleta de dados, como já foi colocado anteriormente. Esta diversidade de dispositivos possibilitou uma análise específica dos dados a partir de cada objetivo determinado. Segue quadro com descrição do dispositivo conforme objetivos.

Quadro 4 – Dispositivos de Construção de Dados utilizados para cada objetivo específico

OBJETIVO GERAL	
Conhecer como os saberes populares de saúde de uma Comunidade Quilombola podem contribuir para as práticas do Programa Saúde na Escola na perspectiva étnico-racial	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	DISPOSITIVOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS
1- Conhecer os saberes populares de matriz afro-brasileira existentes na Comunidade Quilombola.	Entrevista semiestruturada
2- Verificar a compreensão dos profissionais acerca das questões étnico-raciais nas suas práticas profissionais.	Entrevista semiestruturada
3- Desenvolver, intersetorialmente, Ateliês de Pesquisa sobre as relações étnico-raciais e Saúde da População Negra.	Escala de Valores + Ateliês de Pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Assim, a utilização da entrevista semiestruturada neste processo foi o alicerce principal na História Oral, sendo composta por três elementos, constituídos pelo entrevistado, o entrevistador e a aparelhagem de gravação (por meio de som e/ou filmagem). O uso da entrevista foi primordial e retratou a representação da realidade dos colaboradores a partir das crenças, opiniões, ideias, comportamentos, pensamentos e aspirações para o futuro (DESLANDES, 2011; POUPART, 2008; YIN, 2016).

Diante do escopo de mapear as práticas tradicionais de cura na comunidade quilombola de Mucambo dos Negros, o uso da entrevista semiestruturada possibilitou a aproximação com a comunidade em busca dos conhecimentos populares possíveis de serem mapeados, além de possibilitar ao colaborador discorrer sobre a temática mediada por um roteiro planejado.

Optou-se pela aplicação da entrevista semiestruturada em ambiente informal, geralmente no domicílio do colaborador, em ambientes externos, como quintais ou cômodos escolhidos pelo mesmo, de modo a possibilitar conforto e bem-estar ao colaborador, oportunizando melhores resultados que respondam aos objetivos demarcados. Com o intuito de conhecer os saberes tradicionais de cura da comunidade de Mucambo dos Negros, as oito entrevistas foram agendadas previamente, com o auxílio de uma Agente Comunitária de Saúde; ocorreram no período de dezembro de 2019 a janeiro de 2020, com duração média de 14 min e 25 segundos; sendo gravadas em áudio e vídeo, após a leitura e aceitação do TCLE.

Em relação à resistência na participação dos colaboradores, percebeu-se que 2 (dois) dos participantes, apesar de manifestarem interesse em colaborar, no dia agendado se ausentaram dos seus domicílios, inviabilizando a aplicação da entrevista. A seleção dos participantes se deu a princípio com o auxílio de um membro da Associação da Comunidade que auxiliou na localização dos participantes que se enquadravam nos critérios estabelecidos na pesquisa, sendo agendados os encontros com o intermédio da Agente Comunitária de Saúde.

Ressalta-se que durante a interação entre a pesquisadora e a comunidade, a rotina dos demais moradores, no domicílio, transcorria regularmente. A exemplo, durante a conversa com o entrevistado, familiares que lavavam o imóvel, recebiam visitas, manuseavam seus animais de estimação que emitiam sons durante a entrevista. Apesar destas pequenas interrupções, não houve prejuízo para a

construção dos dados nos aspectos social e em profundidade do comportamento humano. Portanto, o uso das entrevistas possibilitou a abordagem de um diálogo com as pessoas da comunidade quilombola, permitindo também a captação de expressão corporal e entonação de voz nas respostas, que auxiliaram na análise dos dados engendrados. O uso de entrevistas como dispositivo de coleta de dados atravessa o respaldo teórico de Jean Poupart (2008), Maria Cecília Minayo (2010), Robert K. Yin (2016) e Suely Deslandes (2011).

O uso da entrevista foi utilizado conjuntamente com os dispositivos da observação e registro no diário de campo e trouxeram contribuições ao processo investigatório. Segundo Delandes (2011, p. 70), a “observação participante como um processo pelo qual o pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar a investigação científica”. Os aspectos da vida social, rotinas, formas de comportamento, hostilidades a partir da percepção com o uso dos sentidos que se refletem no contexto social vigente, tem na observação uma possibilidade de sanar alguma lacuna decorrente da entrevista.

O “Diário de Campo”, usando um caderno com anotações das vivências no campo, também contribuiu proficuamente neste estudo. Gil (2008) assinala que esta estratégia apresenta vantagens no que tange à facilidade ao acesso de dados sobre as situações habituais e comportamentos dos observados, contribuindo com a subjetividade do pesquisador na análise dos dados coletados, o que foi constatado pela pesquisadora em campo. O uso do dispositivo do diário de campo tem o respaldo teórico de Suely Deslandes (2011) e Maria Cecília Minayo (2010), que alicerçam sua utilização para alcance do escopo proposto.

Concomitante à etapa empírica de planejamento e vínculo com a comunidade, optou-se em desenvolver uma análise do cenário intersetorial, adentrando ao método de Pesquisa-Ação, tendo como suporte os autores Pichett (2018), Thiollent (2009), Gil (2010), Cellard (2008) e Candau (2008), os quais apresentam a proposta da pesquisa com ação realizada pelo pesquisador em parceria com os colaboradores imbricados de forma colaborativa na ressignificação, possibilitando mudanças no contexto local.

[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão

envolvidos de modo cooperativo ou participativo [...]. (THIOLLENT, 2009, p. 16).

O método Pesquisa Ação trouxe a possibilidade da transformação da realidade investigada, aliada à produção de conhecimentos, haja visto que os participantes são sujeitos ativos e críticos em todo o processo da pesquisa, suscitando e elucidando os problemas que vivenciam, enfocando uma ação transformadora individual e coletiva, além de dialogar com a atuação do pesquisador e colaboradores em torno de um planejamento de atividades que apresentam flexibilidade frente às circunstâncias advindas do campo e do contexto vivenciado.

A pesquisa ação assegura ainda a diversidade, quando bem conduzida, devido à participação e à autonomia dos próprios interessados envolvidos no processo, aos quais não se pode impor modelo externo e único a respeito do conhecimento e da ação. (THIOLLENT; COLETTE, 2014, p. 207).

Com vistas à identificação das ações intersetoriais dos agentes do Programa Saúde na Escola, no tocante à promoção de cidadania e direitos humanos, com ênfase na relação étnico-racial, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais da Saúde e Educação sobre as atividades realizadas e a percepção das potencialidades para a ressignificação do referido programa para a perspectiva étnico-racial e promoção de cidadania e direitos humanos. As entrevistas com os 7 (sete) profissionais da área da Educação ocorreram no mês de novembro de 2019, em dois dias consecutivos, levando em consideração os horários destes no ambiente de trabalho, que eram diferentes por terem outros vínculos empregatícios em outras escolas. No primeiro dia as entrevistas aconteceram na biblioteca da escola, local de grande fluxo, devido ser passagem para outros setores da escola, tais como diretoria e sala de professores, dificultando a captação do áudio. No dia seguinte, a direção da escola disponibilizou outro local, um prédio público que não estava em atividade no turno das entrevistas, assim pudemos desempenhar o nosso trabalho com mais tranquilidade. A duração média das entrevistas foi em torno de 15 min e 17 segundos, sendo gravadas em áudio e vídeo após a leitura e aceitação do TCLE.

No tocante aos 10 (dez) profissionais de Saúde participantes, as entrevistas ocorreram no mês de novembro de 2019. O local das entrevistas variou entre o

Auditório da Secretaria de Saúde, na sede do município, na própria Unidade de Saúde da Família da Comunidade de Mucambo dos Negros e no prédio público cedido pela diretora do Colégio. Esta diversidade de locais ocorreu em virtude da disponibilidade dos colaboradores. A duração média das mesmas foi de 17 min e 21 segundos, sendo gravadas em áudio e vídeo após a leitura e aceitação do TCLE (QUADRO 5).

Quadro 5 – Público, período e metodologia aplicada, Miguel Calmon-BA (2020)

Público entrevistado	Número de pessoas entrevistadas	Período das entrevistas	Metodologia aplicada
COMUNIDADE	08	04,09/12/19 e 14/01/20	HISTÓRIA ORAL
PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO	07	06 e 07/11/19	PESQUISA-AÇÃO
PROFISSIONAIS DE SAÚDE	10	04/11/19 a 07/11/19	PESQUISA-AÇÃO

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Posteriormente, na fase de intervenção ocorreram os Ateliês de Pesquisa que apresentaram uma proposta de espaço formativo, objetivando engendrar conhecimentos e saberes coletivamente. Os Ateliês de Pesquisa engendram um espaço colaborativo de subjetividades, contemplando a formação e autoformação das pessoas envolvidas com a conexão entre pesquisadora e colaboradores enquanto processo de aprendizado recíproco. Atendendo, portanto, à proposta do método pesquisa-ação, que visa uma intervenção formativa, perfazendo o movimento de ação-reflexão-ação por meio de significados erigidos do grupo de discussão e da troca de experiência que reverberam na construção da pesquisa. Neste sentido, os seguintes autores nos auxiliaram neste processo: Medeiros (2018), Medeiros e Silva (2017), Silva e Filho (2015) e Silva e Sá (2016).

A inclinação pelo Ateliê de Pesquisa surgiu a partir da observação de um Ateliê de Pesquisa realizado como atividade subsequente ao término do Mestrado, promovido pela egressa do Programa²¹. Este momento ímpar possibilitou a percepção da potência do dispositivo quanto a viabilidade da intercambialidade de saberes nas áreas da Saúde e da Educação, diante do cenário de atuação profissional de ambos

²¹ Pesquisadora Marleide Alves de Oliveira Medeiros.

os segmentos de conhecimento em uma comunidade quilombola. Cabe ainda ressaltar que a realização dos Ateliês culminou em um planejamento colaborativo de Ciclos Formativos²² acerca da temática étnico-racial, além de um Plano de Ação para diversas atividades do Programa Saúde na Escola na Instituição estudada.

3.6 CAMINHOS VIVENCIADOS NO CAMPO

O trabalho de campo foi desenvolvido por meio da imersão no lócus, abrangendo a construção dos dados empíricos com a interação das situações da vida real dos colaboradores, tanto da comunidade quanto dos profissionais, buscando estabelecer relações profícuas para o desenvolvimento da pesquisa. O estudo foi desenvolvido em duas fases: a exploratória e de intervenção. Ambas as fases transcorreram por vezes simultaneamente, possibilitando momentos importantes de construção de conhecimento, do diálogo profícuo com os sujeitos e sujeitas da pesquisa, possibilitando uma troca de experiência e de conhecimento.

3.6.1 Fase exploratória

No primeiro momento da pesquisa, fase exploratória, foi realizado o mapeamento das práticas de cura e saberes populares de matriz afro-brasileira, historicamente presentes na comunidade, buscando proporcionar momentos de aprendizados mútuos com os membros da comunidade.

A escolha e utilização da história oral como método de pesquisa se deu pela oportunidade do conhecimento das práticas tradicionais de matriz afro-brasileira existentes na Comunidade de Mucambo dos Negros e pela oportunidade de propiciar, por meio do relato de histórias, a rememoração de vários episódios vivenciados pelos narradores e narradoras, visto que o indivíduo é também protagonista da história (JOUTARD, 2000).

²² Produto impulsionado pela observação e realização do Ciclo Formativo, realizado no Colégio Gilberto Dias de Miranda em Jacobina, ocorrido em 14 de agosto de 2019, como parte do projeto de intervenção da pesquisadora Marleide Alves de Oliveira Medeiros.

Uma história do tempo presente, pois implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade(...) garante o sentido social à vida dos depoentes e leitores que passam a entender a sequência histórica e a sentirem-se parte do contexto em que vivem. (ICHIKAWA; SANTOS, 2003, p. 2).

Nesta perspectiva, Portelli (2000) vem contribuir com este diálogo, afirmando que as memórias vão além da preservação das informações e se configuram como sinal de luta e reconhecimento na história vivida. A identificação dos saberes populares de saúde da comunidade serviu como “ponto disparador” para o desenvolvimento e construção de novos conhecimentos voltados para o fomento de discussões étnico-raciais no Programa Saúde na Escola, no que tange à promoção da saúde baseada nas Políticas Nacionais de Saúde Integral da População Negra.

O contato da pesquisadora com a história da Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros, no âmbito da pesquisa, se deu em contato informal com um dos membros da associação local. Neste momento, foi relatada a trajetória da comunidade, suas lutas e conquistas até o reconhecimento e certificação pela Fundação Cultural Palmares, sendo também indicado, para aprofundamento dos conhecimentos da história local, o documentário *Mocambo*²³ elaborado pelas diversas narrativas. A oportunidade de assistir este vídeo intensificou a motivação da pesquisadora em conhecer, cada vez mais, as memórias coletivas desta localidade.

Conforme a aprovação no CEP, ocorrida em 31 de outubro de 2019, a pesquisadora retornou à localidade, em meados de novembro do mesmo ano. Com a colaboração de um membro da Associação Comunitária e de uma Agente Comunitária de Saúde – assim, foram relacionadas algumas pessoas para a aproximação no campo. Na sequência foram realizadas visitas às pessoas relacionadas, acompanhadas dos colaboradores supracitados, que promoveram a apresentação da pesquisadora, sendo discorrido (de forma breve) o objetivo da pesquisa e sendo realizado o convite para a participação na pesquisa em questão.

Posteriormente ao aceite verbal dos participantes, foram agendados dias e horários para o encontro e o bate-papo acerca da temática, conforme disponibilidade dos mesmos. Nos dias e horários agendados, a pesquisadora em companhia do voluntário, profissional jornalista, que contribuiu com os registros de vídeos e áudios

²³ Vídeo elaborado pela Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <https://youtu.be/AB65HMpl4S4>.

das entrevistas, se dirigiu ao domicílio em área interna ou em local escolhido pelo entrevistado. No início do contato foi lido e explicado o TCLE, sendo assinado e autorizada a nossa conversa com o devido registro.

Cabe destacar que durante os contatos com os colaboradores da comunidade, a pesquisadora deparou-se com a resistência de 2 (dois) moradores em especial. Apesar de afirmarem ter entendido a proposta da pesquisa e aceitado a participação, no dia agendado não estavam presentes em seus domicílios para receberem a pesquisadora.

Nos momentos de contato com os participantes, observou-se relatos de intensa oralidade, religiosidade, ancestralidade, musicalidade, energia vital e memória, que apesar do silenciamento de discussões das questões étnico-raciais na localidade, é evidente os ricos aspectos da cultura afro-brasileira no cotidiano dos mesmos, manifestados por relatos do cotidiano e das memórias coletivas referentes à religiosidade e adoração de santos e imagens, além da culinária, do uso de ervas e rituais como benzedoiras como práticas de saúde, além de atividades que destacam a circularidade na comunidade, como as rodas de samba, sendo aspectos culturais transmitidos por gerações.

Na sequência das entrevistas realizadas e gravadas por áudio e vídeo, elas foram transcritas e sistematizadas no *Software Iramuteq*, para posterior análise e discussão.

3.6.2 Fase de intervenção

A fase da intervenção é uma premissa dos estudos advindos dos Programas de Pós-Graduação de Mestrados Profissionais, que tem como objetivo fomentar a capacitação de profissionais em atuação. Esta modalidade *Strictu Sensu* possibilita o processo de aprendizagem pautado na pesquisa aplicada e em desenvolvimento. Os conhecimentos desenvolvidos no contexto do estudo trazem a elaboração de saberes e ressignificados, propiciando a transformação da conjuntura presente. Silva e Sá (2016) ressaltam ainda que os Mestrados Profissionais viabilizam uma promoção da autonomia dos sujeitos, sejam eles pesquisadores ou colaboradores, a fim de que, mesmo ao término das atividades acadêmicas, as ações tenham continuidade.

A proposta de intervenção – produto da pesquisa emanada do Mestrado Profissional – almejava proporcionar situações em que os atores envolvidos pudessem externar como concebiam o ambiente escolar como campo social e, desse modo, fossem capazes de (re)criar, (re)inventar e possibilitar a troca de saberes e aprendizados a fim de conhecer a realidade local. Diante do (re)conhecimento das práticas tradicionais de cura de matriz afro-brasileira existentes nesta localidade, propôs-se a interação e discussão sobre esses saberes por meio do engendramento coletivo e colaborativo de professores e profissionais de saúde em ações que potencializassem o PSE na perspectiva étnico-racial.

Assim, buscou-se promover momento de reflexão envolvendo os docentes e os profissionais de saúde a respeito das ações já executadas pelo Programa Saúde na Escola, no tocante à Promoção da Cidadania e Direitos Humanos na perspectiva étnico-racial. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os profissionais.

Na sequência, foram realizados os Ateliês de Pesquisa com esses profissionais, criando espaços de encontros formativos e autoformativos capazes de reflexões acerca de questões étnico-raciais. O Ateliê de Pesquisa, conforme aduz Medeiros e Silva (2017), se fundamenta na concepção de um espaço de elaboração coletiva de saberes, de modo não hierarquizado, a partir de um trabalho coletivo que permite a reflexão/avaliação incessante sobre as práticas profissionais ao longo desta trajetória.

Foram realizados encontros com duração de 1h30min em média em cada Ateliê, sendo escolhido os encontros de Atividade Complementar (AC)²⁴ da escola de acordo com disponibilidade dos profissionais de ambas as áreas. Cabe salientar que apesar de ter planejado 6 (seis) encontros, durante a execução de campo foram realizados apenas 3 (três) para que houvesse de fato a participação simultânea dos profissionais de Saúde e Educação com a promoção de reflexões intersetoriais. Observou-se, portanto, que a maioria dos profissionais participaram dos encontros organizados e os que (porventura) estiveram ausentes justificaram devido estar em outra atividade laborativa ou dificuldade de transporte.

²⁴ Atividade Complementar (AC): Encontros semanais de docentes, coordenação para planejamento pedagógico.

Para desenvolver os Ateliês de Pesquisa²⁵, a princípio foi proposta a realização de 6 (seis) encontros de frequência quinzenal e duração de 1h30min em cada momento, sendo escolhido o momento de AC da escola em combinação prévia com os profissionais da Unidade Básica de Saúde da Família. Contudo, na imersão do campo percebeu-se a dificuldade de conciliar horários e datas entre os profissionais para a efetivação do encontro intersetorial, sendo (portanto) ajustado, em acordo com os participantes, para a realização de 3 (três) encontros, onde tais encontros foram realizados na sede do município, com a garantia do deslocamento e refeição dos participantes que residiam em outras localidades da cidade, possibilitando, assim, a participação de número maior de colaboradores no processo da pesquisa.

3.7 ATELIÊS DE PESQUISA

O 1º encontro intitulado como Ateliê Exploratório de Pesquisa ocorreu em 13.11.19, com participação de 15 colaboradores, na sede da Secretaria de Educação, às 19:45h. Iniciou-se com apresentação detalhada da proposta da pesquisa, seguida da discussão temática sobre Saberes Tradicionais de Saúde, correlacionando com a comunidade em questão, discussão em grupo e socialização.

Figura 11 – Discussão intersetorial no 1º Ateliê de Pesquisa na Secretaria de Educação, Miguel Calmon-BA (2019)



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

²⁵ Proposta de dispositivo inspirado a partir de leituras do trabalho da pesquisadora Marleide Alves de Oliveira Medeiros (2018), no Mestrado Profissional em Educação e Diversidade da Universidade do Estado da Bahia.

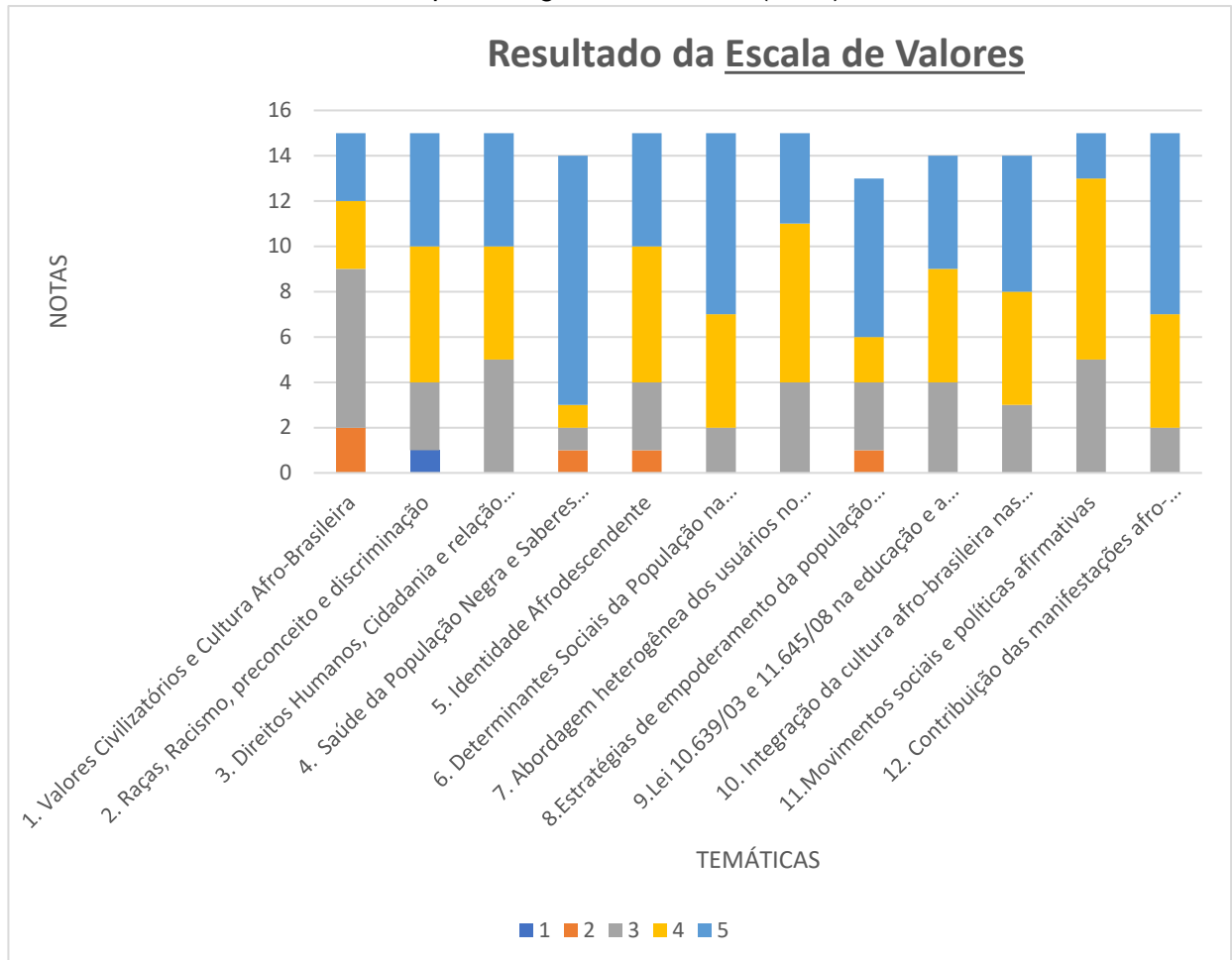
Figura 12 – Equipe de colaboradores no 1º Ateliê de Pesquisa na Secretaria de Educação, Miguel Calmon-BA (2019)



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Nas Figuras 11 e 12 observa-se o momento de discussão e reflexão intersetorial sobre a temática em que os colaboradores puderam se conhecer e falar de suas vivências e das percepções no que tange os saberes populares na região do Mucambo dos Negros. Ao final, procedeu-se a escolha colaborativa dos temas a serem trabalhados nos Ateliês posteriores, por meio da aplicação da Escala de Valor, conforme Figura 13 abaixo.

Figura 13 – Resultados da Escala de Valores com temas sugeridos no 1º Ateliê de Pesquisa, Miguel Calmon-BA (2019)



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Conforme Medeiros e Silva (2017), o dispositivo de Escala de Valor possibilitou fazer um levantamento dos conteúdos e temas que os colaboradores julgam pertinentes para o estudo, a fim de desenvolver uma produção colaborativa de conhecimentos e tessituras. Foram propostos, na Escala de Valores, 12 (doze) temáticas relacionadas às relações étnico-raciais em que os colaboradores puderam pontuar os de maior relevância, com notas de 1 a 5, sendo que os temas com maiores relevância, demonstrado pela nota fornecida pelos participantes em que “5” era o máximo, estes foram selecionados e abordados nos Ateliês de Pesquisa subsequentes. O 1º Ateliê de Pesquisa teve duração média de 2 horas, sendo registrado por imagens, áudios e vídeos.

Figura 14 – Tapete dos saberes populares com o uso de plantas medicinais no 1º Ateliê de Pesquisa na Secretaria de Educação, Miguel Calmon-BA (2019)



Fonte: Arquivo da autora (2019).

No segundo encontro, ocorrido em 11 de fevereiro de 2020, estava acontecendo no município a Jornada Pedagógica Municipal, sendo disponibilizado pela Secretaria de Educação um espaço e horário para a realização do 2º Ateliê de Pesquisa, onde estiveram presentes 12 colaboradores e foi solicitada a participação da Coordenadora Pedagógica da Escola e da Coordenação Municipal, que se interessaram em conhecer a pesquisa, sendo atendidas na solicitação. O AP ocorreu no turno vespertino, com duração de 2h e objetivou a discussão da temática “Saúde da População Negra”, escolhido colaborativamente por meio da Escala de Valor, em encontro anterior. Neste momento, dialogou-se sobre os dados sobre conhecimentos e reflexões tecidos colaborativamente no AP, que emergiram em uma figura de Nuvem de Palavras. Tivemos também a exibição do vídeo intitulado *Entenda o que é Racismo Estrutura*²⁶ que tratou da história e interfaces estruturadas na sociedade.

²⁶ Disponível em: www.youtube.com/watch?v=lryL8ZAMq-E&t=13s.

Figura 15 – Momento de observação do “Varal informativo”, 2º Ateliê de Pesquisa realizado na Jornada Pedagógica, Miguel Calmon-BA (2020)



Fonte: Arquivo da autora (2020).

Em seguida, conforme Figura 15, foi proposta uma observação crítica de painéis expostos em um Varal Informativo, com os dados socioepidemiológicos e análise dos determinantes/condicionantes da Saúde da População Negra. Salienta-se que todos os colaboradores se mostraram interessados com discussões entre si. Posteriormente a este momento, os participantes foram divididos em dois grupos, com a presença de ambas as áreas de conhecimento, e a partir das perguntas orientadoras, eles foram estimulados a discussões e reflexões, conforme Figura 16.

Figura 16 – Momento de diálogos intersetoriais, 2º Ateliê de Pesquisa, realizado na Jornada Pedagógica, Miguel Calmon-BA (2020)



Fonte: Arquivo da autora (2020).

Figura 17 – Equipe colaboradora no 2º Ateliê de Pesquisa, realizado na Jornada Pedagógica, Miguel Calmon-BA (2020)



Fonte: Arquivo da autora (2020).

O terceiro encontro, conforme acordado, ocorreu em 11 de março de 2020, sendo realizado no Auditório da Secretaria de Saúde, às 19:30h, com duração de 2 horas e participação de 13 colaboradores. Neste momento contou-se com a participação da Secretária de Ação Social e a Diretora da Unidade Escolar da pesquisa. Este encontro iniciou-se com a discussão dos dados engendrados no Ateliê anterior, dos gráficos decorrentes das entrevistas realizadas na fase exploratória com a comunidade, sendo exibido, posteriormente, um vídeo intitulado *Samara Felippo explica como maternidade mudou sua visão sobre a vida*²⁷, que discute sobre o privilégio branco. Em seguida, conforme figura 18, exibiu-se um outro vídeo intitulado *Semana Nacional Ciência, Cultura e Saúde*²⁸ que dialoga sobre as experiências exitosas nas manifestações culturais afro-brasileiras na Promoção da Saúde.

²⁷ Disponível em: www.youtube.com/watch?v=fox6QLGaTpA&t=118s.

²⁸ Disponível em: www.youtube.com/watch?v=nz9p4WkKhxM&t=1248s.

Figura 18 – Momento da exibição dos vídeos disparadores, no 3º Ateliê de Pesquisa na Secretaria de Saúde, Miguel Calmon-BA (2020)



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Em seguida os profissionais foram divididos em 2 grupos, com composição intersetorial, com o objetivo de traçar um Plano de Ação do Programa Saúde na Escola, na perspectiva étnico-racial, com a discussão e socialização entre os participantes de forma a intensificar o processo ação-reflexão-ação. Foi apresentado aos participantes algumas obras literárias sobre as questões étnico-raciais, conforme a Figura 19, como também vídeos disparadores supracitados sobre cultura e saúde para discussão intersetorial frente a temática proposta.

Figura 19 – “Tapete literário” com obras sobre a temática étnico-racial, 3º Ateliê de Pesquisa realizado na Secretaria de Saúde, Miguel Calmon-BA (2020)



Fonte: Arquivo da autora (2020).

Buscou-se no Quadro 6, procurando sistematizar o desenvolvimento dos Ateliês de Pesquisa realizados, descrever o roteiro dos encontros com os seus respectivos direcionamentos.

Quadro 6 – Planejamento Sistemático dos Ateliês de Pesquisa

ROTEIRO DOS ATELIÊS DE PESQUISA		
FASES	DATA	DESENVOLVIMENTO
1º ENCONTRO-ATELIÊ	13.11.19	<p>Tema: Saberes Populares de Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acolhimento • Apresentação dos participantes • Apresentação da pesquisa e a implicação • Discussão sobre conceito de quilombo • Música - Pra fazer chá • Breve discussão em grupos - pergunta norteadora: “qual a relação entre os saberes populares de saúde expostos na música e a cultura local da comunidade quilombola de Mucambo dos Negros?” • Socialização das discussões • Apresentação e votação dos temas da escala de valores
2º ENCONTRO-ATELIÊ	11.02.20	<p>Tema: Saúde e Determinantes Sociais da População Negra</p> <ul style="list-style-type: none"> • Boas-vindas • Apresentação do resultado da escala de valores • Discussão do resultado do 1º ateliê • Apresentação de vídeo sobre racismo estrutural • Dinâmica de análise de posters de indicadores sobre população negra • Discussão com 2 grupos para discussão e reflexão com perguntas norteadoras • Plenária • Acordo para o 3º Ateliê
3º ENCONTRO-ATELIÊ	10.03.20	<p>Tema: Contribuição das Manifestações Afro-Brasileiras na Promoção Da Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> • Boas-vindas com vídeo de entrevista de Samara Felipo • Discussão do resultado do 2º Ateliê • Apresentação dos resultados das entrevistas com a comunidade sobre os saberes tradicionais do Mucambo • Discussão sobre cultura e manifestações culturais • Apresentação de vídeo: “Ciência e Saúde: pontuando as possíveis ações para aplicabilidade prática” • Discussão sobre a lista de palavras-chave para abordagem étnico-racial • Distribuição do caderno sobre eixo temático do PSE - Direitos Humanos e Cidadania • Discussão com 2 grupos para construção colaborativa de um plano de ação para as questões étnico-raciais • Socialização e planejamento dos ciclos formativos • Avaliação e expectativas dos encontros • Agradecimento

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Cada encontro teve como público-alvo, os Profissionais de Saúde do PSF Maria Gomes e o corpo docente do Ensino Fundamental II da Escola Engenheiro Francisco Bastos. Para tanto, a mediação foi feita pela pesquisadora com o apoio técnico de pessoas voluntárias que auxiliaram na logística da organização e no registro audiovisual dos Ateliês de Pesquisa. Cabe ainda ressaltar que nos 2º e 3º Ateliês houve a participação de membros da Coordenação Pedagógica e da equipe gestora, que manifestaram interesse em conhecer a pesquisa e a temática e, assim, abrilhantaram os encontros com suas presenças. Salienta-se que após as discussões dos grupos, eram escolhidos pelos membros relatores para apresentar as discussões realizadas. A avaliação dos Ateliês foi processual, mediante a análise das discussões e dos aspectos que emergiram na coletividade.

3.8 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados construídos durante todo o percurso da pesquisa, por meio das gravações de áudio e vídeos, foram transcritos de forma a organizar o conteúdo coletado. Para a sistematização e análise das informações obtidas, foi aplicada a Análise de Conteúdo, definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por meio de procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2016, p. 47).

A Análise de Conteúdo Temática, por sua vez, enfatiza a Análise Lexical. Na modalidade lexical realizou-se a contagem das palavras e posterior aprofundamento bi ou multivariada dos dados textuais para a integração no contexto das falas das/os participantes. No tocante à análise temática foi observado a relação entre palavras, frases, resumo a um determinado tema. As etapas desta análise abrangem a pré-análise, em cuja fase está contemplada a Leitura Flutuante, seguida da Constituição do *Corpus* e formulação de hipóteses (MINAYO, 2010). A construção do *Corpus* requer o cumprimento de critérios de validade qualitativa, baseados na exaustividade, homogeneidade, exclusividade, objetividade e adaptação aos objetivos do estudo. Na

fase da exploração e tratamento do material é possível encontrar expressões ou palavras significativas, por meio da categorização, dando sentido aos dados. Posteriormente, o tratamento dos resultados e interpretações com a inserção de inferências e a triangulação com estudos existentes sobre tais categorias (BARDIN, 2016; CRESWELL, 2014; MINAYO, 2010).

Utilizou-se para auxílio na análise dos dados o *software Interface de R pour les Analyses Multimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ) que buscou identificar características nas entrevistas e narrativas provenientes dos Ateliês de Pesquisa. Segundo Camargo e Justo (2013, p. 513), “trata-se de um programa informático gratuito, que se ancora no *software* R e permite diferentes formas de análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas de indivíduos por palavra”. Os textos formados a partir do desenvolvimento do estudo foram analisados de três formas distintas: por meio do Método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) em um Dendograma, da Análise Fatorial por Correspondência (AFC) e da Nuvem de palavras. O CHD visou obter classes que retrataram vocabulários semelhantes entre si como os diferentes, dos segmentos de texto das outras classes, enquanto a Nuvem de palavras agrupou as palavras por meio da frequência de repetição possibilitando um ágil reconhecimento das palavras-chave.

3.9 PRODUTO DA PESQUISA

Ao término desta pesquisa traçou-se a formação de ciclos formativos sobre questões étnico-raciais, de acordo com os temas escolhidos colaborativamente, a partir da escala de valores para subsidiar ações programadas no Plano de Ação elaborado em conjunto para aplicabilidade no ambiente escolar de forma intersetorial.

Os Ateliês de Pesquisa subsidiaram o início do planejamento para as atividades do Programa Saúde na Escola com ênfase às questões étnico-raciais e continua possibilitando a compreensão do trabalho realizado e potencialidades na Promoção de Cidadania e Direitos Humanos da comunidade de Mucambo dos Negros. Em suma, o projeto de intervenção baseou-se na execução de Ateliês de Pesquisa, dos Ciclos Formativos e na elaboração da dissertação.

Ressalta-se que o delineamento preliminar dos Ciclos Formativos é instável, moldando-se às conjunturas apresentadas pelos participantes a partir de seus

contextos reais de trabalho, sobretudo considerando o período de pandemia do COVID-19 que está sendo vivenciado. Portanto, os ciclos formativos advindos desses Ateliês foram acordados por meio de planejamentos estratégicos, no intento de resolver dificuldades existentes e buscar a construção colaborativa de projetos de trabalho, elaboração de artefatos didáticos e apresentação final das reflexões e potencialidades elencadas pela coletividade.

Cabe destacar que com a decretação do estado de Pandemia da COVID-19 que se instalou no país e no mundo, as atividades de Ciclos Formativos e elaboração de ações efetivas no Programa Saúde na Escola, já planejadas para iniciar, foram prejudicadas e adiadas para outro momento oportuno. Deliberação acordada com os profissionais participantes e gestão municipal para que sejam traçadas estratégias de processos formativos de caráter intersetorial que contemplem a participação de ambas as áreas.

Neste sentido, deve-se destacar que novas propostas de intervenção poderão emergir de acordo com as necessidades e contextualização dos agentes executores do PSE. E buscando contemplar as ações interventivas no período de continuidade do acompanhamento do lócus, nos dois anos subsequentes ao término do Mestrado Profissional, sugere-se a implementação dos Ciclos Formativos de cunho intersetorial e implantação das ações propostas no Plano de Ação construído colaborativamente e que objetivou a intensificação das discussões acerca das questões étnico-raciais desta comunidade quilombola.

4 ALÇANDO NOVOS CAMINHOS

Apresentamos neste momento os movimentos que emergiram no campo em sintonia com os objetivos da pesquisa. Neste sentido, optou-se por apresentar os resultados e discussões de cada um deles, buscando detalhar falas, inferências e (assim) engendrando novos conhecimentos a partir das entrevistas e dos Ateliês de Pesquisa realizados.

4.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Participaram deste estudo 25 colaboradores, sendo 08 da comunidade local de Mucambo dos Negros, 7 profissionais da Educação e 10 profissionais da Saúde. Ressaltando que a participação destes foi mediante convite prévio, agendamento e autorização escrita no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A partir das informações prestadas pelos colaboradores dos diferentes segmentos entrevistados, construíram-se quadros representativos, caracterizando o perfil sociodemográfico dos participantes.

No que tange aos 8 colaboradores da Comunidade, as idades variam entre 54 e 86 anos. Em sua maioria são do sexo feminino e todos se classificam como católicos e negros (pretos e pardos). Destaca-se, o papel da mulher e o seu protagonismo feminino, que se faz presente nesta comunidade quilombola; estas mulheres com suas sabedorias compartilham vivências e saberes historicamente construídos. As mulheres repassam ensinamentos que adquiriram com seus ancestrais por meio da oralidade. Como bem aduz Miranda (2014, p. 112), “no labirinto da memória, as mulheres vão aparecendo e deixando suas marcas”.

Com relação à religião, a adesão à pesquisa foi aceita por pessoas que professam a fé católica. Salienta-se que pessoas de outras crenças também foram convidadas a participar da pesquisa. Quanto escolaridade, observa-se um nível inicial dos colaboradores variando da ausência até cumprimento das séries iniciais do ensino básico.

Um aspecto importante na caracterização foi que nenhum participante expôs a crença em religião de matriz afro-brasileira. Contudo, em suas casas havia santos e imagens de entidades de matriz afro-brasileira em altares e locais reservados, hábitos

de vestimentas em dias específicos, o que caracteriza uma ancestralidade africana. Neste sentido, ancorou-se em Ferreti (2014, p. 29) que diz que “a sociedade brasileira é complexa e se caracteriza pelo encontro e a mistura entre povos e culturas diversas, e este encontro é enriquecedor”. Estes cruzamentos ficam evidentes no cotidiano da comunidade quilombola de Mucambo dos Negros, através de rezas, crenças, chás, uso de roupas com cores específicas e nos altares encontrados em várias casas visitadas. Nesses locais domésticos de religiosidade observou-se imagens de santos da Igreja Católica, como imagens de Cosme e Damião, Santa Bárbara. Vale destacar que o culto aos santos citados apresenta grande influência da cultura afro-brasileira, com a associação entre os santos gêmeos aos Ibejis e de Santa Bárbara com o orixá feminino Iansã.

A despeito da área de conhecimento da Educação, dentre 7 (sete) colaboradores, observa-se que 2 (dois) participantes tinham idade entre 34 -35 anos e 5 (cinco) variam de 41-50 anos. Em relação ao tempo de atuação na escola, 3 (três) trabalham na localidade entre 1-5 anos, 2 (dois) atuam entre 6-10 anos e 2 (dois) atuam há mais de 20 anos. Nenhum destes profissionais reside no Mucambo dos Negros. O fato de nenhum profissional residir na Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros, só se dirigem à comunidade para desenvolverem o seu trabalho e não conhecem a história e as vivências locais. No que tange o Programa Saúde na Escola, a maioria dos profissionais revelaram não ter um período de atuação efetiva nas ações deste programa intersetorial. O Quadro 7 reflete tais variáveis.

Quadro 7 – Variáveis relativas ao perfil dos colaboradores da Educação (N=7), Miguel Calmon-BA (2020)

Profissionais da Educação Variáveis	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7
Idade	48	50	41	34	46	35	46
Tempo de atuação no PSE	Não atua	Não atua	Não atua	Não atua	20 anos	Não atua	Não atua
Tempo de atuação na escola	5 anos	6 anos	7 anos com intervalos	3 anos	20 anos	1 ano	30 anos
Religião	Evangélico	Evangélico	Católica	Católica	Católica	Católica	Evangélico
Raça/cor	Pardo	Parda	Parda	Parda	Parda	Parda	Parda
Residência	Sede	Sede	Sede	Sede	Sede	Sede	Sede

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quanto a religiosidade dos profissionais da Educação, em sua maioria declararam professar a crença católica. Contudo, também está presente a crença evangélica dentre os colaboradores.

No que tange aos colaboradores da área da Saúde, cabe destacar que perfazem um total de 10 participantes, sendo 5 (cinco) com idade entre 25-30 anos e 5 (cinco) com idade entre 45-55 anos. Quanto ao local de residência, a maioria dos membros da equipe reside no Mucambo ou em seu entorno, em regiões circunvizinhas. Em relação ao tempo de atuação na unidade de Saúde e no Programa Saúde na Escola, este período está intrinsecamente relacionado ao tipo de vínculo empregatício destes profissionais. Em outros termos, os que têm menor tempo de atuação apresentam vínculos empregatícios temporários, advindos por processos seletivos ou programas federais, a exemplo do Programa Mais Médico. Já os profissionais que apresentam vínculo efetivo têm uma vivência maior tanto na Unidade quanto nas ações do Programa Saúde na Escola. O Quadro 8 evidencia estas variáveis.

Quadro 8 – Variáveis relativas ao perfil dos colaboradores da Saúde(N=10), Miguel Calmon-BA (2020)

Profissionais da Saúde/ Variáveis	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10
Idade	25	26	30	46	55	50	38	45	34	53
Tempo de atuação no PSE	11 m	10 m	2 a	7 a	6 a	6 a	6 a	6 a	9 m	6 a
Tempo de atuação no PSF	11 m	10 m	2 a	7 a	19 a	19 a	8 a	12a	9 m	24 a
Religião	Evangélica	Católico	Católica	Católica	Católica	Evangélico	Católica	Católica	Evangélica	Evangélica
Raça/cor	Branca	Pardo	Branca	Parda	Parda	Pardo	Pardo	Negra	Parda	Branca
Residência	Jacobina	Jacobina	Sede	Mucambo	Mucambo	Mucambo <u>Reg</u>	Mucambo <u>Reg</u>	Mucambo	Sede	Mucambo

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ainda em consonância com o quadro acima, observa-se que, em sua maioria, os profissionais se autodeclararam negros (pretos/pardos), e os colaboradores com maior tempo de atuação na Unidade de Saúde residem na própria localidade e/ou adjacências, podendo, portanto, contribuir para o conhecimento do contexto desta comunidade.

Mucambo dos Negros e seus desdobramentos. Observa-se que estes saberes vêm agregados a valores civilizatórios e culturais de matriz afro-brasileiras presentes nas narrativas dos colaboradores. Conforme a pré-análise realizada, definiu-se duas categorias: “Saberes populares e sua importância na comunidade”; e “Aspectos culturais envolvidos nos saberes presentes”. Tais categorias são apresentadas e discutidas considerando os excertos de fala dos participantes.

4.2.1 Saberes populares da Comunidade de Mucambo dos Negros

Os saberes tradicionais e seus costumes em comunidade quilombola são conhecimentos passados através das gerações e perpassam a estrutura social desses moradores. No que tange aos saberes da comunidade, a partir das palavras que tiveram destaque pelo tamanho e proximidade, como: “pessoa”, “dar”, “rezar”, “dizer”, “médico”, “falar”, “chá”, “folha”, “ficar”, “bom” e “remédio”, possibilitaram conotar que os saberes populares da Comunidade Mucambo dos Negros mais evidentes foram o uso de plantas medicinais por meio do uso de chás e das rezas.

As pessoas da comunidade que participaram deste estudo revelam que tais orientações acerca dos cuidados à saúde conotam atitudes de solidariedade assentadas no termo “dar”. Quanto à forma de repasse dos saberes, o termo “dizer” aponta que a orientação sobre tais práticas de saúde acontece por meio da oralidade. Vidal (2012) aponta que a realização do serviço de forma gratuita reflete uma ação de generosidade e retribuição pelos conhecimentos que possui. Salienta-se na Figura 20 que a população concede ao mesmo tempo importância ao uso de chá/rezas e aos saberes médicos convencionais, provavelmente, significando a incorporação dos saberes por empregá-las paralelamente. As falas a seguir explicitam a ambiguidade:

Eu e meu marido ainda faz, quando sente qualquer coisa vai no quintal arranca mastruz, faz chá e toma, erva cidreira, o que nós encontrar e tiver a nosso alcance e a gente souber o que nos faz (C.5).

Quando alguém adoecer, faz um chá, toma se não vê a melhora procura um médico, porque hoje assim às vezes a doença é meia noite, tem uma folha ali vai fazer um chá de erva cidreira, de capim santo ou de qualquer outra folha, ou de laranja (C.8).

Os saberes tradicionais de saúde em comunidades quilombolas a partir da perspectiva do Interacionismo Simbólico, em estudo desenvolvido nas comunidades quilombolas de Mocambo em Porto da Folha e Sítio Alto em Simão Dias no Estado de Sergipe, apontou que a utilização de técnicas ecossistêmicas na saúde estão presentes nas comunidades quilombolas como uma dinâmica vital integradora e complexa das relações saúde e ambiente. A técnica tem contribuído para conservação ambiental e cultural dessas comunidades. Nesse sentido, tais práticas conotam um caminho de resistência e resiliência frente às desigualdades existentes (LACERDA, 2017). Nesta perspectiva, entende-se que essas práticas promovem vários benefícios à saúde dos moradores, além de contribuírem nas suas relações sociais. A sabedoria popular alivia as dores, cria formas de convivência entre os moradores e de bem-estar, contribuindo, assim, para um bem viver melhor e utilizando remédios naturais, plantados na própria comunidade.

Em conformidade com a conjuntura do Mucambo dos Negros, Vidal (2012, p. 1) afirma que

Esses saberes integram a um patrimônio civilizatório africano-brasileiro que se constitui através de um repertório de elaboração de produtos produzidos a partir dos conhecimentos das ervas, raízes, sementes [...], cuja indicação auxilia nas curas de doenças físicas e espirituais dentro e fora da comunidade.

Fica evidente, nestes cuidados com a saúde, a relação entre as práticas de saúde e o meio ambiente no que tange a uma visão harmônica e sustentável entre a natureza e essa população, proporcionando a sobrevivência física e cultural desses povos. Com isso, constata-se a influência das cosmologias e valores civilizatórios que divergem da visão biomédica e hegemônica que muitas vezes promove a ação predatória dos recursos naturais (LACERDA, 2018).

No que tange à cultura de matriz afro-brasileira, ressalta-se a relevância dada ao equilíbrio entre a mente, corpo e natureza. Tais aspectos são evidentes nas manifestações dos valores civilizatórios de matriz afro-brasileira, presentes no cotidiano da sociedade no modo de viver da população, a partir de preceitos como ancestralidade, religiosidade, memória, oralidade, musicalidade, cooperativismo, corporeidade, ludicidade, energia vital e circularidade, perpetuando os saberes africanos que também passam pelas formas de encarar a busca pelo

restabelecimento da saúde (BARBOSA et al., 2016; BRANDÃO, 2006; JAGUN, 2017; LEITE, 1999; MUNANGA, 2012; SIQUEIRA, 2004).

Neste estudo, o processo de medicalização ainda é comumente utilizado pelos profissionais a partir de uma visão biomédica, sendo argumentada pela comunidade que reconhece os efeitos benéficos das plantas e espera da equipe uma validação do seu uso. A possível indicação e estímulo para o uso de tais práticas de saúde foram conotados nas palavras: “remédio”, “olhar”, “botar”, “deixar”, “responder”, “aprender” e “planta”. Nesse seguimento, parece haver uma expectativa da população para um olhar mais qualificado e holístico para o uso destes saberes integrados à clínica, conforme fala a seguir:

Às vezes você diz assim, ah eu tomei um chá, vamos supor, eu tive uma febre, a febre tava em 40, aí eu tomei chá, esse chá e não me deu mais febre, então ele poderia dizer assim, não realmente a senhora curou com esse chá. (C8).

Neste vértice, o modelo biomédico e hegemônico conduziu a um processo de ressignificação das práticas de saúde destas comunidades, refletindo as relações de poder existentes na sociedade. A importância das parteiras, das rezadeiras, das benzedadeiras para os moradores destas comunidades quilombolas e a continuidade dessas habilidades têm vínculo significativo com a identidade quilombola e o reconhecimento dos saberes tradicionais aponta modelos alternativos de desenvolvimento. Sendo assim, os conhecimentos passados de geração em geração por meio da oralidade perpassam elementos do natural e sobrenatural, com o uso coletivo dos recursos naturais da localidade e reduzidos gastos financeiros para esta população (LACERDA, 2018; OLIVEIRA, 2013).

Assim, no que diz respeito especificamente à prática da benzedura, a palavra “benzedeiro” pouco se destaca na Nuvem de palavras, apresentando-se distante do núcleo da figura. Isso leva à reflexão de que apesar de ser ainda presente na comunidade, já não há tanta facilidade de encontrar pessoas que a pratiquem. O desestímulo e possível silenciamento desse aspecto cultural e tradicional da localidade é traduzido na seguinte fala:

Hoje não tem não, não tem a benzedeira, tem benzedeira assim em outro lugar, mas aqui as que tinham já morreram, já se acabaram e

antigamente, minha vó mesmo era benzedeira, minha vó dava caruru. (C8).

Minha mãe rezava do ramo, rezava de olhado, rezava de mofina, rezava fogo selvagem, rezava pano fofo que pegava nos cachorros e vinham aqui pra mãe rezar, as lagartas quando tava no capim vinham e mãe rezava. (C2).

As benzedeadas foram embora, as que tem estão se excluindo, não querem mais aparecer, elas se sentem com vergonha hoje da tecnologia que tá hoje, que aí quando tem uma benzedeadas. (C6).

A procura por benzedeadas ainda se dá a partir de um momento de escuta que podem advir de familiares, vizinhos, amigos, membros da igreja. Esta prática de cura abarca práticas ritualísticas com uso de ervas, folhas e outros elementos ligados ao poder da cura e resolução de problemas relacionados a elementos do corpo e espirituais que podem ser pontuais, ou integrados a outras práticas de cuidados à saúde (FERNANDES; SANTOS, 2019; VIDAL, 2012). Continuamente, as práticas de tratamentos de saúde são repassadas para a comunidade pela ancestralidade por meio de narrativas, canções, receitas e rezas, especialmente, benzedeadas, curadores, parteiras, rezadores, babalorixás e médiuns, os quais conseguiam transmitir seu patrimônio cultural (CRUZ, 2015).

Todavia, percebe-se um processo de apagamento da identidade a respeito do ofício de benzedeadas que passa por um processo de aculturação, em que poderes hegemônicos implícitos na sociedade, ao longo dos anos, desencadeiam um processo de silenciamento destes conhecimentos, comprometendo assim a difusão desta cultura para as gerações futuras (NASCIMENTO, 2016).

Apesar desta conjuntura, ainda se percebe nesta categoria que o uso dos saberes tradicionais de saúde no Mucambo dos Negros permeia o cotidiano dos moradores. Seu primeiro tratamento se dá por meio de chás e banhos através do uso de plantas medicinais em que confiam e as utilizam com frequência, apesar da procura pelo serviço de saúde.

O que se apresenta nas falas é uma cobrança para que os profissionais de saúde busquem aprender mais sobre tais práticas. Em uma compreensão, por parte da comunidade, de que seja possível integrar a cultura de matriz afro-brasileira no processo de cuidar, uma vez que ela permanece incipiente entre eles, contribuindo para um enfrentamento do racismo institucional ainda presente, mesmo que de forma

inconsciente, nas unidades de saúde. Dessa forma, poderíamos tangenciar que há um clamor dos participantes para que esses conhecimentos e práticas sejam vistas e valorizadas.

4.2.2 Aspectos culturais envolvidos nos saberes presentes

No tocante aos aspectos culturais desta população – que permeiam as práticas de saúde – na segunda categoria, observa-se a relevância da palavra “mãe” e sua proximidade com a palavra também em destaque “médico”. Estes termos remetem a figuras que representam os cuidadores no imaginário social. No âmbito privado, liga-se a figura materna; e no âmbito social, a figura do profissional, médico. As falas a seguir reforçam a imagem:

A pessoa tava com dor de cabeça, tomava sol e tomava o sereno, e o que era que minha mãe fazia, pegava um lenço branco colocava na cabeça da pessoa, pegava uma garrafa de água e botava em cima, ai subia aquelas bolhas e ai era sol e sereno, ai benzia e ficava sãozinho. (C5).

A minha mãe falava que quando adoecia, não tinha médico e ia tomar o que, remédio das ervas, remédio do mato, as vez acontecia de ir na casa do entendido que mexia com essas coisas, pedia para ensinar um remédio, um chá e ai melhorava, hoje como tá, adoeceu vai no médico... a minha mãe mesmo teve dez filhos e nunca foi no médico. (C1).

O protagonismo da mulher/mãe nos cuidados à saúde nas Comunidades Quilombolas foi objeto de estudo com vertente antropológica, desenvolvida em uma comunidade quilombola localizada no interior do Rio Grande do Sul, com a participação de 13 mulheres. Ao investigar como foram construídas, socioculturalmente, as práticas de cuidado entre mulheres de uma comunidade quilombola, descobriu-se que elas eram engendradas a partir de valores historicamente repassados por gerações na comunidade, entre as mulheres que são representadas como as principais cuidadoras, dentro do contexto domiciliar e familiar (PRATES et al., 2019).

Quanto a assistência médica nas comunidades quilombolas, os problemas vêm de dificuldades estruturantes, sobretudo em zona rural em que há alta rotatividade dos

profissionais de nível superior em regiões rurais e a precária infraestrutura para a realização dos atendimentos. Cabe ressaltar que o racismo institucional e atendimento uniforme, desconsiderando a correção das iniquidades e disparidades étnico-raciais em saúde por parte de alguns profissionais de saúde, podem constituir barreiras ao acesso e uso dos serviços de saúde por este grupo populacional (GOMES et al., 2013; CRUZ, 2015).

Deste modo, entende-se que a comunidade de Mucambo dos Negros tem de fato duas referências para os cuidados em saúde que é o “médico” e a “mãe”. Figuras estas indissociáveis, permeadas de confiança e respeito por parte da população. Sustentando-se nas duas figuras, fica evidente que a comunidade intercambia os tratamentos na busca de restabelecer a saúde de todos. Neste sentido, o reconhecimento desta situação é visto como um possível caminho para a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra em que esta articulação mãe/médico pode implementar um “contrato” terapêutico entre a medicina hegemônica e a medicina tradicional, ao compartilhar tomadas de decisão quanto ao manejo de problemas de saúde e possíveis terapias.

Uma outra figura que se apresenta na nuvem de palavras é o “pai” e “senhor”. A presença paterna/masculina encontra-se mais distante do núcleo e relaciona-se com o provimento de condições para cuidados com a saúde, evidenciado pela proximidade das palavras “comer”, “saúde” e “trabalhar”. O recorte de fala evidencia tal situação:

Meu pai deixou muita roça no Mucambo, ele trabalhava muito, mas era daquele povo que não sabia contar nada da vida, porque só vivia na roça, ele não era de rua, de negócio de cachaçada, ele era na roça. (C1).

É relevante destacar, nesta categoria, a importância das questões relativas a gênero, onde às mulheres se atribui um maior conhecimento acerca da utilização das plantas medicinais do que os homens. O estudo de Manfrinate e Sato (2012) aponta a atuação da mulher em diferentes atividades na Comunidade Quilombola de Mata do Cavalo, localizada no Mato Grosso. Evidencia-se que nesta localidade as mulheres também são atuantes como os homens, seja na hora de fazer a comida, no cuidado da horta, no preparo dos chás, na lavagem da roupa e na limpeza da casa. As

mulheres desta comunidade são responsáveis não somente pelas tarefas domésticas, mas também no trabalho na lavoura e com a saúde dos mais próximos.

Este protagonismo feminino remete à história de outras tantas mulheres também de comunidades quilombolas, a exemplo de mulheres das comunidades de Tijuacu e de Raposa, que em meio às dificuldades do dia a dia, elas se apresentam como mestras dos saberes tradicionais e repassam por gerações, buscando garantir a continuidade dos conhecimentos ancestrais dessas localidades (MIRANDA; BRASILEIRO, 2017).

Desta maneira, de acordo com as falas, reafirma-se a presença marcante da mulher desempenhando diferentes papéis na Comunidade Quilombola Mucambo dos Negros, no processo do cuidado com os familiares e pessoas da comunidade; percebe-se que a figura masculina atua, basicamente, como provedor do lar. Vale salientar que a figura feminina é fortemente lembrada como referência seja como parteira, benzedeira, curandeira ou rezadeira, no cuidado com as pessoas da comunidade.

Ainda com relação à Figura 20, é imperioso destacar a lembrança e importância dada à religiosidade e à espiritualidade, no que tange os cuidados ligados à saúde, evidenciado pelas palavras “chamar”, “vir”, “ensinar”, “começar”, “fé” e “Deus”. Tal relação evidenciada pelo conjunto das palavras aponta ser a fé um fator que auxilia na recuperação e na condução dos cuidados à saúde. Implicitamente, as crenças religiosas vão se revelando em convergência, demonstrando a impossibilidade da dissociabilidade entre “corpo e alma”, o que coaduna com as crenças de matriz afro-brasileira. As falas a seguir assim apontam:

É a fé e o chá de hortelã graúdo que eu tomo, não tomo nada só o chá de hortelã graúdo e a fé. Às vezes, as pessoas “chega” aqui e eu falo assim, oh menino eu vivo hoje agradeço a Deus e a esse chá de hortelã graúdo. (C2).

Eu mesmo já dei caruru também, mas agora esses tempos não dei mais, só assim dou refrigerante, bala, mas comida como antes, não dei mais. Eram boas pra saúde. (C8).

Estes relatos apontam para atividades religiosas e sociais com forte característica de matriz afro-brasileira, cujo objetivo é a promoção à saúde por meio da utilização de elementos vegetais nos tratamentos, que se acredita promovem a

restauração da saúde intermediada por relações estabelecidas com suas divindades. Este achado é corroborado por um estudo realizado em duas comunidades quilombolas de Goiás, com a participação de 188 pessoas. referido estudo investigou as condições de vida e os itinerários terapêuticos da localidade. Percebeu-se que há um vínculo muito forte entre o uso de remédios caseiros e as crenças, principalmente nas crenças religiosas que perpassam os aspectos da cura. Os autores ressaltaram que o poder da fé das pessoas foi mais perceptível em comunidades rurais (SANTOS; SILVA, 2014).

Teixeira (2012) enfatiza que a sabedoria popular de matriz afro-brasileira envolve uma série de terapias vinculadas ou não às práticas religiosas, convergindo numa visão globalizante, cujos especialistas leigos ou religiosos detêm como arcabouço empírico o tratamento de distúrbios físicos e/ou psíquicos dos enfermos. O achado é endossado pela *World Health Organization* (2001), ao assegurar que a medicina tradicional compreende vastas práticas de saúde com tratamentos, conhecimentos e crenças que contemplam o uso de plantas, animais e/ou medicamentos de base minerais; terapias espirituais, técnicas manuais e exercícios, aplicados isoladamente ou em combinação para manter o bem-estar na prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças. Neste norte, evidencia-se que os saberes tradicionais estão carregados de religiosidade, interligando dimensões do ser, do eu e da natureza (SILVERA; ARAUJO, 2017).

Portanto, no tocante à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra associada aos valores civilizatórios da população negra, o cuidado integral ao indivíduo é pautado no equilíbrio entre corpo, mente e espírito da pessoa, a partir de uma vertente mítica e religiosa em que está imbricada a cultura negra, a saúde e o bem-estar que são elementos dinâmicos e permeados de energia vital, que é um dos valores civilizatórios desta população (CRUZ, 2015).

Ainda em relação à fé/crença, vale ressaltar que muitas vezes essa “fé” apresenta-se imbricada nos relatos por meio de manifestações de respeito à ancestralidade. Os vocábulos “perguntar”, “acreditar”, “velho” e “avô” presentes na Figura 20 conotam uma confiança e consideração aos mais velhos como transmissores de conhecimentos através das gerações. A fala a seguir confirma tal percepção:

Da tradição da minha mãe, eu peguei respeito daquela tradição que ela tinha, eu tenho respeito como tenho até hoje, eu não faço mais esse samba, mas acendo minhas velas no dia certo de acender velas, sei o dia certo de rezar, minha mesinha completinha ali só para eu rezar. Aí eu vou ali acendo minhas velas, rezo e aí é minha tradição também. (C4).

Estas práticas de transmissão pelos mais velhos a partir de suas vivências, histórias e ensinamentos sobre as práticas de saúde promovem a manutenção do elo por gerações. Lacerda e Mendes (2018, p. 114) apresentam esta reflexão em relação a esta dimensão do cuidado, em que não se limita à assistência às pessoas enfermas, mas essas práticas têm um valor estruturante das relações sociais das pessoas na comunidade.

Então, o Mucambo dos Negros, embora aparentemente de forma silenciosa, mantém traços culturais ancestrais que são passados de geração para geração. Essa concepção compatibiliza com os achados de um estudo etnográfico de cunho qualitativo, com dois participantes, que foi realizado na Comunidade Remanescente de Quilombo São Domingos, no município de Paracatu-MG, ao evidenciar o papel da história oral, da cultura e da ancestralidade no âmbito da organização comunitária (FRANCO, 2018).

Ainda que essas práticas estejam presentes no cotidiano dos moradores, nas narrativas se expressa que aparentemente os jovens não manifestam o mesmo respeito e/ou interesse em aprender e manter tradições culturais, sendo um risco iminente que, ao longo dos anos, o silenciamento da cultura possa ocorrer. A Nuvem de Palavras, no eixo constituído pelos termos “jovem”, “levar” e “morrer”, revela o “temor” das/os participantes deste estudo, conforme fala a seguir:

As práticas que a gente usa é assim, já vem assim do tempo da minha vó, minha vó falava assim, que tinha folha de remédio que era boa, então a gente já ficou com isso, faz um chá e toma. Porque era assim, era muito caseira na casa de meu pai, ai ela falava a gente só ficava escutando, porque hoje é assim, a gente fala alguma coisa, hoje ninguém dá atenção a você, que você fala alguma medicina caseira, hoje ninguém fala mais, é difícil, porque eu mesma sabendo da medicina caseira, eu não posso passar pra ninguém, porque hoje ninguém quer confiar em ninguém. (C8).

Em razão do que foi explanado nesta categoria, entende-se que os saberes populares de saúde existentes no Mucambo dos Negros apresentam marcas de

valores civilizatórios de matriz afro-brasileira. Constata-se também que a comunidade não relata a prática do seu artesanato, de suas danças e de sua musicalidade como uma estratégia de cuidados com a saúde, no tocante à promoção, prevenção e proteção à saúde. Em outras palavras, há uma necessidade iminente de que a comunidade, sobretudo a juventude, (re)conheça seus valores civilizatórios em suas práticas exercidas por seus ancestrais, além da imprescindibilidade da implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que recomenda o apoio e integração da medicina tradicional no processo de cuidar em saúde, bem como aumentar a disponibilidade e credibilidade da medicina tradicional, assegurando produtos e práticas seguras e eficazes, com base nas evidências disponíveis.

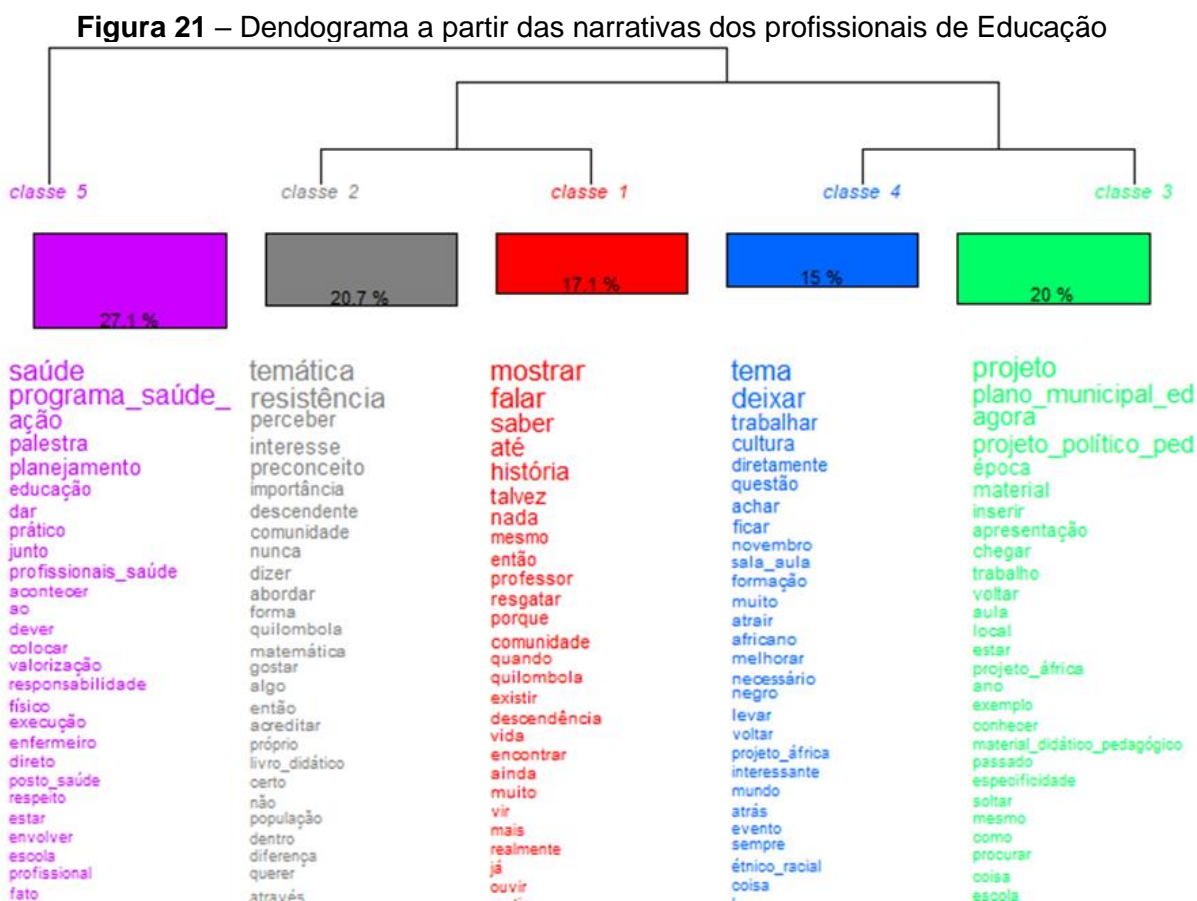
4.3 EDUCAÇÃO E SAÚDE: PRÁTICAS INTERSETORIAIS NA PERSPECTIVA ÉTNICO-RACIAL

O segundo objetivo específico do presente estudo se propôs a verificar a compreensão dos profissionais acerca das suas práticas na perspectiva étnico-racial. Para cumpri-lo foram realizadas entrevistas com os Profissionais da Saúde e da Educação. Os *corpora* textuais conformados a partir da transcrição das entrevistas foram processadas no *software* Iramuteq e geraram gráficos denominados de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) para cada um dos grupos conforme Figuras 21 e 22.

Para Salviati (2017, p. 46), a análise realizada a partir dos gráficos gerados das CHD “é baseada na proximidade léxica e na ideia de que as palavras usadas em contexto similar estão associadas ao mesmo mundo léxico e são parte de mundos mentais específicos ou sistemas de representação”. Sendo assim, as entrevistas dos participantes de ambas as áreas passaram por este processo de análise. Após a apresentação dos resultados, se iniciaram as discussões referentes a cada área de conhecimento, separadamente.

4.3.1 Compreensão dos profissionais de educação acerca da intersetorialidade e das questões étnico-raciais nas suas práticas profissionais

A CHD, a partir das entrevistas dos profissionais da Educação, permitiu visualizar a formação de 5 classes que foram organizadas em três categorias: a Categoria 1 referente à Classe 5 com percentual de 27,1% de segmentos de texto com aproveitamento, que representa a maior ocorrência e vocabulários que se aproximam na percepção dos profissionais quanto ao trabalho intersetorial do PSE; em sequência, tem-se a Categoria 2 que foi estruturada a partir da classe 1 com percentual de 17,1%, e classe 2 com percentual de 20,7% com termos relativos às práticas profissionais na perspectiva étnico-raciais; por fim, emergiu a Categoria 3 referente às classes 3 com 20% e Classe 4 com percentual de 15% que fazem alusão às dificuldades e potencialidades para promoção de discussões das questões étnico-raciais, conforme Figura 21.



Fonte: Iramuteq (2020).

Cada uma das três categorias conformadas foi entremeada por recortes de falas que possibilitaram maior compreensão dos sentidos advindos de cada termo que as compõem.

4.3.1.1 Categoria 1 – Percepção dos Profissionais Quanto ao Trabalho Intersetorial do PSE

Esta Categoria analisou a classe 5 da Figura 21 (Educação) e permitiu aprofundar a apreensão de como os profissionais desta área de conhecimento compreendem as práticas intersetoriais propostas pelo Programa Saúde na Escola.

Assim, em relação aos profissionais de Educação, emergiu em suas falas diante dos termos “saúde”, “programa saúde na escola”, “ação” e “planejamento” que a intersectorialidade ainda não é praticada efetivamente. Pois, nas ações desenvolvidas pelo PSE existe uma atuação mais robusta da equipe de saúde. Os participantes conotaram que apesar de ser pautada por normativas interministeriais, a execução das atividades ainda é entendida como algo de responsabilidade da área da Saúde. Na prática, o que se revela é que a Educação “cede” o espaço físico e o horário das aulas enquanto a Saúde comparece e realiza as atividades propostas. As falas a seguir explicitam tal percepção:

Já presenciei aqui o pessoal da saúde dando palestras, principalmente palestras, discutindo aí no pátio com alunos e com a gente a respeito de o pessoal da saúde estar mais envolvido com a educação. A maior parte mesmo fica o pessoal da saúde, aqui quando o colégio se dispõe abre as portas para recebê-los em termos dessa parceria, no sentido de estar sensibilizando os alunos a respeito do como deve cuidar da sua própria saúde. (E1).

Acho que a responsabilidade da execução do Programa Saúde na Escola é maior para a saúde, quando vem e dá palestras. Tentamos trabalhar em nossa disciplina Ciências, sobre saúde, higienização, mas deveria ter uma ampliação e uma melhora nas ações. Não vejo um planejamento certo das ações do Programa Saúde na Escola, poderia ter um projeto envolvido nisso, mas o que tem às vezes são palestras. (E6).

O estudo avaliativo, corroborando com a ideia encontrada na presente pesquisa, realizado em um município de região Metropolitana do Nordeste brasileiro

que implantou o PSE no ano de 2008, com a participação de 23 pessoas, contemplando gestão e trabalhadores da saúde e educação, evidenciou a existência de uma liderança do setor Saúde no PSE, de modo que o setor da Educação apresentava uma atuação periférica. Os autores apontaram que as atividades de saúde nas escolas possuíam uma abordagem biomédica e eram efetivadas por meio de palestras (SOUSA et al., 2017).

Observou-se, neste estudo, que o conjunto das palavras que compõem essa categoria como “ação”, “planejamento”, “prático” e “junto”, nos remetem a uma necessidade de melhor sistematização das ações intersetoriais onde seja possível, a partir de planejamentos coletivos, traçar estratégias e estabelecer um diálogo intersetorial. Os/as participantes apontam ser esse um dos grandes desafios no trabalho intersetorial do PSE. No que tange essa lacuna, os próprios colaboradores sinalizaram fragilidades:

Eu acredito que deveria ter mais entrosamento entre educação e saúde, assim vai ter a palestra no Programa Saúde na Escola e a equipe da saúde vem para escola dar a palestra, digamos sobre sexualidade por exemplo, aí vem e tal, aí vejo um certo distanciamento entre a escola e PSF, deveria ter mais entrosamento, eles vem dar a palestra tal e depois que deu aquela palestra deveria falar e aí, o que vocês encontraram, como você trabalharam, diretamente a escola, o posto e o Programa Saúde na Escola, mas acho um pouco distante, poderia haver mais ligação. A diretora nos comunica que vai ter uma palestra, o pessoal do posto vai estar na escola ministrando uma palestra. Mas a gente não teve aquele engajamento, não sentamos todos juntos para discutir e planejar para fazer um plano de como seria aquele dia ali. (E4).

Não tenho enxergado essa parceria entre educação e saúde, mas acho que existe uma parceria, apesar de não ter visto muitas ações nem o planejamento delas (E7).

Estas falas remetem à lacuna existente frente a efetivação das políticas intersetoriais no município em que cada setor trabalha direcionado à sua área específica e muitas vezes sem abertura de espaço para o diálogo intersetorial, permanecendo muitas vezes “cada profissional em sua caixinha”. Esta conjuntura é similar em outros municípios do país, nos quais as dificuldades muitas vezes sobrepõem as oportunidades para agregar conhecimentos e saberes.

A efetivação da intersetorialidade foi objeto de estudo em pesquisa realizada em município da região metropolitana de Pernambuco, com 19 agentes comunitários de saúde (ACS) e professores. Revelou-se que a dificuldade da implementação da política intersetorial passava pela conjuntura dos planejamentos setoriais, programados antecipadamente e sem espaço suficiente para a correta execução da política, o que implicava em dificuldade de aliar os tempos institucionais dos vários setores e o comprometimento e envolvimento setorial, impedindo a sustentabilidade das ações (FARIAS et al., 2016).

A presente pesquisa também sinaliza que os profissionais da Educação, a respeito da intersetorialidade proposta no PSE, apontaram para um entrosamento ainda ineficaz entre as áreas de conhecimento, por requerer um planejamento coletivo permeado por discussões e envolvimento indispensável para a efetivação do PSE na Comunidade de Mucambo dos Negros.

4.3.1.2 Categoria 2 – Práticas Profissionais da Educação na Perspectiva Étnico-raciais

A despeito das práticas exercidas por estes profissionais na perspectiva das relações étnico-raciais, os profissionais de Educação trouxeram reflexões importantes sobre seu cotidiano diante da conjuntura de atuação em uma comunidade quilombola, remetidas pelos termos “temática”, “resistência”, “perceber”, “não” e “diferença”.

Inicialmente, os profissionais da área da Educação revelaram que suas práxis muitas vezes eram pautadas na homogeneidade dos conteúdos, visto que não percebiam diferença entre os alunos que frequentam na escola desta comunidade de alunos de outras escolas, sobretudo no que tange às comunidades rurais. Aliado a esta conjuntura, os profissionais sinalizaram a questão da própria comunidade não se reconhecer enquanto pertencentes de uma comunidade quilombola. Portanto, muitos professores não sentem a necessidade de fomentar tais discussões, como pode-se ver na narrativa a seguir:

Não vejo muita diferença em relação a outras comunidades assim, por ser o fato de ser quilombola se tem algo assim diferente ou diferenciado não percebi isso não. (E1).

Ao refletir sobre essa percepção, conota-se que tal narrativa representa um pensamento com base universalista em que todos são tratados de maneira uniforme, ignorando processos históricos e singularidades locais. Este processo pode ser designado como fruto do racismo estrutural existente na sociedade brasileira, em que, por conta do mito da democracia racial, há a invisibilização da população negra e negação da existência de diversidades culturais. Assim, minimizam a importância de uma discussão problematizadora sobre questões étnicas vigentes na sociedade e da temática nos currículos escolares (CUNHA JUNIOR, 2013).

O racismo estrutural determina como a sociedade brasileira foi moldada, historicamente, a partir da imposição de condições que geraram a manutenção da ordem social que privilegia determinados grupos raciais, gerando inúmeras iniquidades e desigualdades políticas, econômicas e jurídicas de forma sistemática, que acabam sendo “normalizadas” e invisibilizadas. Neste contexto, ainda predomina uma “proibição” em se falar sobre questões raciais, sob a acusação de se tentar dar visibilidade a um problema inexistente na sociedade brasileira (ALMEIDA, 2019; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017; NASCIMENTO, 2018).

A escola por sua vez se estabeleceu como um ambiente privilegiado de cruzamentos de culturas e saberes. Contudo, frequentemente, a dinâmica escolar apresenta uma tendência homogeneizadora que padroniza diferenças. Neste sentido, se faz necessário mobilização para acolher, discutir e conviver com diferentes culturas e novas óticas, que possam ser socializadas em profundidade com novos conhecimentos, no que tange a abordagem das questões étnico-raciais, pautados em histórias contadas por quem tem o protagonismo de fato, os membros da comunidade. Explicita-se a necessidade de um olhar sensível capaz de perceber situações que muitas vezes empobrecem o fortalecimento da identidade étnico-racial dos alunos e busca alcançar uma transformação social (GOMES, 2007; MOREIRA; CANDAU; 2007).

Eu acho que para isso acontecer de fato é necessário que se haja, eu acho que deve ter formação para isso né, porque eu não vejo a comunidade fazer a saúde integrada com a escola né, para de certa forma desenvolver algo, através né dessa junção para fazer alguma coisa em relação à perspectiva étnico-racial aqui no Mucambo, eu não vejo tão assim e eu não sei nem te dizer o que faltaria para isso acontecer. (E3).

Historicamente, o silenciamento das produções de autores negros e das temáticas étnico-raciais repercutiu numa enorme carência de discussões e debates, no contexto acadêmico, reverberando em ausência de reflexões e fortalecendo o mito da democracia racial nas formações profissionais. Sabe-se que esta conjuntura é fruto de uma trajetória e dos significados dados à história, em que as mãos que as elaboraram, impuseram o embranquecimento cultural e os efeitos da relação de poder expressado pelo perigo de uma única história (ADICHE, 2019; RIBEIRO, 2019). Dessa forma, em grande parte das escolas e universidades brasileiras ainda predomina uma visão eurocêntrica. Devendo-se oportunizar e se permitir novos conhecimentos, conhecendo filósofos e intelectuais negros que podem engendrar caminhos de reflexão que permitam uma discussão crescente de temas como o racismo, a negritude, branquitude, violência, desejos, culturas, que ainda não é praticada nesses espaços acadêmicos

Percebe-se, com base na análise desta categoria, que dentre os profissionais da educação, há uma ideiação do que seria uma comunidade quilombola e que a do Mucambo dos Negros não corresponde às expectativas do senso comum ou não se adequa, conforme fala a seguir.

Eu não percebo resistência, apenas a não importância da coisa. Acho que eles não ... alguns sabem que são quilombola mas é como se não fizesse diferença alguma, até porque eu não percebo eles sendo beneficiados, eu creio que talvez até oficialmente mesmo isso não tenha sido devidamente divulgado, até porque a gente sabe que quando uma comunidade é quilombola existe alguns recursos a mais para aquilo ali, existem programas que quem sabe até do governo Federal que venha a beneficiar. (E1).

Este ponto de vista permite a reflexão da autora Oliveira (2017), ao apontar que este contexto é presente em outras comunidades quilombolas, pesquisadas no Território do Sisal-BA, em que o que se espera de uma comunidade quilombola não reflete a realidade daquela localidade. Ou seja, desconsidera-se as peculiaridades da localidade, sua trajetória e características histórico-culturais. Na verdade, idealizam uma comunidade quilombola com características que lembram a África, exótica. Sendo essa a forma em que muitas pessoas veem as comunidades quilombolas.

A referida autora ressalta (ainda) que é necessário abandonar as expectativas de negritude e ressaltar o cotidiano escolar norteado nas experiências e vivências dos

estudantes, propondo discussões críticas acerca das questões socioeconômicas, culturais e acesso à cidadania e direitos humanos da população. Para tanto, deve-se levar em conta a sua história e não uma ideia de que a comunidade tem o objetivo de convencer/converter o outro e sim possibilitar discussões acerca de questões étnico-raciais.

Neste sentido, no que tange à percepção de que a própria população não tem uma identidade legitimada, nos leva à reflexão do entendimento do termo quilombo e as concepções degenerativas construídas ao longo da história.

Eu acho que o próprio preconceito que vem deles e assim, alguns não querem assumir que são quilombolas e isso já notei pelos próprios alunos quando eu falo, é como se dissesse assim, eu sou da África tá entendendo? Eu acredito que alguns não querem. Sinto que de certa forma é um preconceito que parte deles mesmo a questão de não se assumir descendentes dos Quilombolas. (E3).

Constata-se, portanto, que apesar do termo “quilombola” assumir novos significados, a partir do conhecimento das trajetórias, estes locais de resistência ainda são permeados de estigmas, intolerâncias, preconceitos e desigualdades políticas, econômicas e jurídicas manifestadas de diversas formas que podem levar à comunidade, por um processo de negação, defesa ou molde às normas vigentes e tem uma visão fantasiosa da realidade (ALMEIDA, 2019). Desta forma, acaba-se difundindo ainda mais o racismo estrutural existente na sociedade, visto que as escolas muitas vezes se limitam a apresentar a história da África a partir da escravidão, marcado por estigmas, castigos e folclores. Ficando, portanto, a lacuna de um aprofundamento na trajetória dos seus ancestrais em seu continente natal em que muitos pertenciam a reinos com culturas e organizações específicas, fazendo parte até de famílias reais africanas e que vieram como escravizados ao Brasil. Necessitando, assim, de um trabalho de desmistificação e conscientização do conceito de quilombo.

Uma potente estratégia para facilitar o acesso dos estudantes a outros saberes é a elaboração de um currículo que os/as discentes se vejam na escola, no material didático e dialogue sobre a história e cultura afro-brasileira. A questão da homogeneidade curricular ainda é evidenciada nos discursos dos/as docentes e expressa certa resistência em desenvolver um currículo flexível a partir das

necessidades específicas da comunidade quilombola (LOPES, 2013; SANTOS, 2017). Nesta conjuntura, professores reconhecem, em alusão aos termos como “acreditar” e “livros didáticos”, que as suas práxis profissionais baseadas nos livros didáticos, que historicamente apresentam uma visão estereotipada ou que invisibiliza a história e cultura afro-brasileira, além de não apresentar elementos pautados na diversidade étnico-racial da localidade, acarretando um engessamento curricular.

Portanto, engendrar um currículo flexível pode minimizar o silenciamento das discussões étnico-raciais no seu cotidiano escolar, tal pensamento se reflete nas falas a seguir:

Não tenho nenhum suporte que veio trabalhar sobre isto, a não ser os contextos que têm dentro dos meus livros didáticos, certo? Então a escola não me proporciona nenhum tipo de material para que eu possa vir buscar resgatar essa temática. (E3).

Temos alguns livros de literatura, mas outro material didático pedagógico para abordar as relações étnico-raciais, não temos, só os livros literários mesmo. (E5).

Percebe-se a partir das narrativas dos docentes que a área da Educação atua timidamente diante da carência de materiais específicos que subsidiem e potencializem suas práticas profissionais de cunho étnico-racial. Assim, emerge a necessidade de intervenções que sobreponham o currículo vigente, muitas vezes pautado somente nos livros didáticos. Devendo-se discutir e garantir materiais e formação para uma flexibilização curricular que agregue novos saberes às suas práxis.

Assim, para que a escola esteja presente neste papel de desvelar essa realidade e favorecer uma visão mais contextualizada e plural da sociedade, na perspectiva étnico-racial, têm-se os suportes da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira. Neste arcabouço legal tornou-se obrigatória a inclusão do estudo da história e cultura afro-brasileira indígena nas grades curriculares com diversos aspectos da história, cultura e a contribuição dos povos africanos para a formação do país. No tocante a uma comunidade quilombola, o aporte legal estabelece como norma o cumprimento das Diretrizes Curriculares para a Educação Quilombola, oportunizando o acesso às ações interventivas

fundamentadas nos marcos civilizatórios, nas memórias coletivas, nas práticas culturais, nas formas de produção do trabalho, das tradições e festejos além dos acervos orais e culturais da comunidade (BAHIA, 2013).

A comunidade de Mucambo dos Negros por ser uma comunidade quilombola tem sua educação alicerçada em legislação específica, que visa o direito à igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade, bem como proteger e valorizar as diversidades étnico-raciais, as manifestações culturais. Para tanto, ao poder público municipal cabe a garantia de ações específicas por meio de adequação da estrutura física da escola no contexto quilombola, manter a presença preferencial de professores e gestores de comunidades quilombolas, assegurar o protagonismo dos estudantes quilombolas, a implementação de um currículo escolar aberto e flexível e de caráter interdisciplinar, assim como garantir alimentação e processo educativo que respeite as tradições e seu patrimônio cultural (BAHIA, 2013).

No caso específico de Mucambo dos Negros, ao analisar os documentos norteadores do município, como o Plano Municipal de Educação e o Projeto Político Pedagógico da Escola da presente pesquisa, corroborou-se que as discussões acerca das questões étnico-raciais ainda são incipientes, visto que não há um aprofundamento da temática nos conteúdos apreciados, mesmo diante da população negra no município ser majoritária, segundo censo escolar 2017, entre os alunos do 5º e 9º ano. O que fica evidente que a história sobre a população negra no município é silenciada e esquecida.

Esta análise documental possibilitou verificar que os documentos apresentam poucas propostas no que tange às discussões étnico-raciais. Este silenciamento parece refletir-se nas práticas pedagógicas dos profissionais, sobretudo em se tratando de uma comunidade quilombola, como revelado nas seguintes falas.

A gente tem um projeto, é um projeto da escola que eu conheço ele é voltado para isso, para essa realidade. O PPP sim, mas esse outro Plano até o momento eu desconheço. (E2).

Não tenho conhecimento se no Plano Municipal de Educação trata dessa especificidade, mas no Projeto Político Pedagógico, sim. Tem essa especificidade, está escrito lá mas precisa ser efetivado. Porque a escola tem essa questão, mas realmente precisa ser incentivado. Fica mais voltado, a gente fala muito para a questão de projeto, algo sobre projeto que a escola faz no distrito quilombola. (E4).

No tocante ao Projeto Político Pedagógico da Instituição escolar de Ensino Fundamental II pertencente à Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros, a direção do Colégio Francisco Bastos informou que o documento se encontra em fase de revisão com vistas à ressignificação e adequação às necessidades da comunidade. Salienta-se, no entanto, que em seu conteúdo não apresenta a descrição do perfil populacional local e dos estudantes da comunidade de Mucambo dos Negros, considerando que a população é predominantemente negra, segundo o IBGE (2010) perfazendo 85,42%, e que segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2017) essa proporção é compatível, atingindo 82% em relação aos demais grupos populacionais. O documento aponta que dentre as metas almejadas, o desenvolvimento de atitudes de respeito e tolerância e a execução do Projeto intitulado África e Mucambo dos Negros: desconstruindo preconceitos e ressignificando valores de geração em geração como atividades propostas a serem desenvolvidas anualmente na escola supracitada.

Com base nos documentos apreciados, a gestão reconhece o desafio da educação municipal em estruturar uma Educação na singularidade quilombola, destacando a intenção de fomentar ações de cultura de paz e desenvolvimento de currículos e propostas pedagógicas específicas para assegurar o atendimento à população negra. Diante disso, observou-se a intencionalidade dos profissionais em trabalhar a temática acerca das relações étnico-raciais, mas destaca-se a necessidade de um olhar mais qualificado às especificidades da localidade.

Com efeito, Gomes (2013, p. 28) nos apresenta que muitas vezes a diversidade aparece como um tema transversal no currículo, sendo visto somente na ótica das manifestações culturais. Entretanto, hoje se deve trabalhar com as culturas que são diversas e variadas, apresentando singulares formas de ver e conceber o mundo com valores diferenciados. Não adianta a Lei 10.639/03 existir, se a escola não se comprometer em discutir sobre a diversidade histórica e cultural. Portanto, é necessário um comprometimento das autoridades competentes com o assunto (SANTOS, 2017), além do envolvimento de professores/as, coordenadores/as e gestores/as escolares.

A conjuntura da incipiência acerca da temática étnico-racial nos instrumentos normativos municipais ainda é presente em várias cidades no país. Em estudo realizado no Município de Oeiras do Pará-PA, buscou-se perceber se o processo

formativo proposto para os professores de Ciências do Ensino Fundamental colaborou na ampliação de conhecimentos pertinentes à temática das relações étnico-raciais. Sendo evidenciado que os instrumentos de gestão não trazem a especificidade étnico-racial como também não há uma adequação curricular da Instituição acerca da diversidade no âmbito escolar (OLIVEIRA JUNIOR, 2018).

No que tange ainda à Lei 10.639/03 sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em toda extensão do currículo escolar, não foi identificado nenhuma referência quanto a determinação do seu cumprimento nos documentos analisados. Neste sentido, professores também evidenciaram que a discussão da temática é mais visível em determinadas disciplinas.

Nos relatos sobre a execução do Projeto África que a escola realiza anualmente, com culminância em novembro, observou-se um engajamento dos professores nos meses próximos à sua apresentação. Porém, as ações deste projeto parecem estar relacionadas a manifestações culturais e serem restritas às proximidades do mês da Consciência Negra. Com base nas falas a seguir e a partir de termos analisados como “novembro”, “necessário”, “levar”, “sala de aula” e “negros” verifica-se que tais atividades são mais fortalecidas em algumas disciplinas.

A gente tem um projeto que visa realmente a trabalhar a questão étnico-racial, a gente vai apresentar até o final do mês de novembro e aí a gente traz para sala de aulas, tem que levar para a sala de aula textos informativos que falem sobre a questão dos quilombolas, da questão étnico-racial para eles ficarem mais, ficar sabendo. Na verdade né, não que isso seja em toda disciplina, acho que acredito mais em história e geografia. (E3).

Portanto, evidenciando-se, uma lacuna sobre as discussões das questões étnico-raciais na abordagem interdisciplinar das desigualdades e iniquidades e da transversalidade necessária durante todo o ano letivo. Gomes (2002, p. 42) aponta que há necessidade do comprometimento dos profissionais quanto a “tarefa pedagógica, política e social de desnaturalizar as desigualdades raciais como um dos caminhos para a construção de uma representação positiva sobre o negro e de uma pedagogia da diversidade”. Cabe (ainda) considerar que os jovens buscam outros mundos aliados às novas tecnologias e torna-se uma questão fundamental a reflexão da história para a conquista de direitos humanos e cidadania.

Para Gomes (2018, p. 5),

Sabe-se do potencial da educação para formar novas gerações com subjetividades emancipatórias, justamente pelo fato de ela não se restringir à escola, mas abarcar o processo de formação humana e instigar a construção de uma postura crítica e reflexiva diante da vida. A disputa pela educação revela sua função como instância de reverberação de representações e narrativas válidas e seu potencial na destituição de estereótipos.

Dos ensinamentos da autora, cabe ratificar a necessidade de um olhar diferenciado frente ao lugar privilegiado que é a escola, diante do papel social e seu potencial transformador da conjuntura vivenciada. Ressalta-se que a discussão e prática de um currículo flexibilizado, na perspectiva da justiça curricular, podem se constituir um caminho possível na busca de reconhecer a diversidade racial na sua dimensão afirmativa e seus saberes, sem hierarquizar, mas promovendo diálogo, como parte da existência humana (GOMES, 2019; SANTOS, 2018).

É imprescindível a formação dos profissionais para que possam em suas práxis fomentar reflexões, na ótica étnico-racial, no sentido de desconstruir, reconstruir, considerando outra concepção de negritude, de branquitude, se posicionando em relação a situações de valorização e inferiorização do negro, sendo formadores de opinião e de críticas e assim potencializar em seu cotidiano, práticas singularizadas da comunidade quilombola, diferenciando das demais comunidades rurais do município (LIMA, 2015).

Olha só, que eu saiba não houve nenhuma formação sobre isso ainda né, mas se fala muito sobre isso, inclusive tem um projeto da gente aqui e que a gente vai resgatar né, essa questão dos Quilombolas trazendo para cá a questão da Cultura, a questão da culinária, das danças típicas a gente vai resgatar isso a partir de agora falar mais sobre isso, mas não houve uma formação para se adquirir mais conhecimento sobre isso com a comunidade escolar. Que eu saiba até então, com os professores não. (E3).

Quanto aos processos formativos dos profissionais acerca das relações étnico-raciais, os instrumentos de gestão municipal avaliados nesta pesquisa ainda não contemplam ações efetivas em seu planejamento. Para Munanga (2005), essa lacuna na formação profissional é um reflexo do mito da democracia racial e que pode afetar a missão profissional de formar futuros cidadãos responsáveis pelo “amanhã”. Não se

pode olvidar que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade. Portanto, a incorporação de formações dialogando com esta temática deve ser entendida como uma possibilidade de conquista de direitos, especialmente para a comunidade quilombola, visto que permite a reeducação do nosso olhar, dos nossos sentidos e da nossa visão de mundo, proporcionando discussões em sala de aula que repercutam na construção de relações sociais na comunidade, pautada em reflexões quanto à igualdade social, de oportunidades e no exercício de uma prática de cidadania com respeito às diversidades.

Diante desta conjuntura, a maioria dos participantes demonstraram interesse em participar da proposta do presente estudo, a fim de desenvolver um processo de aprendizado contínuo a partir de trocas de saberes acerca da temática étnico-racial com a comunidade, no sentido de viabilizar os saberes sobre a história local. Dessa forma, apontam reconhecer as potencialidades e a importância de suas práxis para o fomento de diálogos e discussões na Comunidade de Mucambo dos Negros.

4.3.1.3 Categoria 3 – Dificuldades e Potencialidades para Promoção de Discussões das Questões Étnico-raciais

Cientes do desafio em implementar as ações acerca das discussões étnico-raciais, principalmente em relação à intersectorialidade proposta do Programa Saúde na Escola, as falas dos professores e análise dos vocábulos “projeto”, “plano municipal de educação”, “agora” e “projeto político pedagógico” endossam uma necessidade na adequação dos instrumentos de gestão, a exemplo do Plano Político Pedagógico e dos currículos pedagógicos, por meio de uma construção participativa com a comunidade escolar, a fim de que todos possam contribuir nesta elaboração e colocar em prática o planejamento engendrado. Esta sinalização da necessidade de participação foi evidenciada no relato de alguns profissionais que não traziam de forma clara as estratégias para as discussões acerca das questões étnico-raciais.

A prática da abordagem das relações étnico-raciais significa uma estratégia de reconhecer o racismo estrutural em suas diversas formas na sociedade brasileira. Assim, percebe-se o quanto fomos educados e formados em nossa construção social em que perpetuam-se práticas racistas e naturalizadas ao longo do tempo. Portanto,

cabe aos profissionais a provocação para construir um outro olhar diferenciado, reconhecendo o racismo sobre a população negra, formando uma outra imagem que sobreponha comportamentos e ações tidas como aceitáveis na família, nos livros, na mídia e nas próprias instituições (ALMEIDA, 2019).

A execução do Projeto África aparece enfaticamente nas falas como a atividade proposta sobre contemplar a discussão étnico-racial na escola em cumprimento das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/03. Contudo, ressalta-se a efemeridade em que as ações efetivas são executadas, nas proximidades do mês de Consciência Negra, em novembro. Diante desta contatação, os profissionais entendem a importância de se abordar a temática durante o ano letivo, a fim de possibilitar discussões e debates para engendrar novos olhares e imagens sobre a população negra.

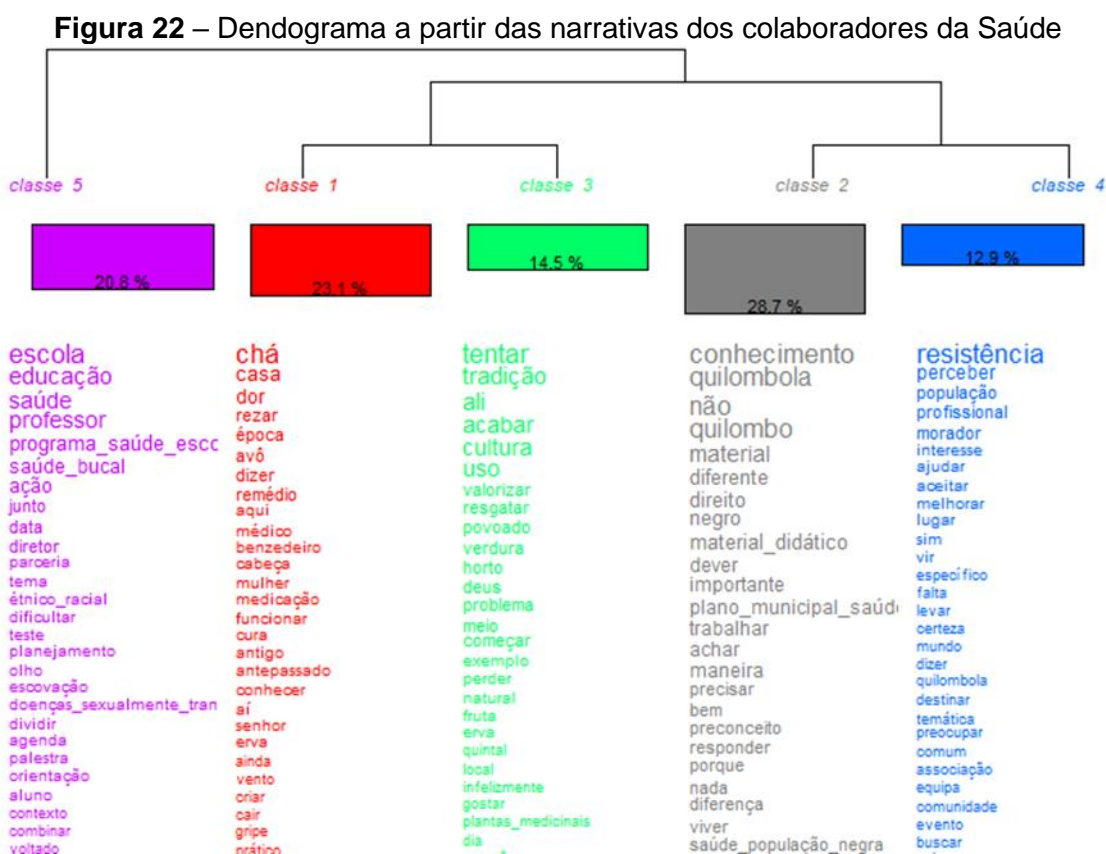
Para tal, reforçam a necessidade da viabilização de materiais didático-pedagógicos específicos e formações para um melhor desempenho em sala de aula. Contudo, cabe salientar que a escola como uma instituição privilegiada de hibridização cultural e troca de conhecimentos deve estar atenta e entender que a inclusão de conteúdos aliados a ações em datas comemorativas, numa perspectiva folclórica não são suficientes para proporcionar uma educação atenta às relações étnico-raciais e que é necessário uma análise crítica do currículo, com vistas a contemplar uma educação contextualizada e atenta ao cotidiano da comunidade e do ambiente escolar (OLIVEIRA, 2017).

De acordo com a análise, conclui-se que os Profissionais de Educação percebem a intersetorialidade como um processo ainda não robusto no município, visto que planejamentos em comum e discussões coletivas envolvendo ambas as áreas e conhecimento são incipientes. No que tange às questões étnico-raciais, persiste a invisibilidade das discussões étnico-raciais durante o ano letivo, tendo uma restrita abordagem durante a aplicação do Projeto África que antecedem a culminância de novembro como forma de implementar a Lei nº 10.639/03. Sendo assim, percebe-se ainda o quanto o racismo institucional sedimenta toda a sociedade, sobretudo o ambiente escolar, ainda que inconsciente. Contudo, os professores mostraram-se ávidos em produzir conhecimentos quanto a tais relações e vislumbra-se uma potencialidade para o Mucambo dos Negros, visto que a questão étnico-racial permeia toda a história social, cultural e política brasileira e o enfrentamento do

racismo possibilita maiores reflexões para engendrar e fortalecer a rede de socialidade a partir da inter-relação entre escola, saúde e comunidade.

4.3.2 Profissionais de saúde: intersetorialidade e questões étnico-raciais

A escola como um espaço de saúde é sinalizada por diversas políticas públicas de saúde. A articulação saúde e educação pode fortalecer a reflexão da Saúde não somente na perspectiva da doença, mas dos aspectos histórico-sociais nas condições de vida no que tange os valores, crenças e direitos. Desse modo, no que tange às respostas dos/as participantes da área da Saúde, as entrevistas proporcionaram a construção da Figura 22.



Fonte: Iramuteq (2020).

Nesta CHD, a partir das entrevistas dos profissionais da Saúde, podemos visualizar a formação de 5 classes que foram organizadas em três categorias: a Categoria 1 é referente à Classe 5 com percentual de 20,8% de segmentos de texto e representa a maior ocorrência de vocábulos que se aproximam do que se refere à

percepção dos profissionais de Saúde, quanto ao trabalho intersetorial do PSE. Em sequência, tem-se a Categoria 2 que foi estruturada pela classe 1 com percentual de 23,1% e classe 3 com percentual de 14,5%, relativos às práticas profissionais na perspectiva étnico-racial. Por fim, a Categoria 3 referentes às Classes 2 com 28,7% e 4 com percentual de 12,9%, que fazem alusão às dificuldades e potencialidades da saúde para promoção de discussões das questões étnico-raciais. Diante da descrição da CHD pode-se discutir as respectivas categorias.

4.3.2.1 Categoria 1 – Percepção dos Profissionais Quanto ao Trabalho Intersetorial do PSE

No que tange ao PSE, os colaboradores da saúde, a partir dos termos “escola”, “educação”, “saúde”, “programa saúde na escola”, “ação”, “saúde bucal”, “olho”, “escovação”, “doenças sexualmente transmissíveis” e “palestra”, revelam que as ações executadas coadunam com os modelos antigos de saúde escolar em que não se buscavam ações de saúde em uma perspectiva integral, sendo marcadas pela execução de ações isoladas e descontextualizadas. Neste sentido, as atividades ficam restritas às ações educativas por meio de palestras e ações assistenciais pontuais, envolvendo vacinação, aferição e avaliação antropométrica, triagem oftalmológica e aplicação de flúor. Chamou a atenção o fato de que algumas temáticas contempladas no eixo do PSE, intitulado de Promoção de Cultura de Paz e Direitos Humanos, que é voltado para uma educação que visa à sociedade solidária na busca do respeito às diversidades e direitos humanos, não foram citados no bojo das ações realizadas.

Pode-se conotar, nesta categoria, com base nos termos que a constituem, que os profissionais de Saúde entendem que a intersetorialidade ainda está incipiente e que as ações desenvolvidas envolvem prioritariamente práticas executadas pelo setor de saúde, o que converge com a percepção dos profissionais da Educação. Diante disso, suas falas esboçam a incompreensão acerca do cumprimento dos objetivos do PSE.

Pelo que eu vejo o PSE tem ações de ir na sala de aula, tanto participar de instruções sobre agravos de saúde, condições que são mais importantes epidemiologicamente falando quanto na aferição de peso, ver caderneta de vacina, fazer o teste do olho, essas coisas assim. E

pelo que eu vejo seja mais uma ação que a área da saúde entra na educação, a educação serve mais como se fosse um ambiente onde vai ser executado. (S2).

Com as entrevistas, como evidencia a Figura 22, a concepção de profissionais de saúde é que a escola ainda é vista como um local de prevenção e controle de doenças. Tal concepção, conota uma discordância, uma vez que o projeto do PSE parte do objetivo de articular saúde e educação para uma formação integral dos educandos, engendrando o fortalecimento do enfrentamento das vulnerabilidades com foco também na cidadania e direitos além de promover trocas de informações sobre as condições de saúde dos estudantes, fortalecendo a participação comunitária no ambiente escolar (BRASIL, 2009; 2015; 2017; SANTOS, 2017).

Não se pode perder de vista a hegemonia da formação dos profissionais de saúde que privilegia a assistência em detrimento das ações de prevenção. Assim, um dos fatores dificultadores das ações do PSE é o da equipe que prioriza os atendimentos na unidade, dificultando um momento de diálogo com a equipe da educação para que possam planejar estratégias mais efetivas para o PSE. Torna-se imperiosa a reorganização dos processos de trabalho que favoreça debates entre as áreas.

Em conformidade com esse achado, um estudo realizado com 19 Enfermeiros da ESF em Aracaju- SE ressalta que a programação das demandas de usuários na unidade, associada às demais atividades internas, foram apontadas como principais entraves no desenvolvimento de ações que promovam reflexões nos escolares sobre autonomia e autocuidado, prejudicando a efetivação da intersectorialidade do PSE (CORREIA, 2017).

Os núcleos de sentido, discutidos nessa Categoria, apontam que ainda há uma outra fragilidade na efetivação da intersectorialidade que é a expectativa de alcançar resultados na busca da conquista da cidadania e direitos humanos aos estudantes. Entretanto, os profissionais julgam ser uma potencialidade do PSE. Esboça-se a necessidade de um olhar mais sensível por parte da gestão para que haja uma flexibilização frente às rotinas preestabelecidas de ambos os setores, possibilitando assim momentos de diálogo entre a Saúde e a Educação, no que tange às questões étnico-raciais, dentro da proposta do referido Programa, ainda mais se tratando de uma comunidade quilombola. Na atual conjuntura, os profissionais desvelaram que a

saúde é vista como principal articulador e responsável pelas ações, enquanto a educação apresenta-se como coadjuvante no que diz respeito à execução do PSE.

4.3.2.2 Categoria 2 – Práticas Profissionais da Saúde na Perspectiva Étnico-racial

No que tange à área da saúde, pela análise dos vocábulos “chá”, “casa” e “tradição”, percebe-se que os profissionais que atuam na comunidade de Mucambo dos Negros salientam características na população que remetem a saberes populares, sobretudo no uso das plantas medicinais que podem ser encontradas nos quintais das casas dos moradores que as utilizam para chás e rezas como alternativa nos cuidados à saúde.

Foi pegar pra fazer o chá e o banho pra um senhor que mora ali na Rua Quinze de Novembro. Tem essa moringa que muita gente vem buscar, e diz que é maravilhoso pra várias doenças, e até hoje ainda procuramos. Eu mesma acredito muito nisso, em reza. Já vivi isso com meu filho. Acredito muito em reza de vento caído, olhado. Até hoje, ainda temos algumas poucas, mas ainda temos algumas rezadeiras aqui que muitas pessoas ainda procuram pra rezar dor de cabeça de enxaqueca, vento caído, olhado. (S5).

Percebo em alguns pacientes esse tipo de medicina através das plantas medicinais. E há uma ancestralidade relacionada, pois, falam como aprenderam, que suas mães ensinaram e que funciona porque com fulano deu certo, então isso vemos muito. (S1).

As rezadeiras, benzedeadas e outros detentores dos saberes tradicionais exercem um papel de terapeutas tradicionais, nas comunidades quilombolas, em que seu tratamento conota uma perspectiva mais ampla de saúde, baseada na cosmovisão holística que transcende a saúde biomédica e etnocêntrica (SILVERA; ARAUJO, 2017). A prática do uso de plantas medicinais é recomendada por meio de Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápico, sendo reconhecido como uma estratégia de valorização dos saberes populares à saúde, relacionada à ancestralidade desta comunidade (CASTRO; FIGUEIREDO, 2019).

Estas vivências manifestadas no Mucambo dos Negros, observada a partir dos sentidos dos vocábulos da CHD, como “dor”, “rezar”, “dizer” e “benzedeadas” vêm permeadas de hábitos e costumes que estão imbricados aos valores culturais afro-brasileiros. Práticas como uso de chás, rezas, benzedeadas emanam presença de

memórias, oralidades e ancestralidade, no que tange à transmissão por gerações. Cabe ressaltar a influência da fé e do comunitarismo à medida em que tais terapias são prestadas pela comunidade sem uma remuneração financeira.

Apesar do reconhecimento das práticas alternativas de tratamento à saúde pelos profissionais, observa-se que ainda predomina a visão biomédica na assistência à saúde local e não são considerados os aspectos étnico-raciais desta parcela da população. Aspectos estes que perpassam a genética populacional em que correlaciona-se vulnerabilidades raciais às doenças prevalentes, além das respostas diferentes em determinados usos de medicamentos (CRUZ, 2015; MUNIZ, 2019).

É indubitável refletir sobre o silenciamento da equipe no reconhecimento das vulnerabilidades socioeconômicas e iniquidades diversas, influenciadas pela visão hegemônica e hierarquizada, produzindo a sua naturalização conforme falas a seguir.

Ainda não tenho conhecimento que a nossa comunidade, nosso Programa Saúde da Família trabalhe específico com diferença por ser quilombola. Trabalho aqui, mas acho que seja porque o mesmo direito que os quilombos têm são os mesmos direitos das outras comunidades de Miguel Calmon em Programa Saúde da Família que não é quilombola, então não acho que tenha diferença, ou ser privilegiado por ser quilombo, não acho que temos não. (S8).

No meu serviço, acho que a população negra tem que ter o mesmo direito que todos têm, não vejo diferença no momento não, não sinto diferença que aquela pessoa não foi atendida por conta disso não. A saúde de minha região não tem diferença nenhuma não, todos têm o mesmo atendimento. (S6).

[...], mas o que eu vejo que a abordagem étnico-racial não é o foco do Programa Saúde na Escola na localidade. É feito de forma genérica, analisando uma região de ambiente rural, não especificando uma doença mais prevalente na população negra ou algum tipo de condição especial para isso. (S2).

Nas falas acima, ratifica-se o desconhecimento dos colaboradores acerca da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e do não reconhecimento dos fatores socioculturais, enquanto determinantes do processo saúde/doença em que para minimizar os reflexos das desigualdades, muitas unidades recebem incentivos financeiros, como forma de ampliar o acesso e a assistência integral para a população quilombola. Pode-se afirmar ainda nas falas dos profissionais da Saúde, que termos como “medicação”, “funciona”, “cura” esboçam, mesmo que

inconscientemente, o racismo estrutural e consequentemente institucional associado à existência de seus codeterminantes, em que a sociedade, incluindo os profissionais, foi educada e formada ao longo de sua vivência. Tais ações de naturalização e silenciamento das diferenças são capazes de produzir e manter a vulnerabilidade do indivíduo e grupos sociais. Apesar da vigência da Política, ainda impera o seu descumprimento no que tange um tratamento singularizado, valorizando e reconhecendo os aspectos culturais da população (WERNECK, 2016).

Estudo realizado nos Estados Unidos (EUA) em 2017, ratificando esta assertiva, salientou que a compreensão e o reconhecimento do racismo estrutural podem promover práticas factíveis que viabilizem um avanço da equidade em saúde, em busca de uma melhoria da qualidade de vida da população (BAILEY et al., 2017). A melhor maneira de compreender este processo, o reconhecimento do racismo estrutural e institucional, pelos profissionais, é considerar as especificidades da população negra e suas culturas afro-brasileiras e desenvolver consciência crítica para aprimoramento de debates.

Neste sentido, a Política Nacional de Saúde da População Negra apresenta como “marca o reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes das condições de saúde com vistas à promoção da equidade em saúde” (BRASIL, 2013, p. 18). Neste passo, é preciso que a equipe de saúde, atuante na Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros, entenda o que estrutura a nossa sociedade e sua influência nos determinantes saúde/doença desta parcela da população e o porquê de uma atenção singularizada. Conhecendo as dimensões do racismo e suas interfaces, os profissionais podem contribuir por meio de sua práxis profissional com o aprimoramento de uma postura antirracista, problematizando as desigualdades como herança estruturante a ser superada.

Os profissionais nesta categoria sinalizam a intencionalidade de aprender e agregar a cultura local aos planos terapêuticos dos usuários, conforme os termos “valorizar”, “resgatar”, “cultura”, “povoado” e “horto”. Uma das iniciativas destacadas pela equipe é a manutenção de uma Farmácia Viva, nas dependências do PSF, como forma de estreitar o vínculo com os saberes populares desta comunidade, transmitidos aos moradores por gerações.

Temos uma farmácia viva que é uma espécie de uma horta em que são plantadas plantas tanto da região como de outras que são mais difundidas tanto no Brasil quanto no mundo, que tenham propriedades medicinais, então sempre que possível em que vemos alguma situação onde a erva pode ser utilizada, orientamos. (S2).

Esta iniciativa por parte da equipe garantiu nota máxima numa avaliação do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica em 2017, que possivelmente avaliou a implantação da Farmácia Viva como um incentivo e respeito à cultura da comunidade tradicional quilombola. Diante deste reconhecimento institucional, alguns profissionais, por iniciativa própria, relataram ter investido na formação sobre o uso de plantas medicinais e fitoterápicos conforme previsto na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.

O uso de plantas medicinais associadas à cultura afro-brasileira foi objeto de estudo em 2015, por meio de uma pesquisa qualitativa de metodologia etnográfica no terreiro de Candomblé do Pai de Santo Joseh de Ogunsy, em Fortaleza-CE. A pesquisa evidenciou que a prática do uso de plantas medicinais está imbricada à crença africana, pois, detêm a sabedoria ancestral com intento de cuidar e preservar sua herança tanto no uso de chá quanto nas práticas de banhos (BRAGA, 2015). Logo, é indiscutível não fazer a analogia diante do fato de que a cultura manifestada no Mucambo dos Negros está imbricada aos saberes tradicionais de origem afro-brasileira e que os profissionais reconhecem a existência destas práticas no seu cotidiano.

Apesar da experiência exitosa da equipe com a Farmácia Viva que fomentou as Práticas integrativas por meio das Plantas Mediciniais na localidade, a Política Nacional de Saúde da População Negra ainda não se consolidou, apesar da localidade ser reconhecida como quilombola, enquanto uma estratégia para prevenir e combater desigualdades e causar resultados terapêuticos equânimes com a integração das práticas tradicionais aos cuidados à saúde. Dessa forma, a Figura 22 apresenta termos que remetem à necessidade de valorizar as tradições, sobretudo das manifestações culturais com uma reflexão crítica da equipe em relação à multiracialização da clínica. É indubitável a invisibilização da Política de Saúde da População Negra nesta comunidade, especialmente quando se trata de fatores que atuam aprofundando ou reduzindo as desigualdades étnico-raciais decorrentes das iniquidades e falta de acesso aos direitos humanos e cidadania, refletidas nas

violências em seus diversos espectros e na manutenção do racismo estrutural e institucional que vai determinar as formas diferentes do nascer, crescer, adoecer e morrer nesta sociedade.

Acho que deveria ser mais trabalhado a Política de Saúde da População Negra. Não conheço, mas como a forma que trabalha deveria ser mais trabalhado, porque é a maior parte negra e tem menos conhecimento. Não é preconceito por ser negro, mas se for ver nas pesquisas, o negro é a maior parte da pobreza, da população tá mais no negro e o negro não tem capacidade de passar no vestibular, ele tem sim, mas às vezes as pessoas dizem assim, porque há diferença. (S8).

Porque não tem assim distinção étnico racial para desclassificar uma coisa com a outra, são classificadas as duas juntas no mesmo objetivo, da mesma forma, não é deixada de lado, tudo junto. Acho que deveria ser mais trabalhada, porque tem muitas pessoas que não conhecem, não sabem os direitos que ele tem, de que forma pode atuar. (S10).

Frente ao exposto nesta categoria, conclui-se que os profissionais de saúde da comunidade de Mucambo dos Negros apresentaram a experiência de integração dos saberes tradicionais, por meio da Farmácia Viva nas dependências da unidade de saúde, reconhecendo o uso de ervas e plantas medicinais pela população local. Em contrapartida, a efetivação da Política Nacional de Saúde da População Negra ainda está a passos lentos. Em diversas narrativas, é perceptível a necessidade da compreensão de que o acesso às oportunidades em todos os seguimentos repercute na qualidade de vida da população. Dessa forma, a sensibilização dos profissionais frente a importância de promover espaços de diálogo acerca das diferenças, desigualdades e iniquidades apontam uma equidade na saúde com a disponibilização de serviços de forma justa e de acordo com as necessidades de cada pessoa.

4.3.2.3 Categoria 3 – Dificuldades e Potencialidades da Saúde para Promoção de Discussões das Questões Étnico-raciais

Diante dos dados apresentados nas classes 2 e 4 da Figura 22, evidenciou-se, pelos vocábulos “resistência”, “conhecimento”, “quilombola”, “não”, “quilombo”, a invisibilidade de discussões acerca das relações étnico-raciais, quanto ao

enfrentamento do racismo institucional. Este silenciamento ocorre com a maioria dos profissionais da unidade. Um dos fatores para esta postura frente às práticas dos profissionais também pode estar relacionado aos processos de formação profissional dos trabalhadores da saúde. A formação inicial, muitas vezes, não permitiu o acesso às discussões nesta perspectiva, principalmente as formações de nível superior, em que tais temáticas, continuamente, não são abordadas ou são discutidas, porém, de forma superficial, sem que haja uma visão crítica da conjuntura.

Nas Instituições de Ensino Superior (IES) ainda predomina uma visão biomédica e de caráter hegemônico. Dessa forma, questões que envolvem valores como a universalidade e igualdade abstrata não encontram ressonância e gênero, raça ou etnia ainda são pouco discutidos. Desconsiderando, portanto, outras verdades e saberes que abrangem os aspectos biológicos, sociais, econômicos e históricos da população negra (SANTANA et al., 2019). A visão hegemônica acaba por reverberar nas práxis dos profissionais de nível médio que, geralmente, são capacitados por profissionais de nível superior que trazem essa lacuna em seu aprendizado acadêmico.

Esta conjuntura foi evidenciada nos discursos dos colaboradores da presente pesquisa, ao relatarem não terem tido formação educativa sobre a temática no período de formação acadêmica, e alguns participantes referiram oportunidade de acesso a formação a respeito da Saúde da População Negra na realização de cursos introdutórios (curta duração) para iniciar em programas do Governo Federal a exemplo do Programa Mais Médico.

Quanto a formação profissional inicial, Jesus e colaboradores (2020), em sua pesquisa realizada em Salvador-BA, com a participação de 7 colaboradores, concluíram que a formação acadêmica é um elemento substancial para uma atuação profissional profícua frente ao racismo institucional, em que disciplinas específicas sobre as relações raciais deveriam ser ampliadas de forma robusta durante este percurso acadêmico. Entretanto, o autor assevera que durante as formações profissionais, a temática étnico-racial ainda é negligenciada e não se fomentam debates propagando a invisibilidade e impactando negativamente nas práxis para o enfrentamento do racismo institucional.

Outro fator agravante a este contexto é a não consolidação da saúde da população negra, enquanto área de pesquisa, e nos processos de trabalho que se

relacionam ao baixo grau de penetração nas instituições de pesquisa, e o silenciamento das referências bibliográficas no tocante à análise das relações de equidade/iniquidade racial em saúde, e em alusão ao racismo como Determinante Social de Saúde e produto do racismo estrutural que sedimenta a sociedade. Neste sentido, destaca-se a omissão de muitas instituições quanto o rico momento de instrumentalizar os futuros profissionais de saúde, desde a formação inicial para lidarem de forma edificante com as formas de enfrentamento deste racismo (SANTANA et al., 2019; WERNECK, 2016).

Diante desta lacuna, os profissionais apresentam palavras, como “conhecimento”, “material didático”, “dever” e “importante”, que remetem à necessidade da formação profissional como uma potente estratégia para sensibilização de todos nesta temática. Nesta perspectiva, cabe algumas considerações a respeito dos instrumentos de gestão, apreciados neste estudo, que refletem, na sua execução, as formações acadêmicas dos profissionais com poucos conteúdos sobre as relações étnico-raciais. Considerando que a equipe de profissionais que elabora tais documentos apresenta a fragilidade dessas discussões, desde o âmbito acadêmico, e que ainda são influenciados por uma visão biomédica e eurocêntrica, bases do racismo estrutural, é de se esperar que os instrumentos municipais de gestão, a exemplo do Plano Municipal de Saúde e da Programação Anual de Saúde, não contemplem estratégias efetivas que discutam as interfaces da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Torna-se imperiosa, portanto, a necessidade de inserção desta temática em tais instrumentos norteadores dessas práticas profissionais e da implementação das políticas públicas da saúde no município.

Segundo avaliação dos documentos municipais de gestão, percebe-se que o Plano Municipal de Saúde de Miguel Calmon apresenta a intencionalidade expressa em seu conteúdo de implantar a Política de Saúde Integral da População Negra, considerando a necessidade da Formação Educativa dos Profissionais, entretanto, sem registros de estratégias efetivas desta meta. No tocante à Programação Anual de Saúde, não há alusão de ações na perspectiva étnico-racial. Associado a esta conjuntura, os profissionais apontaram desconhecimento da menção da Política de Saúde da População Negra no município, sobretudo sua implementação na localidade.

Não tenho conhecimento sobre Plano Municipal de Saúde no sentido de contemplar essa especificidade dessa comunidade. (S2).

Para ser sincera, se contempla sobre quilombola no Plano Municipal de Saúde, não tenho conhecimento, porque o Sistema Único de Saúde é para todos e não tenho esse conhecimento. (S8).

No meu serviço não coloco muito em prática a Política de Saúde da População Negra. Já ouvi falar, mas não tenho conhecimento para colocar em prática. Não vejo organização do Plano Municipal de Saúde com essa especificidade. (S9).

É preciso, portanto, sensibilizar a gestão, corpo técnico e profissionais de Saúde quanto a necessidade de discussões sobre as relações étnico-raciais, no sentido de que compreendam a necessidade da efetivação da Política Nacional de Saúde da População Negra no município, enquanto estratégia de enfrentamento dos fatores estruturais, de ordem social, produtores de vulnerabilidades e iniquidades. Dentre os pontos importantes a serem evidenciados, destacam-se a garantia e ampliação de acesso à população, aprimorar a qualidade dos sistemas de informação, por meio da inclusão do quesito cor nos instrumentos de coleta, pactuar e monitorar metas para a promoção de equidade étnico-racial e inclusão das práticas de saúde afro-brasileiras no SUS (BRASIL, 2009; 2017; CRUZ, 2015; WERNECK, 2016). A Secretaria Municipal de Saúde deve estar atenta e passar para os profissionais de Saúde as informações sobre a Política Nacional de Saúde da População Negra. A referida Política precisa ser implementada no município. Pelas narrativas, os profissionais de saúde desconhecem e acreditam que não deva ter um tratamento diferenciado para os quilombolas.

Compreende-se, portanto, que planejamentos e estruturação de práticas profissionais em rede nas questões étnico-raciais podem possibilitar o fomento de discussões, para o desenvolvimento de uma postura antirracista frente aos serviços prestados no SUS nas três esferas de governo, seja municipal, estadual ou federal. Em estudo qualitativo, na perspectiva do estudo de caso, com suporte documental do bacharelado em Gestão de Serviços de Saúde (GSS), ofertado pela UFMG em 2013, evidenciou-se que é necessário o envolvimento da gestão frente a articulações essenciais, como inclusão de discussões étnico-raciais no cotidiano profissional, além da promoção de formação específica para os profissionais para uma atuação profícua

diante das demandas destas populações, historicamente excluídas socialmente (FARIA; SILVA, 2016).

Os profissionais, em suas narrativas, sinalizam, pelos termos “falta”, “importante”, “material”, “específico”, não ter acesso a materiais didáticos robustos que possam contribuir para a formação dos profissionais quanto às questões étnico-raciais. Diante disso, avulta-se a necessidade de disponibilização de materiais didáticos e informativos para formação dos profissionais e divulgação na comunidade. No que tange à formação continuada referente às relações étnico-raciais, os profissionais explicitam a relevância na realização e a ratificam a qualificação profissional, como elemento inexorável que resulta numa mudança de práticas que podem trazer reflexos positivos à população, conforme narrativa abaixo:

Com certeza cursos influenciam nas práticas, é um público totalmente diferenciado, é muito importante porque assim os públicos são diferentes e quando você trabalha com uma população especial até maneira como se fala com as pessoas tem que ser diferenciada. Até para você não estar ofendendo a cultura nem a tradição. (S3).

Acho que cursos podem influenciar nas práticas profissionais porque além de usarmos a medicina normal, podemos usar a medicina natural como as ervas da horta. Ao invés de gastarmos dinheiro com essas coisas químicas, teríamos algo natural aqui na nossa comunidade. (S4).

Acho que influencia no serviço, vai aprimorar nossos conhecimentos, a forma de passarmos para as pessoas como é interessante, acredito que melhoraria e é importante porque algumas pessoas ainda são preconceituosas. (S7).

Diante das falas acima, os profissionais de saúde evidenciaram a necessidade de conhecer a cultura da população, destacando questões pertinentes às tradições e valores civilizatórios de matriz afro-brasileira presentes nos antepassados desta comunidade. Dessa forma, acreditam que teriam maior subsídio para adoção de ações práticas que contemplem demandas específicas da população.

A adoção de medidas concretas e práticas para promover a saúde integral da população negra deve considerar a melhoria do acesso aos serviços de saúde e se torna fato quando gestores e trabalhadores, dispostos a garantir o direito universal à saúde, percebem que o SUS não chega naturalmente e igualmente para todos. Há que se promover um esforço para que aqueles que mais precisam tenham acesso à

saúde, caso contrário permaneceremos apenas com a ideia de igualdade de direito, escapando-nos a igualdade como fato e a justiça (BRASIL, 2016, p. 70).

Outro ponto que se destaca nesta categoria e que impacta nas práticas profissionais é o discurso dos profissionais que afirmam que, embora o Mucambo dos Negros seja a uma comunidade quilombola, muitos moradores não se veem como pertencente de uma comunidade tradicional. Discussão delicada, visto que Sampaio (2001), em seu estudo sobre a mesma comunidade, mostrou esta não aceitação da população. Quanto ao reconhecimento, não houve uma ampla conscientização da população por parte da Fundação Cultural Palmares, do Movimento Negro e de outros setores, deixando esta lacuna. Faltando um aprofundamento de um diálogo sobre o que é ser quilombola atualmente no Brasil. Muitas pessoas da população de Mucambo dos Negros ainda têm a ideia de quilombo como espaço de negros fugidos, de castigos e de capitão do mato. Desse modo, coadunando com os profissionais de Educação, as falas apontam uma imagem idealizada do que é ser quilombola, reverberando na concepção hegemônica e universalizante do cuidado em que não se percebe a “necessidade” de um olhar diferenciado.

Na verdade, não aceitam o fato de ser quilombola, acho que racismo mesmo, tem gente que não gosta de ouvir falar Mucambo dos Negros, não querem ouvir, então eu acho que ajudaria bastante abrindo a mente das pessoas. (S7).

Acho que é por causa de um tipo de valorização, daqui da população mesma que não se valoriza e não dá aquele valor por ser quilombo. (S8).

Conforme explanado, as fragilidades das discussões sobre as relações étnico-raciais perpassam as lacunas na formação acadêmica dos profissionais e da ausência da temática nos instrumentos legais de gestão do município. Por esta razão, os profissionais reconhecem a imprescindibilidade de um processo formativo que possa contribuir para engendrar conhecimentos e saberes nesta especificidade. Partindo dessa motivação, emerge a potencialidade de promoção de formações que busquem levar a reflexões e discussões sobre a racialidade dentro de uma lógica da compreensão, da escuta, da participação social e de gestão democrática, possibilitando o acesso e conquistas de direitos e cidadania almejando a melhoria da qualidade de vida desta população.

Feitas estas considerações, pode-se concluir que ambas as áreas de conhecimento entendem que a intersectorialidade é uma estratégia potente, que pode possibilitar ricas discussões sob olhares caleidoscópicos em diversos contextos. No que concerne às relações étnico-raciais, os colaboradores evidenciam que executam algumas ações que valorizam a cultura local. Contudo, entendem que ainda estão com táticas incipientes frente às necessidades de debates e discussões que contemplem mecanismos que atendam às demandas da população quilombola de Mucambo dos Negros na perspectiva da diversidade, inclusão, direitos humanos e cidadania de forma aprofundada, ética e contextualizada. Nesta perspectiva, os profissionais das respectivas áreas asseveram as benesses de processos formativos, sobretudo pelo caráter intersectorial para que possam dialogar, trocar e engendrar novos conhecimentos e saberes, para que a médio prazo se reverbere em suas atividades profissionais ações que possibilitem a reparação das desigualdades e iniquidades compondo, de forma colaborativa, estratégias para a promoção de cidadania e direitos humanos nesta comunidade.

4.4 DESENVOLVIMENTO INTERSETORIAL DOS ATELIÊS DE PESQUISA SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

Nesta fase da pesquisa, os resultados das entrevistas, na fase exploratória, com as pessoas da comunidade e com os profissionais, desenharam a compreensão acerca das práticas intersectoriais na perspectiva étnico-racial. Neste sentido, executou-se a fase de intervenção intersectorial com os profissionais da área de conhecimento da Saúde e da Educação através dos Ateliês de Pesquisa.

A realização dos Ateliês de Pesquisa propõe um movimento contínuo de reflexão-ação-reflexão e trouxe um papel importante na presente pesquisa, tanto como dispositivo de intervenção quanto na construção de dados, cujo intuito foi, por meio do diálogo intersectorial entre colaboradores e pesquisadora, engendrar conhecimentos, reflexões e ações num incessante processo formativo e autoformativo (MEDEIROS, 2018; MEDEIROS e SILVA, 2020).

4.4.1 Ateliê de Pesquisa I

Na execução do Ateliê de Pesquisa (AP) I, logo no agendamento do primeiro encontro intersetorial, encontramos dificuldade para a sua realização, pois, os horários disponibilizados pela Secretaria de Educação seriam os horários de Atividade Complementar (AC)²⁹. Devido ao fato de alguns profissionais de saúde residirem na comunidade ou em outros municípios e não terem como vir para a sede do município à noite, foi necessária readequação que contou com o apoio da gestão municipal. Assim, com esse apoio foi disponibilizado transporte para que os profissionais da Saúde pudessem comparecer viabilizando de fato o encontro formativo. O primeiro encontro do AP aconteceu no dia 13 de novembro de 2019, às 19h30, na Sala de Reunião da Secretaria Municipal de Saúde, em horário disponibilizado para realização do AC dos profissionais da Educação. Participaram deste primeiro ateliê, sete profissionais da área da Saúde e oito profissionais da área da Educação.

No primeiro momento houve o acolhimento dos participantes com a distribuição de sacolas personalizadas, contendo caderno, caneta, cópias das normativas relacionadas à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e cópia das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Após acomodação, foi realizada a apresentação individual de todos os colaboradores.

Em seguida, foi exposta novamente a proposta da pesquisa e a implicação da pesquisadora, considerando que ela é residente do município e atua há 20 anos na área da Saúde do município. Ratificou-se, ainda, que a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNEB e que os Ateliês de Pesquisa seriam gravados em áudio e vídeo e transcritos cuidadosamente, preservando-se a identidade dos colaboradores.

Apesar de conhecer todos os participantes tanto por vínculo profissional quanto pessoal, iniciou-se o AP com a leitura do conceito de quilombo a partir da definição

²⁹ Espaço e tempo concernentes ao trabalho pedagógico do professor, destinado ao planejamento e organização de suas atividades a serem realizadas individualmente ou em grupo (BAHIA, 2020).

apresentada no Manual Brasil Quilombola (2014), em que foi proposta uma reflexão sobre tal definição. Em seguida ocorreu a discussão sobre os “Saberes Populares de Saúde” e como elemento disparador, foi apresentada a música *Pra fazer Chá*³⁰ da Banda Matingueiros, em que foi disponibilizada a letra da música para acompanhamento dos participantes. Após a apresentação, foi fomentada uma discussão em dois grupos, compostos por participantes de ambas as áreas, que a partir da pergunta “Qual a relação entre os saberes populares expostos na música e a cultura local da Comunidade Quilombola do Mucambo dos Negros?”, todos os participantes, tanto da área da saúde quanto da educação, participaram ativamente da discussão, que durou cerca de 30 minutos, mostrando o interesse e o entrosamento no debate da temática proposta. Em seguida, foi indicada a socialização das ideias que emergiram. Este momento propiciou o início de um vínculo intersetorial resultando em ricas considerações e reflexões.

Diante das discussões engendradas neste Ateliê de Pesquisa, foi elaborado o *corpus* textual que foi processado no *software* Iramuteq e gerou o gráfico denominado de CHD, conforme Figura 23.

³⁰ Disponível em: www.youtube.com/watch?v=XVn0MUIVZBE. Acesso em: 15 out. 2019.

Figura 23 – Dendrograma sobre Saberes Tradicionais de Saúde, 1º Ateliê de Pesquisa, Miguel Calmon-BA (2020)



Fonte: Iramuteq (2020).

Nesta CHD podemos visualizar a formação de 6 classes que foram organizadas em 3 (três) categorias: Categoria 1, referente à classe 2 com percentual de 20% de segmentos de texto, os vocábulos que apresenta se aproximam da influência da família nos saberes tradicionais. Em sequência, tem-se a Categoria 2 que foi estruturada pela classe 1 e aporta elementos relativos à importância do intercâmbio cultural na assimilação dos saberes tradicionais da comunidade quilombola. Por fim, visualiza-se a Categoria 3 referentes às ramificações das classes 3, 4, 5 e 6, alusiva às interfaces entre a medicina tradicional e a medicina convencional. Diante da descrição da CHD pode-se discutir as respectivas categorias. Este movimento dialógico de aproximação e entre os profissionais culminou em riquíssimas discussões que puderam ser analisadas conforme a categorização realizada.

4.4.1.1 Categoria 1 – A Família e os Saberes Tradicionais

Os profissionais de Saúde e Educação, em suas discussões no Ateliê de Pesquisa, trouxeram o sentido da primeira categoria, em que os vocábulos como “senhor”, “passado”, “geração”, “conhecer” e “comer” remetem à influência dos vínculos familiares, no que tange à continuidade dos saberes tradicionais de cura na Comunidade do Mucambo dos Negros. Por sua vez, a família vem agregada a elementos como memória e oralidade, além da ancestralidade na vivência desta população.

Tem uma crendice, achou extremamente incrível isso, no ano passado, uma criança nasceu, aí eu fui fazer visita, fiz a visita a criança aí uma senhora me ofereceu xarope [...]. Nunca tinha visto isso, quando fui ver o que era esse xarope era uma infusão de ervas em pinga, em cachaça e era uma dose oferecida a todas as visitas adultas que fossem visitar a criança, é costume oferecer esse xarope. (S3).

Concordo que seja passado de geração para geração, eu tomo o chá que minha mãe me ensinou que era bom para determinada coisa, eu já vou ensinar a meu filho e assim por gerações. (S9).

Os laços familiares além do significado biológico, apresentam a dimensão sentimental e simbólica, na qual socializam os membros envolvendo aspectos como memória, religiosidade, identidade e comensalidade por meio de hábitos, práticas e sentimentos vivenciados no cotidiano. No ambiente familiar, em uma comunidade quilombola, podendo ser representada por pai, mãe, filhos e muitas vezes avós, tios e primos, vem a potencialidade da transmissão geracional dos saberes, dos hábitos, tradições alimentares presentes nas festividades familiares ou públicas além de eventos religiosos e dos conhecimentos, sendo um espaço de formação de socialização, fixação de valores e visões de mundo. Aos mais velhos cabe a missão de orientar os mais jovens acerca da religiosidade e da valorização da cultura da comunidade. Cabe ressaltar ainda a possibilidade da existência de famílias extensas para além da unidade nuclear composta por pais e filhos, em que a convivência de parentes próximos que mantêm vínculos entre si, de afinidade e afetividade, formando modelos familiares ampliados com a presença por exemplo dos avós e na falta da figura masculina, do pai, é a mulher, a mãe, quem conduz a administração familiar

(BRASIL, 2009; FIDELIS; BERGAMASCO, 2015; GUIMARÃES; OLIVEIRA, 2019; WOORTMANN, 2013).

Então, a melhor maneira de compreender como os saberes tradicionais de saúde interagem com a família é considerar os valores civilizatórios de matriz afro-brasileira presentes nesta comunidade. Embora muitas vezes passe despercebida pelos próprios profissionais e moradores, os membros mais velhos da comunidade, representantes dessa ancestralidade, detêm conhecimentos tradicionais que usam em seu cotidiano, sobretudo nas práticas de cura, sendo considerados referência para os familiares no que tange à confiança e à segurança nos cuidados de saúde prestados.

4.4.1.2 Categoria 2 – Intercâmbio Cultural na Assimilação dos Saberes Tradicionais

Nesta classe, observada na Figura 23, as unidades de sentido das palavras “hoje”, “dizer”, “remédio”, “raiz” e “pensar” remetem à importância da manutenção geracional dos saberes tradicionais, em que se faz fundamental o conhecimento, pelos profissionais, acerca das práticas de cura advindas da ancestralidade, da localidade, para uma incorporação desses valores nas práxis de ambas as áreas de conhecimento. Este reconhecimento da ancestralidade se constitui como acesso à saúde e à educação para atenção mais singularizada a esta população. Rotineiramente aparecem situações que conotam uma oportunidade de aprendizado e trocas de conhecimentos e saberes entre a comunidade e que, muitas vezes, não é percebido pelos profissionais como uma potencialidade na integração dos saberes e o intercâmbio e enriquecimento mútuo.

Os alunos que de vez em quando na sala de aula, uma vez ou outra já ouvi dizer assim: ah...quando tá com dor de barriga faz um chá de umburanas. (E3).

Quando o médico chegou e disse pare de usar, então alguma coisa deixa de funcionar, o doutor disse para eu não usar mais isso e você não pode chegar e discriminar, dizer não serve de forma alguma, eu vi na faculdade o uso das ervas, tive que aprender porque meu paciente poderia estar fazendo uso de uma erva e que pode provocar como por exemplo, hemorragia. (S1).

Dessa forma, julga-se que a efetivação desta integração dos saberes tradicionais nas práxis profissionais, livre de estereótipos e etnocentrismos, afirma as trocas interculturais e pode colaborar para minimizar as desigualdades sociais, políticas e epistemológicas, as quais as populações detentoras deste conhecimento passam em suas vivências. “Defendemos que a integração de saberes pode contribuir para um diálogo mais efetivo e pode promover empoderamento das comunidades de onde se originam a partir da visibilidade do legado cultural e epistemológico que estas comunidades têm a deixar” (CREPALDE et al., 2019, p. 293).

Em razão disso, conclui-se que o “dizer” e o “falar” dos profissionais sobre os saberes tradicionais da comunidade, além de valorizar a cultura da Comunidade de Mucambo dos Negros, possibilita o fortalecimento do planejamento participativo e a efetivação de uma proposta de cuidado holístico e integral, culturalmente pertinente à pessoa, e que através de uma rede intersetorial de atenção possa desenvolver estratégias de promoção da equidade, sem viés discriminatório, integrando as práticas tradicionais de cultura de matriz afro-brasileira para a promoção da saúde e bem-estar da população.

4.4.1.3 Categoria 3 – As Interfaces entre a Medicina Tradicional e a Medicina Convencional

Esta categoria que congrega as classes 3, 4, 5 e 6 trouxe as análises de sentidos dos grupos, de termos decorrentes das discussões do grupo no Ateliê. Portanto, os profissionais esboçam nos termos “cultura”, “medicinal”, “erva”, “tomar”, “também”, “ainda” e “muito” que reconhecem a potência dos valores culturais nos cuidados com a saúde pelas pessoas da comunidade de Mucambo dos Negros. Nesse vértice, conota-se que a tradição e a cultura no uso dos saberes tradicionais de saúde é presente no cotidiano para a manutenção e restituição da saúde, seja física ou espiritual dos seus moradores.

[...] o uso de ervas medicinais, lá ainda tem essa questão tradicional do uso das ervas, você pode observar que todas as casas que você vai, praticamente todas, fazem uso de hortelã graúdo, miúdo, de erva cidreira, erva doce, capim santo, então lá ainda é muito frequente o uso de ervas, tem a influência da medicina hospitalar, mas ainda existe a cultura do uso de ervas. (S3).

Os profissionais nesta categoria revelam que, apesar da comunidade recorrer aos atendimentos médicos, ainda utilizam com frequência o uso das ervas e das plantas medicinais destinadas para chás, banhos ou em rezas e benzeduras. Conforme sustentam Gewehr e outros autores (2017, p. 33), “as práticas tradicionais de cura permanecem através das gerações, apesar do avanço da medicina científica”. Nesta ótica, os moradores seguem utilizando os conhecimentos assimilados por gerações no uso dos recursos ambientais disponíveis e das práticas ritualísticas, buscando o equilíbrio entre o físico e o sagrado.

Cabe salientar que estas práticas de saúde bem encaixam na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares que “busca (m) estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade” (BRASIL, 2015). Dessa forma, torna-se factível a incorporação da tradição, por meio da cultura de matriz afro-brasileira, às ações e políticas públicas intersetoriais.

Em suma, este primeiro Ateliê de Pesquisa, em suas três categorias, mostrou inquietações dos colaboradores ao requererem um aprofundamento nesta temática. Para os participantes, a realização do AP foi extremamente relevante e esse movimento implica na possível efetivação da promoção à saúde na perspectiva histórica e psicossocial diante da especificidade étnico-racial do Mucambo dos Negros, que seguem vivenciando suas práticas tradicionais de saúde. Dessa forma, esta discussão intersetorial afetou a compreensão dos colaboradores quanto à saúde, no sentido de que se percebeu uma forte articulação entre os saberes tradicionais e a preservação do meio ambiente nas práticas experienciadas pela população. A vivência dessa experiência poderá engendrar uma nova ótica na promoção à saúde, acolhendo, inclusive, os determinantes socioeconômicos e culturais neste contexto. Em tempo, o resultado da proposta dos temas relevantes com a Escala de Valores, preenchida pelos presentes, norteou o desenvolvimento dos Ateliês de Pesquisa posteriores.

4.4.2 Ateliê de Pesquisa II

O segundo encontro, dando seguimento à proposta de intervenção colaborativa e intersetorial, aconteceu em 11 de fevereiro de 2020, durante a Jornada Pedagógica

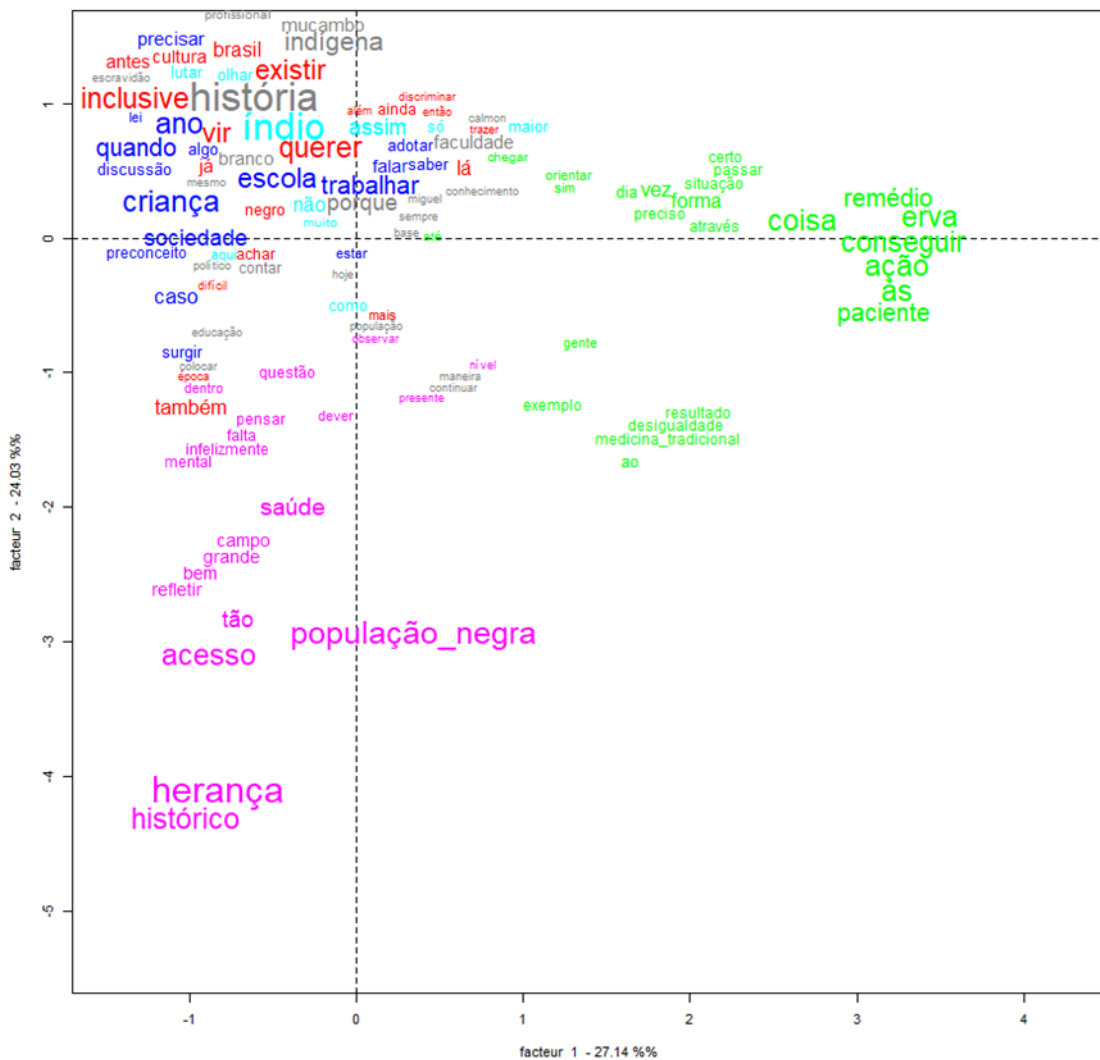
Municipal no Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição, às 14h. Neste Ateliê estiveram presentes 12 colaboradores contemplando ambas as áreas de conhecimento. Em primeiro plano, foi realizado o acolhimento com a leitura da mensagem de incentivo e fornecimento de envelope com material para subsidiar as discussões contendo cartilhas e folders sobre Saúde da População Negra e Racismo Institucional, gravura destacando os valores civilizatórios de matriz afro-brasileira, além de uma imagem com a descrição dos Determinantes Sociais de Saúde, estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde. Em seguida, foi compartilhado com os colaboradores o resultado da Escala de Valores em que a partir dos temas propostos foi priorizado a “Saúde da População Negra” para a discussão do 2º Ateliê, ficando acordado com os presentes que as demais temáticas poderiam ser discutidas futuramente nos dois anos subsequentes ao término do Mestrado. Posteriormente, foi apresentado ao grupo, as discussões emergentes do 1º Ateliê por meio de uma “Nuvem de Palavras” permitindo com que os profissionais visualizassem e tecessem considerações, gerando (assim) subsídios para a preparação do próximo encontro, o 3º Ateliê que foi agendado com os presentes.

Feito isso, iniciou-se a abordagem da “Saúde da População Negra” e seus determinantes do Processo Saúde e Doença. Contudo, no intuito de envolver a todos, utilizou-se como elemento disparador o vídeo intitulado *Entenda o que é Racismo Estrutura*³¹, que trata da história e interfaces de como a sociedade foi estruturada e a correlação com as desigualdades decorrentes desta estruturação. Em seguida, os colaboradores foram convidados a observar e tecer considerações críticas de um varal expositivo, tangenciando as paredes da sala, em que estavam exibidos alguns indicadores sociodemográficos e de saúde, relacionados às questões de raça/cor no país, estado e município. A atividade transcorreu em cerca de 20 minutos; ao término, foram divididos dois grupos e a partir de questões provocativas, tais como entendimento sobre saúde; análise dos indicadores visualizados; conexão entre valores de cultura negra e a saúde desta população e o reconhecimento das desigualdades e abordagem profissional; e cada grupo dedicou-se a ampliar a discussão e esse momento possibilitou o fortalecimento da integração intersetorial e a reflexão conjunta sobre a Saúde da População Negra.

³¹ Disponível em: www.youtube.com/watch?v=IryL8ZAMq-E&t=13s.

Como resultados das discussões no Ateliê 2, os diálogos possibilitaram engendrar um corpus textual, que com o auxílio do *software* Iramuteq culminou na Análise Fatorial de Correspondência da Figura 24.

Figura 24 – Análise Fatorial de Correspondência sobre Saúde da População Negra, 2º Ateliê de Pesquisa, Miguel Calmon-BA (2020)



Fonte: Iramuteq (2020).

A partir da análise Fatorial por Correspondência (AFC), foi possível realizar a associação do texto entre as palavras. Neste plano cartesiano observa-se a formação de 6 classes, representadas por cores diferenciadas. Em destaque no plano, observa-se as palavras que se encontram separadas do núcleo de concentração de cor verde relativo à Classe 3 que conformou a Categoria 1, alusiva a “o exercer da proatividade profissional”. Em seguida, as palavras em rosa, referentes à Classe 6, apresentaram

uma separação significativa das demais classes, sendo definida como Categoria 2 e remete às “Interfaces da Saúde da População Negra”. Por fim, percebe-se uma concentração de palavras com cores variadas, relativas às ramificações das Classes 1, 2, 4 e 5 que juntas conformaram a Categoria 3 denominada como “Conhecer como prática de fortalecimento da cultura afro-brasileira”.

4.4.2.1 Categoria 1 – O Exercer da Proatividade Profissional

Na categoria 1, considerando as reflexões do segundo Ateliê, representado na Figura 24, emergiu a ponderação sobre a consolidação das ações dos profissionais para iniciar uma abordagem da temática étnico-racial com os alunos conotados pelos termos “conseguir”, “ação”. Durante o Ateliê, as opiniões divergiram um pouco, havia a posição assumida por alguns em adotar a questão da proatividade, em desenvolver as ações propostas sem aguardar ações, o momento em que ações hierarquizadas das políticas públicas venham a acontecer; como também percebeu-se uma postura de moderação, por parte de alguns outros profissionais, no sentido de que as ações devem ser norteadas a partir de um projeto específico a ser elaborado pelo poder público. Dessa forma, percebeu-se a dialogicidade, conforme trecho das falas a seguir:

Essa questão de medicina tradicional, não me toquei sobre o assunto de política pública, até porque acho que às vezes centralizamos muito assim as atitudes e ações a nível de Estado e tem certas coisas que tem que partir de nós, por exemplo essa situação que falei da medicina tradicional. Vemos lá no posto que boa parte da população usa chás para tratar alguns tipos de doenças ou algum tipo de desconforto, acredito que pode partir de nós sem nenhuma política pública, procurarmos dentro do que as pessoas fazem, dentre aquelas ervas que as pessoas usam, quais seriam as melhores para cada situação e continuar orientando a plantar lá no seu quintal, no seu jardim e usar. (E.2).

Para fazer isso é preciso ter uma estrutura, não fazer de maneira solta, para fazer este trabalho, tem que estruturar. Não é só saber o porquê está sendo discriminado, mas tem que ver todo um projeto, uma coisa organizada. (E.7).

Dessa maneira, percebeu-se que os participantes se colocaram como coautores frente a estudantes e pacientes no sentido de contribuir para um

empoderamento da população quilombola. A empatia é um processo de construção intelectual, que requer dedicação para aprender e ouvir, e denunciar uma opressão (BERTH, 2019). Os profissionais revelaram que muitas pessoas, por conta da conjuntura social vigente, pautada na manutenção das desigualdades e iniquidades, se mantêm acomodadas e desacreditadas de novas possibilidades de obtenção da garantia de seus direitos humanos e cidadania para uma melhor qualidade de vida e um futuro promissor.

Segundo os discursos, os profissionais remetem que há uma baixa autoestima em uma parcela do alunado e que alguns não recebem o apoio dos familiares, reproduzindo a estrutura social dominante, sem motivação para novas conquistas.

Que o indivíduo pode chegar aonde quiser. O pai e a mãe ou tio não dão este empoderamento. Questionam para que estudar e para onde irá. Nem todos estão convencidos de que podem. (S.1, E.E).

Mas às vezes eles não querem e muitas vezes querem manter aquela coisa de que não vão conseguir, não posso, de como irão fazer. Então temos que ver e passar que pode sim, que é capaz, é só ir atrás dessa forma, seguindo esse caminho você consegue sim. (S.1).

A partir destas falas, na concepção dos participantes, a comunidade, de um certo modo, acaba por conceber o senso comum por meio de narrativas que indiretamente retratam o racismo estrutural ao qual a sociedade é moldada, influenciando e determinando a percepção dos agentes sociais no cotidiano da localidade, levando à invisibilização e perpetuação da dominação social, sem que haja contestação destes processos sociais, levando à falsa sensação de que são pessoas que não apresentam atributos adequados para terem maior representatividade, gerando perdas de oportunidades e deixando de ter acesso a possibilidades educacionais ou profissionais (MOREIRA, 2019).

Portanto, na análise desta categoria, permitiu-se identificar que a proatividade e a participação/envolvimento dos profissionais pode contribuir para uma prática social frente às questões étnico-raciais a partir da valorização das matrizes afro-brasileiras no Mucambo dos Negros. Assim, por meio de mudanças de postura das instituições e dos profissionais, é possível estimular aos indivíduos que se posicionem como sujeitos de sua história, afirmando suas identidades individuais e coletivas, seus

saberes populares, suas crenças e tradições, a sua maneira de perceber a sociedade ao qual estão inseridos.

4.4.2.2 Categoria 2 – Interfaces da Saúde da População Negra

Diante desta categoria, os participantes travaram uma discussão profícua quanto as interfaces relacionadas à população negra, pautada nos indicadores avaliados pelos profissionais, em que pontuaram suas compreensões acerca da referida temática, refletidos nos vocábulos “história”, “inclusive”, “olhar”. Em suas falas trouxeram a constatação das desigualdades existentes na sociedade.

Devido aos aspectos históricos culturais, na maioria, e colocamos por conta dessa herança histórica de falta de acessibilidade, de oportunidades para população negra, isso repercute até hoje e vemos a desigualdade social tão grande, vemos o índice de pobreza da população negra porque não tiveram acesso e infelizmente isso continua se perpetuando um caso ou outro, mas isso é herança histórica. Reflete na saúde, na condição socioeconômica, na violência, na escolaridade. De maneira geral a população negra é mais acometida por agravos de saúde e questões psicossociais e isso ocorre devido ao contexto civilizatório brasileiro em que o negro foi marginalizado. (S.1, S.3, E.E).

As falas remetem à compreensão dos colaboradores quanto a uma dívida histórica para com a população negra que persiste até os dias atuais, haja vista a presença de iniquidades e dificuldades na efetivação dos seus direitos. No Brasil, desde o ano de 1988, os Direitos Humanos contemplam princípios relativos à vida, à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer, à convivência familiar e pacífica, à liberdade, ao respeito e à dignidade, ao respeito às diferenças, à diversidade e à laicidade do Estado. No Ateliê emergiu a compreensão/despertar dos profissionais sobre como o país é estruturado, apesar da crença do “mito da democracia racial” que se sustenta. Segundo Ribeiro (2019, p. 12), não se configura apenas como um simples ato de vontade do indivíduo, pois, intrinsecamente ainda persiste a presença das desigualdades, iniquidades na história da população negra no Brasil.

Fernandes (2016, p. 19) sustenta que “da escravidão, no início do período colonial, até os dias que correm, as populações negras e mulatas têm sofrido um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso”. Associada ao

pensamento do autor, cabe salientar que após a abolição da escravatura, não houve um projeto de governo que contemplasse esta parcela da população, sendo privadas de cidadania básica, no que tange educação, direito à apropriação de terras e tantas outras, que acabaram levando a uma expansão das vulnerabilidades da população negra. Quanto às desigualdades históricas da população negra, os participantes do Ateliê 2 trouxeram a seguinte narrativa:

Vemos esse exemplo no índice de suicídio na população negra, a violência é muito alta na população negra e envolvemos com todo esse histórico de preconceitos, falta de acesso, pois, não tinham desde aquela época que não tinham acesso à terra que o povo branco teve, como o europeu teve. (S.1).

Portanto, os participantes evidenciaram que as iniquidades, sobretudo na área da Educação e da Saúde, são resultantes de injustos processos históricos socioeconômicos e culturais, com destaque ao racismo, em suas diversas manifestações, que potencializa o perfil de morbimortalidade das populações negras no país. Neste vértice, concordou-se que o racismo impacta negativamente no reflexo de altos índices de adoecimento físico ou mental da população negra (BRASIL, 2017).

A discussão se aprofundou e temas relativos à educação, trabalho e saúde também foram levantados pelos participantes:

Dentro de um contexto, em todos os níveis, o negro está bem abaixo em todas as questões como educação, acesso ao trabalho, saúde, também a questão do negro do campo, mulher negra do campo que faz menos exames de mama por exemplo, tendo toda a questão de acesso a exames, acho que está tudo interligado. (E.E).

As iniquidades observadas, a partir dos indicadores de saúde, entre os grupos populacionais, ao considerar o indicador raça/cor revelou que o SUS ainda não garante o acesso e a equidade a todos os segmentos. Sendo o tratamento dado aos grupos raciais – influenciando nos acessos e oportunidades, acarretando potencialização das vulnerabilidades – a reprodução do significado de racismo que dificulta o acesso a direitos, negligenciando necessidades.

É oportuno explanar que o racismo estrutural permeia diversas manifestações, sendo classificado como o institucional, o recreativo, o aversivo e o científico, e todos são resultantes da estrutura social engendrada historicamente e que integra a

organização econômica, política e social da sociedade, refletindo os piores indicadores na população negra quanto ao acesso à saúde, educação, justiça, trabalho e habitação. Acaba sendo algo naturalizado e reproduzido no cotidiano inclusive nas instituições ou relações sociais, manifestado por práticas conscientes ou inconscientes de normas e padrões, conduzindo os comportamentos e ações dos indivíduos e que resultam em desvantagens para determinados grupos populacionais (ALMEIDA, 2019; TAVARES, 2018). As falas a seguir confirmam:

Racismo é muito além disso. Já está enraizado, há falta de conhecimento e outras vezes uma cultura que está enraizada [...] então, existe a formação de Miguel Calmon com a participação de negros, existe falta conhecimento. (E.7, E.E).

Quanto às expressões do racismo que perpassam a sociedade, observa-se uma negativa nas pessoas em se assumirem ser racistas, apesar de referirem a existência dos preconceitos relacionados às questões étnico-raciais. Contudo, de forma inconsciente, as pessoas manifestam práticas racistas que repercutem na vida de outrem. Frequentemente, a expressão racismo é apenas entendida como atitudes interpessoais que denigrem, subjuguem e excluem, sem considerar a rede ampla que o reproduz. Por sua vez, o racismo institucional apresenta-se no cotidiano das práticas profissionais nos estabelecimentos de saúde e educação, aplicando mecanismos discriminatórios legalizados, desconsiderando as barreiras de atenção à saúde e educação, como dificuldades no envolvimento do cliente ao cuidado, o histórico de hábitos saudáveis ou não, a renda, além de negligenciar questões estruturais de acesso, acerca de flexibilidade de horários para atendimentos, organização do serviço visando à equidade, inobservância de condições de transporte e financeiras que garantam o acesso e a assistência. Assim, o silenciamento de discussões, falta de organização das unidades e de formações profissionais também podem ser consideradas como manifestações do racismo institucional, que sucede dificuldades, seja em acessar as instituições ou obter um tratamento equânime diante das especificidades históricas, sociais e psicológicas de grupos vulneráveis (ALMEIDA, 2019; CRUZ, 2015; RIBEIRO, 2019; TAVARES, 2018; WERNECK, 2016).

O racismo institucional também é uma realidade em outros países. Em estudo internacional com 1.410 mulheres negras afro-americanas em Michigan, EUA,

Slaughter-Acey e outros autores (2019) buscaram a relação entre a discriminação percebida na forma de microagressões raciais e o atraso no pré-natal em mulheres afro-americanas; concluiu que maus-tratos com base no tom de pele, juntamente com as microagressões raciais e discriminação racial podem influenciar o uso de cuidados pré-natais por mulheres afro-americanas.

Outros tipos de racismo que estão perpetrados na sociedade apresentam igualmente um potencial danoso na saúde física e mental da população. No racismo recreativo esboça-se na sustentação de atitudes negativas, depreciativas e nocivas ancoradas num efeito cômico que acaba disseminando estereótipos e consequências danosas com efeitos psicológicos. Quanto ao racismo aversivo, é marcado pela expressão de preconceitos sutis, apesar do tratamento interpessoal cordial, contudo pautado na defesa do tratamento igualitário entre todos (MOREIRA, 2019). O racismo científico atualmente se reflete como importante determinante de saúde, em destaque estudos de ancestralidade genômicas que consideram a existência de especificidades biológicas e fisiológicas em diferentes populações, que deveriam ser ponderadas no diagnóstico e tratamento de saúde, por pesquisadores, profissionais de saúde, gestores e movimentos sociais, no sentido de minimizar as iniquidades em saúde acerca das questões étnico-raciais (CRUZ, 2015; MUNIZ, 2019). Conclui-se o quanto o racismo e as microagressões são devastadoras e que o adoecimento é atrelado às dinâmicas sociais que marcam física e subjetivamente os indivíduos que apresentam vulnerabilidade social.

Os impactos do racismo causam efeitos indelévels que afetam a saúde mental desta população, principalmente no psicológico das pessoas negras, a partir de experiências de discriminação que podem produzir um estresse psicológico crônico. Esta conjuntura pode vir causada por desigualdade de oportunidades, sentimentos de inferioridade e incapacidade, marcados por estereótipos, a inadequação em determinados ambientes com a “cobrança de posturas e comportamentos” impostos pela sociedade, do tratamento com negligência e descrédito nas capacidades do sujeito negro e na solidão evidenciada, destacadamente nas mulheres negras em situação de violência, entre outras causas. Situações estas podem levar ao comprometimento do autocuidado e a uma maior exposição a comportamentos de violências diversas e abuso de drogas, reproduzindo vulnerabilidade de níveis e

intensidades diversas (BRASIL, 2016; SMOLEN; ARAUJO, 2017; TAVARES, 2018; TAVARES, 2019).

Na saúde não é só doença como muitos pensam, a saúde é a pessoa ter lazer, estrutura, casa, todo esse ambiente favorável, então não é como muitos pensam só não estar doente. (S.1).

Praticar a equidade e empatia e adaptar e adotar as melhores práticas para aquela população e indivíduo específico. (E.E).

Enfim, os profissionais evidenciaram que diante da complexidade dos determinantes sociais de iniquidades em saúde, é necessária uma abordagem intersetorial educativa que fomente a reflexão para que haja o reconhecimento de práticas racistas e das vulnerabilidades prevalentes, buscando coibir estereótipos e fortalecendo o protagonismo negro e, assim, problematizar o racismo como uma herança ideológica a ser vencida por meio de implementação de prevenção e combate ao racismo.

4.4.2.3 Categoria 3 – Conhecer como Prática de Fortalecimento da Cultura Afro-brasileira

Diante da compreensão pelos profissionais do racismo estrutural que moldou e molda a sociedade, conforme remetem as palavras “herança”, “histórico”, “população negra”, “acesso”, eles apontaram a necessidade de a população estar inserida neste processo de (re)conhecimento da história dos povos tradicionais que ao longo da história experienciou as iniquidades e desigualdades. Sendo imprescindível uma desconstrução de estereótipos seguida de uma construção diante de novos olhares e novas óticas.

Temos essa questão internalizada de preconceito e não aceitação, o que precisamos fazer é desconstruir essa construção que se passou, quando é dito que a história do negro foi contada pelo branco, assim como a história do índio foi contada pelo branco. (E.E).

Cabe salientar que neste processo de (re)conhecimento dos saberes tradicionais e a cultura dos povos tradicionais, estão incluídos também aos povos indígenas que buscam incessantemente na valorização da sua cultura e de sua

história, a superação das iniquidades e desigualdades vivenciadas. Apesar de não haver uma comprovação da existência de outra etnia na região, os profissionais participantes trouxeram algumas evidências da aparição desses segmentos da população na localidade, previamente ao aparecimento de nativos provenientes de matrizes africanas.

Existem pinturas rupestres, então vamos descobrir quem foi que fez as pinturas rupestres pois ninguém sabe, ninguém viu. O que falam de quem deixou aquelas pinturas é que não foram homens de cavernas nem pré-históricos, foram os índios. Antes do negro já existia o índio. (E.7).

Por esta fala, corroborando com a CHD, o destaque dos vocábulos “história”, “indígena”, “porque” e “quilombola”, os profissionais conjecturam que houve um encontro cultural entre povos indígenas e quilombolas, ambos com modos de vida singulares. Historicamente, pela conjuntura de dominação, a necessidade de sobrevivência, manutenção das culturas e frente ao contexto de vulnerabilidade e ameaças, estabeleceu-se uma relação entre esses grupos que possibilitou a hibridização cultural destes povos, como bem aduz Leite (2016) em seu estudo, no qual apresentou elementos que confirmaram o entrelaçamento étnico-cultural entre habitantes de comunidade quilombola e os da aldeia indígena no sertão de Pernambuco. Neste contexto, evidenciou-se que há assimilação mútua de suas culturas, apesar da demarcação simbólica das respectivas identidades.

Diante do cenário de luta pela equidade na relação de suas histórias e cultura, os povos tradicionais encontram na Lei nº 11.645/08 a possibilidade de um debate acerca dos segmentos afro-brasileiros e indígenas nas escolas, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (BRASIL 2008). A partir do ambiente escolar, representado como um espaço privilegiado de trocas, diálogos e diversidades, torna-se possível formar cidadãos críticos, reflexivos e conscientes. Infelizmente, nas instituições ainda impera o *modus operandi*, voltado para padronização em detrimento às diversidades, em que a aculturação termina por consolidar o racismo estrutural existente na sociedade.

Em se tratando de povos com história de características singulares que se imbricam e trazem processos históricos similares de invisibilização e omissão de direitos humanos e de cidadania, persistentes até a atualidade, ressalta-se que a

integração cultural nas práticas profissionais intersetoriais bem se adequa para que haja um olhar holístico e permanente voltado ao respeito e especificidades dos povos tradicionais no país, estados e municípios. Neste vértice, enfatiza-se a possibilidade de uma articulação com a temática desde a infância, agregando crianças, para que haja uma reflexão quanto à temática como sugerido pelos participantes.

Ofendendo crianças, que estão mentalmente abaladas, não querendo nem ter o cabelo afro que era algo para valorizar a cultura delas, acabando podendo causar até problemas mentais e algum transtorno psiquiátrico nestas duas crianças. (S.3).

Nesta fala e na CHD com as palavras “trabalhar” e “criança”, pode-se remeter que o profissional sinaliza a importância da atenção para abordar as relações étnico-raciais o mais precocemente, ainda na infância, como forma de enfrentamento de racismos, trabalhando aspectos do cotidiano e da sociedade, possibilitando resultados edificantes, acerca de convicções e pensamentos que permeiam as relações étnico-raciais contemplando questões como autoestima, afirmação da identidade e a conquista do empoderamento negro. Em seu estudo, Dias (2017) aponta as potencialidades do PSE na perspectiva étnico-racial desde a primeira infância, no sentido de desconstruir uma visão homogeneizante em que crianças negras muitas vezes não se reconhecem nos contos infantis, nem na mídia. Desse modo, sinaliza a potencialidade da formação da personalidade e reflexões para a construção de experiências positivas nas crianças, para que ao longo da vida reforcem as atitudes de autoestima, confiança, cooperação e empoderamento.

Como enfatiza a autora Berth (2018), este empoderamento pode apresentar dimensões que versam na visão crítica da realidade, sentimento de autoestima, consciência das desigualdades, enquanto efeito do racismo estrutural e a capacidade de organização para mudança da realidade, dirimindo preconceitos, discriminações e buscando a promoção da autonomia do cidadão, quanto à sua cidadania e à conquista dos seus direitos humanos. Dessa forma, no empoderamento individual, as pessoas se permitem desconstruir e reconstruir, favorecendo o empoderamento prático da coletividade.

Diante disso, é possível afirmar que estar apto para escutar e aprender no seu campo profissional pode fortalecer e contribuir para o empoderamento da sociedade.

Porém, é um desafio frente ao contexto estrutural da sociedade onde percebe-se que a hegemonia de certas concepções reverbera em opressão e desigualdades. Neste sentido é oportuno o reconhecimento destas iniquidades étnico-raciais decorrentes de um processo histórico, que destinou condições desiguais de oportunidades e direitos. Neste vértice primordial, é preciso partir das palavras à ação para que se possa ampliar os debates e efetivar as ações intersetoriais do Programa Saúde na Escola.

4.4.3 Ateliê de Pesquisa III

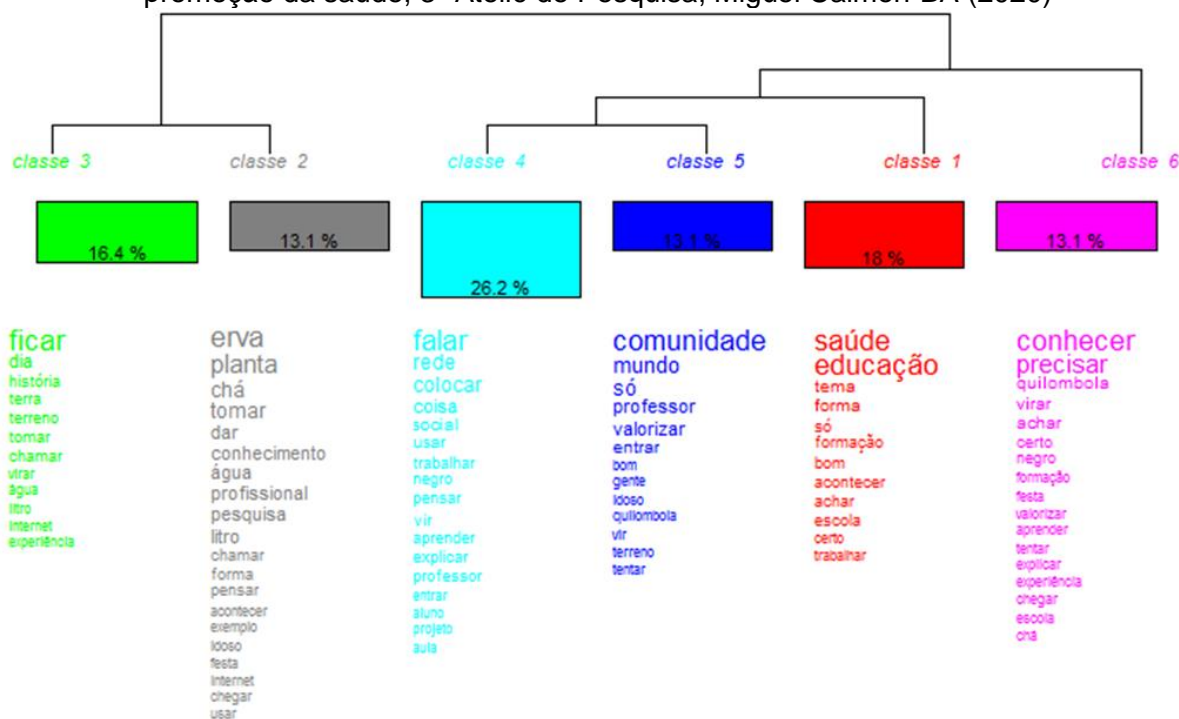
Nosso terceiro encontro foi realizado no dia 10 de março de 2020, no Auditório da Secretaria de Saúde do município às 19h. Apesar de não ter agendamento prévio de Atividade Complementar pela área da Educação, os colaboradores se mostraram receptivos e interessados em participar desta etapa da pesquisa, nosso último momento para posterior imersão da parte escrita pela pesquisadora. Neste momento estiveram presentes doze colaboradores, sendo seis da Saúde e seis da Educação. Tivemos a presença da Secretária de Ação Social, que demonstrou previamente interesse em adquirir mais conhecimentos acerca da temática e conseqüentemente da presente pesquisa.

Primeiramente, realizou-se o acolhimento com a leitura de mensagem de motivação e fornecimento de envelope com material para auxiliar nas discussões, composto por planilha modelo para elaboração de Plano de Ação Colaborativo e relação com doze tópicos/termos referentes às compreensões necessárias para a abordagem étnico-racial, objetivando suscitar buscas posteriores dos seus significados e sentidos. Em seguida, para reflexão foi exibido um vídeo referente a uma entrevista dada por uma atriz intitulado *Samara Felippo explica como a maternidade mudou sua visão sobre a vida*³². O vídeo aborda questões sobre o privilégio branco na sociedade. Ao término da exibição, apresentou-se os resultados emergentes do segundo AP, com uma breve discussão e exposição visual de diversas obras literárias relativas à temática que se mantiveram à mostra no centro da sala que estava organizada em círculo.

³² Disponível em: www.youtube.com/watch?v=fox6QLGaTpA&t=118s.

A fim de disparar a proposta do dia, foi exibido outro vídeo, *Semana Nacional Ciência, Cultura e Saúde*³³, que aborda algumas experiências exitosas nas manifestações culturais na Promoção da Saúde. Desse modo, ao término do vídeo, os participantes se dividiram intersetorialmente por 30 minutos, em dois grupos para discussão da temática e elaboração colaborativa do Plano de Ação de Intervenção, contemplando as duas áreas de conhecimento, a ser desenvolvido no período subsequente ao término do Mestrado, com duração prevista para os anos de 2021-2022. Após este momento, os participantes voltaram a se reunir em círculo grande para socializar as discussões. As falas a partir de então foram gravadas, devidamente transcritas e processadas no software IRAMUTEQ que suscitou a figura a seguir.

Figura 25 – Dendograma sobre Contribuição das manifestações Afro-Brasileiras na promoção da saúde, 3º Ateliê de Pesquisa, Miguel Calmon-BA (2020)



Fonte: Iramuteq (2020).

³³ Disponível em: www.youtube.com/watch?v=nz9p4WkKxM&t=1248s.

Nesta CHD podemos visualizar a formação de 6 classes que foram organizadas em três categorias: Categoria 1, referente à ramificação da Classe 3 com percentual de 16,4 % e da classe 2 com percentual de 13,1% de segmentos de texto com aproveitamento, que representam a maioria das ocorrências e vocabulários que se aproximam, que se refere ao “Desenvolvimento territorial a partir dos saberes tradicionais”. Em sequência, tem-se a Categoria 2 que foi estruturada pelas ramificações da classe 4 com percentual de 26,2%, da classe 5 com percentual de 13,1%, e da classe 1 com percentual de 18% relativa ao “Fortalecimento da Rede Intersetorial”. Por fim, emergiu a Categoria 3, referente à classe 6 com percentual de 13,1% alusiva à Capilaridade das Ações.

Neste terceiro Ateliê de Pesquisa, os profissionais demonstraram maior entusiasmo em explorar e aprofundar os conhecimentos sobre as relações étnico-raciais para colocarem em prática no Programa Saúde na Escola através de diferentes estratégias e abordagens que foram discutidas no transcórre deste encontro.

4.4.3.1 Categoria 1 – Desenvolvimento Territorial a Partir dos Saberes Tradicionais

Nesta categoria os colaboradores por meio dos termos em destaque e que se aproximaram, a exemplo das palavras “ficar”, “história”, “terra”, “tomar”, “dar” e “conhecimento”, reforçam a necessidade de fortalecer o sentimento de pertencimento dos moradores enquanto detentores de saberes e manutenção dos seus valores civilizatórios de matriz afro-brasileira presentes. A possibilidade de dar visibilidade à cultura local como forma de contribuir na preservação de sua história, sobretudo aos próprios municípios que desconhecem a trajetória do Mucambo dos Negros, poderá levar a Comunidade a ser beneficiada com o fomento de novas pesquisas e produção de conhecimentos na localidade.

Houve, também, a percepção da possibilidade do desenvolvimento de atividades que levem pessoas a querer conhecer essa comunidade quilombola no município de Miguel Calmon. Tal estratégia foi colocada enquanto oportunidade de desenvolver alternativas de geração de renda, a exemplo da prática do etnoturismo, em que o público visitante poderá conhecer os locais, os eventos culturais, a gastronomia local, a venda de artesanatos, presenciando as histórias e o cotidiano

daquelas pessoas com seus valores e práticas e em contrapartida trazendo um possível desenvolvimento sustentável para seus moradores.

O que a gente enriquece com isso sabendo das terras dos outros... A gente tem que saber da nossa terra e hoje eu sei muito mais... (S5).

A questão também do projeto de implantação de um museu em Itapura valorizando a arte que tem ali, nem que fosse uma salinha, mas com objetos da história para que eles tenham conhecimento e valorizem a história deles. Outra coisa seria a oficina de artesanatos africanos, eu percebi muito isso, nunca vi em Itapura artesanatos nas portas, das pessoas estarem fazendo um crochê, um bordado, ou material reciclável, nunca vi. Uma sabedoria que ficou para os mais velhos que não ensinam a ninguém, uma coisa que poderia virar um ofício, eu acho legal que o Mucambo, Itapura, virar um ponto turístico de Miguel Calmon, as pessoas visitarem, conhecerem uma comunidade quilombola e que as pessoas poderiam estar vendendo coisas nas portas, artesanatos, valorizar aquilo ali. (S3).

Os colaboradores apontaram que a valorização cultural da e pela população do Mucambo dos Negros pode reverberar numa afirmação da identidade quilombola e de pertencimento, com possibilidades de benesses à comunidade. Corroborando com este achado, como aduz Neto e Toppino (2019), o etnoturismo é um meio profícuo para promoção do desenvolvimento sustentável, valorizando costumes, religiosidades, modos de vida e intercâmbio de saberes com o protagonismo dos próprios moradores neste processo, possibilitando autonomia, fortalecimento de vínculos e desenvolvimento pessoal e coletivo.

Assim, em estudo de caso realizado nas localidades que compõem o antigo quilombo do Cabula em Salvador-BA, onde pratica-se o Projeto de Turismo de Base Comunitária, buscou-se investigar o acesso a serviços e geração de renda do “CULTARTE” por meio de um coletivo de artesãs, que se organizaram no mercado produtivo. Dessa forma, observou-se que ações de associativismos e cooperação, mesmo que a longo prazo, podem favorecer autonomia e empoderamento das pessoas, contribuindo para a superação de vulnerabilidades, na medida em que possibilita maior visibilidade e espaços na esfera produtiva (SOUZA, 2018).

Uma estratégia de extrapolar os muros das instituições escolares seria com o uso da internet, como importante aliada neste processo. A partir do termo “internet”,

evidenciado amplamente pelos colaboradores, conota-se a possibilidade da difusão de conhecimentos acerca da cultura local em benefício da comunidade.

Para poder chegar a reproduzir para o maior número de pessoas, por WhatsApp, Youtube, mesmo sabendo que os idosos não se ligam pouco nessa coisa de internet. (S2).

É indubitável que o uso dos artefatos tecnológicos e o consumo midiático, especificamente nas comunidades tradicionais, teve forte influência nem sempre positiva na manutenção das características da comunidade, levando à ressignificação de sua cultura. Contudo, a internet possibilita a socialização e acesso aos conteúdos engendrados pela e para comunidade. Neste seguimento, também pode contribuir com a percepção, inclusive que os moradores possuem sobre si mesmos e sobre a conjuntura ao seu redor, tornando-os sujeitos mais críticos e reflexivos com potencial para compreender a realidade e buscar contribuir no desenvolvimento territorial (SOUZA, 2017; TESKE; ERTZOGUE, 2017).

Portanto, percebe-se um enorme potencial na localidade a partir da propagação dos conhecimentos e saberes locais, além do reconhecimento da história local, possibilitando tecer discussões quanto às relações étnico-raciais que sirvam de base para projetos futuros e implementação de políticas públicas para a comunidade de Mucambo dos Negros. Neste contexto, a internet se apresenta como um contínuo aliado para esta pulverização, às vezes, até às longas distâncias, com circulação de material propagativo para auxiliar na manutenção e preservação da ancestralidade, do cooperativismo social e da transmissão de ensinamentos geracionais.

4.4.3.2 Categoria 2 – Fortalecimento da Rede Intersetorial

Esta categoria apresenta a singularidade de contemplar nas 3 classes que o ponto chave é a coletividade. Os termos que sobressaem e corroboram esta conotação podem ser definidos como “falar”, “rede”, “comunidade”, “mundo”, “saúde” e “educação”. Percebe-se o quanto se faz pertinente a união de setores e a formação de uma rede colaborativa, envolvendo a sociedade civil e a população jovem, no sentido de tornar possível discussões e reflexões sobre a comunidade quilombola de Mucambo dos Negros.

[...] registrando o que tem de bom na comunidade, estaria mostrando, divulgando a comunidade não só para Miguel Calmon, mas a nível de mundo. (S3).

Poderia ser um terreno da prefeitura que pudesse disponibilizar e todo mundo estar cuidando, o ideal antes de implantar a horta, seria uma reunião, organização com a comunidade para tentar conscientizar aquelas pessoas de que aquilo ali é favorável para a comunidade. (S.3).

Percebeu que foi o interesse da geração atual sobre questão de usar redes sociais, a mídia a gente achou interessante usar esse artifício, criando um vídeo multidisciplinar sobre os saberes populares e uso da medicina tradicional, para uma explanada maior dos conhecimentos deles do que as pessoas já fazem. (S.2).

Nas falas acima, os profissionais sinalizam a potencialidade da articulação intersetorial em que a sociedade civil aliada a setores governamentais, por meio de parceria, pode viabilizar ações edificantes e assim contribuir para o desenvolvimento deste território. Em estudo de pesquisa bibliográfica, Borges (2017) buscou descrever a dinâmica das parcerias intersectoriais nas iniciativas de inovação social em Portugal e concluiu que a diversidade nas parcerias é satisfatória. Possibilita ainda atingir diferentes públicos e sensibilizar para as questões sociais. Além disso, desvela que a viabilidade para superar interesses contraditórios é a convergência dos valores e crenças, ou o seu alinhamento com compromissos estabelecidos de forma clara e com fortalecimento dos vínculos de confiança nesta relação. Dessa forma, compreende-se que é imperioso o protagonismo da comunidade neste processo intersetorial.

Diante da discussão sobre intersetorialidade, revelou-se a legitimação dos profissionais acerca da relevância em se trabalhar intersetorialmente na comunidade, e o primeiro passo seria com o Colégio Francisco Bastos, determinado na presente pesquisa e posteriormente saindo dos muros, buscando a reflexão-ação-reflexão nos processos formativos e autoformativos para as atividades do Programa Saúde na Escola. Além disso, manifestaram o reconhecimento da potência do Ateliê ao possibilitar uma proposta colaborativa de âmbito intersetorial.

Achei bastante produtivo, porque a gente nunca tinha tido um momento desse, educação junto com a saúde, nunca tinha parado para um momento assim de formação, os encontros geralmente são técnicos, agenda, PSE e tal, mas a gente nunca tinha parado para ter

essa partilha de conhecimento e essa formação [...] acho que isso aqui só está melhorando o trabalho da gente a fim de ter um propósito maior que é a melhora da comunidade tanto a saúde, como educação e aspectos sociais. (S3).

Para mim, da educação uma visão nova, a gente nunca teve uma visão assim e também de trabalhar esses temas na forma como foi proposto e trabalhar com a educação também. Se deve trabalhar assim, se as coisas acontecessem dessa forma interagindo, afinal a comunidade é tão pequena, tirar um pouco da responsabilidade da educação, eu acho que tem tudo é educação. Tendo tudo para dar certo. (E7).
Acho que escolas, saúde, comunidade e família deve estar junto, senão não muda. (S5).

Nesta ótica, acredita-se que a continuidade dos encontros formativos intersetoriais previstos para os anos seguintes e compromisso com a proposta de Mestrado profissional pode agregar outros atores e setores, além da saúde e educação para que se possa efetivamente consolidar as ações do Programa Saúde na Escola, compreendendo a importância, as responsabilidades e o espectro de possibilidades para atuar na integralidade das ações trazendo a equidade necessária para especificidade da Comunidade.

4.4.3.3 Categoria 3 – Capilaridades das Ações

Nesta categoria, nos termos “conhecer”, “precisa”, “quilombola”, “negro” e “formação”, percebeu-se a expectativa dos profissionais em colocar em prática as discussões e ações engendradas no Ateliê de Pesquisa. Cada momento desse encontro mostrava-se como uma experiência ímpar e gratificante para todos, inclusive para a pesquisadora. Os profissionais desvelaram possibilidades de empreender ações vinculadas, explorar a cultura local, os valores civilizatórios presentes e o protagonismo negro no contexto da nossa sociedade. Evidenciando-se a potência dos Ateliês de Pesquisa, afetando as subjetividades e provocando um processo contínuo de reflexão/ação/reflexão (MEDEIROS; SILVA, 2020). Desse modo, manifestaram o interesse em dar continuidade aos encontros formativos, visto que o mestrado profissional mantém um acompanhamento no lócus, por mais dois anos subsequentes à defesa, ficando acordado encontros periódicos, a combinar com a gestão municipal de modo a intercalar com as ações para aplicabilidade da lei 10.639/03 e da

implementação da Política de Saúde da População Negra no âmbito do Programa Saúde na Escola.

Há troca de informações e experiências, porque tem tempos que trabalho lá e muitas coisas eu não conhecia, fui conhecer depois dos relatos que foram sendo feitos aqui. (E5).

[...] Porque é assim, a gente tem que trabalhar a rede normal e intercalando. Devia começar logo agora. (E7).

Para dar seguimento aos Ciclos Formativos, debateu-se a necessidade de todos se aprofundarem nas temáticas propostas na Escala de Valores, cujos temas foram priorizados pelos participantes no 1º Ateliê, e a partir dessa compreensão, intentar uma maior visibilidade das questões étnico-raciais tanto no Planos Municipal de Educação e Saúde quanto no Projeto Político Pedagógico, no Plano Municipal de Saúde em consonância com capacidades, estratégias, metas e cronogramas para o desenvolvimento da temática e inserção no currículo em consonância com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/08 e da Lei nº 12.228/2010, que corrobora a necessidade de políticas públicas e ações para promoção da igualdade racial, sobretudo para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, reverberando na práxis profissional cotidiana destes profissionais, possibilitando suscitar e expandir esta discussão para as demais unidades de ambas as áreas do conhecimento do município. Todos os participantes concordaram, que cotidianamente esses vivenciam sua prática profissional em uma comunidade quilombola.

Isso pode ter vindo de uma ignorância, da falta de conhecimento, o que leva a achar que a palavra quilombola é uma palavra pesada ligada ao negro, que o negro também não aceita como algo positivo. Não se reconhece como sendo, e que a identidade negra precisa ser trabalhada primeiro para que se aceitem como. (E.4).

A fala acima esboça a relevância em se buscar o diálogo interdisciplinar e intersetorial sobre questões étnico-raciais no cotidiano do ambiente escolar. Este processo deve contemplar tanto os profissionais quanto alunos e comunidade, durante o ano letivo por intermédio de práticas de leituras com indicação de bibliografia relacionada à temática, a fim de subsidiar metodologias e estratégias para o desenvolvimento de atividades em sala de aula com vídeos, debates e rodas de

conversa, analisando aspectos como cultura, esporte, sexualidade, violência, juventude, racismo, empoderamento, identidade, interseccionalidade, discriminação, preconceito e protagonismo.

A Secretaria de Educação do município de Contagem-MG, coadunando com esta proposta, lançou em 2020 um caderno temático apresentando a factibilidade de ações nas escolas e salienta ainda que esta articulação possibilita um diálogo entre a escola, familiares e comunidade para uma postura antirracista, além de contribuir na efetivação das proposições de políticas públicas nesta perspectiva (CONTAGEM, 2020).

Quanto ao reconhecimento dos saberes populares de saúde, os presentes se ancoraram na possibilidade de os alunos e moradores (re)conhecerem os conhecimentos do cotidiano, inclusive no tocante ao potencial medicinal e alimentar das plantas usadas pela população, além de contemplar discussões de valores civilizatórios imbricados nesta proposta, norteadas na ancestralidade, oralidade, cooperativismo e memória. Nesta perspectiva, emergiu a proposta de uma Horta Comunitária em parceria com pais, alunos, poder público e comunidade.

Poderíamos pegar os próprios alunos, a família do próprio aluno. Fazer visitas. Quando se pensou em horta comunitária não seria algo exclusivo para o colégio, seria para a comunidade. (E.7, E.5).

Nesta fala, evidenciou-se a intencionalidade da conexão entre os conhecimentos científicos e os saberes da comunidade. Portanto, sinalizando a importância da transversalidade com a participação de professores e profissionais de saúde, que promoveriam intercâmbios culturais sobre a botânica, as indicações e cuidados no uso destas plantas medicinais.

Apesar da hegemonia biomédica, as manifestações culturais foram compreendidas pelos profissionais como potente fator que possa contribuir na Saúde Mental da população e na manutenção de sua cultura. E a identificação dos saberes e manifestações culturais da comunidade são constituídos e constituintes nas e pelas relações sociais, sendo relevante na produção de conhecimento que viabilize possibilidades de atendimento à saúde da população. Portanto, surgiu a proposta de implantação de Oficinas de Artesanato e de Dança, com destaque à valorização das rodas de samba, composta por mulheres, para que possam contribuir no

fortalecimento da autoestima e na identidade, estimulando a participação de jovens. Lacerda (2018, p. 115) aponta que “nas danças de roda percebe-se a existência de um pensamento complexo que enxerga e vivencia de forma articulada uma prática corporal como possibilidade de resolução de conflitos, promoção de saúde”. Cabe ainda salientar a inter-relação da ancestralidade e memória, associadas à circularidade, à corporeidade, à ludicidade, à musicalidade e à energia vital, além de abordar questões socioculturais que perpassam a sociedade.

A opção seria a aula de capoeira, oficina de danças, incluindo samba de roda, as danças africanas de certa forma, oficina de música a fim de formar bandas, renovar a banda de pífano que sabemos que só tem idoso, o samba e também a dança do pilão de café, só quem faz são os idosos, os jovens não entram na dança, não sei por qual motivo, oficinas de rodas diversas, poderia fazer concurso de rodas diversas a fim de também fazer os artistas das comunidades. (S.2).

Ainda sobre musicalidade e corporeidade, além das danças de rodas, aventou-se a elaboração de oficinas de música interligando as diversas manifestações culturais da comunidade, a exemplo da Banda de Pífano, do Samba de Chula e do Pilão de Café buscando promover a ressignificação dessas manifestações musicais, conectando e articulando com movimentos musicais associados à negritude, a exemplo de rap e funk, para as quais a juventude pode manifestar interesse, suscitando diversas reflexões críticas.

Outra importante estratégia proposta foi a inserção de aulas de capoeira nas atividades físicas escolares que permitiria a possibilidade de conhecimento e discussão da história, da musicalidade e das relações étnico-raciais imbricadas nesta prática. O autor Polido (2018) aponta o potencial emancipador da capoeira em que possibilita sua abordagem como conteúdo escolar, por meio da busca quanto a historicidade da capoeira, os sentidos envolvidos, contribuindo como prática social com reconhecimento crítico e consciente das suas questões étnico-raciais.

No sentido de fomentar e socializar os conhecimentos e experiências nas temáticas étnico-raciais, cogitou-se a possibilidade da realização de Encontros periódicos de Saúde, Cultura e Educação, nos quais as discussões empreendidas no ambiente escolar sairiam dos “muros das instituições” e com o envolvimento dos alunos, do poder público e de possíveis iniciativas privadas, poderiam organizar

diversas atividades, dentre elas alguma que buscasse reconhecer e homenagear os detentores dos saberes tradicionais da sua história, a exemplo das antigas parteiras da Comunidade, além de saudar personalidades da Comunidade que ainda mantêm os diversos saberes tradicionais de matriz afro-brasileira. Ainda foi proposta a realização de rodas de conversa e bate-papos acerca das relações étnico-raciais com a comunidade, possibilitando o reconhecimento de identidades raciais positivas e o empoderamento por parte da população local. Além destes aspectos, foi pontuada a possibilidade de estimular a elaboração de vídeos caseiros pelos próprios alunos, a partir das temáticas pertinentes à comunidade, para que possam dar visibilidade às potencialidades locais acerca de sua cultura e história em redes sociais e museus virtuais, evidenciando a internet como uma potente ferramenta de transmissão de saberes e conhecimentos para as gerações futuras.

Ao fim de todo este processo, alguns aspectos ficaram evidentes dentre os quais, que os profissionais de ambas as áreas de conhecimentos revelaram a robustez de se trabalhar a temática das relações étnico-raciais para além dos projetos temáticos, compreendendo como parte do currículo escolar e dos objetivos do Programa Saúde na Escola, no que tange à Promoção de Cidadania e Direitos Humanos nesta perspectiva. Por um lado, compreenderam que apesar de abordarem a temática em datas simbólicas e pontuais, fica claro que cabe às instituições buscar a articulação das disciplinas na educação e nos processos de trabalho da área de saúde no que tange às reflexões sobre relações étnico-raciais, possibilitando reflexões intersetoriais profícuas para a efetivação de estratégias que desenvolvam análise crítica por meio de pesquisas, relato de experiências, palestras, diálogos, movendo-se pelas relações entre culturas, comunidade, sua história e sociedade vigente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inquietude em aprofundar o tema desta pesquisa emanou da observação do silenciamento de discussões acerca das questões étnico-raciais no que tange o Programa Saúde na Escola, sobretudo na Comunidade Quilombola do Mucambo dos Negros. Esta conjuntura remeteu a pesquisadora de que tal perspectiva étnico-racial nunca fora discutida na saúde, seja em nível municipal, seja em municípios circunvizinhos, nos quais teve oportunidade de trabalhar – e, assim, aguçou o interesse em conhecer como os saberes populares dessa supracitada localidade pode contribuir no fomento de reflexões e discussões desta temática, envolvendo a bricolagem entre Saúde e Educação, possibilitando possíveis mudanças de práxis e estimulando ações equânimes que contemplem as especificidades da localidade e, dessa maneira, contribuir na formação de sujeitos reflexivos e conscientes. A pesquisa proporcionou uma compreensão dos cuidados de saúde pela comunidade e o reconhecimento da intersectorialidade como um caminho profícuo para oportunizar ações coletivas complexas, no desenvolvimento das práxis profissionais quanto às relações étnico-raciais e na intercambialidade de saberes por meio dos Ateliês de Pesquisa, ocasionando (assim) um contínuo devir com momentos de “desconstrução”, “construção” e “reconstrução” com novos entendimentos e conhecimentos afetando todos os profissionais envolvidos.

A referida pesquisa, em seu objetivo geral, buscou conhecer como os saberes populares de saúde de uma Comunidade Quilombola podem contribuir para as práticas do Programa Saúde na Escola na perspectiva étnico-racial. Diante desta proposta, constatou-se que o mesmo foi atingido, e o (re)conhecimento dos saberes populares da comunidade, sua relação com os valores civilizatórios de matriz afro-brasileira e a concepção de saúde como uma estratégia de promoção de cidadania e direitos humanos, conseguiram afetar os profissionais, no sentido de motivar a busca de conhecimentos sobre a questão racial, através dos Ciclos Formativos, acordados colaborativamente para os dois anos subsequentes ao término deste estudo. Agregando, portanto, às práticas desenvolvidas no ambiente escolar, propostas pelos colaboradores, a partir das atividades que foram desenvolvidas, fortalecendo a efetivação das redes intersectoriais e buscando a promoção da saúde de forma

contínua no decorrer do ano letivo, procurando efetivar o eixo de Promoção de Cidadania e Direitos Humanos previsto no Programa Saúde na Escola.

Para o alcance deste escopo, a pesquisa delineou três objetivos específicos que foram desenvolvidos ao longo do percurso científico. O objetivo inicial propôs o conhecimento dos saberes populares de saúde de matriz afro-brasileira existentes na Comunidade Quilombola. Percebeu-se que alguns hábitos e costumes nos cuidados com a saúde, transmitidos por gerações, ainda estão presentes no cotidiano da comunidade. Assim, sem hierarquizar conhecimentos, a comunidade busca tanto a medicina convencional na figura do profissional médico, quanto as práticas dos saberes populares envoltas pela representação da família, das crenças religiosas e da cooperação nos cuidados com a saúde, norteados pelas relações sociais na localidade.

No segundo objetivo, nas entrevistas, verificou-se a compreensão dos profissionais acerca das questões étnico-raciais nas suas práxis no PSE. Constatou-se que os colaboradores das áreas de Saúde e Educação apontam para as fragilidades existentes para a efetivação das práticas intersetoriais, envolvendo supressão de planejamentos e discussões em conjunto, restringindo-se a ações pontuais e assistenciais da saúde na execução do PSE. Quanto às discussões étnico-raciais, reconheceu-se a incipiência das ações, e na área da Educação é aplicado anualmente um Projeto intitulado África, com a culminância no mês de novembro. No âmbito da saúde, por meio da efetivação de um horto na unidade de saúde, aborda-se o uso das plantas medicinais. Embora pertinentes, ainda se mostram descontextualizadas da conjuntura da sociedade atual que perpassam as questões étnico-raciais. Os profissionais de ambas as áreas de conhecimento constataram a necessidade de aprofundamentos de diálogos, trocas para engendrar novos saberes que possibilitem o fortalecimento de uma rede colaborativa, contribuindo na formação dos alunos e no empoderamento das pessoas da comunidade.

No terceiro objetivo, buscou-se desenvolver intersetorialmente Ateliês de Pesquisa sobre as relações étnico-raciais e Saúde da População Negra. Neste propósito, procurou-se agregar a consonância da pesquisa engajada e implicada em que o Ateliê de Pesquisa possibilitou a construção dos dados, bem como propiciou a tessitura formativa e autoformativa de saberes e conhecimentos pela interação e intercambialidade de experiências, afetando a subjetividade dos colaboradores e da

pesquisadora e provocando reflexões e possibilidades de ressignificações da realidade vigente.

A partir dos três encontros acordados, constatou-se a influência da família nos saberes tradicionais da comunidade quilombola e a importância do intercâmbio cultural entre os profissionais e comunidade sobre os saberes populares no que tange às interfaces da medicina tradicional e da medicina convencional. Percebeu-se ainda que os colaboradores refletiram acerca da proatividade profissional no fortalecimento das discussões étnico-raciais, sobretudo no que se refere à saúde em seu conceito ampliado e a Saúde da População Negra em que o conhecer as especificidades culturais é uma estratégia para o fortalecimento e empoderamento da cultura afro-brasileira. No último AP, observou-se que os profissionais estavam ávidos em aprofundar os conhecimentos acerca destas questões para possíveis abordagens práticas na escola, enfatizando as potencialidades nas contribuições territoriais a partir dos saberes locais, do fortalecimento da rede intersetorial e das capilaridades de ações para a efetivação do Programa Saúde na Escola na perspectiva étnico-racial. Neste momento, os profissionais levantaram diversas propostas imbricadas com os conhecimentos que estão engendrando, da correlação com os saberes da comunidade na busca da efetivação de práticas profissionais na perspectiva étnico-racial durante o ano letivo.

Uma das limitações do estudo remete ao fato de não ter tido tempo hábil, por conta da pandemia da COVID-19 e da necessidade do isolamento social, para reunir com a comunidade em espaço público para socializar a pesquisa e possibilitar uma conversa ampla com os moradores acerca da pesquisa desenvolvida, além de tentar viabilizar intercâmbios culturais com outras comunidades quilombolas da região, na tentativa de um melhor entendimento do conceito de quilombo. Uma 2ª limitação da pesquisa relaciona-se ao lugar de fala da pesquisadora, que apresentou a necessidade de discussões de questões étnico-raciais, contudo reconhece a importância e a relevância do protagonismo de fala dos próprios moradores do Mucambo dos Negros, envolvendo o controle social, no que se refere aos seus saberes para que haja de fato a reflexão e promoção de fomentos de discussões para efetivação de uma consciência crítica e de uma valorização dos saberes existentes em sua comunidade, sendo a grande relevância de cunho social do estudo. Portanto, estas lacunas nos direcionam para o investimento de futuras pesquisas neste sentido.

Salienta-se, sendo uma pesquisa implicada e desenvolvida em um Programa de Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED), o compromisso da pesquisadora em possibilitar desdobramentos da pesquisa a princípio por meio dos Ciclos Formativos com diversas temáticas durante os dois anos subsequentes da pesquisa. Observou-se que a proposta iniciada nesta pesquisa já reverberou em parcerias, haja vista que a pesquisadora já teve oportunidade em participar de reunião com a Secretaria de Educação e com coordenadores pedagógicos para discutir sobre a revisão de currículo para uma perspectiva étnico-racial que está em andamento no município. Sendo extremamente gratificante poder contribuir e semear trocas e experiências para colhermos frutos edificantes no futuro.

Assim sendo, muito enriquecedor na vida da pesquisadora, provocando movimentações, inquietações e (in)conclusões para a possibilidade de um novo olhar ao que estava sendo apresentado neste momento. No âmbito pessoal, trouxe a reflexão do lugar de fala, vinda de uma família miscigenada, hoje reconhece os privilégios da branquitude e das situações adversas as quais não fui exposta diante do racismo estrutural ainda vigente no país. Ressalto a admiração e respeito aos meus ancestrais, no que tange seus valores culturais e saberes que a cada dia percebo que se fazem presentes.

No âmbito profissional, o desafio sinalizado no decorrer da pesquisa em virtude da indiferença e da concepção de temática desnecessária por parte de alguns profissionais, e por outro lado a falta de legitimação da pesquisa por parte de pesquisadores e profissionais negros devido ao lugar de fala da pesquisadora sendo socialmente branca, trouxe o reconhecimento e a constatação da necessidade de se discutir cada vez mais a temática para uma atuação profissional holística, voltada para um cuidado equânime, integral e centrado na pessoa e sua cultura, para desse modo poder contribuir para qualidade do atendimento e redução das desigualdades étnico-raciais existentes.

No âmbito acadêmico, espera-se que esta pesquisa possa inspirar e subsidiar outros pesquisadores a desbravar esta temática, sobretudo nas formações iniciais dos profissionais, constatou-se um silenciamento de uma abordagem étnico-racial nos currículos. Almeja-se ainda que o estudo possa ter contribuído para engendrar aprendizagens científicas e práticas para implementação do Programa Saúde na Escola. Indubitavelmente, assevera-se que esta pesquisa não é um conhecimento

concluído e sim é fruto de caminho que está apenas iniciando, afinal o aprender é contínuo e perene.

Portanto, compreendeu-se que o cuidar da saúde vai além da doença e requer discussões contínuas de âmbito intersetorial, quanto aos determinantes estruturais e sociais de iniquidades que passam pelos valores sociais e culturais da população. O trabalho direcionado para estas singularidades reflete a promoção à saúde haja vista permitir reflexões sobre fatores estruturantes como moradia, educação, lazer, emprego e renda além dos condições biológicas e comportamentais que impactam nos processos de saúde e doença dos moradores .Dessa forma, anseia-se que as ações advindas deste estudo possam levar à ponderação dos profissionais e equipe gestora a fim de que se tenham produtos profícuos e que, a médio e longo prazo, possam ter suas experiências compartilhadas com outras instituições de ensino e saúde no que tange às discussões das relações étnico-raciais no município de Miguel Calmon possibilitando uma maior equidade e bem-estar da população negra.

REFERÊNCIAS

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva. População negra e Covid-19: desigualdades sociais e raciais ainda mais expostas. **ABRASCO**, 31 de março de 2020. Disponível em: www.abrasco.org.br/site/noticias/sistemas-de-saude/populacao-negra-e-covid-19-desigualdades-sociais-e-raciais-ainda-mais-expostas/46338/ Acesso em: 26 maio 2020.

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Eliana do S. **Educação em saúde na comunidade quilombola de Tijuçu, Senhor do Bonfim-BA**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação e Diversidade) – Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Jacobina, 2016. Disponível em: www.saberaberto.uneb.br/handle/20.500.11896/342. Acesso em: 20 jan. 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, S. S. **Guardiães das folhas: mobilização identitária de raizeiras do cerrado e a autorregulação do ofício**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-03052019-125459/pt-br.php. Acesso em: 14 jan. 2019.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **História do negro no Brasil**. Brasília/Salvador: Ministério da Educação; Centro de Estudos Afro Orientais, 2011. 114 p. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ceao-ufba/20170829034517/pdf_242.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. *In*: PINHO, Osmundo (org.). **Raça: perspectivas antropológicas**. Campinas: Ed. Unicamp; Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/_RAC%CC%A7A_2ed_RI.pdf_.pdf Acesso em: 5 jan. 2019.

BAHIA. **Atividade complementar** (internet). Salvador: Secretaria de Educação do Estado, [s.d.]. Disponível em: <http://educadores.educacao.ba.gov.br/atividadecomplementar>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BAHIA. **Resolução nº 68**, de 30 de julho de 2013, a qual estabelece normas complementares para implantação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia. Salvador: Secretaria da Educação, 2013. Disponível em: <https://semanapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CEE-N%C2%BA-68.2013-EDUC-QUILOMBOLA.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2020.

BAILEY, Z. D.; KRIEGER, N.; AGÉNOR, M.; GRAVES, J.; LINOS, N.; BASSETT, M. T. Structural racism and health inequities in the USA: evidence and interventions. **Lancet**, Londres, v. 389, n. 10077, p. 1453-1463, 2017.

[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(17\)30569-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(17)30569-X). Disponível em:

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28402827/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BARBOSA, Maria José Somerlate. Ideologia e identidade na literatura brasileira. *In*: BARBOSA, Maria José Somerlate (org.). **Passo e compasso**: nos ritmos de envelhecer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 317 p.

BARBOSA, Maysa de Oliveira; LEMOS, Izabel Cristina Santiago; KEMTOPF, Marta Regina; FERNANDES, George Pimentel. A prática da medicina tradicional no Brasil: Um resgate histórico dos tempos coloniais. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, Caçador, v. 5, n. 1, p. 65-77, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.uniarp.edu.br/ries/article/view/832/431>. Acesso em: 18 jan. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70 LTDA., 2016.

BARREIROS, Liliane Lemos Santana; BARREIROS, Patrício Nunes. Estudo Toponímico em Bahia Humorística de Eulálio Motta. II Congresso Internacional de Linguística e Filosofia, 2; Congresso Nacional de Linguística e Filosofia, 20. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vacchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. (Série Feminismos Plurais).

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. Humanitas, 1998.

BORGES, Michele Andréia. **Dinâmica das parcerias intersetoriais em iniciativas de inovação social**: da descrição à proposição de diretrizes, 2017, 278 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/182829/349545.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BOSI, Ecleia. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRAGA, Alexandre Pinheiro. **Percepção sobre o tratamento fitoterápico e a promoção da saúde dos integrantes no candomblé**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, 2015.

BRANDÃO, Ana Paula. **Saberes e fazeres:** modos de interagir. V. 3. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. 152 p. (A cor da cultura). Disponível em: www.acordacultura.org.br/sites/default/files/kit/Caderno3_ModosDeInteragir.pdf. Acesso em: 5 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1998. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 4887** de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. **Política Nacional Integral da População Negra:** uma política do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: Casa Civil, 2008. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL. Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 maio 2009a, Seção 1, n. 90, p. 31. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html. Acesso em: 4 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.010**, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as leis nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e Adolescente nº 8.560 de 29 de dezembro de 1992. Brasília, 2009b. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm#:~:text=1o%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,da%20Cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20Adolescente. Acesso em: 31 ago. 2020.

BRASIL. Saúde na Escola. Série B. Textos Básicos de Saúde. **Caderno de Atenção Básica**, n. 24. Brasília: Ministério da Saúde, 2009c. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad24.pdf. Acesso: 2 fev. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 8**, de 20 de novembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Quilombola na Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2012a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2012b. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf. Acesso em: 1 ago. 2020.

BRASIL. **Nota Técnica Conjunta nº 56/2014**. Orientações para a Ação “Promoção da Cultura de Paz e Direitos Humanos” do Programa Saúde na Escola (PSE) no Plano Juventude Viva. Brasília: Ministério da Saúde, 2014a.

BRASIL. **Situação Social da População Negra por Estado**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: IPEA, 2014b. 115p.

BRASIL. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015a. 96 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Caderno Temático - Direitos Humanos. Versão Preliminar. Programa Saúde na Escola**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015b. Disponível: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/caderno_direitos_humanos.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 510**, de 07 de abril de 2016. Trata sobre a Ética na Pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2016a. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BRASIL. **Temático Saúde da População Negra**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016b. 82 p. (Painel de Indicadores do SUS; v. 7, n. 10). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/tematico_saude_populacao_negra_v_7.pdf. Acesso em: 13 maio 2019.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº1 055**, de 25 de Abril de 2017. Redefine as regras e os critérios para a adesão ao Programa Saúde na Escola – PSE. Brasília: Ministério da Saúde, 2017a. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/pri1055_26_04_2017.html. Acesso em: 5 jan. 2019.

BRASIL. **Política Nacional Integral da População Negra**: uma política do SUS. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017b. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf. Acesso em: 4 fev. 2019.

BRASIL. **Quilombos e quilombolas**: indicadores e propostas de monitoramento de Políticas/elaboração de Juliana Mota de Siqueira - Documento eletrônico. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018a. 51 p. Disponível em: www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/quilombos-e-quilombolas-indicadores-e-propostas-de-monitoramento-de-politicas. Acesso em: 14 mar. 2019.

BRASIL. **Documento Norteador**: indicadores e padrões de avaliação – PSE Ciclo 2017/2018. Brasília: Ministério da Saúde, 2018b. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/documento_orientador_monitoramento_pse_2017_2018.pdf. Acesso em: 3 mar. 2019.

BRITO, R. M. **Saúde indígena entre os Pitaguary**: identidade étnica, políticas públicas e medicina tradicional. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, 2015.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. Iramuteq: Um software gratuito para análise de Dados Textuais. **Rev. Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016. Acesso em: 3 mar. 2019.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: uma proposta de trabalho. *In*: CANDAU, Vera Maria; ZENAIDE, Maria Nazaré. **Oficinas aprendendo e ensinando direitos humanos**. João Pessoa: Programa Nacional de Direitos Humanos; Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba; Conselho Estadual da Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1999. Disponível em: www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau_edh_proposta_trabalho.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.

CARVALHO, Fabio Fortunato Brasil de. A saúde vai à escola: a promoção da Saúde em práticas pedagógicas. **Physis, Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1207-1227, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312015000400009>.

CARVALHO, Francione Oliveira. O conceito de Interculturalidade e a mediação cultural na escola. *In*: MARTINS, Mirian Celeste (org.). **Pensar juntos mediação cultural**: (entre)laçando experiências e conceitos. 2. ed. São Paulo: Terracota Editora, 2018. 250 p. (Série & arte & educação & cultura&).

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade?** Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz & Terra, 2018.

CASTRO, M. R.; FIGUEIREDO, F. F. Saberes tradicionais, biodiversidade, práticas integrativas e complementares: o uso de plantas medicinais no SUS. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 15, n. 31, p. 56-70, 2019. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/46605. Acesso em: 25 set. 2020.

CAVALCANTI, Patricia Barreto; LUCENA, Carla Mousinho Ferreira; LUCENA, Pablo Leonid Carneiro. Programa Saúde na Escola: interpelações sobre ações de educação e saúde no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 387-402, 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/21728>. Acesso em: 18 maio 2019.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

CLARINDO, M. F. **Medicina popular e comunidades rurais da região da Serra das Almas, Paraná: o amálgama cosmo-mítico-religioso das territorialidades tradicionais**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2014.

CONCEIÇÃO, Helenise da Cruz; CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. A construção da identidade afrodescendente. **Revista África e Africanidades**, a. 2, n. 8, 2010. Disponível em: www.africaeaficanidades.com. Acesso em: 20 fev. 2019.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE. Alma-Ata, URSS, 6 a 12 de setembro de 1978. **Declaração de Alma-Ata**. URSS, 1978. Disponível em: <http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Declara%C3%A7%C3%A3o-Alma-Ata.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017. Disponível em: www.cfp.or.br. Acesso em: 6 ago. 2020.

CONTAGEM. **Educação das relações étnico-raciais: caminhos para a construção de uma cultura não discriminatória e antirracista**. Contagem: Secretaria Municipal, 2020. Disponível em: www.contagem.mg.gov.br/estudacontagem/wp-content/uploads/2020/04/caderno-etnico-racial-versao-final.pdf. Acesso em: 29 ago. 2020.

CORREIA, Ilziney Simões da Silva. **O processo de trabalho do enfermeiro no Programa Saúde na Escola**. 2017. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2017. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_6bd3e73330aee4af8b771d0a95dc5612. Acesso em: 10 jun. 2019.

CREPALDE, R. dos S.; KLEPKA, V.; HALLEY, T. O. P.; SOUSA, M. A Integração de Saberes e as Marcas dos Conhecimentos Tradicionais: Reconhecer para Afirmar Trocas Interculturais no Ensino de Ciências. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 19, p. 275-297, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4931>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre as cinco abordagens. Tradução de Sandra Mallmann da Rosa 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRUZ, Isabel Cristina Fonseca da. Quais são os terapeutas tradicionais afrobrasileiros? **Módulo 2 do Curso de Saúde Integral da População Negra**. Universidade Aberta do SUS, 2015a. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/bitstream/handle/ARES/.../apostila_unidade2.pdf?. Acesso em: 20 jan. 2019.

CRUZ, Isabel Cristina Fonseca da. Quais são as práticas tradicionais afro-brasileiras para cura e cuidado de saúde? **Módulo 2 do Curso de Saúde Integral da População Negra**. Universidade Aberta do SUS, 2015b. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/bitstream/handle/ARES/.../apostila_unidade2.pdf?. Acesso em: 20 jan. 2019.

CRUZ, Isabel Cristina Fonseca da. Integração de práticas tradicionais de matriz afro-brasileira no SUS? **Módulo 2 do Curso de Saúde Integral da População Negra**. Universidade Aberta do SUS, 2015c. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/bitstream/handle/ARES/.../apostila_unidade2.pdf? Acesso em: 20 jan. 2019.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Africanidades, Afrodescendências e Educação. *In*: TRINDADE, Azoilda Loretto (org.). **Africanidades brasileiras e educação**: Salto para o Futuro. Rio de Janeiro/Brasília: ACERP; TV Escola, 2013. Disponível em: <https://silo.tips/download/africanidades-brasileiras-e-educao-base-integradora-da-tv-escola>. Acesso em: 20 ago. 2020.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

DIAS, Anna Cléa Ferreira. **Entre silêncio e dizeres**: a construção da identidade negra na educação infantil. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde e Biológicas) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina, PE, 2017.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flavio. Histórias dos Quilombos no Brasil: Revisitando um Diálogo ausente na Lei 10.639/03. **Revista da ABPN**, v. 5, n.11, p. 05-28, 2013. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/187> Acesso em: 1 mar. 2019.

EDLER, Flavio Coelho. Saber médico e poder profissional: do contexto luso brasileiro ao Brasil imperial. *In*: PONTE, Carlos Fideles; FALLEIROS, Ialê (org.). **Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 25-46. Disponível em: http://observatoriohistoria.coc.fiocruz.br/local/File/na-corda-bamba-cap_1.pdf. Acesso em: 18 jan. 2019.

FARIA, Mateus Aparecido de; SILVA, Análise de Jesus. Gestão de serviços de saúde: analisando a identidade na graduação. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 108, p. 95-105, 2016. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/432d/ca8e19fd6ce5230653aad6126e7cd3d576b6.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

FARIAS, Isabelle Carolline Veríssimo de et al. Análise da Intersetorialidade no Programa Saúde na Escola. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 261-267, 2016. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022016000200261&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 ago. 2020.

FARO, André; PEREIRA, Marcos Emanuel. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. **Estud. psicol.**, Natal, v. 16, n. 3, p. 271-278, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2011000300009>. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2011000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 set. 2020.

FERNANDES, Florestan. Prefácio à edição brasileira. *In*: NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 set. 2020.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente: identidade em construção**. São Paulo/Rio de Janeiro: EDUC; Pallas, 2000.

FERRETI, Sergio F. Sincretismo e Hibridismo na Cultura Popular. **R. Pós Ci. Soc.**, v. 11, n. 21, p. 15-24, 2014. Disponível em: www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/2867/2686. Acesso em: 12 ago. 2020.

FIABIANI, Adelmir. O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções. Simpósio Nacional de História, 24, 2007. **Anais [...]**. Associação Nacional de História-ANPUH, 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Adelmir%20Fiabani.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

FIDELIS, Lourival de Moraes Fidelis; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A família, suas mudanças e a manutenção dos saberes tradicionais na agricultura familiar em quilombos do Vale do Ribeira paranaense. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 59-72, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/45042>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FIGUEIREDO, Tulio Alberto Martins de; MACHADO, Vera Lúcia Taqueti Machado; ABREU, Margaret Mirian Scherrer de. A saúde na escola: um breve resgate histórico. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 2, p. 397-402, 2010. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000200015. Acesso em: 18 jan. 2019.

FRANCO, Lara Luisa Silva Gomes. **Educação quilombola, resistência e empoderamento**: estudo na comunidade quilombola de São Domingos em Paracatu-MG. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21110/3/Educa%C3%A7%C3%A3oQuilombolaResist%C3%Aancia.pdf> Acesso em: 5 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEWEHR, Rodrigo Barros *et al.* Sobre as práticas tradicionais de cura: subjetividade e objetivação nas propostas terapêuticas contemporâneas. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 33-43, 2017. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642017000100033&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 set. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnica de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOES, Emanuelle Freitas; RAMOS, Dandara de Oliveira; FERREIRA, Andrea Jacqueline Fortes. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia de Covid-19. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000300301&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 jul. 2020.

GOMBERG, Estélio. **Hospital dos Orixás**: encontros terapêuticos em um terreiro de candomblé. Salvador: EDUFBA, 2011.

GOMES, Karine de Oliveira *et al.* Utilização de serviços de saúde por população quilombola do Sudoeste da Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1829-1842, 2013. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013000900022&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 ago. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, [S.l.], v. 9, p. 38-47, 2002. Disponível em: www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1296. Acesso em: 2 jan. 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. Brasília: Ministério da Educação, 2005. (Coleção para todos). Disponível em: www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo**: diversidade e currículo. organização do documento Jeanete Bcauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf> Acesso em: 18 ago. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Raça e educação infantil: à procura de justiça. **Revista e-Curriculum**, [S.l.], v. 17, n. 3, p. 1015-1044, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/44232/29876>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GOMES, Nilma Lino; MIRANDA, Shirley Aparecida de. Dossiê: Educação na Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024). **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100650&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 ago. 2020.

GRACIANO, Andrea Monteiro de Castro; CARDOSO, Natália Mendes Matos; MATTOS, Flavio Freitas; GOMES, Viviane Elisangela; OLIVEIRA, Ana Cristina Borges. Promoção da Saúde na Escola: histórias e perspectivas. **Revi. J. Health Biol Sci.**, v. 3, n. 1, p. 34-38, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unichristus.edu.br/index.php/jhbs/article/view/110>. Acesso em: 12 fev. 2019.

GUEDES, Aline Soares; BASTOS, Senia Regina. Potencialidade de visitação e reflexão acerca da comida e religiosidade como memória e patrimônio imaterial do Remanescente de quilombo cafundó, em Salto de Pirapora-SP. **Revista CULTUR**, a. 11, n. 2, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br>. Acesso em: 30 ago. 2019.

GUIMARÃES, Jamilly Brito; OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar de. “Somos todos parentes”: as relações de parentesco na comunidade quilombola de Macapazinho, Santa Izabel-PA. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v. 13, n. 2, p. 163-185, 2019. Disponível em: periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/download. Acesso em: 30 ago. 2020.

GUSTAVO, Luan; GALIETA, Tatiana. Da Saúde de Ontem à Saúde de Hoje: A Formação de Professores desde a História Natural às Ciências Biológicas no Brasil. **Alexandria: Rev. Educ.Cie. Tec.**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 197-221, 2017. Disponível em: www.researchgate.net/publication/321879800_Da_saude_de_ontem_a_saude_de_hoje_a_formacao_de_professores_desde_a_Historia_Natural_as_Ciencias_Biologicas_no_Brasil. Acesso em: 20 jan. 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. dos. Vozes da história: contribuições da história oral à pesquisa organizacional. Encontro Nacional da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 27, 2003. **Anais [...]**. Atibaia: ANPAD, 2003. 1 CD. Disponível em: www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2003-epa-0186.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

IGLESIAS, Fabio; ALFINITO, Solange. A abordagem multimetodológica em comportamentos do consumidor: dois programas de pesquisa na oferta de serviços. **PDT**, v. 6, n. 1, p. 138-165, 2006. Disponível em: www.anpad.org.br/admin/pdf/mkt615.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175>. Acesso em: 16 mar. 2020.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Microdados da Prova Brasil. Brasília: INEP 2017. Disponível em: www.qedu.org.br/cidade/4201-miguel-calmon/pessoas/aluno5ano. Acesso em: 5 jan. 2020.

IVENICKI, Ana; CANEN, Alberto Gabbay. **Metodologia da Pesquisa**: rompendo fronteiras curriculares. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2016.

JAGUN, Marcio de. **Yorubá** – Vocabulário Temático do Candomblé. Rio de Janeiro, Editora Litteris, 2017. p. 1240.

JESUS, Kaike Costa Oliveira de; SANTANA, Hellen Maciel; CASTELAR, Marilda. Psicologia e racismo institucional na saúde pública de Salvador-Bahia. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 142-153, 2020. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922020000200142&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 ago. 2020.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC–Fundação Getúlio Vargas, 2000.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACERDA, Roberto dos Santos. **Territorialidade, saúde e meio ambiente: conexões, saberes e práticas em comunidades quilombolas de Sergipe**. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/7928>. Acesso em: 30 ago. 2020.

LACERDA, Roberto dos Santos; MENDES, Gicélia. Territorialidades, saúde e ambiente: conexões, saberes e práticas quilombolas em Sergipe, Brasil. **Revista Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 9, n.1, p. 107-120, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/16702>. Acesso em: 28 ago. 2020.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LEITE, F. Valores civilizatórios em sociedades negro-africanas. **África**, n. 18-19, p. 103-118, 1999.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnografia**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acesso em: 13 maio 2019.

LEITE, Maria Alzira. **Olhares para o professor: representações e discursos**. Colatina/Chicago: Clock-Book, 2017.

LEITE, M. J. dos S. Quilombolas e indígenas: inter cruzamentos, identidades e conflitos no sertão de Pernambuco. **Cadernos de História**, v. 17, n. 26, p. 102-113, 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2016v17n26p102>. Acesso em: 25 ago. 2020.

LEITE, Telma Alves de Almeida Fernandes; STRONG, Maria Isabel. A influência da visão holística no processo de humanização. **Mundo saúde** (Impr.), v. 30, n. 2, p. 203-214, 2006. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-439333> Acesso em: 26 jul. 2020.

LIMA, Maria Nazaré Mota de. **Relações étnico-raciais na escola: o papel das linguagens**. Salvador: EDUNEB, 2015.

LOPES, Christiny Regina; DALMOLIN, Indiara Sartori; DURAND, Michelle Kuntz; RUMOR, Pamela Camila Fernandes; HEIDEMANN, Ivonete Teresinha Schulter Buss; KOCH, Claudia. Educação e Cultura em Saúde à luz de Paulo Freire. **Revista de Enfermagem - UFPE**, Recife, v. 12, n. 5122-8, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-33772>. Acesso em: 13 maio 2019.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva da raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado das Letras, 2002. (Coleção Letramento, Educação e Sociedade).

LOPES, Vera Neusa. Diversidade étnico-racial no currículo escolar do ensino fundamental. In: TRINDADE, Azoilda Loretto (org.). **Africanidades brasileira e educação: salto para o futuro**. Rio de Janeiro/Brasília: ACERP; TV Escola, 2013. Disponível em: <https://silo.tips/download/africanidades-brasileiras-e-educacao-base-integradora-da-tv-escola>. Acesso em: 12 ago. 2020.

MACIEL, Marjorie Ester Dias. Educação em saúde: conceitos e propósitos. **Rev. Cogitare Enferm.**, v. 14, n. 4, p. 733-736, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/16399>. Acesso em: 5 jan. 2019.

MAINARDI, Neuza; PEREIRA, Isabel Maria Teixeira Bicudo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação e saúde na modernidade e pós-modernidade: um resgate da história. **Rev. Extensão em Foco**, n. 8, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/35312>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MANFRINATE, Rosana; SATO, Michèle. A caminhada das mulheres quilombolas de Mata Cavalão delineando seu território por entre as trilhas da Educação Ambiental. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 28, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3104/1775>. Acesso em: 5 ago. 2020.

MARCONDES, M. M.; SANDIM, T. L.; DINIZ, A. P. R. Transversalidade e Intersetorialidade: mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, p. 22-33, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5289>. Acesso em: 29 ago. 2020.

MEDEIROS, Marleide Alves de Oliveira. **Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e identidade: desafios e implicações nas práticas pedagógicas**/ Marleide Alves de Oliveira Medeiros. Dissertação (Mestrado em Educação e Diversidade) – Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2018. Disponível em: <https://portal.uneb.br/mped/wp-content/uploads/sites/120/2018/12/TFCC-Marleide-Alves-de-Oliveira-Medeiros.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MEDEIROS, Marleide Alves de Oliveira; SILVA, Ana Lucia Gomes da. Escala de Valores e ateliê de pesquisa: dispositivos de construção de dados para a formação docente na pesquisa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira. *In: Encontro Brasileiro da REDESTRADO, Rede Latino-americana de Estudos sobre o Trabalho Docente*, 9, 8 a 10 de novembro de 2017. **Anais [...]**. Campinas: Rede Estrado, 2017. Disponível em:

http://anaisbr2017.redeestrado.org/files/abstracts/000/000/518/original/Artigo_para_REDESTRADO-Marleide_e_Ana_L%C3%BAcia.pdf. Acesso em: 5 jan. 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe B; HOLANDA, Fabíola. *História Oral. Como fazer: como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, Jose Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

MELO NETO, Ridivan Clairefont de Souza; TOPPINO, Marcela Augusto. Etnoturismo como meio de promoção do desenvolvimento sustentável e valorização da cultura dos povos tradicionais da Amazônia brasileira. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 72-86, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/232939828.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MERHY, Emerson Elias. **Saúde: cartografia do trabalho vivo em ato**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

MERHY, E. E.; FRANCO, T. B. Trabalho em saúde. *In: ESCOLA Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio organizador. Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: EPJV, 2006. 308 p. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2014/setembro/23/Trabalho-em-Saude-Merhy--Franco.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. Trajetória da comunidade negra rural de Tijuçu-Ba: histórias ouvidas e contadas. **Revista Identidade**, São Leopoldo, v. 15, n. 1, 2010. Disponível em: <http://est.com.br/periodicos/index.php/identidade/article/viewFile/20/34>. Acesso em: 20 maio 2019.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. Comunidades Quilombolas do Brasil: Desafios e Perspectivas. *Cordis. Revoluções, cultura e política na América Latina*, São Paulo, n. 11, p. 253-279, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/cordis/article/download/19805/14713>. Acesso em: 20 maio 2019.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. As mulheres quilombolas de Tijuçu-Ba: vivências cotidianas, trabalho e enfrentamentos. *Cordis. Mulheres na história*, São Paulo, v. 2, n. 13, p. 109-128, 2014.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva; BRASILEIRO, Danielma da Silva Bezerra. Mulheres quilombolas do sertão da Bahia: Labuta cotidiana e desafios constantes. In: FIABANI, Adelmir; GOMES, Ana Beatriz Souza; MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva (Org.). **Do pilão ao batom-história de mulheres quilombolas**. Curitiba: CRV, 2017.

MOHR, Adriana. **A natureza da educação em saúde no ensino fundamental e os professores de ciências**. 2002. Tese. (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: https://sites.usp.br/nupic/wpcontent/uploads/sites/293/2016/05/Tese_ADRIANA_MOHR.pdf. Acesso em: 22 jun. de 2019.

MONTEIRO, Maria do Carmo Sales; CRUZ, Isabel Cristina Fonseca da. Um pouco de História sobre quesito cor. **Módulo 1 do curso de saúde integral da população negra**. Universidade Aberta do SUS, 2015. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/bitstream/handle/ARES/.../apostila_unidade1.pdf?. Acesso em: 20 mar. 2019.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Organização do documento: Jeanete Bcauchamp, Sandra Denise Pagel e Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOURA, Glória. Os quilombos contemporâneos e a Educação. **Rev. Humanidades**, p. 99-116, 1999. Disponível em: uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Hidoelson%20de%20Oliveira%20Souza.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

MOURA, Glória. Terra, Cultura, História, Geografia. Quilombo: Conceito. In: BRASIL. Salto para o Futuro. Educação Quilombola. **Boletim 10**, p.15, 2007. Disponível em: www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Educacao-quilombola.pdf. Acesso em: 5 set. 2018.

MPPR. Quilombolas. **Legislação**. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Humanos, [s.d.]. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/modules/conteudo.php?conteudo=29>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 9 ago. 2020.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, p. 06-14, 2012. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/246> Acesso em: 20 fev. 2019.

MUNIZ, Tatiane Pereira. Controvérsias e desafios metodológicos e políticos da classificação racial na biomedicina. **Revista Ñanduty**, [s.l.], v. 7, n. 10, p. 28-49, 2019. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/10296>. Acesso em: 20 ago. 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016. 232 p.

NASCIMENTO, Rita de Cassia Dias; MIRANDA, Carmélia A. S; SUTO, Cleuma Sueli S; ALMEIDA, Eliana do Sacramento; BRASILEIRO, Maria Florencia Dias B.; SOUZA, Vaneza Oliveira de. **Identidade étnico-racial no Programa Saúde na Escola**: uma revisão sistemática. Belo Horizonte: Poisson, 2020. (Série Educar, v. 9). Disponível em: <https://poisson.com.br/2018/produto/serie-educar-volume-9/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

NEIRA, Marcos Garcia. Teorias pós-críticas da educação: subsídios para o debate curricular da Educação Física. **Dialogia**, São Paulo, n.14, p. 195-206, 2011. Disponível em: http://www.gpef.fe.usp.br/teses/marcos_25.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

OLIVEIRA, Barbara. Saberes Tradicionais de Saúde. In: BRASIL. Salto para o Futuro. Educação Quilombola, **Boletim 10**, jun. 2007. Disponível em: www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Educacao-quilombola.pdf. Acesso em: 8 fev. 2019.

OLIVEIRA, Barbara. Saberes Tradicionais de Saúde. In: TRINDADE, Azoilda Loretto (org.). **Africanidades brasileira e educação**: salto para o futuro. Rio de Janeiro/Brasília: ACERP; TV Escola, 2013. Disponível em: <https://silo.tips/download/africanidades-brasileiras-e-educacao-base-integradora-da-tv-escola>. Acesso em: 20 ago. 2020.

OLIVEIRA, Fernando. B; ABADIA, Maria Idelma Vieira. Território quilombola em contextos rurais e urbanos. **Elisée, Rev. Geo, UEG**, Anápolis, v. 4, n. 2, p. 257-275, 2015. Disponível em: www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/3712. Acesso: 10 jul. 2019.

OLIVEIRA, Iris Verena. Ser quilombola: práticas curriculares em educação do campo. **Revista FAEEBA**, Salvador, v. 26, n. 49, p. 139-154, 2017a. Disponível em: www.researchgate.net/publication/319362905_Ser_quilombola_praticas_curriculares_em_educacao_do_campo. Acesso em: 6 ago. 2020.

OLIVEIRA, Iris Verena. Escrivências e limites da identidade na produção de intelectuais negras. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 3, p. 633-658, 2017b. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/oliveira.pdf. Acesso em: 06 ago. 2020.

OLIVEIRA JÚNIOR, Waldemar Borges de. **A educação das relações étnico-raciais**: uma experiência formativa com professores de ciências do ensino fundamental. 2018. Tese/Dissertação (Doutorado/Mestrado em Docência em Educação em Ciências e Matemáticas) – Universidade Federal do Pará, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/12228> . Acesso em: 9 ago. 2020.

OPAS – Organização Pan-Americana; OMS – Organização Mundial de Saúde. **Saúde universal**: para todos, em todos os lugares. Dia Mundial da Saúde 2018. Paho, 2018. Disponível em: www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5620:dia-mundial-da-saude-2018-saude-universal-para-todos-em-todos-os-lugares&Itemid=1036. Acesso em: 20 jan. 2019.

PAIXÃO, G. M. L. **Memórias resistentes nos quintais quilombolas de Pilar do Sul (SP)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2018. Disponível em: <https://docplayer.com.br/88651325-Universidade-federal-de-sao-carlos-campus-sorocaba-programa-de-pos-graduacao-em-sustentabilidade-na-gestao-ambiental-gabriella-marques-leite-paixao.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PARAÍSO, Marlucy Alves; MAKNAMARA, Marlécio. Pesquisas pós-críticas em educação: Notas metodológicas para investigações com currículos de gosto duvidoso. **Revista da FAEÉBA- Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 41-53, 2013. Disponível em: www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/download/749/522. Acesso em: 17 mar. 2019.

PICHETH, Sara Fernandes; CASSANDRE, Marcio Pascoal; THIOLENT, Michel Jean Marie. Analisando a pesquisa - ação à luz dos princípios intervencionistas: um olhar comparativo. **Revi. Educação**, v. 41, n. 3, 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/24263>. Acesso em: 18 maio 2019.

PINHEIRO, José de Queiroz; MATIAS, Tadeu Mattos; ABE-LIMA, July Yukie. Painel de Especialistas e Estratégias Multimétodos: Reflexões, Exemplos, Perspectivas. **Revi. Psico.**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, p. 184-192, 2013 Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/citationstylelanguage/got/acm-sig-proceedings?submissionId=11216>. Acesso em: 10 jul. 2019.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. DA; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 53-66, 10 jul. 2012.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 10 jun. 2019.

POLIDO, Pepita Saloti. Capoeira na escola: política, ética e estética na roda. 2018. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2018. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/11449/154836>. Acesso em: 30 ago. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em:

www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf Acesso em: 20 abr. 2019.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. 204 p.

PORTELLI, Alexandro. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. Tradução de Lila Cristina Xavier Luz. **Revista Trilhas da História**, v. 7, n. 13, p. 182-195, 2017. Disponível em:

www.trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/download/5306/4019. Acesso em: 20 abr. 2019.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

PRATES, L. A.; OLIVEIRA, G.; WILHELM, L. A.; CREMONESE, L.; DEMORI, C. C.; RESSEL, L. B. Vem passando de geração para geração: as práticas de cuidados de mulheres quilombolas. **Rev. Enferm**, UFSM, v. e40, p. 1-40, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/33450/html>. Acesso: 5 ago. 2020.

REGIS, Keith Emanuelle Matias. **Cuidado e saúde no Terreiro Bandalecongo: orientando uma proposta de educação afrocentrada para a saúde no município de Juazeiro-BA**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Diversidade) –

Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, BA, 2018. Disponível:

<https://portal.uneb.br/mped/wp-content/uploads/sites/120/2018/12/TFCC-Keith-2018.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

REIS, João José. **A revolta dos Malês em 1835**. Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/2015/05/arevolta-dos-males.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. 509p.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antiracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, P. M. R. C. **Práticas de cura popular uso de plantas medicinais e fitoterapia no ponto de cultura “Os Tesouros Da Terra” e na rede Fitovida Na Região Serrana – Lumiar/Rio De Janeiro (1970-2010)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2014. Disponível em: www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao_palmira_ribeiro.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

SALCI, Maria Aparecida *et al.* Educação em saúde e suas perspectivas teóricas: algumas reflexões. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 224-230, 2013. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072013000100027&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 mar. 2019.

SALVIATI, Maria Elisabeth. Manual do aplicativo Iramuteq: compilação, organização e notas. **Iramuteq.org**. Planaltina, DF, 31 mar. 2017. Disponível em: www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-mariaelizabeth-salviati. Acesso em: 2 ago. 2020.

SAMPAIO, Jailson Jardelino. **Vivências quilombolas: Memórias sobre a comunidade rural de Mocambo dos Negros, Miguel Calmon-Bahia**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2011.

SANTANA, Rebecca Alethéia Ribeiro *et al.* A equidade racial e a educação das relações étnico-raciais nos cursos de Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [on-line], v. 23, 2019, e170039. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.170039>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SANTOS, Carmen Daniele Pereira dos. Identidade étnico racial: compreendendo o papel da escola no processo de afirmação da pessoa negra. *In*: NUNES, Mirian Abreu Alencar; PEREIRA, Robson Raimundo Silva (org.). **Pesquisa e formação: mediando a produção de saberes no curso de Pedagogia**. São Paulo: Garcia Edizone, 2017.

SANTOS, Joel Rufino dos. **A questão do negro na sala de aula**. 2. ed. São Paulo. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2016.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Lucia de Fátima da Silva. **As ações do Programa Saúde na Escola na perspectiva dos profissionais da saúde e educação**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1011/As%20a%C3%A7%C3%B5es%20do%20Programa%20Sa%C3%BAde%20na%20Escola%20na%20perspectiva%20dos%20profissionais%20da%20sa%C3%BAde%20e%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma globalização do pensamento único à consciência universal**. 22. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. Record, 2000.

SANTOS, Nadia Faria dos Santos. **Entre saberes e fazeres docentes: o ensino das relações étnico-raciais no cotidiano escolar**. Curitiba: Appris, 2018.

SANTOS, Renata Carvalho dos; SILVA, Maria Sebastiana. Condições de vida e itinerários terapêuticos de quilombolas de Goiás. **Saúde e Sociedade** [on-line], v. 23, n. 3, p. 1049-1063, 2014. Disponível em: <https://scielosp.org/article/sausoc/2014.v23n3/1049-1063/#>. Acesso em: 05 ago. 2020.

SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília, DF, fevereiro de 2007. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.pdf. Acesso em: 18 maio 2019.

SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas** - Programa Brasil Quilombola. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para comunidades tradicionais, 2013. Disponível em: www.mdh.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq. Acesso em: 18 maio 2019.

SEVALHO, Gil. O conceito de vulnerabilidade e a educação em saúde fundamentada em Paulo Freire. **Rev. Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, n. 64, p. 177-188, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832017005007103&script=sci_abstract&tlng=pt..

SILVA, Ana Lúcia Gomes da; MEDEIROS, Marleide Alves de Oliveira. Ateliê de pesquisa na construção colaborativa do conhecimento. *In*: ARAÚJO, Raimundo Dutra de; ARAÚJO, Francisco Antonio Machado (org.). **Processos** Acesso em: 27 abr. 2019 **metodológicos na pesquisa em educação: dispositivos de produção e análise de dados em movimento**. Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2020. E-book. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/520718>. Acesso em: 27 abr. 2019.

SILVA, Ana Lúcia Gomes da; SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de. Mestrado Profissional: cenários e singularidades em intervenções na educação. **Plurais-Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 59-71, 2016.

SILVA, Ana Lúcia Gomes da; SILVA, Jeronimo Jorge Cavalcante; SOUZA, Pascoal Eron Santos de. Ateliês de pesquisa: tessituras de métodos e dispositivos de pesquisa engajada em educação. Colóquio Internacional de Pesquisa Aplicada em Educação, 1, 2018. **Anais [...]**, Campinas: Galoá, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/coinpae-2017/papers/atelies-de-pesquisa%3A-tessituras-de-metodos-e-dispositivos-de-pesquisa-engajada-em-educacao>. Acesso em: 12 set. 2020.

SILVA, Carla Holanda da; OLIVEIRA, Andressa Rodrigues Sensato de. A atuação das mulheres quilombolas na manutenção da identidade territorial: um olhar a partir das comunidades de Água Morna e Guajuvira em Curiúva-PR. *In*: FIABANI, Ademir; GOMES, Ana Beatriz Souza; MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva (org.). **Do pilão ao batom**: histórias de mulheres quilombolas. Curitiba: CRV, 2017.

SILVA, Carlos dos Santos. O que a escola pode fazer para promover a saúde de crianças, adolescentes e jovens? *In*: BRASIL. Saúde e Educação. Salto para o Futuro. Ministério da Educação; Secretaria de Educação à Distância. **Boletim 12**, a. 18, agosto de 2008. Disponível em: www.cedaps.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Boletim-Saude-e-Educacao.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.

SILVA, Dalva Almeida. **Itapura** – entrelace do passado e presente. Itaberaba, BA: Ed. Gráfica Joade, 2002.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Revista Educação**, v. 3, n. 63, p. 489-506, 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewArticle/2745>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos da identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 156 p.

SILVERA, Iacy Pissolato; ARAUJO, Ilma Reis de. Saberes e Fazeres de terapêuticas não médicas em comunidades quilombolas – uma pequena revisão da produção bibliográfica. Encontro Internacional de Cultura, Linguagens e Tecnologias do Reconcavo, ENICECULT, 1, 22 a 24 de março de 2017. **Anais [...]**, Santo Amaro-BA, 2017. Disponível em: <http://enicecultufrb.org/ocs/index.php/enicecult/lenicecult/paper/download/33/109>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SIQUEIRA, M. L. O terreiro, a quadra e a roda: formas alternativas de educação da criança negra em Salvador. *In*: BOAVENTURA, Edivaldo M.; SILVA, Ana Célia da (org.) **A força que anima**. Salvador, BA: s.e, 2004.

SLAUGHTER-ACEY, J. C.; SNEED, D.; PARKER, L.; KEITH, V. M.; LEE, N. L.; MISRA, D. P. Skin Tone Matters: Racial Microaggressions and Delayed Prenatal Care. **Am J Prev Med.**, v. 57, n. 3, p. 321-329, 2019. doi:10.1016/j.amepre.2019.04.014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31353164/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SMOLEN, Jenny Rose; ARAUJO, Edna Maria de. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciência, saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 4021-4030, 2017. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021204021&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 jul. 2020.

SOUZA, Helaine Pereira de. **Coletivo cultarte**: limites e possibilidades para autonomia e empoderamento de mulheres no antigo quilombo do Cabula. 2018. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26548>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SOUZA, Leomir Santana de. Quilombolas em rede: os efeitos da internet entre jovens da comunidade quilombola de São Francisco do Paraguaçu – Cachoeira/Bahia. 2017. Dissertação (Mestrado) – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017. Disponível em: www1.ufrb.edu.br/pgcienciassociais/dissertacoes-de-mestrado/category/21-2017. Acesso em: 28 ago. 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

STELZER, Joana; GONÇALVES, Everton das Neves. Igualdade racial e movimento negro: direito e política em perspectiva histórica. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v. 11, n. 1, 2016. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica. Acesso em: 15 ago. 2020.

TAVARES, Jeane Saskya Campos. As repercussões do racismo na saúde mental. **Correio da Bahia**, 2018. Disponível em: www.correio24horas.com.br/noticia/nid/as-repercussoes-do-racismo-na-saude-mental. Acesso em: 25 ago. 2020.

TAVARES, Jeane Saskya Campos. Saúde mental da população negra. **YouTube**, 75 min., 2019. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=2Mzwk42gOz0&t=46s. Acesso em: 25 ago. 2020.

TEIXEIRA, Maria Lina Leão. Bori - prática terapêutica e profilática. *In*: MANDARINO, Ana Cristina de Souza; GOMBERG, Estélio (org.). **Leituras afro-brasileiras**: territórios, religiosidades e saúde. Salvador, BA: EDUFBA, 2012.

TEIXEIRA FILHO, Roberto Santos. **A educação sexual nos livros didáticos de biologia**: uma abordagem no campo do currículo. Dissertação (Mestrado em Educação e Diversidade) – Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, BA, 2016. Disponível em: https://portal.uneb.br/mped/wp-content/uploads/sites/120/2020/02/TFCC_Roberto-Teixeira.pdf Acesso em: 20 ago. 2020.

TESKE, W.; ERTZOGUE, M. H. Identidade cultural e inclusão tecnológica em uma perspectiva comunicacional da comunidade quilombola Lagoa da Pedra, Arraias-TO. **Revista Observatório**, v. 3, n. 2, p. 524-547, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3222>. Acesso em: 29 ago. 2020.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2009.

THIOLLENT, Michel; COLETTE, Maria Madalena. Pesquisa-ação, formação de professores e diversidade. **Rev. Acta Scientiarum, Human and Social Sciences**. Maringá, v. 36, n. 2, p. 207-216, 2014.

VASCONCELOS, Eymard Mourão; VASCONCELOS, Marcos Oliveira Dias; SILVA, Marisia Oliveira da Silva. A contribuição da educação popular para a reorientação das práticas e da Política de Saúde no Brasil. **Revista da FAEBA- Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 24, n. 43, p. 89-106, 2015. Disponível em: www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/1311. Acesso em: 26 jul. 2020.

VIDAL, Rogério Lima. Linguagem e saberes tradicionais africanos nas práticas de cura dos benzedeiros na Comunidade Quilombola do Mucambo. Seminário Internacional Acolhendo as Línguas Africanas-SIALA, 29 a 31 de agosto de 2012. **Anais [...]**, Salvador, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/12489303-Linguagem-e-saberes-tradicionais-africanos-nas-praticas-de-cura-dos-benzeiros-na-comunidade-quilombola-do-mucambo.html>. Acesso em: 19 ago. 2020.

VILARONGA, Dalva; CARVALHO, Geferson. **Retrato de Miguel Calmon: análise geral do Município**. Jacobina, BA: Moreira Gráfica e Editora, 2007.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revi. Temáticas**, Campinas, n. 22, p. 203-220, 2014. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144/0. Acesso em: 21 ago. 2020.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. **Cafundó a África no Brasil: linguagem e sociedade**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2013. 414 p.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01042902016000300535&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 mar. 2019.

WOORTMANN, Ellen F. A comida como linguagem. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 5-17, 2013. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/files/journals/5/articles/2844/submission/copyedit/2844-8461-1-CE.pdf> Acesso em: 21 ago. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, WHO. **Officials Records of the World Health Organization**. New York: WHO, 2001.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre, RS: Penso, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MUCAMBO DOS NEGROS: IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - MIGUEL CALMON-BA

IDENTIFICAÇÃO- COLABORADOR Nº _____

NOME:		
IDADE:	SEXO:	NATURALIDADE:
ESCOLARIDADE:	ESTADO CIVIL:	
RELIGIÃO:	PROFISSÃO:	
OCUPAÇÃO:	RAÇA/ETNIA(AUTODECLARADO):	
HORÁRIO DE INÍCIO:	HORÁRIO TÉRMINO:	

QUESTÕES PARA ENTREVISTA

1. Você conhece a História da comunidade de Mucambo?
2. Quando alguém adoecer ou tem algum problema de saúde, quais práticas de cuidado são realizadas?
3. Quais as práticas de cuidado você realiza nos dias atuais e que são práticas do tempo de seus pais e avós? Com quem aprendeu e como foram ensinadas essas práticas de cuidado com a saúde?
4. Você acredita que essas práticas têm relação com a cultura africana?
5. Você tem na família pessoas que utilizavam ou utilizam de plantas, chás, reza e de serviços das benzedeiras para melhorar a saúde?
6. Você acredita que tais práticas trazem benefícios para a saúde da comunidade?
7. Essas práticas têm alguma relação com alguma religião?
8. Hoje, como é a procura por esses saberes na comunidade?
9. Como pode ter uma integração desses saberes com as outras medicinas?

10. Como são repassados esses ensinamentos para alguém?

11. Como os jovens vêm essas práticas?

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO QUE ATUAM NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MUCAMBO DOS NEGROS: IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - MIGUEL CALMON-BA

IDENTIFICAÇÃO- COLABORADOR Nº _____

SETOR: EDUCAÇÃO () _____

NOME:		
IDADE:	SEXO:	
FORMAÇÃO:	TITULAÇÃO:	TEMPO DE ATUAÇÃO
TEMPO DE FORMAÇÃO:	NA ESCOLA:	
TEMPO DE ATUAÇÃO NO PSE:		
VINCULAÇÃO PROFISSIONAL:	DISCIPLINA QUE LECIONA:	
ÁREA DE ATUAÇÃO(GESTÃO/DOCÊNCIA):		
ENDEREÇO DE RESIDÊNCIA:		
HORÁRIO DE INÍCIO:	HORÁRIO DE TÉRMINO:	

ROTEIRO DE PESQUISA

1. O que você sabe sobre a história de Mucambo dos Negros?
2. Como a Escola atua nos trabalhos e práticas voltadas a atender às especificidades de uma comunidade quilombola?
3. Quais formações a equipe escolar participou para tais ações? Você já participou de algum curso de atualização/formação voltado para o ensino na perspectiva da Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana? Se sim, qual a influência para sua prática pedagógica? Você acha importante uma formação neste tema?
4. Quais materiais didático-pedagógicos a escola oferece para suporte/trabalho para a abordagem de relações étnico-raciais em sala de aula?
5. Vocês percebem relatos de práticas de saúde executadas pela comunidade que diferem da medicina convencional baseada em saberes populares? Quais? Você percebe alguma influência de ancestralidade nestas práticas?
6. Como o Programa Saúde na Escola executa suas ações?

7. As responsabilidades da execução do PSE são direcionadas prioritariamente para alguma área específica (Saúde ou Educação) ou há uma corresponsabilidade nas ações?

8. Como estas ações do PSE são planejadas entre escola e equipe de Saúde?

9. Como são desenvolvidas as práticas do PSE na perspectiva étnico-racial? Como você avalia as práticas do PSE diante da especificidade da localidade?

10. Quais os aspectos facilitam e dificultam a realização das práticas do PSE no contexto étnico-racial da comunidade?

11. Como você em sua disciplina coloca em prática as Leis 10.639/03 e 11.645/08 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?

12. Como é a organização do Plano Municipal de Educação e do Projeto Político Pedagógico na realidade singular e específica desta comunidade com vistas às relações étnico-raciais?

13. Como o Projeto Político Pedagógico da Escola orienta o trabalho sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais?

14. Quais as manifestações de interesse ou resistência por parte dos profissionais em desenvolver trabalhos dentro destas temáticas?

15. Quais as manifestações de interesse ou resistência por parte da população em desenvolver trabalhos dentro destas temáticas?

16. Quais sugestões e temas você considera necessários para evidenciar as relações Étnico-Raciais e suas interfaces nesta comunidade?

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DE SAÚDE QUE ATUAM NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MUCAMBO DOS NEGROS: IDENTIDADE
ÉTNICO-RACIAL NO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - MIGUEL CALMON-BA

IDENTIFICAÇÃO - COLABORADOR Nº _____
SETOR: SAÚDE () _____

NOME:

IDADE:			SEXO:		
FORMAÇÃO:		TITULAÇÃO:		TEMPO DE ATUAÇÃO	
TEMPO DE FORMAÇÃO:		NO PSF:			
TEMPO DE ATUAÇÃO NO PSE:					
VÍNCULAÇÃO PROFISSIONAL:					
ENDEREÇO DE RESIDÊNCIA:					
HORÁRIO INÍCIO:			HORÁRIO TÉRMINO:		

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. O que você sabe sobre a história de Mucambo dos Negros?
2. Como o PSF atua nos trabalhos e práticas voltadas a atender às especificidades de uma comunidade quilombola?
3. Quais formações a equipe do PSF participou para tais ações? Você já participou de algum curso de atualização/formação voltado para a Política de Saúde Integral da População Negra? Se sim, qual a influência para a sua prática? Você acha importante uma formação nesta temática?
4. Quais materiais a Unidade/Secretaria oferece para suporte ao trabalho para a abordagem de relações étnico-raciais no cotidiano do serviço?
5. Vocês presenciaram ou tem conhecimento de práticas de saúde exercidas pela comunidade que diferem da medicina convencional baseada em saberes populares? Quais? Você percebe alguma influência de ancestralidade nessas práticas?
6. Como o Programa Saúde na Escola executa suas ações?

7. As responsabilidades da execução do PSE são direcionadas prioritariamente para alguma área específica (Saúde ou Educação) ou há uma corresponsabilidade nas ações?
8. Como estas ações do PSE são planejadas entre escola e equipe de Saúde?
9. Como são desenvolvidas as práticas do PSE na perspectiva étnico-racial? Como você avalia as práticas do PSE diante da especificidade da localidade?
10. Quais os aspectos facilitam e dificultam a realização das práticas do PSE no contexto étnico-racial da comunidade?
11. Como você em seu cotidiano coloca em prática a Política Nacional Integral de Saúde da População Negra?
12. Como é a organização do Plano Municipal de Saúde no sentido de contemplar às singularidades e especificidades desta comunidade com vistas às relações étnico-raciais?
13. Quais as manifestações de interesse ou resistência por parte dos profissionais em desenvolver trabalhos dentro dessas temáticas?
14. Quais as manifestações de interesse ou resistência por parte da população em desenvolver trabalhos dentro dessas temáticas?
15. Quais sugestões e temas você considera necessário para evidenciar as relações Étnico-Raciais e suas interfaces nesta comunidade?

APÊNDICE D – ROTEIROS ESPECÍFICOS DOS ATELIÊS

1º ATELIÊ DE PESQUISA

1- Estrutura básica do trabalho:

- etapa de apresentação: contato entre a pesquisadora e colaboradores com a apresentação de todos e da expectativa do trabalho;
- etapa de desenvolvimento: introdução, exploração e socialização das reflexões do tema;
- fase de encerramento: culminância das discussões e construção colaborativa do plano de ação.

2- Objetivo Geral:

- promover uma discussão sobre saberes populares de saúde e cultura local da Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros;

3- Objetivo Específico:

- identificar a relevância dos saberes populares nas práticas de cura;
- discutir valores civilizatórios de matriz afro-brasileira nas práticas de cura;
- remeter práticas identificadas na dinâmica proposta com as vivências do cotidiano da comunidade;

4- Operacionalização e momentos do Ateliê:

- acolher os participantes e dar boas-vindas;
- preparar o grupo para apresentação dos participantes;
- apresentar a pesquisa e sua justificativa;
- diálogo sobre o conceito de quilombo;
- aplicar dinâmica de escuta, acompanhamento e reflexão de música: Pra fazer Chá³⁴;
- promover discussão com pergunta norteadora;
- socialização das discussões;
- apresentação e preenchimento da escala de valores.

5- Recursos Materiais e Humanos

- bolsas, cadernos, crachás e canetas para os participantes;
- textos, folders e cartilhas para conhecimento e discussão;

³⁴ Pra Fazer Chá – Matingueiros. Composição: Wagner Miranda. Disponível em: www.letras.mus.br/matingueiros/798997.

- datashow;
- caixa de som;
- notebook;
- material para registro: gravador, filmadora com máquina fotográfica;
- vídeos disparadores;
- material de apoio: barbantes, papel metro, canetas, pincéis atômicos, folha A4, grampeador, cola quente, bastão de cola, copo descartável, prato, guardanapo;
- lanche e água para os participantes.

6- Avaliação:

A avaliação dos Ateliês será processual mediante a análise das discussões e de aspectos que emergiram na coletividade.

7- Certificação:

Será emitida em parceria com a Universidade do Estado da Bahia (Campus IV) e o MPED.

2º ATELIÊ DE PESQUISA

1- Estrutura básica do trabalho:

- etapa de apresentação: contato entre a pesquisadora e colaboradores com a apresentação de todos e da expectativa do trabalho;
- etapa de desenvolvimento: introdução, exploração e socialização das reflexões do tema;
- fase de encerramento: culminância das discussões e construção colaborativa do plano de ação.

2- Objetivo Geral:

- discutir sobre a Saúde da População Negra e seus determinantes;

3- Objetivo Específico:

- reconhecer a existência do Racismo Estrutural;
- analisar posters com dados sobre a conjuntura da Saúde da População Negra e seus determinantes;
- estabelecer relação com a realidade local da população de Mucambo dos Negros.

4- Operacionalização e momentos do Ateliê:

- acolher os participantes e dar boas-vindas;
- apresentar e discutir aspectos que emergiram no 1º Ateliê;
- apresentação de vídeo disparador sobre Racismo Institucional;
- aplicar dinâmica de análise de posters que retratam dados sobre a Saúde da População Negra;
- promover discussão com perguntas norteadoras;
- socialização das discussões.

5- Recursos Materiais e Humanos

- bolsas, cadernos, crachás e canetas para os participantes;
- textos, folders e cartilhas para conhecimento e discussão;
- datashow;
- caixa de som;
- notebook;
- material para registro: gravador, filmadora com máquina fotográfica;
- vídeos disparadores;
- material de apoio: barbantes, papel metro, canetas, pincéis atômicos, folha A4, grampeador, cola quente, bastão de cola, copo descartável, prato, guardanapo;
- lanche e água para os participantes.

6- Avaliação:

A avaliação dos Ateliês será processual mediante a análise das discussões e de aspectos que emergiram na coletividade.

3º ATELIÊ DE PESQUISA

1- Estrutura básica do trabalho:

- etapa de apresentação: contato entre a pesquisadora e colaboradores com a apresentação de todos e da expectativa do trabalho;
- etapa de desenvolvimento: introdução, exploração e socialização das reflexões do tema;
- fase de encerramento: culminância das discussões e construção colaborativa do plano de ação.

2- Objetivo Geral:

- conhecer as contribuições das manifestações afro-brasileiras na Promoção da Saúde.

3- Objetivo Específico:

- compreender a complexidade do conceito de Saúde;
- conhecer estratégias de valorização da cultura frente a Promoção de Saúde;
- desenvolver plano de ação com propostas para a aplicabilidade prática da cultura na saúde na perspectiva étnico-racial.

4- Operacionalização e momentos do Ateliê:

- acolher os participantes e dar boas-vindas;
- apresentar e discutir aspectos que emergiram no 2º Ateliê e resultado das entrevistas com a comunidade sobre os saberes populares;
- apresentação de vídeo disparador “Ciência e Saúde: pontuando as possíveis ações para aplicabilidade prática”;
- promover discussão com perguntas norteadoras;
- socialização das discussões.

5- Recursos Materiais e Humanos

- bolsas, cadernos, crachás e canetas para os participantes;
- textos, folders e cartilhas para conhecimento e discussão;
- datashow;
- caixa de som;
- notebook;
- material para registro: gravador, filmadora com máquina fotográfica;
- vídeos disparadores;
- material de apoio: barbantes, papel metro, canetas, pincéis atômicos, folha A4, grampeador, cola quente, bastão de cola, copo descartável, prato, guardanapo;
- lanche e água para os participantes.

6- Avaliação:

**APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-
COMUNIDADE**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS CAMPUS IV – JACOBINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE – PPED
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE - MPED**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - COMUNIDADE

Esta pesquisa seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e Lei nº 13.123/2015 que regulamenta o acesso ao conhecimento tradicional.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do/a Participante: _____
Documento de Identidade nº: _____ Sexo: F () M ()
Data de Nascimento: / /
Endereço: _____
Complemento: _____ Bairro: _____ Cidade: _____
CEP: _____
Telefone: () /()__ __ .

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros: Identidade Étnico-Racial no Programa Saúde na Escola - Miguel Calmon-BA.

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Rita de Cassia Dias Nascimento (mestranda); Carmélia Aparecida Silva Miranda (Orientadora).
Cargo/Função: Pesquisadora.

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: “Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros: Identidade étnico-racial no Programa Saúde na Escola-Miguel Calmon - BA” de responsabilidade da pesquisadora Rita de Cassia Dias Nascimento, sob a orientação de Carmélia Aparecida Silva Miranda, docente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo “Conhecer como os saberes populares de saúde da Comunidade Quilombola

de Mucambo dos Negros, município de Miguel Calmon, podem contribuir para as práticas do Programa Saúde na Escola(PSE) na perspectiva étnico-racial”.

A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios relacionados a terem seus resultados divulgados em meio acadêmico e científico, através de publicação em meios científicos (revista, livro, etc.) e/ou apresentação em evento, mantendo sempre seu sigilo e anonimato; possibilitará, ainda, a formação e capacitação dos profissionais de saúde e educação envolvidos, o que repercute na possível melhoria da assistência prestada. Também pode trazer contribuições para o ser humano e comunidade na qual está inserido, proporcionando a reflexão e possibilidade de aquisição de conhecimentos e troca de saberes sobre as questões étnico-raciais no Programa Saúde na Escola contribuindo para os estudos em educação e saúde, por meio de construção coletiva de dados.

Importante destacar que esta pesquisa não objetiva a comercialização nem a pretensão de ganho financeiro de nenhum produto advindo do patrimônio genético desta comunidade e ratifico que todo material construído nesta pesquisa será disponibilizado e fornecido os créditos à comunidade de Mucambo dos Negros, garantindo assim que não haverá prejuízo dos direitos de propriedade material e imaterial que incidam sobre o patrimônio genético ou sobre o conhecimento tradicional associado acessado ou sobre o local de sua ocorrência.

Caso aceite, o(a) senhor(a) participará da construção dos dados da pesquisa por meio de entrevista semiestruturada e dos Ateliês de pesquisa. As entrevistas e os Ateliês de Pesquisa serão gravados em som e vídeo e transcritos cuidadosamente, buscando sempre a preservação da identidade dos colaboradores. Asseguraremos que as informações obtidas serão para uso exclusivo do estudo e ficarão arquivadas por um período de 5 anos.

Devido ao levantamento de informações, o/a senhor(a) poderá enfrentar possíveis riscos – de nível mínimo – a exemplo de sentir-se constrangido/a ou desinteressado/a em falar de questões relacionadas ao tema em razão dos tabus que os envolvem, que possam gerar algum desconforto ou conflito com as suas opiniões, ideologias, crenças e credos; possibilidades de rememorar episódios desagradáveis; sentir cansaço no momento da participação como colaboradores de pesquisa, ou ainda alguma situação emergente durante a realização dos Ateliês de Pesquisa. Reafirmamos que os riscos do levantamento de dados são considerados mínimos, haja vista que manteremos sigilo das falas emergentes dos debates ocorridos nas entrevistas e nos Ateliês de Pesquisa, para o cuidado e zelo dos participantes, de modo que a dimensão psíquica, moral, intelectual, social, cultural do docente não deverá sofrer danos. Contudo, na ocorrência de algum dano proveniente deste estudo, será providenciada a devida reparação pelos responsáveis pela pesquisa com assistência integral a eventuais danos materiais e imateriais, conforme o caso.

Para minimizar tais riscos, as entrevistas serão previamente agendadas, mediante convite, e se buscará proporcionar um ambiente acolhedor e que garanta a privacidade do entrevistado, evitando interrupções. Quanto ao Ateliê de pesquisa, este é espaço de reflexão e formação colaborativa para auxiliar o coletivo nas práticas

profissionais desenvolvidas no território escolar no que diz respeito às questões que se ligam ao tema. A pesquisadora organizará o planejamento dos Ateliês, a partir dos objetivos propostos na pesquisa e descrição metodológica de cada fase interventiva-formativa-colaborativa. Cada Ateliê terá duração de 1h30 e será estruturado a partir do que for demandado processualmente entre o grupo.

Será realizado como resultado/produto final colaborativo, os Ateliês de Pesquisa que se constituem espaços formativos com grupos de discussões sobre a temática e das reflexões promovidas no processo de pesquisa, que se constituirá como um legado para a comunidade e para o campo dos setores de educação e saúde, auxiliando nas práticas profissionais do PSE, na perspectiva étnico-racial, para a busca da promoção cidadania e direitos humanos. Se, por ventura, aceitar ser coautor/a na construção do produto final da pesquisa, poderá ter seu nome citado no final do resultado/produto final, ou utilizaremos nomes fictícios preservando (assim) a sua identificação. Ressaltamos, contudo, que o texto final da pesquisa é de responsabilidade da pesquisadora.

Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o senhor(a) não será identificado. Caso queira, o (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar, serão esclarecidas pela pesquisadora e, caso queira, poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que, de acordo com as leis brasileiras, o(a) senhor (a) tem direito à indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Como garantia, terá acesso a, a qualquer tempo, informações adicionais, além das esclarecidas neste TCLE, sobre procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, inclusive para esclarecer eventuais dúvidas (fornecer endereço e telefone para contato do(s) pesquisador(es) e do Comitê de Ética). Podendo, ainda, retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuidade da assistência, proteção da confidencialidade, sigilo e privacidade.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Rita de Cassia Dias Nascimento.
Endereço: Rua Guarani, 222. Centro. Miguel Calmon- BA. CEP 44.720-000
Telefone: (74) 99991-0369 E-mail: nascimentoritadias@gmail.com

ORIENTADORA RESPONSÁVEL: Carmélia Aparecida Silva Miranda.

Endereço: Avenida Salvador, 234. Centro. Senhor do Bonfim-BA.
CEP 48.970-000. Telefone: (71) 99282-9683. E-mail: carmelia15@hotmail.com

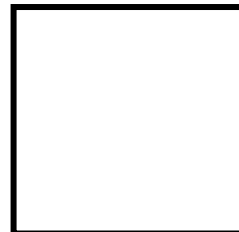
Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Rua Silveira Martins, 2555, Prédio da Reitoria, 1º andar-Cabula, Salvador - BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2399 e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF.

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Após ter sido devidamente esclarecido pela pesquisadora sobre os objetivos e benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros: Identidade étnico-racial no Programa Saúde na Escola-Miguel Calmon- BA” e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade; como voluntário consinto que os resultados e imagens/som obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via a mim.

Miguel Calmon-BA, ____ de _____ de _____.



Assinatura do participante da pesquisa

Rita de Cassia Dias Nascimento

Rita de Cassia Dias Nascimento
(orientanda)

Carmélia Aparecida Silva Miranda

Carmélia Aparecida Silva Miranda
(orientadora)

**APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-
PROFISSIONAIS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS CAMPUS IV – JACOBINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE – PPED
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE - MPED**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
PROFISSIONAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO**

Esta pesquisa seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº466/12 E 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde E LEI Nº13.123/2015.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome _____ do/a _____ Participante: _____

Documento de Identidade nº: _____ Sexo: F () M ()

Data de Nascimento: / /

Endereço: _____

Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____

Telefone: () /() _____.

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros: Identidade Étnico-Racial no Programa Saúde na Escola - Miguel Calmon-BA.

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Rita de Cassia Dias Nascimento (mestranda); Carmélia Aparecida Silva Miranda (Orientadora).
Cargo/Função: Pesquisadora.

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa:
“Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros: Identidade étnico-racial no

Programa Saúde na Escola-Miguel Calmon-BA” de responsabilidade da pesquisadora Rita de Cassia Dias Nascimento, sob a orientação de Carmélia Aparecida Silva Miranda, docente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo “Conhecer como os saberes populares de saúde da Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros, município de Miguel Calmon, podem contribuir para as práticas do Programa Saúde na Escola(PSE) na perspectiva étnico-racial”.

A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios relacionados a terem seus resultados divulgados em meio acadêmico e científico, através de publicação em meios científicos (revista, livro, etc.) e/ou apresentação em evento, mantendo sempre seu sigilo e anonimato, possibilitará ainda, a formação e autoformação dos profissionais envolvidos, o que repercute na possível melhoria da assistência prestada, evidencia-se também contribuições para o ser humano e comunidade na qual está inserido, proporcionando a reflexão e viabilidade de aquisição de conhecimentos sobre as questões étnico-raciais no Programa Saúde na Escola, contribuindo para os estudos em educação e saúde, por meio de construção coletiva de dados.

Importante destacar que esta pesquisa não objetiva a comercialização, nem a pretensão de ganho financeiro de nenhum produto advindo do patrimônio genético desta comunidade e ratifico que todo material construído nesta pesquisa será disponibilizado e fornecido os créditos à comunidade de Mucambo dos Negros, garantindo (assim) que não haverá prejuízo dos direitos de propriedade material e imaterial que incidam sobre o patrimônio genético ou sobre o conhecimento tradicional associado acessado ou sobre o local de sua ocorrência.

Caso aceite, o(a) senhor(a) participará da construção dos dados da pesquisa por meio de instrumentos como entrevista semiestruturada, Ateliês de pesquisa e registros em diário de campo. As entrevistas e os Ateliês de Pesquisa serão gravados em som e vídeo e transcritos cuidadosamente, buscando sempre a preservação da identidade dos colaboradores. Asseguraremos que as informações obtidas serão para uso exclusivo do estudo e ficarão arquivadas por um período de 5 anos.

Devido ao levantamento de informações, o/a senhor(a) poderá enfrentar possíveis riscos – de nível mínimo – a exemplo de sentir-se constrangido/a ou desinteressado/a em falar de questões relacionadas ao tema em razão dos tabus que os envolvem, que possam gerar algum desconforto ou conflito com as suas opiniões, ideologias, crenças e credos; possibilidades de rememorar episódios desagradáveis; sentir cansaço no momento da participação como colaboradores de pesquisa, ou ainda alguma situação emergente durante a realização dos Ateliês de Pesquisa. Reafirmamos que os riscos do levantamento de dados são considerados mínimos, haja vista que manteremos sigilo das falas emergentes dos debates ocorridos nas entrevistas e nos Ateliês de Pesquisa, para o cuidado e zelo dos participantes, de modo que a dimensão psíquica, moral, intelectual, social, cultural do docente não deverá sofrer danos. Contudo, na ocorrência de algum dano proveniente deste estudo, será providenciada a devida reparação pelos responsáveis pela pesquisa com assistência integral a eventuais danos materiais e imateriais, conforme o caso.

Para minimizar tais riscos, as entrevistas serão previamente agendadas, mediante convite e se buscará proporcionar um ambiente acolhedor e que garanta a privacidade do entrevistado, evitando interrupções. Quanto ao Ateliê de pesquisa, este é espaço de reflexão e formação colaborativa para auxiliar o coletivo nas práticas profissionais desenvolvidas no território escolar no que diz respeito às questões que se ligam ao tema. A pesquisadora agenciará o planejamento dos Ateliês, a partir de plano de trabalho estruturado com objetivos e descrição metodológica de cada fase interventiva-formativa-colaborativa. Cada Ateliê terá duração de 1: 30 h e será estruturado a partir do que for demandado processualmente, na coletividade. Tais atividades serão realizadas aproveitando os horários destinados ao planejamento coletivo da escola e da unidade de saúde definidos em comum acordo com a gestão, profissionais e pesquisadora, de modo que não interfiram em seu descanso, evitando sobrecarga de trabalho. No primeiro ateliê realizado o/a senhor(a) receberá um caderno que será o diário de bordo onde fará anotações acerca das práticas pedagógicas e do tema de estudo. Os aspectos levantados/registrados em diário de campo serão debatidos no coletivo, de modo a potencializar o trabalho que já vem sendo feito por cada profissional como um todo.

Será realizado como resultado/produto final colaborativo, os Ateliês de Pesquisa que se constituem dispositivos de intervenção e produto, sendo espaços formativos com grupos de discussões acerca da temática e das reflexões promovidas no processo de pesquisa, que se constituirá como um legado para o lócus da pesquisa e para o campo intersetorial como um todo, auxiliando nas práticas profissionais do PSE, na perspectiva étnico-racial, para a busca da promoção da cidadania e direitos humanos. Se, porventura, aceitar ser coautor/a na construção do produto final da pesquisa, poderá ter seu nome citado no final do resultado/produto final, ou utilizaremos nomes fictícios preservando (assim) a sua identificação. Ressaltamos, contudo, que o texto final da pesquisa é de responsabilidade da pesquisadora.

Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o senhor(a) não será identificado. Caso queira, o (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar, serão esclarecidas pela pesquisadora e, caso queira, poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que, de acordo com as leis brasileiras, o(a) senhor (a) tem direito à indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Como garantia, terá acesso a, a qualquer tempo, informações adicionais, além das esclarecidas neste TCLE, sobre procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, inclusive para dirimir eventuais dúvidas (fornecer endereço e telefone para contatos do(s) pesquisador(es) e do Comitê de Ética). Podendo, ainda, retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem

que isto traga prejuízo à continuidade da assistência, salvaguarda da confidencialidade, sigilo e privacidade.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Rita de Cassia Dias Nascimento.
Endereço: Rua Guarani, 222. Centro. Miguel Calmon- BA. CEP 44.720-000
Telefone: (74) 99991-0369 E-mail: nascimentoritadias@gmail.com

ORIENTADORA RESPONSÁVEL: Carmélia Aparecida Silva Miranda.
Endereço: Avenida Salvador, 234. Centro. Senhor do Bonfim-BA.
CEP 48.970-000. Telefone: (71) 99282-9683. E-mail: carmelia15@hotmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UNEB Rua Silveira Martins, 2555, Prédio da Reitoria, 1º andar-Cabula, Salvador- BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2399. e-mail: cepuneb@uneb.br

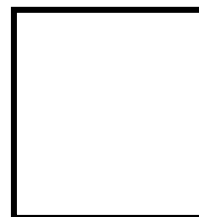
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte. CEP: 70719-040. Brasília-DF.

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Após ter sido devidamente esclarecido pela pesquisadora sobre os objetivos e benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros: Identidade étnico-racial no Programa Saúde na Escola-Miguel Calmon- BA” e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade e como voluntário consinto que os resultados e imagens/som obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos, desde que a minha identificação não seja realizada, e assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via a mim.

Miguel Calmon-BA, ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante da pesquisa



Rita de Cassia Dias Nascimento

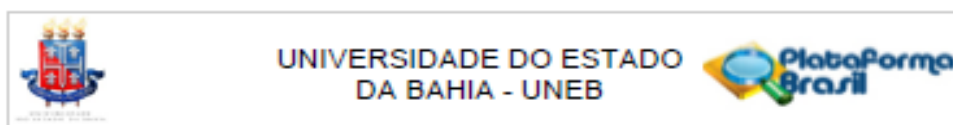
Rita de Cassia Dias Nascimento
(orientanda)

Carmélia Aparecida Silva Miranda

Carmélia Aparecida Silva Miranda
(orientadora)

ANEXO

ANEXO 1 - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UNEB)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MUCAMBO DOS NEGROS: IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA- MIGUEL CALMON-BA

Pesquisador: RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 19650919.4.0000.0057

Instituição Proponente: Universidade do Estado da Bahia - Campus IV

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.672.721

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa visa conhecer como os saberes populares de saúde na comunidade quilombola de Mucambo dos Negros podem contribuir para as práticas do Programa Saúde na Escola na perspectiva étnico-racial, município de Miguel Calmon-BA. Será realizada na comunidade e no Colégio Eng. Francisco M. Bastos que atua com o Ensino Fundamental II. Os participantes da pesquisa serão os residentes da comunidade além dos professores e profissionais articuladores do PSE. Projeta-se uma pesquisa do tipo exploratória de abordagem qualitativa, utilizando uma estratégia multimetodológicas com os métodos de história oral e de pesquisa ação, pautado na perspectiva epistemológica pós- crítica. Para tanto, serão utilizados os dispositivos de entrevistas semiestruturadas e Ateliês de Pesquisa. Os dados serão sistematizados e analisados mediante Análise de Conteúdo de Bardin (1977) com auxílio do Software Iramuteq. Considera-se como produto, a elaboração da dissertação que servirá como ferramenta para a submissão da proposta de inclusão da temática da presente pesquisa ao Projeto Político Pedagógico Escolar e ao Plano Municipal de Saúde bem como a realização de Ciclos Formativos com os profissionais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
Bairro: Cabula **CEP:** 41.195-001
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3117-2399 **Fax:** (71)3117-2399 **E-mail:** cepuneb@uneb.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 3.672.721

Conhecer como os saberes populares de saúde da Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros, município de Miguel Calmon, podem contribuir para as práticas do Programa Saúde na Escola na perspectiva étnico-racial.

Objetivo Secundário:

Conhecer os saberes populares de saúde de matriz africana na comunidade de Mucambo dos Negros. O objetivo subsequente propõe conhecer as ações Intersetoriais do Programa Saúde na Escola na comunidade e como os profissionais compreendem as questões voltadas para a Promoção da Cidadania e Direitos Humanos na perspectiva étnico-racial. Por fim o terceiro e último objetivo visa desenvolver, Intersetorialmente e de forma colaborativa, Ateliês de Pesquisa sobre relações étnico-raciais e saúde da população negra.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Possíveis riscos (de nível mínimo), tais como: sentir-se constrangido/a ou desinteressado/a em falar de questões relacionadas ao tema em razão dos tabus que os circundam que possam gerar algum desconforto ou conflito com as suas opiniões, Ideologias, crenças e credos; possibilidades de rememorar episódios desagradáveis; sentir cansaço no momento da participação como sujeitos colaboradores de pesquisa, ou ainda alguma situação emergente durante a realização dos Ateliês de Pesquisa. Para minimizar os riscos, algumas medidas serão adotadas: a realização do convite para participar da pesquisa e a aplicação dos dispositivos de construção de dados somente serão utilizados após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em

pesquisa da UNEB; Na oportunidade do encontro entre pesquisador e colaboradores, buscar-se-á preservar a privacidade do entrevistado, proporcionando-lhe um ambiente acolhedor e privativo, evitando-se Interrupções.

Benefícios:

Podem trazer benefícios, tais como: os resultados deste estudo serão divulgados em meio acadêmico e científico, através de publicação dos resultados em meios científicos (revista, livro, etc) e/ou apresentação em evento, mantendo sempre seu sigilo e anonimato; contribuições para o ser humano e comunidade na qual está inserido proporcionando a reflexão e possibilidade de aquisição de conhecimentos sobre as questões étnico-raciais e correlacionar com o Programa Saúde na Escola além de contribuições para os estudos em educação e saúde, por meio de construção.

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
Bairro: Cabula CEP: 41.195-001
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3117-2300 Fax: (71)3117-2300 E-mail: cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 3.672.721

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e exequível.

A metodologia proposta bem como os critérios de inclusão e exclusão e cronograma são compatíveis com nos objetivos propostos no projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As declarações apresentadas são condizentes com as Resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos. Os pesquisadores envolvidos com o desenvolvimento do projeto apresentam declarações de compromisso com o desenvolvimento do projeto em consonância com as Resoluções 466/12 e 510/16 CNS/MS, bem como com o compromisso com a confidencialidade dos participantes da pesquisa e as autorizações das instituições proponente e coparticipante.

O TCLE apresentado possui uma linguagem clara e acessível aos participantes da pesquisa e atende ao disposto nas Resoluções 466/12 e 510/16 CNS/MS contendo todas as informações necessárias ao esclarecimento do participante sobre a pesquisa bem como os contatos para a retirada de dúvidas sobre o processo.

Recomendações:

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise com vista às Resoluções 466/12 e 510/16 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos participantes, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
Bairro: Cabula CEP: 41.195-001
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3117-2399 Fax: (71)3117-2399 E-mail: cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 3.672.721

contar da data de aprovação do projeto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1414367.pdf	15/10/2019 11:52:00		Acelto
Outros	TERMOAUTORIZACAOCOMUNIDADE ASSOC.pdf	15/10/2019 11:44:18	RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO	Acelto
Outros	OFICIOJUSTIFICATIVAPARAOCEPX	15/10/2019 11:43:15	RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEPROFISSIONAIS.docx	15/10/2019 11:41:09	RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLECOMUNIDADE.docx	15/10/2019 11:40:43	RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCEP.docx	23/08/2019 23:05:26	RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO	Acelto
Outros	TERMOCONCESSAOEDUCAO.pdf	23/08/2019 22:30:33	RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO	Acelto
Outros	TERMOCONCESSAOESCOLA.pdf	23/08/2019 22:30:03	RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO	Acelto
Outros	TERMOCONCESSAOGAUDE20190823_22221973.pdf	23/08/2019 22:27:51	RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO	Acelto
Outros	TERMOCONCESSAOPARTICIPANTE20190823_22204667.pdf	23/08/2019 22:27:00	RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO	Acelto
Outros	AUTORIZACAOPROPONENTE.pdf	22/08/2019 21:16:27	RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO	Acelto
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	22/08/2019 21:15:18	RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO	Acelto
Outros	ORCAMENTO.doc	21/08/2019 18:54:03	RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO	Acelto
Outros	TERMODECONCORDANCIA.doc	21/08/2019 18:53:09	RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO	Acelto
Outros	LEVANTAMENTODEDADOS.doc	21/08/2019 18:49:06	RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO	Acelto
Outros	TERMODECONFIDENCIALIDADE.doc	21/08/2019 18:48:38	RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO	Acelto
Outros	PUBLICIZACAO.doc	21/08/2019 18:48:18	RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO	Acelto

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
Bairro: Cebulá CEP: 41.195-001
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3117-2399 Fax: (71)3117-2399 E-mail: cepuneb@uneb.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 3.672.721

Declaração de Pesquisadores	TERMODECOMPROMISSODOPEQUI SADOR.doc	21/08/2019 18:47:29	RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMAok.doc	21/08/2019 18:47:11	RITA DE CASSIA DIAS NASCIMENTO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 31 de Outubro de 2019

Assinado por:
Aderval Nascimento Brito
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
Bairro: Cebulá CEP: 41.195-001
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3117-2399 Fax: (71)3117-2399 E-mail: cepuneb@uneb.br